Inscrições gratuitas pelo site

www.uniceub.br

UniCEUB
Centro Universitário de Brasília

APRESENTAÇÃO

O X Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão e o X Encontro de Iniciação Científica do UniCEUB apresentam como tema transversal "O pensamento científico como estratégia de desenvolvimento nacional", a fim de propiciar ampla reflexão a respeito do papel atribuído à educação superior como estratégia de crescimento nacional. O evento é promovido pela Pró-Reitoria Acadêmica e pela Diretoria Acadêmica do UniCEUB e será realizado nos dias 2, 3 e 4 de outubro de 2012, nos três turnos, em auditórios e espaços do campus universitário da 707/907 Norte, em Brasília.

SUMÁRIO

PALESTRAS

VERTENTES DOS CLÁSSICOS DA LITERATURA 15
RELATO DE EXPERIÊNCIA: A RIO +20 E A AGÊNCIA DE NOTÍCIAS UNIVERSITÁRIA 16
SUSTENTABILIDADE E PEQUENOS NEGÓCIOS 17
A GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO 18
ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A ENGENHARIA DE REQUISITOS E O MÉTODO DE DESENVOLVIMENTO ÁGIL SCRUM 19
ANÁLISE DOS SINAIS MIOELÉTRICOS E PROPOSTA DE CONTROLE INTELIGENTE DE PRÓTESE MIOELÉTRICA PARA MEMBROS SUPERIORES 20
ENGENHARIA DE REQUISITOS 21
ESTUDO DE VIABILIDADE E ANÁLISE DE SOLUÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO DE IPTV EM PEQUENOS PROVEDORES DE ACESSO BANDA LARGA 22
O COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL NA GESTÃO DE PESSOAS 23
REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA E QUESTÕES DE PESQUISA 24
SISTEMA DE ANÁLISE PARA ELETROCARDIOGRAMA 25

MESA REDONDA

ENSINO E EXTENSÃO PROMOVENDO A INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA E A RESPONSABILIDADE SOCIAL 27

PROJETOS DE EXTENSÃO

ADOTE UMA ESCOLA 29
AGÊNCIA DE NOTÍCIAS UNICEUB 31
ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL NA ESCOLA 32
ANÁLISE E CRIATIVIDADE NA RESOLUÇÃO DE SITUAÇÕES PROBLEMA 33
ATENDIMENTO AMBULATORIAL DE NUTRIÇÃO 34
PROJETO DE EXTENSÃO – BIOMEDICINA ATENDIMENTO LABORATORIAL A LARES DE IDOSOS EXAMES DE PATOLOGIA CLÍNICA PARA AS COMUNIDADES 35
CALOURADA ESPORTIVA UNICEUB 36
CANTO CORAL – CORAL UNIVERSITÁRIO 37
CLUBE DA CORRIDA UNICEUB 38
LIONS CLUBE DE BRASÍLIA UNIVERSITÁRIO – UNICEUB 39
CURSO DE NIVELAMENTO EM FUNDAMENTOS DE MATEMÁTICA A DISTÂNCIA 40
CURSO DE NIVELAMENTO EM LÍNGUA PORTUGUESA A DISTÂNCIA TEXTO: ANÁLISE LINGUÍSTICA E PRODUÇÃO DE SENTIDO 41
CURSO DE FUNDAMENTOS DE RACIOCÍNIO LÓGICO A DISTÂNCIA 42
DIREITO CIVIL-CONSTITUCIONAL PROSPECTIVO – DICCOP 43

EDUCAÇÃO FÍSICA PARA A CIDADANIA: EDUCAÇÃO SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA 45
EDUCAÇÃO PARA A SAÚDE 46
ENFERMAGEM EM AÇÃO: CRECHE PROMOVIDA 48
ENFERMAGEM EM AÇÃO: ESCOLA CLASSE SRIA 49
ENFERMAGEM EM AÇÃO ESTÁGIO CAC 50
ENFERMAGEM EM AÇÃO NA ESCOLA CLASSE 708 NORTE 51
ENSINO E CIDADANIA EM CRECHES 52
EXAME PARASITOLÓGICO E INTERVENÇÃO EDUCATIVA 53
FISIOTERAPIA AMBULATORIAL – ADESU 54
FISIOTERAPIA DO TRABALHO 55
FISIOTERAPIA EM SAÚDE COLETIVA 56
GESTÃO AMBIENTAL NO UNICEUB 57
INOVAÇÕES 59
LETRAMENTO LITERÁRIO 61
MUSEUS DE GEOGRAFIA 62
NÚCLEO DE ESTUDO DE DIREITO DO CONSUMIDOR - UNICON 63
NÚCLEO DE INTEGRAÇÃO À VIDA ACADÊMICA - NIVA 64
PROJETO ADOTE UMA NASCENTE 65
PROJETO ATLETAS DO FUTURO 66
PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DO PFDF – PRESÍDIO FEMININO DO DISTRITO FEDERAL 67
PROJETO OBSERVATÓRIO DIREITO E POLÍTICA PÚBLICAS: VIRA VIDA *68*
PROJETO RESGATE – UNICEUB 70
PROSPECÇÃO DE TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO PARA O CURSO DE ADMINISTRAÇÃO: PILOTO PARA MARKETING 72
PROTEÇÃO À MULHER CONTRA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR – PROVID 73
SAÚDE MENTAL: SUBJETIVAÇÃO, CIDADANIA E INTERDISCIPLINARIDADE PRISME: PROJETO INTERDISCIPLINAR EM SAÚDE MENTAL 74
TÓPICOS ESPECIAIS EM MORFOLOGIA DO PORTUGUÊS 76
UNICEUB NA REDE PELA ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO 77
UNICEUB: REFERÊNCIA EM COMUNICAÇÃO 78
V CURSO DE CAPACITAÇÃO DE ANOTADORES DE FUTEBOL SOCIETY 79

PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA - 10º PIC

O ENEM E OS PROCESSOS INFERENCIAIS REQUERIDOS DOS ESTUDANTES EGRESSOS DO ENSINO MÉDIO 81
JANELAS PARA SELEÇÃO DE BLOCOS, VISANDO À OTIMIZAÇÃO DO PROTOCOLO BITTORRENT PARA VÍDEO SOB DEMANDA 82

ESTUDO DA VIA DE ATIVAÇÃO NÃO CANÔNICA DO NFKB NA MALÁRIA EXPERIMENTAL MURINA 83

QUANTIFICAÇÃO DE ETOGRAMA DE LOBO-GUARÁ (*CHRYSOCYON BRACHYURUS*) NA FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLÓGICO DE BRASÍLIA, BRASÍLIA, DF 84

AVALIAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO E DA FREQUÊNCIA DOS CASOS NOTIFICADOS E CONFIRMADOS E DOS ÓBITOS PELO VÍRUS INFLUENZA H1N1 NO BRASIL, NOS ÚLTIMOS 4 ANOS 85

INFLUÊNCIA E COMPARAÇÃO DAS TÉCNICAS: FACILITAÇÃO NEUROMUSCULAR PROPRIOCEPTIVA E ALONGAMENTO ESTÁTICO EM INDIVÍDUOS SEDENTÁRIOS 86

EMPREENDEDORES DE NEGÓCIOS DIGITAIS: OBSTÁCULOS ENCONTRADOS PARA A OBTENÇÃO DE INVESTIMENTOS 87

ANÁLISE DOS EFEITOS DO KINESIOTAPING® NO OMBRO DE HEMIPLÉGICOS APÓS ACIDENTE VASCULAR ENCEFÁLICO (AVE) 88

O SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS E A LEI DE ANISTIA DO BRASIL: DA IMPUNIDADE NACIONAL À RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL 89

SOA EM UM CONTEXTO CLOUD COMPUTING: A BUSCA PELA INTERSECÇÃO DOS CONCEITOS EM PROL DA INTEGRAÇÃO EFICAZ ENTRE SISTEMAS COMPUTACIONAIS 90

AVALIAÇÃO CITOGENÉTICA DE PACIENTES COM LEUCEMIA MIELOIDE CRÔNICA EM USO DE DASATINIBE (BMS354825) 91

REUTILIZAÇÃO DE RESÍDUOS NA CONSTRUÇÃO CIVIL: O ESTÁDIO OLÍMPICO DE LONDRES E O ESTÁDIO NACIONAL MANÉ GARRINCHA 92

ANÁLISE DA PREVENÇÃO EM SAÚDE SEXUAL MEDIANTE O MODELO TRANSTEÓRICO 93

COMPORTAMENTO REPRODUTIVO DE GUYRUITA CERRADO, GUADANUCCI 2007 (THERAPHOSIDAE, ISCHNOCOLINAE) 94

ISOLAMENTO DE ESTIRPES DE BACILLUS *THURINGIENSIS* PRODUTORAS DE AGENTES ANTIMICROBIANOS 95

ANÁLISE SOCIOPOLÍTICA DO GOVERNO DO HAITI: OS PRIMEIROS 365 DIAS DO PRESIDENTE MICHEL MARTELLY 96

AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE ANTIMICROBIANA DA PEÇONHA FILTRADA DA VESPA SOCIAL PARACHARTERGUS FRATERNUS CONTRA BACTÉRIAS DE CEPAS PADRÃO 97

EFEITOS DA MAGNITUDE DE CONSEQUÊNCIAS PUNITIVAS NA CORRESPONDÊNCIA VERBAL 98

EMPRESAS SUSTENTÁVEIS: O ISE E A PERCEPÇÃO DO CONSUMIDOR 99

IDENTIFICAÇÃO DE ESTIRPES DE BACILLUS THURINGIENSIS ISOLADAS EM SOLOS DO CERRADO... 100

DIREITOS DA MULHER TRABALHADORA E DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO 101

OS IMPACTOS SUBJETIVOS DAS RELAÇÕES HUMANAS NA VIVÊNCIA DA HIPERTENSÃO E DO DIABETES 102

ESTUDO DE CASO: MONITORAMENTO DE RECALQUE EM EDIFÍCIOS DURANTE A CONSTRUÇÃO COMO FERRAMENTA AUXILIAR À AVALIAÇÃO DE PATOLOGIAS 103

O FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DE ESQUIZOFRÊNICOS DESINSTITUCIONALIZADOS 104

OS EFEITOS DA ADESÃO DO CARONA NO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS E O ACÓRDÃO 1233/2012 DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO 105

CARTA DO CONTADOR-GERAL LUIS JOSÉ DE BRITO SOBRE OS ÍNDIOS DE GOIÁS (1788) 106

INVESTIGAÇÃO DE PUBLICAÇÕES SOBRE OS COMITÊS DE ÉTICA EM PESQUISA E SUAS PARTICULARIDADES: A ANÁLISE DE LIVROS E ARTIGOS DE PERIÓDICOS CIENTÍFICOS 107

DOCUMENTOS GOIANOS DO ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO – AHU 108

REFORMULAÇÃO DE MORADIA PARA PESSOAS PORTADORAS DE CÂNCER 109

PARADIGMAS DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: O CASO DO HAITI 110

USO DE PRESERVATIVO ENTRE PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA ATENÇÃO PRIMÁRIA Á SAÚDE..... 111

COPA DE 2014: A COMUNICAÇÃO SOCIAL NO TURISMO CÍVICO E CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL 112

A INFLUÊNCIA DA GINÁSTICA LABORAL E SUA CONTRIBUIÇÃO NA QUALIDADE DE VIDA DE DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR..... 113

A LICENCIATURA E A SUBJETIVIDADE DO ESTUDANTE: PERFIL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL 114

POLIMORFISMOS GENÉTICOS ASSOCIADOS AO ANEURISMA INTRACEREBRAL..... 115

***BLOGS* DE JORNALISMO ESPORTIVO: ESTUDO COMPARATIVO DA COBERTURA JORNALÍSTICA SOBRE AS CATEGORIAS DE BASE DO FUTEBOL 116**

AVALIAÇÃO DA INFLUÊNCIA DAS QUEIMADAS SOBRE A CARACTERIZAÇÃO FÍSICO-QUÍMICA DE ÁGUAS SUPERFICIAIS..... 117

A INFLUÊNCIA DA ESTÉTICA DO GROTESCO NA ARQUITETURA CONTEMPORÂNEA..... 118

EXPRESSÃO DIFERENCIADA DA CASPASE 1 OBSERVADA EM CAMUNDONGOS SUSCEPTÍVEIS OU NÃO À MALÁRIA CEREBRAL 119

CONTRIBUIÇÃO BILATERAL DO DESIGN E DA ARQUITETURA NOS PROJETOS RESIDENCIAIS 120

ANÁLISE DA QUALIDADE DA ÁGUA DO CÓRREGO GUARÁ, LOCALIZADO NO PARQUE ECOLÓGICO DO GUARÁ-DF, POR MEIO DE INDICADORES MICROBIOLÓGICOS..... 121

A CRIAÇÃO DE UMA IDENTIDADE DE APROXIMAÇÃO COM OS PAÍSES ÁRABES NO GOVERNO LULA E SUA POLÍTICA EXTERNA. 122

ESTUDO CITOGENÉTICO E PESQUISA DE CROMOSSOMO PHILADELPHIA EM PACIENTES COM LEUCEMIA MIELOIDE CRÔNICA EM CULTURA DE CÉLULAS DA MEDULA ÓSSEA..... 123

ESTUDO DE MATERIAL ALTERNATIVO PARA PAVIMENTAÇÃO DE BAIXO CUSTO NO DISTRITO FEDERAL 124

VERIFICAÇÃO DE TÉCNICAS E TECNOLOGIAS PARA AVALIAÇÃO DA VENTILAÇÃO NATURAL EM EDIFÍCIOS..... 125

AVALIAÇÃO DE UM PROJETO EDUCATIVO PARA PROMOÇÃO DOS 10 PASSOS DA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL PARA CRIANÇAS MENORES DE 2 ANOS EM UM CENTRO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL 126

AVALIAÇÃO DA INFLUÊNCIA DA VEGETAÇÃO RIPÁRIA NA QUALIDADE DA ÁGUA SUPERFICIAL EM AMBIENTES HÍDRICOS DO CERRADO 127

EFEITOS AGUDOS DE EXERCÍCIOS AERÓBICOS E RESISTIDOS APLICADOS EM PACIENTES DURANTE O PROCEDIMENTO DA HEMODIÁLISE..... 128

EFEITO DA AURICULOTERAPIA EM INDIVÍDUOS HIPERTENSOS: ANÁLISE DA FREQUÊNCIA CARDÍACA, PRESSÃO ARTERIAL E QUALIDADE DE VIDA 129

TRABALHO INFANTIL E VIOLAÇÃO DE DIREITOS 130

O USO DA PERSUASÃO NA COMUNICAÇÃO PUBLICITÁRIA DE PREVENÇÃO À AIDS NO BRASIL..... 131

MODELAGEM MATEMÁTICA DOS SISTEMAS ESTRUTURAIS DA OBRA DE OSCAR NIEMEYER 132

AVALIAÇÃO DAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM ESCOLAS DO PLANO PILOTO DE BRASÍLIA: PROFESSORES X ALUNOS 133

A CELEBRAÇÃO DA GENTE HUMILDE: POESIA E POLÍTICA EM CHICO BUARQUE 134

AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HIGIENE DE GALÕES E SUPORTES PARA ÁGUA MINERAL EM AMBIENTES DE TRABALHO DO DISTRITO FEDERAL 135

EFEITOS DO EXERCÍCIO AERÓBIO E SUAS RESPOSTAS ENDÓCRINAS 136

O ESTADO CONSTITUCIONAL COOPERATIVO E A CONVENÇÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA 137

ANÁLISE DA AMPLITUDE DE MOVIMENTO EM PACIENTE IDOSO DIABÉTICO INSTITUCIONALIZADO ANTES E APÓS O TRATAMENTO FISIOTERÁPICO 138

PROPOSTA DE VALIDAÇÃO DE UM VENTILÔMETRO MEDIANTE A ERGOESPIROMETRIA 139

OBSERVANDO HÁBITOS NO CONTEXTO LABORAL: A RELAÇÃO ENTRE MÚSICA E SATISFAÇÃO NO TRABALHO 140

COMPARAÇÃO ENTRE AS METODOLOGIAS DE CONTAGEM MANUAL DE PLAQUETAS: MÉTODO DE RESS-ECKER, FÔNIO, NOSANCHUK E BARBARA H. O'CONNOR 141

ESPAÇOS REAIS X ESPAÇOS VIRTUAIS: PADRÕES EMERGENTES EM ZONAS HABITACIONAIS DO DF 142

FERRAMENTAS FREE PARA TESTE DE SOFTWARE: ANÁLISE E CONTEXTUALIZAÇÃO 143

AVALIAÇÃO HEMATIMÉTRICA EM TRABALHADORES EXPOSTOS A AGENTES MIELOTÓXICOS 144

PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA JÚNIOR - 4º PIC

O USO DAS REDES SOCIAIS COMO FORMA DE EXPRESSÃO POLÍTICA 146

IMPLANTAÇÃO DO ENSINO DE NOVE ANOS NO DISTRITO FEDERAL: MELHORIA DA QUALIDADE DA LEITURA E DA ESCRITA? 147

UM ESTUDO DE CASO DOS ESPAÇOS URBANOS PÚBLICOS DE LAZER DO VARJÃO – RA XXIII 148

PRODUÇÃO DE HORTA VERTICAL EM LABORATÓRIO DE ENSINO MÉDIO 149

PLANEJAMENTO URBANO VERSUS ESPECULAÇÃO IMOBILIARIA: UM ESTUDO DE CASO DE ÁGUAS CLARAS – RA XX 150

EDUCAÇÃO AMBIENTAL PRODUÇÃO DE COMPOSTAGEM EM LABORATÓRIO DE ENSINO MÉDIO 151

EDUCAÇÃO AMBIENTAL PRODUÇÃO DE MINHOCÁRIO EM LABORATÓRIO DE ENSINO MÉDIO 152

A LEITURA DIGITAL ENTRE JOVENS DO ENSINO MÉDIO PRIVADO 153

O USO DE *TABLET* NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NO ENSINO MÉDIO SEGUNDO A VISÃO DOS ALUNOS 154

A RESSIGNIFICAÇÃO DA VIDA POR MEIO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS 155

USO, CONSERVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE DOS RECURSOS HÍDRICOS NAS CAPITAIS DO BRASIL E DA NOVA ZELÂNDIA 156

ECOVINCI – CONSTRUINDO A CONSCIÊNCIA DA SUSTENTABILIDADE 157

AS REDES SOCIAIS COMO ESPAÇO PARA A SOCIABILIDADE E A MANIFESTAÇÃO POLÍTICA JOVEM 158

GRUPOS DE PESQUISA

A PRÁTICA DA PSICOTERAPIA NA ATUALIDADE 160

ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO NO BRASIL: INTRODUÇÃO, APLICAÇÕES E CRÍTICAS 161

GRUPO DE PESQUISA: DIREITO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL 162

DIREITO & LITERATURA 163
DIREITO ECONÔMICO-EMPRESARIAL – GREDE 164
FORMAÇÃO E ATIVIDADES DO GRUPO DE PESQUISA: PRÁTICA PEDAGÓGICA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES 165
DIÁLOGO:
GRUPO INTERDISCIPLINAR 167
GRUPO HERMENÊUTICA E POLÍTICAS PÚBLICAS 168
GRUPO INTERNACIONAL ECONÔMICO EM SISTEMAS REGIONAIS DE INTEGRAÇÃO - GIDE 169
JUSPOSITIVISMO, JUSMORALISMO E JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL 170
GRUPO DE PESQUISA JUSTIÇA PROCESSUAL, DESIGUALDADE, DEMOCRACIA E SOCIEDADE 171
GRUPO DE PESQUISA: ESTUDOS EM FILOSOFIA, RAÇA, GÊNERO E DIREITOS HUMANOS - PADE 172
POLÍTICA CRIMINAL 173
PROPRIEDADE INTELECTUAL E DESENVOLVIMENTO 174
ATIVIDADES DO GRUPO DE PESQUISA DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA: QUALIDADE DE VIDA SAÚDE E ATIVIDADE FÍSICA 175
RESPONSABILIDADE CIVIL 176
GRUPO DE PESQUISA: CITOGENÉTICA APLICADA 177
GRUPO DE PESQUISA SOBRE DIREITO EMPRESARIAL – DEMP 178
POSITIVISMO JURÍDICO E JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL 179
GRUPO DE PESQUISA: POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE 180
INTERNACIONALIZACAO DO DIREITO (ID) 181
LEI E SOCIEDADE: NARRATIVAS DO DIREITO E DIREITO COMO NARRATIVA 182

PROGRAMA CONSTRUINDO NOVOS SABERES

PSICOLOGIA E HOMOFOBIA: UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO SISTEMA CONSELHOS 184
EFEITO DA ACUPUNTURA NA RESISTÊNCIA MUSCULAR LOCALIZADA DE MEMBROS SUPERIORES E DINAMOMETRIA PALMAR EM PRATICANTES DE ATIVIDADE FÍSICA 185
MEDICALIZAÇÃO DO CORPO FEMININO: CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA PARA A BIOÉTICA 186
A MÍDIA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEAS: O IMPACTO DO WIKILEAKS 187
A SOCIEDADE E A VIOLÊNCIA NA ESCOLA: PROPOSTA DE SOLUÇÃO 188
COMUNICAÇÕES GLOBAIS: UMA ANÁLISE MARXISTA DA CONCENTRAÇÃO DO CAPITAL-INFORMAÇÃO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEAS 189
INFLUÊNCIA DA EQUOTERAPIA NA FORÇA MUSCULAR RESPIRATÓRIA DE INDIVÍDUOS COM SÍNDROME DE DOWN NO DF 190

PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU

PROGNÓSTICO DE IMPACTO AMBIENTAL CAUSADO POR EMPREENDIMENTO GERADOR DE TRÁFEGO: ESTUDO DE CASO DE UMA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO DISTRITO FEDERAL 192

COMUNICAÇÃO INTEGRADA NA EMBRAPA: UM ESTUDO ACERCA DE SUA IMPLANTAÇÃO 193

SITUAÇÃO ATUAL DOS PARQUES DA REGIÃO ADMINISTRATIVA VI, PLANALTINA, DISTRITO FEDERAL 194

A IMPORTÂNCIA DO FATOR HUMANO E DA CULTURA DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO NOS AMBIENTES CORPORATIVOS 195

ESTUDO SOBRE AS CARACTERÍSTICAS DO MANEJO DOS RECURSOS NATURAIS E DA PRODUÇÃO NA FAZENDA MALUNGA 196

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA TORTURA DURANTE A DITADURA MILITAR NO BRASIL 197

UMA ABORDAGEM SOBRE A RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DO FARMACÊUTICO NO GERENCIAMENTO DE MEDICAMENTOS COMO RESÍDUOS DOMICILIARES URBANOS CONTAMINADOS 198

ALIENAÇÃO PARENTAL: UM GESTO ANTISSOCIAL? 199

A COMUNICAÇÃO INTEGRADA DE *MARKETING* NO CIBERESPAÇO: ADAPTAÇÕES CONCEITUAIS NECESSÁRIAS EM SEUS PROCESSOS E SUAS ASSESSORIAS DIANTE DA VIRTUALIDADE 200

MESTRADO E DOUTORADO

O JUDICIÁRIO COMO LABORATÓRIO SOCIAL: UMA REFLEXÃO SOBRE A (IN)CERTEZA E A SEGURANÇA JURÍDICA ATUAL 202

PARTICIPAÇÃO PRIVADA NA VIABILIZAÇÃO DO USO PÚBLICO DE PARQUES NACIONAIS 203

POLÍTICA PÚBLICA COMUNITÁRIA: A PARTICIPAÇÃO DO CONSELHO TUTELAR NA DEFESA, NA PROMOÇÃO E NA PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE 204

INTERNACIONALIZACAO DO DIREITO (ID): FRAGMENTAÇÃO, SISTEMATICIDADE E COMPLEXIDADE DO DIREITO INTERNACIONAL 205

A ARBITRAGEM NOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS 207

O PAPEL DO SISTEMA INTERAMERICANO DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NA CONSTRUÇÃO DA EFETIVIDADE DOS DIREITOS HUMANOS NO ÂMBITO DOS REGIMES CONSTITUCIONAIS LATINO-AMERICANOS 208

A TUTELA JURISDICIONAL EM AÇÕES PREVIDENCIÁRIAS CONFRONTE AO ATIVISMO E GARANTISMO JUDICIAIS NA PERSPECTIVA DA ÉTICA SHOPENRAURIANA 209

O DIREITO À MORADIA ENTRE A NORMA E A REALIDADE: O CASO DO JARDIM BOTÂNICO DO RIO DE JANEIRO 210

O PROCESSO LEGISLATIVO E AS LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS AO PODER DE LEGISLAR SOB AS LUZES DO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DE PODERES NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO 211

CANCELAMENTO DE BENEFÍCIO FISCAL DE ICMS – UM CASO PRÁTICO: DESRESPEITO AO PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA 212

OS ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS E O DIREITO DO CONSUMIDOR À INFORMAÇÃO 213

ATIVISMO JUDICIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: O ACESSO À EDUCAÇÃO BÁSICA DE QUALIDADE COMO DIREITO AO DESENVOLVIMENTO SOCIAL 214

OS DIREITOS FUNDAMENTAIS COMO PARADIGMA AXIOLÓGICO PARA A ATUAÇÃO DO ESTADO POR MEIO DE SERVIÇOS PÚBLICOS 215

OS LIMITES DO DIREITO À SAÚDE AOS OLHOS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL 216

A ATUAÇÃO DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA NO PROCESSO DE INTERPRETAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO: CONTRIBUIÇÕES PARA O DEBATE SOBRE A FORÇA NORMATIVA DA CONSTITUIÇÃO 217

APLICABILIDADE DOS CONCEITOS DE JUSTIÇA DE RONALD DWORKIN, JOHN RAWLS E JÜRGEN HABERMAS NOS CASOS DE LIBERDADE DE IMPRENSA JULGADOS PELAS CORTES INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS 218

O NOVO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR E AS AGÊNCIAS REGULADORAS: A ATUAÇÃO DA ANATEL JUNTO ÀS OPERADORAS DE TELEFONIA MÓVEL 219

O SIMPLES NACIONAL E OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS ENVOLVIDOS 220

A LEI DA FICHA LIMPA E A JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL: UM ESTUDO ACERCA DOS JULGAMENTOS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL QUE APRECIARAM A VALIDADE JURÍDICA DA LEI COMPLEMENTAR N. 135, DE 04/06/2010, NOS AUTOS DOS RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS N. 630.147, N. 631.102 E N. 633.703, DA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N. 4.578 E DAS AÇÕES DECLARATÓRIAS DE CONSTITUCIONALIDADE N. 29 E N. 30 221

A CATEGORIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DAS TELECOMUNICAÇÕES NO DIREITO BRASILEIRO: CONSTRUINDO UMA PONTE ENTRE O REGIME PÚBLICO E O PRIVADO 222

OS CONTRATOS CIVIS NA MOLDURA DO ESTADO INTERVENCIONISTA: A INVOCAÇÃO DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA PELA JURISPRUDÊNCIA COMO JUSTIFICATIVA ... 223

AGÊNCIAS REGULADORAS E FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: REFLEXÃO SOBRE A UNIVERSLIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES POR MEIO DO FUST 224

EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO 225

A INSTRUMENTALIZAÇÃO DA PSICOLOGIA E SUA ATUAL REAPROXIMAÇÃO COM AS CIÊNCIAS SOCIAIS 226

SIGILO E DIREITO A INFORMAÇÃO: A NOVA LEI DE ACESSO A INFORMAÇÃO E A ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA POLICIAL 227

A ATUAÇÃO PRIVADA NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NACIONAL 228

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DECORRENTES DAS CONDENAÇÕES DO ESTADO BRASILEIRO PERANTE A CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS: O CASO GOMES LUND E OUTROS – GUERRILHA DO ARAGUAIA 229

A ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS: UM ESTUDO ACERCA DA DEFESA JUDICIAL DA UNIÃO, NO MARCO CONSTITUCIONAL DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO 230

A CRIMINALIZAÇÃO DO IMIGRANTE: A PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DOS IMIGRANTES NO PARADIGMA DA JUSTIÇA ATUARIAL 231

A COMPENSAÇÃO NA PROTEÇÃO JURÍDICA AMBIENTAL TRANSNACIONAL: COMPLEMENTARIDADE DE INSTRUMENTOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS 232

OS DOMÍNIOS RECALCITRANTES DO DIREITO INTERNACIONAL 233

UMA CONTRIBUIÇÃO À ANÁLISE DOS CASOS DO ESTADO COMO USUÁRIO DE SERVIÇOS PÚBLICOS: UM ESTUDO DA COMPENSAÇÃO TRIBUTÁRIA 234

ATIVISMO JUDICIAL E SISTEMA CARCERÁRIO: UMA ANÁLISE DA DISCRICIONARIEDADE DOS JUÍZES NO CONTROLE DE POLÍTICAS PENITENCIÁRIAS 235

POLÍTICA DE SEGURANÇA COMUM PARA A AMÉRICA DO SUL: PERSPECTIVAS A PARTIR DE UMA BASE POLÍTICO-JURÍDICA DO MERCOSUL 236

PODER NORMATIVO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS E CONTROLE JUDICIAL 237

PROPRIEDADE INTELECTUAL E SOFTWARE LIVRE 238

O PAPEL DA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO NA JUDICILAIZÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS – UMA ANÁLISE DO CONTEÚDO DAS DECISÕES DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO A RESPEITO DE DUAS POLÍTICAS PÚBLICAS JUDICIALIZADAS: APROVEITAMENTO HIDRELÉTRICO DE BELO MONTE E LEGISLAÇÃO DE GENÉRICOS 239

O FINANCIAMENTO DAS PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS 240

AS COTAS RACIAIS: UMA ANÁLISE DO JULGAMENTO DA ADPF 186 À LUZ DAS OBRAS DE CHAIM PERELMAN, ALF ROSS E EROS GRAU 241

O ACORDO SOBRE APLICAÇÃO DE MEDIDAS SANITÁRIAS E FITOSSANITÁRIAS DA ORGANIZAÇÃO MUNIDIAL DO COMÉRCIO – OMC 242

DISCRIMINAÇÃO INDIRETA NO TRABALHO POR MOTIVO DE RAÇA E GÊNERO: UM ENFOQUE MEDIANTE AS TEORIAS DA JUSTIÇA DISTRIBUTIVA E DA ECONOMIA DA DISCRIMINAÇÃO 243

POLITICAS PÚBLICAS DE POLÍCIA JUDICIÁRIA 244

CARTÉIS TRANSNACIONAIS E TRANSNACIONALIZAÇÃO DE DECISÕES JUDICIAIS DE DIREITO DA CONCORRÊNCIA 245

PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA POLÍTICA ORÇAMENTÁRIA DO ESTADO DE GOIÁS: ANÁLISE DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS PELA COMISSÃO DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO E ORÇAMENTO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA NO ANO DE 2011 246

FINANCIANDO A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA: COMPENSAÇÃO AMBIENTAL - DESAFIOS E OPORTUNIDADES 247

AS CONFIGURAÇÕES SUBJETIVAS DE UMA MULHER COM CÂNCER DE MAMA 248

A FÁBRICA DE ARGUMENTOS: UMA ETNOGRAFIA DA CONSTRUÇÃO DA INIQUIDADE NOS CASOS DA ANISTIA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL 249

LEGITIMIDADE E EFETIVIDADE DAS DECISÕES PROFERIDAS PELO TRIBUNAL

PENAL INTERNACIONAL 250

PROTEÇÃO JURÍDICA AOS DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL RELATIVOS AOS CONHECIMENTOS TRADICIONAIS INDÍGENAS 251

A APLICABILIDADE DAS CONVENÇÕES INTERNACIONAIS SOBRE O DEVER E A OBRIGAÇÃO ALIMENTAR EMERGENTES DAS RELAÇÕES FAMILIARES 252

COMPENSAÇÃO AMBIENTAL: INSTRUMENTO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO 253

INTERPRETAÇÃO E DIREITO PENAL: ANÁLISE CRÍTICA DA APLICAÇÃO JUDICIAL DO ARTIGO 121, §2º, INCISO III, DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO, SOB AS LUZES DO GARANTISMO PENAL..... 254

O DIREITO DE PUNIR E O DESAFIO DA INTEGRAÇÃO SOCIAL: A OCIOSIDADE NO CÁRCERE 255

CRIME HEDIONDO E CUMPRIMENTO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE EM REGIME INTEGRALMENTE FECHADO – ANÁLISE DAS SUCESSIVAS DECISÕES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL ACERCA DA CONSTITUCIONALIDADE DA DISPOSIÇÃO ORIGINÁRIA DO ARTIGO 2º, § 1º, DA LEI N° 8.072, DE 25.07.90, EM FACE DA GARANTIA CONSTITUCIONAL DA MOTIVAÇÃO 256

O *HABEAS CORPUS*, A LIBERDADE DE LOCOMOÇÃO E O MAGISTÉRIO JURISPRUDENCIAL DO MINISTRO MARCO AURÉLIO DE MELLO: UM ESTUDO ANALÍTICO ACERCA DO ALCANCE NORMATIVO DO ARTIGO 5º, INCISO LXVIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NA PRÁTICA JUDICANTE DE UM MINISTRO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, SOB AS LUZES DA TEORIA DA DECISÃO JUDICIAL ... 257

A INFLUÊNCIA DA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL NA ADESÃO E NO TRATAMENTO DE PACIENTES OBESOS DO PRÉ-CIRÚRGICO AO PÓS-CIRÚRGICO..... 258

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER: UM OLHAR JURÍDICO PARA AS QUESTÕES DE GÊNERO 259

SOCIEDADE DEMOCRÁTICA, ESTADO DE DIREITO E O INADIMPLEMENTO NAS RELAÇÕES OBRIGACIONAIS NO DIREITO BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO: NOVO CONCEITO À LUZ DA REFORMULAÇÃO DAS POLÍTICAS DE JUSTIÇA 260

INTERNACIONALIZAÇÃO DO DIREITO SOCIETÁRIO: LIMITES E POSSIBILIDADE DA HARMONIZAÇÃO DAS LEGISLAÇÕES NACIONAIS E DO SURGIMENTO DE NORMAS SUPRANACIONAIS SOBRE SOCIEDADES COMO RESPOSTAS ÀS EXIGÊNCIAS DE UM MERCADO GLOBAL 261

POLÍTICA ADMINISTRATIVA SANCIONATÓRIA E O CONTROLE JURISDICIONAL DOS TRIBUNAIS SUPERIORES 262

OS PRECEDENTES DO STF ACERCA DAS INELEGIBILIDADES RELATIVAS, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, MEDIANTE ARGUMENTOS DE PRINCÍPIO E NOS TERMOS DA INTEGRIDADE DO DIREITO..... 263

DANO MORAL AMBIENTAL À LUZ DA DOUTRINA E DA JURISPRUDÊNCIA..... 264

A CHANTAGEM COMO MODALIDADE DO CRIME DE EXTORSÃO: ASPECTOS JURÍDICOS, ÉTICOS E SOCIAIS 265

A CHANTAGEM COMO MODALIDADE DO CRIME DE EXTORSÃO: ASPECTOS JURÍDICOS, ÉTICOS E SOCIAIS 266

OS LIMITES CONSTITUCIONAIS DA PROPRIEDADE INTELECTUAL E A DEFESA DA CONCORRÊNCIA: O REGISTRO DE DESENHO INDUSTRIAL DAS PEÇAS DE REPOSIÇÃO AUTOMOTIVAS E A LIMITAÇÃO À CONCORRÊNCIA..... 267

UMA EUROPA MAIS PRÓXIMA DOS CIDADÃOS: O PARLAMENTO EUROPEU E O DÉFICIT DEMOCRÁTICO NA UNIÃO EUROPEIA 268

A PREVALÊNCIA DO PODER EXECUTIVO NA REALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: A SUSPENSÃO DE DECISÕES LIMINARES CONTRA O ESTADO COM BASE EM ARGUMENTOS DE EMERGÊNCIA ECONÔMICA 269

JUSTIÇA RESTAURATIVA E EMERGÊNCIA DA CIDADANIA NA DICÇÃO DO DIREITO: A CONSTRUÇÃO DE NOVO PARADIGMA DE JUSTIÇA CRIMINAL INTERNACIONAL 270

OS PACTOS REPUBLICANOS E A ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA ESTATAL: A PROMOÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA JUDICIÁRIA 271

AS FACES DE JANO: DIMENSÕES PARADOXAIS DO TRANSJUDICIALISMO 272

SISTEMAS REGIONAIS DE INTEGRAÇÃO FRENTE AO SISTEMA MULTILATERAL DE COMÉRCIO: UMA AMEAÇA OU UMA PROPOSTA DE COMPLEMENTARIEDADE AO SISTEMA DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS 273

ESTADO PROVIDÊNCIA: REFLEXOLOGIA SOBRE O DIREITO CIVIL-CONSTITUCIONAL..... 274

CORTE INTERAMERICANA E CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS: O CRIME DE DESAPARECIMENTO FORÇADO PERANTE OS MECANISMOS PROTETIVOS DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS E DO CONSELHO DA EUROPA..... 275

POLÍTICAS PÚBLICAS, DIREITOS FUNDAMENTAIS E ABORTO: UMA CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DA OBJEÇÃO DE CONSCIÊNCIA NO CONTEXTO DA CONDIÇÃO FEMININA..... 276

O DISCURSO JUDICANTE DO STF: SE O DIREITO À SAÚDE FALASSE 277

O PODER E A QUESTÃO DO ACESSO À JUSTIÇA: UMA ANÁLISE DA CONSTITUCIONALIDADE DAS CÂMARAS DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA 278

O SUPERENDIVIDAMENTO E OS CONTRATOS BANCÁRIOS DE MÚTUOS ONEROSOS: MECANISMOS PARA SOLUÇÃO..... 279

PALESTRAS

VERTENTES DOS CLÁSSICOS DA LITERATURA

Prof. Amauri Rodrigues da Silva
UniCEUB – FACES
amauri.silva@uniceub.br
Prof. Rafael Vespasiano
UniCEUB – FACES
Prof.ª Yvone Robine Lira
UniCEUB – FACES
Aluna : Maria Valdeci Viana Leite
UniCEUB – FACES
Aluno: André Luis Duarte
UniCEUB – FACES

O conceito de *clássico* na Literatura, quase sempre, apresenta-se envolto numa atmosfera nebulosa, considerando os equívocos tradicionalmente empregados na definição de textos que têm as mais diversificadas pretensões de assim se impor. Em certo sentido, o que se percebe é a classificação de textos como *clássicos*, sobretudo, pelo mercado, com o intuito de atribuir à obra características estéticas, legitimadoras de uma etiqueta, que, nem sempre, ostentam-se em suas páginas. Em consequência desta e de outras condições que cercam o conceito de *clássico* na literatura e visando ampliar conhecimentos sobre a linguagem literária clássica, o grupo formado por um professor e alunos do curso de Letras do UniCEUB desenvolveu, ao longo de dois anos, uma pesquisa sobre o tema. Tomando por base o texto *Por que ler os clássicos*, de Ítalo Calvino, o grupo analisou e discutiu textos literários de diversificadas nacionalidades, procurando abranger períodos da Antiguidade Clássica à Pós-Modernidade. Depois de dois anos de estudo, o grupo chegou a posições que podem, perfeitamente, associar-se às expostas por Ítalo Calvino, enriquecendo o rol de definições trazidas pelo intelectual cubano. Os conhecimentos obtidos pela pesquisa repercutiram de forma positiva no grupo e no curso, considerando a percepção que os demais tiveram dos avanços dos alunos integrantes, revelados na maneira mais segura pela qual passaram a lidar com as diferentes questões que permeiam o curso de Letras e pelo sentimento de valorização demonstrado por eles.

Palavras-chave: clássico; linguagem literária; literatura.

RELATO DE EXPERIÊNCIA: A RIO +20 E A AGÊNCIA DE NOTÍCIAS UNIVERSITÁRIA

Mônica Igreja do Prado
monica.prado@uniceub.br

A palestra relata a experiência de inserir o tema sobre a Rio +20, a Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, que ocorreu no mês de junho de 2012, no Rio de Janeiro, na produção jornalística da Agência de Notícias Universitária do UniCEUB. A Conferência é um marco na discussão sobre meio ambiente e sustentabilidade no Brasil e no mundo, e a produção jornalística da Agência não deixou passar em branco o evento. No primeiro momento, antes da Conferência, a Editoria de Sustentabilidade produziu o programa de entrevista *Rio +20 em Pauta* com acadêmicos, cientistas, ativistas, juristas e personalidades públicas. O objetivo foi abrir espaço para a expressão das percepções e das expectativas de cada um dos entrevistados a respeito da Conferência, em sua área de atuação. No segundo momento, uma equipe de jornalistas da Agência de Notícias recebeu apoio e autorização do UniCEUB, para cobrir o evento no Rio de Janeiro. A cobertura da editora e de dois repórteres, estudantes de Jornalismo do UniCEUB, foi divulgada pela Agência por material escrito, em forma de vídeo e ou áudio e com entradas ao vivo nos plantões da Agência. O material também foi divulgado pela TV Nacional em parceria com a EBC e o projeto *Outro olhar*. Após o evento, a Editoria de Sustentabilidade produziu livro sobre a experiência da produção jornalística na Rio +20 como forma de incentivar alunos de Jornalismo para a cobertura de sustentabilidade e registrar, em documento, os resultados obtidos até o momento pelo projeto de extensão do curso de Jornalismo do UniCEUB.

Palavras-chave: sustentabilidade; Rio +20; agência de notícias.

SUSTENTABILIDADE E PEQUENOS NEGÓCIOS

Prof. Ms. Mauro Castro de Azevedo e Souza
mauro.castro@uniceub.br
Administração – UniCEUB

Profa Drª Joana d'Arc Bicalho Félix
joana.bicalho@uniceub.br
Publicidade e Propaganda – UniCEUB

Profa Ms. Erika de Farias Lisboa – UniCEUB
erika.lisboa@uniceub.br
Administração – UniCEUB

Há potencial tendência para os próximos anos no sentido de que as pequenas empresas necessitem de políticas adequadas às ações de sustentabilidade. Boa parte das organizações de porte pequeno ainda não percebe como isso interfere no âmbito empresarial. Por outro lado, os cursos superiores de Administração também desenvolvem limitado número de pesquisa nessa área. A questão da sustentabilidade, com maior visibilidade para o aspecto ambiental, deve ser analisada do ponto de vista econômico e social. Além disso, deve tratar, com maior intensidade e de forma ostensiva, o pequeno negócio, que gera, de modo discreto, um impacto global em proporções gigantescas. A inclusão de disciplinas e práticas de sustentabilidade não pode ficar de fora do ambiente acadêmico dos principais cursos de ciências sociais. Alinhar o atual repertório de conhecimentos focalizados e produzidos para grandes negócios à realidade de negócios de pequeno porte é um dos elementos básicos a impor-se no meio acadêmico, pautando-se na realidade de aporte de capital que as empresas suportam. A proposta é concentrar esforços para que os profissionais formados tenham consciência e conhecimento, a fim de dar o devido encaminhamento sustentável às organizações que prestarem serviços ou a seus próprios empreendimentos.

Palavras-chave: sustentabilidade; pequenos negócios; âmbito empresarial.

A GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Prof.ª Dr.ª Mariangela Abrão
mariangela.abrao@uniceub.br

Na sociedade do conhecimento, os bens materiais têm valor secundário diante da informação. Pela primeira vez na história, o longo ciclo de desenvolvimento é baseado em um bem não tangível. Isso significa que empresas e países poderão ser dependentes de matéria-prima, mas poderão dominar tecnologias de ponta, para garantir seu predomínio no contexto socioeconômico. A Tecnologia da Informação deve oferecer recursos de gestão, a fim de assegurar o desenvolvimento do pensamento científico acadêmico. Assim, evitará a dependência de *know-how* externo e garantirá o crescimento do conhecimento gerado internamente. As questões que se apresentam são muitas. A básica diz respeito a como estabelecer uma rede nodal com polos de pesquisa e desenvolvimento do capital intelectual. Em seguida, fica o desafio de como realizar parcerias estratégicas sólidas e confiáveis. A conclusão passa por uma reflexão que contribua para diminuir a dependência de conhecimentos de ponta e aumentar o valor agregado nos produtos oferecidos no mercado. Em muitas áreas, a pesquisa científica avançou significativamente, tal como, a agropecuária. Por sua vez, na Tecnologia da Informação e na gestão de seus recursos, a defasagem ainda é considerável. Desse modo, faz-se necessário garantir as demandas de compartilhamento e disponibilização ampla e aberta à informação científica.

Palavras-chave: capital intelectual; conhecimentos de ponta; Tecnologia da Informação.

ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE A ENGENHARIA DE REQUISITOS E O MÉTODO DE DESENVOLVIMENTO ÁGIL SCRUM

Profº Msc. Roberto Avila Paldês
roberto.paldes@uniceub.br

Alunos:
Patrícia Bastos Girardi
Sulimar Prado
Andreia Sampaio

O trabalho tem como objetivo prover uma visão geral de como técnicas da Engenharia de Requisitos podem ser aplicadas aos métodos de desenvolvimento ágeis, a fim de garantir a qualidade do produto final, além de entender como e por que a Engenharia de Requisitos ágil difere da Engenharia de Requisitos tradicional, analisando as vantagens e as desvantagens de cada técnica e método de acordo com a realidade do mercado de desenvolvimento de *software*, propondo a junção das vantagens em uma abordagem mista. Atualmente, as empresas de desenvolvimento de *software* têm a necessidade de dar maior atenção aos requisitos, identificando-os de forma mais consistente e eficiente. Os requisitos tendem a evoluir rapidamente e a tornar-se obsoletos, mesmo antes de os projetos serem finalizados. Isso se deve a mudanças mais rápidas no ambiente de negócio, no qual a maioria das organizações operam. Dessa forma, o mercado de desenvolvimento de *software* é desafiado em seus métodos, conceitos e ferramentas da Engenharia de Requisitos tradicional. Diante dessa realidade, surge a utilização dos Métodos Ágeis (MA), que procura atacar os desafios emergentes destes contextos dinâmicos e tem ganhado bastante interesse de pesquisadores e engenheiros de *softwares*. Esses métodos constituem uma família de processos de desenvolvimento de *software* que se tornou popular durante os últimos anos. O objetivo principal desta abordagem é garantir a entrega de produtos em menor prazo, com maior qualidade, satisfazendo as necessidades dos clientes. Entre as ferramentas disponíveis no mercado, a mais utilizada e que será alvo dessa pesquisa é o *framework* Scrum, que consiste em um conjunto formado por Times Scrum e seus papéis associados, eventos com duração fixa (*time-boxes*), artefatos e regras. Os Times Scrum são projetados para otimizar flexibilidade e produtividade. Para esse fim, são auto-organizáveis, interdisciplinares e trabalham em iterações, com o propósito de produzir um *software* dividido em vários pedaços planejados para ser entregues ao final de cada Sprint, priorizando o compromisso de prazo firmado com o cliente, em detrimento da qualidade do produto. Por outro lado, a Engenharia de Requisitos é um processo tradicional de engenharia de *software* que requer tempo maior, a fim de identificar, analisar, documentar e validar requisitos ao sistema que será desenvolvido. Seus métodos e conceitos não acompanham a velocidade que o mercado impõe e, por esse fator, são, na prática, pouco utilizados, pois exigem muito tempo na confecção dos seus artefatos, fazendo que as empresas não consigam seguir sua metodologia plenamente, pois oneram o tempo de todos os envolvidos e o custo de produção do projeto. Dessa forma, a utilização parcial ou a não aplicação da Engenharia de Requisitos comprometem a qualidade e a confiabilidade do produto final, gerando um retrabalho para implementação de melhorias e ajustes não planejados no processo inicial de elaboração do projeto.

Palavras-chave: métodos de desenvolvimento ágeis; empresas de desenvolvimento de *software*; requisitos.

ANÁLISE DOS SINAIS MIOELÉTRICOS E PROPOSTA DE CONTROLE INTELIGENTE DE PRÓTESE MIOELÉTRICA PARA MEMBROS SUPERIORES

Prof. Msc Luciano Henrique Duque

Alunos:
Ingred Carvalho Teixeira
Tomas da Silva Martins de Godoi
Samantha Coimbra Limonge
Matheus Santanna de Assis

As próteses mioelétricas são baseadas nos sinais mioelétricos transmitidos do cérebro para os músculos que controlam seus movimentos. Assim, captam e interpretam os sinais, para produzir movimentos das partes mecânicas que refletem a intenção original de movimento do usuário. O nível de precisão depende das estratégias para efetuar o controle e da qualidade do tratamento dos sinais captados. No projeto das próteses mioelétricas, um fator importante é a curva de aprendizagem do deficiente na utilização da prótese. A curva de aprendizagem mais fácil ajuda a manter o deficiente motivado a utilizá-la, portanto essa deve ser uma das metas do projeto.

Palavras-chave: próteses mioelétricas; controle; sinais mioelétricos.;

ENGENHARIA DE REQUISITOS

Prof Msc Eduardo José Ribeiro de Castro
eduardo.castro@uniceub.com.br

A pesquisa trata da relação entre Engenharia de Requisitos, Manutenção Corretiva e Acordo de Nível de Serviço. A Engenharia de Requisitos é um ramo da Engenharia de Software que engloba todas as atividades para a produção de um documento de requisitos de *software*, pois serve de apoio às Manutenções Corretivas que ele sofrerá e que visam corrigir as falhas nas funcionalidades do *software* e dos requisitos mal especificados. O Acordo de Nível de Serviço (ANS ou SLA, do inglês Service Level Agreement) é um contrato assinado entre a área de Tecnologia da Informação e seu cliente, visando definir prioridades, etapas, responsáveis, regras, penalidades, multas, fornecedores. Inclui o que é necessário para o suporte às Manutenções Corretivas do *software*. A Engenharia de Requisitos precisa ser adaptada às necessidades do processo, do projeto, do produto e do pessoal que faz o trabalho de manutenção do *software*, pois fornece subsídios para manutenção do *software*, permitindo à equipe responsável pela manutenção examinar: o contexto do trabalho necessário a ser executado; as necessidades específicas que a manutenção precisa satisfazer; as prioridades do trabalho que devem ser completadas em primeiro; as funções e os comportamentos que terão impacto profundo com a manutenção do *software*, a qual pode ser responsável por mais de 60% de todo o esforço despendido por uma organização de desenvolvimento. Em destaque, está a atividade de Manutenção Corretiva de *software*, caracterizada pela modificação de um produto de *software* já entregue ao cliente. Mediante as necessidades de manutenção, são adotados os Acordos de Nível de Serviço (ANS), cuja finalidade é formalizar os termos, para manter um *software* em funcionamento, definindo os tópicos mínimos aceitáveis para que determinado *software* possa atender, de modo eficiente, a seus usuários, além das formas e dos procedimentos a adotar em casos de adversidades, visando à continuidade da funcionalidade do *software* com qualidade.

Palavras-chave: engenharia de requisitos; manutenção corretiva; acordo de nível de serviço.

ESTUDO DE VIABILIDADE E ANÁLISE DE SOLUÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO DE IPTV EM PEQUENOS PROVEDORES DE ACESSO BANDA LARGA

Prof.Msc. Luciano Henrique Duque
Matheus Santanna de Assis

O Internet Protocol Television (IPTV) é a tecnologia que permite a entrega de sinais de multimídia, tais como, canais de TV, de filmes, e vídeo sob demanda, sobre uma rede privada de um provedor qualquer, com garantias de qualidade, integridade e segurança. No contexto atual, o IPTV ganha força no Brasil, mediante a aprovação da nova lei de TV a cabo, que aprovou, em 23/03/2012, a nova modalidade, o Serviço de Acesso Condicionado (SEAC). O objetivo do governo federal é aumentar a capilaridade da banda larga e torná-la mais popular, promovendo, também, a concorrência no mercado de TV a cabo. A aprovação do SEAC permite que os provedores de internet pequenos e médios possam entrar no mercado de TV a cabo e fornecer esse serviço em suas redes. Aliado às questões regulatórias, o Banco Nacional do Desenvolvimento libera bilhões de reais em empréstimos aos provedores pequenos e médios, para ampliar suas redes e oferecer TV. No entanto, os provedores carecem de estudos de viabilidade e análise de soluções adequadas de IPTV para seu modelo de negócio. O projeto propõe um estudo de viabilidade e análise das soluções adequadas de IPTV ao modelo de negócio dos pequenos e médios provedores e visa criar, mediante pesquisas, modelos de arquiteturas de rede IPTV conforme a capacidade de cada provedor. Por fim, o projeto busca desenvolver treinamento e material técnico a ser disponibilizado à comunidade acadêmica e profissional.

Palavras-chave: IPTV; TV a cabo; soluções adequadas.

O COMPORTAMENTO ORGANIZACIONAL NA GESTÃO DE PESSOAS

Professora:
Tatiane Regina Petrillo Pires de Araujo
Administração – UniCEUB
tatiane.araujo@uniceub.com.br

Alunas:
Clara Tissiani Calderon Ramos
Maria da Glória Maraschin Romão
Patricia Horn Crispim

O campo de estudo denominado Comportamento Organizacional tem como foco principal a relação dos indivíduos nos contextos organizacionais. Trata-se de novo direcionamento do olhar sobre as pessoas que compõem o quadro organizacional, pois é preciso envolver suas perspectivas humanas e produtivas. O mercado em densa mutação gera uma série de desafios às empresas de todos os ramos da atividade econômica no que tange a contratação, desenvolvimento e retenção de seus colaboradores. Em decorrência dessa forte demanda e procurando observar aspectos nessa linha de pesquisa que contribuam para a obtenção de indicadores de análise, foram realizados três estudos. O primeiro focalizou os critérios utilizados para o processo de recrutamento e seleção de profissionais em empresas de luxo do Distrito Federal. Ao contrário do que é indicado pelos autores da área, as empresas usam poucos critérios, e isso pode indicar a dificuldade em reter tais colaboradores, resultando em índices indesejados de rotatividade. O segundo estudo pesquisou ex-funcionários, de cargos altos de gestão, do setor de TI. O objetivo principal foi identificar os fatores que influenciam a decisão de mudança de emprego no setor de TI em Brasília. Observou-se que se trata de um capital intelectual mais flutuante, envolvido, primeiramente, por questões financeiras. O terceiro estudo compreendeu questões anteriores ao ingresso profissional no mercado de trabalho e analisou valores presentes em alunos do curso de Administração de uma instituição de ensino superior de Brasília. A base para o acesso aos valores foi o levantamento Rokeach Value Survey (RSV). Os dados apontaram a maior incidência de valores individualistas, o que indicou uma atenção especial, tendo em vista que esses profissionais serão gestores de empresas e que estarão em atividades individuais. Os três estudos direcionam um olhar a movimentações das pessoas no contexto empresarial e às consequências que as empresas têm nessa interação. Sabe-se que as pessoas causam impacto em resultados estratégicos.

Palavras-chave: comportamento organizacional; desenvolvimento profissional; atração e retenção de talentos.

REVISÃO SISTEMÁTICA DA LITERATURA E QUESTÕES DE PESQUISA

Prof.ª Dr.ª Angélica Toffano Seidel Calazans
angélica.calazans@uniceub.br

A revisão sistemática é um meio para identificar, avaliar e interpretar todas as pesquisas disponíveis e relevantes para uma questão de pesquisa ou fenômeno. Utiliza metodologia confiável e rigorosa, permitindo identificar tópicos mais consultados e lacunas que necessitam de maior investigação. Por meio da utilização de um processo controlado de pesquisa bibliográfica, os resultados obtidos na revisão sistemática da literatura podem beneficiar pesquisadores e profissionais. O trabalho apresenta a diferença entre a revisão tradicional e a sistemática. Demonstra as razões para conduzir-se uma revisão sistemática de literatura, e apresentam-se os passos para isso, entre eles: a definição da necessidade, a identificação das questões de pesquisa, a definição de um protocolo de revisão, considerando aspectos, como cobertura, estratégias de busca, fontes, critérios de busca, avaliação de qualidade. O trabalho exemplifica formas de implementação das estratégias de busca em fontes, como Scielo, Google academic, biblioteca digital de teses e dissertações e Ebsco.

Palavras-chave: revisão sistemática; pesquisas; literatura.

SISTEMA DE ANÁLISE PARA ELETROCARDIOGRAMA

Prof. MsC. Francisco Javier De Obaldía Díaz

Aluno:
Willian Verri Carneiro Magalhães

O monitoramento e a análise dos sinais da atividade elétrica cardíaca são amplamente utilizados na medicina como auxílio para diagnosticar doenças e fazer a avaliação do quadro clínico de um paciente. Cerca de 12% dos jovens brasileiros entre 20 e 40 anos têm problemas cardiovasculares, além de 70% a 80% das mortes de idosos serem causadas por doenças coronárias. O monitoramento por meio do eletrocardiograma torna-se fundamental para a prévia detecção de anormalidades capazes de indicar propensão ao desenvolvimento ou a existência destas doenças. Apesar de ser um exame não invasivo e de custo acessível, torna-se inconveniente ao paciente o deslocamento ou a permanência em um hospital para realizá-lo. A fim de contornar este problema, criou-se o sistema de *home care*, em que o paciente pode ser examinado no conforto de sua residência enquanto é monitorado por uma equipe especializada. A análise deste tipo de sinal, no entanto, demanda tempo pela quantidade de informações a ser verificada. O presente trabalho tem como proposta uma alternativa à análise automatizada de sinais de eletrocardiograma. O algoritmo foi desenvolvido para o ambiente MatLab, utilizando a Transformada Discreta Wavelet como base para a análise do sinal, que teve como principal objetivo a detecção do complexo QRS, principal ponto de referência para detectar e diagnosticar doenças cardíacas. O desempenho do algoritmo foi avaliado por intermédio da sua execução, utilizando como dados de entrada os eletrocardiogramas da base de dados MITDB-BIH de arritmias, sendo possível a comparação dos complexos QRS detectados pelo algoritmo com anotações realizadas por cardiologistas, encontrando, por intermédio do método apresentado, taxas de acerto superiores a 95%.

Palavras-chave: problemas cardiovasculares; eletrocardiograma; monitoramento.

MESA REDONDA

ENSINO E EXTENSÃO PROMOVENDO A INTEGRAÇÃO COMUNITÁRIA E A RESPONSABILIDADE SOCIAL

Professoras:
Celeida B. Garcia Cintra Pinto
Rosângela Garcia Jaramillo
Magda Verçosa C. Branco

A extensão universitária pode ser definida como o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável, buscando viabilizar a relação transformadora entre a universidade e a sociedade. Como prática acadêmica, interliga as atividades de ensino e pesquisa com as demandas da sociedade, visando à concretização de sua função social. Favorece a promoção de atividades acadêmicas, integrando grupos de áreas distintas do conhecimento. Assume a função de socializar o saber que produz, sendo responsável pela integração social dos indivíduos. Por meio de sua responsabilidade social, possibilita ampla formação dos alunos, propiciando sua inserção nas ações de promoção e de garantia dos valores democráticos, de igualdade e desenvolvimento social, contribuindo para o resgate da cidadania como valor norteador da práxis universitária, formando profissionais com percepção ampla de seu papel como cidadãos e agentes sociais responsáveis, nas diversas áreas do conhecimento. Tem como características principais o aspecto interdisciplinar e formativo, incentivando o voluntariado, a prestação de serviços para a inclusão social e a promoção da cidadania e da ética, inserindo a dimensão cidadã de atenção e apoio às demandas da sociedade. As propostas de ensino e extensão estão, também, comprometidas com o desenvolvimento sustentável, fundamentas em uma aprendizagem de qualidade, englobando a educação ambiental, associada aos conteúdos ligados a fatores socioculturais e questões sociopolíticas de igualdade, pobreza, democracia e qualidade de vida. Atualmente, são desenvolvidos projetos em todas as áreas do conhecimento relativas aos cursos de graduação oferecidos pelo Centro Universitário de Brasília. O UniCEUB e a Escola Classe 708 Norte são parceiros por meio de intercâmbio de ações pedagógicas e administrativas, relacionadas ao Projeto de Extensão, *Adote uma Escola UniCEUB/GDF*, cujo objetivo é mediar o desenvolvimento de ações de extensão institucionalizadas, estágios supervisionados, atividades de carga horária complementar, aulas práticas relativas às disciplinas dos cursos da Faculdade de Ciências e Educação – FACES, do UniCEUB. A escola é utilizada como espaço de aprendizagem prática, para professores e alunos dos cursos de Enfermagem, Biomedicina, Nutrição e Fisioterapia, com o suporte do LABOCIEN. O curso de Enfermagem é responsável pelo projeto *Enfermagem em ação: crescendo com saúde e alegria* e desenvolve atividades preventivas de orientação sobre cuidados com acidentes, hábitos de higiene corporal e bucal e relacionamento interpessoal, buscando contribuir com a formação integral e a melhoria da qualidade de vida por meio de ações preventivas e de promoção e atenção à saúde. O curso de Biomedicina realiza atividades de intervenção educativa sobre prevenção de enteroparasitoses, com orientação aos pais e às crianças. O curso de Nutrição desenvolve o projeto *Alimentação saudável na escola*, objetivando a promoção da saúde das crianças por meio de educação nutricional, estimulando o desenvolvimento de hábitos saudáveis de alimentação e higiene, buscando seu crescimento harmonioso com melhor qualidade de vida. O curso de Fisioterapia desenvolve atividades psicomotoras, realizando avaliação antropométrica e postural das crianças, orientando-as sobre a prevenção de problemas motores e posturais. Além disso, há a participação dos cursos de Educação Física e Direito.

Palavras-chave: ensino e extensão; integração comunitária; responsabilidade social; formação profissional; qualidade de vida.

PROJETOS DE EXTENSÃO

ADOTE UMA ESCOLA

Dimensão pedagógica:
Professora Celeida Belchior Garcia Cintra Pinto
celeida.pinto@uniceub.br

Dimensão administrativa:
Professora Magda Verçosa Carvalho Branco
labocien@uniceub.br

O Centro Universitário de Brasília – UniCEUB e a Escola Classe 708 Norte – EC708N são parceiros por meio de intercâmbio de ações pedagógicas e administrativas, relacionadas ao projeto de extensão, *Adote uma escola – UniCEUB/GDF*, cujo objetivo é mediar o desenvolvimento de ações de extensão institucionalizadas, estágios supervisionados, atividades de carga horária complementar, aulas práticas relativas às disciplinas dos cursos da Faculdade de Ciências e Educação – FACES. A escola é utilizada como espaço de aprendizagem a professores e alunos. As atividades de extensão englobam ações variadas, envolvendo professores e alunos de diferentes áreas do conhecimento e funcionários do UniCEUB, buscando viabilizar a relação transformadora entre a universidade e a comunidade educacional. Houve orientação ao projeto *Adote uma escola* com a participação de 21 alunos do curso de Enfermagem, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida das crianças, orientando-as sobre cuidados com a saúde, por meio de oficinas e atividades preventivas sobre a importância do bom relacionamento interpessoal, cuidados com acidentes, hábitos de higiene corporal, bucal, vacinação e prevenção de doenças, buscando contribuir com a formação integral e a melhoria da qualidade de vida, desenvolvendo ações preventivas e de promoção e atenção à saúde. Além disso, houve orientação das atividades de professores coordenadores de projetos de extensão e acadêmicos dos cursos de Enfermagem, Biomedicina e Nutrição de forma interdisciplinar. O ***curso de Enfermagem*** contou com a participação de 19 alunos, desenvolvendo o projeto *Enfermagem em ação: crescendo com saúde e alegria* com a finalidade de orientar as crianças, contribuindo para a formação integral por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde. O ***curso de Biomedicina*** contou com a participação de 16 alunos que realizaram atividades de intervenção educativa sobre prevenção de enteroparasitoses e prevenção de doenças. O ***curso de Nutrição*** desenvolveu o projeto *Alimentação saudável na escola* com a participação de 13 alunos, objetivando a promoção da saúde das crianças por meio de educação nutricional, estimulando o desenvolvimento de hábitos saudáveis de alimentação e higiene, buscando seu crescimento harmonioso com a melhor qualidade de vida. Ainda assim, os cursos de Enfermagem, Biomedicina, Nutrição, Fisioterapia, Educação Física e Direito, com a parceria do LABOCIEN do UniCEUB, participaram da Semana de Educação para a Vida na E. C. 708 Norte, entre os dias 07 e 11 de maio, com atividades específicas da área de formação. O curso de Enfermagem contou com a participação de 14 alunas em oficinas de orientação sobre cuidados com a saúde e controle de pressão arterial e glicose. Houve a participação de 21 alunos do curso de Educação Física em oficinas de vivência de experiências lúdicas, motivando o desenvolvimento de capacidades físicas, habilidades motoras e capacidades psicomotoras, vivenciando o relacionamento interpessoal. A professora orientadora e os alunos do curso de Biomedicina desenvolveram oficinas sobre cuidados e prevenção de verminoses. A professora do curso de Fisioterapia contou com a participação de 04 alunos em orientação a crianças quanto aos cuidados em sentar-se e transportar mochilas escolares, prevenindo comprometimentos motores e posturais e realizando massagens nos pais. Nove alunos do curso de Direito prestaram orientações jurídicas a pais e familiares por meio do Núcleo de Práticas Jurídicas, sob a orientação da professora Nelma Lúcia de França Moura. O LABOCIEN prestou suporte pedagógico e material aos projetos e cooperou com as ações de manutenção estrutural e apoio técnico em equipamentos de informática, objetivando o bem-estar do contexto escolar e a melhoria do processo de ensino-aprendizagem. Houve a participação da coordenadora e de técnicos da Biblioteca do UniCEUB em orientação a alunos de 3º, 4º e 5º anos do ensino fundamental, nos turnos matutino e vespertino, sobre a importância de estudos e realização de pesquisas, utilizando, de forma adequada, os livros da biblioteca. Os alunos consideraram as oportunidades vivenciadas enriquecedoras. A participação dos estudantes do UniCEUB foi considerada relevante por parte da Direção, da Coordenação Pedagógica, da professoras, dos pais e das crianças que participaram das atividades, contribuindo para a melhor conscientização quanto à importância dos cuidados pessoais necessários ao desenvolvimento harmonioso e saudável, evitando riscos desnecessários e

contribuindo com o sucesso do processo de ensino-aprendizagem. A direção da escola ressaltou a importância da parceria tanto na área administrativa quanto na área pedagógica e manifestou o desejo de continuidade no 2º semestre de 2012, por meio de projetos e atividades de assistência e orientação. Conclui-se que houve comprometimento por parte dos participantes e que os envolvidos foram recompensados nas questões relativas ao desenvolvimento de conhecimentos, maturidade e competências. As ações pedagógicas auxiliaram os alunos em sua formação acadêmica, profissional, identidade social e prática de princípios de responsabilidade social.

Palavras-chave: intervenção pedagógica e comunitária; responsabilidade social; promoção de saúde e qualidade de vida.

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS UNICEUB

Manoel Henrique Tavares Moreira
henrique.moreira@uniceub.br
Luiz Claudio Ferreira
luiz.ferreira@uniceub.br
Mônica Igreja do Prado
monica.prado@uniceub.br

Foi implementada em março de 2012 a Agência de Notícias UniCEUB, do curso de Jornalismo da instituição. O primeiro semestre do projeto possibilitou colocar em prática a proposta de que docentes e alunos pudessem atuar em uma redação, como editores, produtores e repórteres em diferentes áreas, em prol do interesse público. Além da prática de reportagens de cunho principalmente interpretativo, os integrantes da agência refletem sobre as rotinas produtivas e a ética. Operacionalmente, foi viabilizado o trabalho de uma agência de notícias, em que textos, áudios e vídeos fossem produzidos e pudessem ser multiplicados sem ônus, por veículos locais e nacionais. A média de produção foi de 27 reportagens por mês. O primeiro semestre foi caracterizado por evidente entusiasmo dos alunos que, desde o início das inscrições para o projeto de extensão, mostraram interesse em conhecer a rotina de atuação para que pudessem conciliar com outras atividades, já que houve mais de 100 interessados. O total de 30 confirmou a inscrição como voluntários para o projeto. Ao final do semestre, contabilizou-se que 28 alunos participaram, diretamente, de atividades da agência. Outro indício da bem-sucedida experiência no estágio inicial de consolidação das atividades foi a recepção dos veículos de comunicação de Brasília e de outros estados, que parabenizaram a iniciativa e demonstraram interesse em receber materiais da agência. A organização da rotina da equipe ocorre da seguinte forma: plantões diários de seis horas semanais pelos alunos, nos três períodos e duas reuniões de pauta por semana, às terças e às quintas-feiras, 30 minutos antes do início das aulas. Nos plantões, há a entrada ao vivo, na Rádio UniCEUB, com informações factuais. Nas reuniões, são definidas a abordagem, a equipe e os prazos de trabalho. Ademais, é necessário sublinhar que produções dos alunos em sala também são aproveitadas como conteúdo da agência. Para oferecer os materiais, a equipe organizou um *mailling*, que já soma mais de mil jornalistas, a fim de informar que os materiais seriam disponibilizados integralmente e sem qualquer custo. Os momentos mais bem-sucedidos no primeiro semestre vieram das áreas de Esportes (15 replicações), Cidades (10 replicações) e Sustentabilidade (seis replicações).

Palavras-chave: jornalismo; editoria; educação; sustentabilidade.

ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL NA ESCOLA

Karina Aragão Nobre Mendonça
karina.aragao@gmail.com
FACES - Nutrição

Alunos:
Clarissa Siqueira Alencar
Francisco de Assis Franco Rocheffort
Iêda Paula da Silva
Giovanna Stumpf Alves
Marina Pinheiro
Rayane Christine
Maira Ribeiro
Jessica Aparecida da Silva Santos
Elisa de Oliveira e Oliveira
Marta Pereira Cardoso
Thais Simon Antonius
Luana Rezende Rodrigues
Raissa Boaventura Nunes de Souza

O nutricionista é responsável por contribuir para promover, preservar e recuperar a saúde do homem, ou seja, é um promotor de saúde nas diversas áreas de atuação. A educação nutricional é uma das atividades técnicas desempenhadas pelo nutricionista e tem como foco a promoção da saúde. A alimentação saudável na infância é um dos aspectos trabalhados, pois isso faz que a criança se torne um adulto saudável. A última pesquisa de orçamento familiar, executada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, apresentou alto índice de obesidade infantil, dado importante para reforçar a necessidade de trabalhos que envolvam a alimentação saudável na infância, no ambiente escolar. Outro aspecto são os hábitos de higiene pessoal, para evitar doenças que provocam diarreias e outras infecções, como conjuntivites e gripes, e a higiene dos alimentos, para evitar surtos. Segundo o Ministério da Saúde, o simples ato da lavagem das mãos diminui, de forma significativa, a transmissão de várias doenças. O presente projeto realizou atividades na Escola Classe 708 Norte, na Casa da Mãe Preta e na Escola Infantil Sibipiruna. A primeira atividade foi a realização da antropometria de crianças matriculadas nas instituições, com o objetivo de acompanhar o estado nutricional desde o primeiro semestre de 2009. Desde então, observa-se uma melhora, obtendo-se 5,19% de crianças com baixo peso, 83,1% eutróficas e 11,68% com excesso de peso. Após a análise dos dados, foi entregue aos responsáveis uma carta, constando o estado nutricional da criança e algumas orientações nutricionais. As que apresentaram risco nutricional foram encaminhadas ao ambulatório de Nutrição da clínica-escola do UniCEUB. A segunda atividade realizada na Escola Classe 708 Norte foi a oficina sobre alimentação saudável em que as crianças foram para o Laboratório de Técnicas Dietéticas e aprenderam a fazer alimentos comuns, como pão de queijo, porém, mais saudável e com baixo teor de gordura.

Palavras-chave: promoção da saúde; educação nutricional; ambiente escolar.

ANÁLISE E CRIATIVIDADE NA RESOLUÇÃO DE SITUAÇÕES PROBLEMA

Coordenadores:
Jocinez Nogueira Lima
jocinez.lima@uniceub.br
João Marcos Souza Costa
Joao.marcos@uniceub.br ou jmkkosta@yahoo.com.br

O curso propõe oferecer nova perspectiva quanto à construção do conhecimento basal na integração das áreas de matemática e física aplicadas à engenharia civil e quanto ao desenvolvimento da capacidade de elaboração e resolução de problemas específicos, utilizando-se de construtos teóricos, técnicas e recursos computacionais, propiciando um diferencial na formação do aluno de engenharia civil já nos primeiros semestres, pois possibilita o desenvolvimento de atitude analítica e reflexiva fundamental à maior autonomia no transcorrer do curso, da futura experiência nos estágios supervisionados e de sua carreira profissional. Ministrado por meio de aulas expositivas e de técnicas de trabalho em equipe, privilegiando a atitude interrogativa diante das situações analisadas, destaca-se a real e efetiva colaboração do curso ao amadurecimento cognitivo e interpessoal do aluno de forma a agregar valores no que tange não somente ao seu percurso acadêmico, mas também ao desenvolvimento com vistas ao pleno exercício profissional, uma vez que, ao estar preparado à atitude empreendedora e autônoma do pensar, o aluno e futuro engenheiro transcende a condição de operador no âmbito da engenharia e torna-se autor e sujeito de propostas e intervenções que façam a diferença, apresentando-se como profissional de destaque no mercado de trabalho.

Palavras-chave: análise; criatividade; resolução de problemas.

ATENDIMENTO AMBULATORIAL DE NUTRIÇÃO

Coordenadora:
Karina Aragão Nobre Mendonça
UniCEUB – FACS – Nutrição
karina.mendonca@uniceub.br

Alunas:
Rafaela Flaeschen Paranhos
Gabriela Borges da Costa
Lorena Maria Resende Bittencourt
Maysa Aparecida de Assis Lucas
Paula Cristina G. de Araujo Mesiano
Thaina Azevedo Nunes

O Atendimento Ambulatorial de Nutrição foi proposto pela Associação dos Docentes do Ensino Superior do UniCEUB – ADESU com o objetivo de prestar orientação nutricional a funcionários, professores e alunos da instituição. O trabalho ocorre desde maio de 2005. Atualmente, acontece às terças e quintas- feiras, das 14h às 17h. Neste ano, o projeto de extensão contou com a participação de seis alunos voluntários a partir do terceiro semestre que estão em contato com os pacientes. Os alunos envolvidos foram selecionados e devidamente treinados na clínica-escola do UniCEUB pela orientadora do projeto. O material utilizado nos atendimentos foi elaborado por alunos estagiários da clínica-escola e consta de informações pessoais, dados antropométricos, anamnese alimentar e frequência de consumo alimentar. No total, foram atendidos 16 pacientes nas consultas de retorno quinzenais ou mensais, dependendo da necessidade. Foi possível perceber as variações na alimentação, a prática de hábitos inadequados além das carências nutricionais. Após a anamnese alimentar, as orientações passadas a cada paciente foram baseadas em metas que, definidas juntamente e em concordância com os pacientes, objetivavam melhorar, significativamente, sua alimentação e, consequentemente, a qualidade de vida. É importante destacar que, de maneira geral, os pacientes procuram o atendimento mais em função da vontade de modificar seus hábitos alimentares do que em razão de sobrepeso ou obesidade. Isso mostra a mudança na percepção das pessoas atendidas com relação à importância da alimentação saudável. Este projeto possibilita aos alunos envolvidos a oportunidade de colocar em prática conhecimentos teóricos de nutrição. Além disso, durante cada consulta, verifica-se a necessidade de respeitar a cultura e o momento de cada paciente, suas aspirações e expectativas relacionadas ao atendimento. Diante dos resultados expostos, conclui-se que existe a necessidade de ampliar a abrangência do atendimento ambulatorial de nutrição com o intuito de promover ao maior número possível de pessoas o atendimento de qualidade, visando prevenir doenças crônicas não transmissíveis que têm como fator de risco a inadequação alimentar. Cabe aos futuros profissionais da saúde saber motivar os pacientes para a importância de hábitos alimentares saudáveis, a fim de, no momento em que se sentirem preparados, ter atitude e decisão de mudar. Espera-se dar continuidade a este projeto, que promove ações de melhoria e qualidade de vida.

Palavras-chave: orientação nutricional; avaliação antropométrica; reeducação alimentar.

PROJETO DE EXTENSÃO – BIOMEDICINA ATENDIMENTO LABORATORIAL A LARES DE IDOSOS EXAMES DE PATOLOGIA CLÍNICA PARA AS COMUNIDADES

Fernanda Costa Vinhaes de Lima
FACES – UniCEUB
biomedicina@uniceub.br
Tania Cristina Santos Andrade
taniaandrade21@yahoo.com.br
Milton Rego de Paula Junior
milton.junior@uniceub.br

Este projeto tem como meta oferecer exames laboratoriais a duas entidades filantrópicas que acolhem idosos carentes, o Lar São José e o Lar Bezerra de Menezes, ambos localizados em Sobradinho/DF. Além do caráter humanitário, envolve alunos de Biomedicina na rotina laboratorial, que começa com a coleta, em que há a oportunidade de relacionar-se com os idosos atendidos, e a experiência de convivência comunitária. Os exames oferecidos são: hemograma, perfil lipídico, perfil renal, glicemia, avaliação de urina e exame parasitológico de fezes. Os alunos do curso de Biomedicina participaram de todas as etapas do projeto: coleta, separação e processamento dos materiais, realização e liberação dos exames, propiciando grande contribuição à formação acadêmica. Trata-se de oportunidade ímpar de relacionar os conhecimentos teóricos às atividades práticas com as devidas supervisões. Este projeto teve início em agosto de 2006 e já realizou mais de 1000 atendimentos. Alguns idosos já foram atendidos mais de uma vez, mostrando a importância deste projeto para o acompanhamento dos pacientes. Os exames foram realizados como previsto, de acordo com as amostras biológicas possíveis de ser coletadas, e os resultados foram encaminhados aos lares, para as devidas providências que são de responsabilidade da equipe médica. Dos 100 atendimentos neste ano, foram detectados idosos com anemia, alterações bioquímicas e parasitológicas que devem ser acompanhados por meio dos exames laboratoriais realizados pelo projeto. Além disso, este projeto já rendeu trabalhos de conclusão de curso, que também foram apresentados em congresso científicos de análises clínicas.

Palavras-chave: exames laboratoriais; idosos; lares assistenciais.

CALOURADA ESPORTIVA UNICEUB

Daniel Vasconcelos Veloso
esportes@uniceub.br
Sérgio Adriano Gomes
sergio.gomes@uniceub.br

Aluno voluntário:
Guilherme Costa Cayres
Alunos bolsistas:
Thiago Benon Carnaval Pereira da Rocha
Wemerson Monteiro Azevedo

A Calourada Esportiva UniCEUB é o evento de recepção do Núcleo de Esporte aos alunos ingressantes na instituição. Promovendo a prática de várias modalidades em apenas um dia, 300 calouros participam de competições de futsal, futebol *society*, voleibol, queimada e basquetebol. Além das competições, as turmas participantes podem usar a piscina e conferir apresentações especiais das outras modalidades da instituição, como esgrima, karatê e capoeira. Visando incentivar a participação dos discentes na atividade, o Núcleo de Esportes reuniu-se com os representantes de cada turma do 1º semestre, de cada curso e dos três turnos, matutino, vespertino e noturno, premiando os representantes das turmas com mais participantes. A premiação realizada após o evento é direcionada a, além de ofertar os brindes aos ganhadores, ser um momento de pesquisa, colhendo dos participantes as impressões sobre a atividade. As competições visam promover integração entre os alunos de cada turma. Na organização do evento, envolvem-se os alunos da disciplina Pedagogia dos Esportes Coletivos, do 2º semestre do curso de Educação Física, propiciando-lhes a prática das modalidades e incluindo-os na organização das competições e na logística de execução.

Palavras-chave: esportes; integração; calouros.

CANTO CORAL – CORAL UNIVERSITÁRIO

Renata Innecco Bittencourt de Carvalho
UniCEUB - Extensão
gutembergbass@hotmail.com

O projeto *Canto Coral do UniCEUB* visa atender a membros do corpo discente, docente, técnico e administrativo, capazes de desenvolver os recursos musicais trabalhados nos horários de ensaio, visando à qualidade musical em *performance*. Nesse sentido, pretende-se adotar uma estratégia de diferenciação dos serviços em relação àqueles existentes em outras universidades. Inserida nisso, encontra-se a abordagem predominantemente científica mediante a conscientização vocal e os conhecimentos fisiológicos da laringe, dos ressonadores vocais e do aparelho respiratório, além do aprofundamento no entendimento da escrita musical e dos estilos de interpretação de cada período. O primeiro grande impacto notado logo nas aulas iniciais foi a surpresa dos alunos, ao entenderem a necessidade do conhecimento fisiológico e técnico-vocal para a maximização dos benefícios desta atividade. Todos os alunos, a princípio, desconheciam a pesquisa científica nesta área. Isto pode ter afastado alguns alunos que esperavam uma abordagem meramente intuitiva. O estudo e o entendimento mais profundo da leitura rítmica foram outros fatores que não agradaram a outros envolvidos neste projeto. Porém, em relação aos que tiveram experiências anteriores com caráter meramente empírico, notou-se interesse maior como se buscassem, na pesquisa científica, a comprovação dos conceitos que, no passado, foram experimentados empiricamente. A abordagem técnica e científica ajudou a superar aspectos que, para muitos grupos vocais, são grande barreira, como, por exemplo, a tensão antes do ensaio geral. Observou-se que, mesmo durante o aquecimento vocal, que antecede o ensaio geral, os alunos tentavam, ao máximo, empregar a conscientização fisiológica e científica, ao ponto de, minutos antes da apresentação, não demonstrarem medo ou expectativa com o ensaio e, sim, extrema concentração.

Palavras-chave: recursos musicais; abordagem técnica e científica; concentração.

CLUBE DA CORRIDA UNICEUB

Daniel Vasconcelos Veloso
esportes@uniceub.br

Aluno bolsista:
Marco Antônio Caetano Júnior

O Clube da Corrida do UniCEUB tem o intuito de propiciar aos praticantes de corrida de rua um atendimento multidisciplinar. Com atendimento nas áreas de Educação Física, Nutrição e Fisioterapia, o Clube da Corrida é o posicionamento da instituição no crescente mercado de corrida de rua no Brasil. Após o lançamento do projeto, definiu-se o calendário de participação do Clube da Corrida nas principais e maiores provas da modalidade em Brasília. O UniCEUB apoiará os membros do Clube da Corrida nestes eventos e utilizará a estrutura como forma de divulgação da instituição, ofertando aos seus alunos aspectos de conforto, qualidade de atendimento e eficiência. No dia a dia da instituição, o Clube de Corrida visa orientar o treinamento de corrida aos interessados por meio de periodização individual, aspectos educativos, treinos em grupos e atividades de *long run*, que são as realizadas em locais fora do CEUB, como Parque da Cidade, Parque Olhos D´água e Parque da Água Mineral.

Palavras-chave: corrida; integração; saúde.

LIONS CLUBE DE BRASÍLIA UNIVERSITÁRIO – UNICEUB

Prof. Adilson de Lizio
UniCEUB – Direito – FAJS
adiilson.lizio@uniceub.br

Fundar o Lions Universitário é reunir toda a comunidade acadêmica, para enfrentar desafios específicos. O Lions Clube Universitário de Brasília – UniCEUB é vinculado à Associação Internacional de Lions Clubes, presente em 208 países e regiões geográficas, ou seja, 46.000 mil clubes no total. É a maior e melhor instituição de voluntários no mundo, segundo pesquisa publicada no jornal *Financial Times*, que destacou o crescente interesse de empresas em firmar parcerias a longo prazo, para combater problemas sociais. Os Lions Clubes Universitários realizam projetos e atividades, para atender a comunidade universitária, dando aos sócios o poder de efetuar mudanças, propiciando experiências e oportunidade de desenvolver habilidades de liderança útil, disseminando a cultura do voluntariado, modificando a realidade local, incentivando a união dos estudantes com os demais integrantes das faculdades. No UniCEUB, o Lions pode atuar, para atender ao público interno, particularmente, os alunos portadores de necessidades especiais, propiciando material específico e adaptação das instalações físicas da Instituição, promovendo palestras e apoiando o projeto Direitos Humanos e Desenvolvimento. O Lions Universitário busca, também, reunir os membros do UniCEUB e possibilitar a integração social mediante eventos leonísticos. Além disso, participa de atividades comunitárias fora do *campus*, individualmente e ou em parceria com outros clubes do nosso Distrito LB-3.

Palavras-chave: Lions Clube; voluntariado; responsabilidade social.

CURSO DE NIVELAMENTO EM FUNDAMENTOS DE MATEMÁTICA A DISTÂNCIA

Maria Elza Miranda Ataíde
elza.ataide@uniceub.br
Luís Cláudio Lopes de Araújo
Professor do UniCEUB – FATECS
luis.claudio@uniceub.br

Aluna:
Marcela Colaço de Lara Mendes

O curso de Nivelamento em Fundamentos de Matemática a distância oferece aos alunos a oportunidade de rever conceitos importantes estudados em matemática, em nível fundamental. Foram realizados dois encontros presenciais, um no início e outro no final do curso, e as atividades foram desenvolvidas no ambiente virtual de aprendizagem do UniCEUB. Durante o curso, os alunos estudaram o livro didático elaborado para esse fim, assistiram a vídeos sobre a ideia de matemática e vídeos explicativos que mostraram os conceitos e os procedimentos matemáticos. Realizaram questionários dinâmicos, participaram de fóruns e tiraram suas dúvidas em grupo e individualmente, por meio dos recursos disponíveis no ambiente virtual. Os conteúdos trabalhados foram: operações com frações, princípios aditivos e multiplicativos da igualdade, equações de 1° grau resolvidas por meio destes princípios, porcentagem, juros simples e compostos, matemática financeira básica e uso de planilhas eletrônicas para agilizar cálculos. O curso permitiu aos alunos compreender a matemática sob nova ótica e contribuiu para a revisão de conceitos e o aprendizado de novos conteúdos.

Palavras-chave: nivelamento; matemática; fundamentos de matemática; curso a distância.

CURSO DE NIVELAMENTO EM LÍNGUA PORTUGUESA A DISTÂNCIA TEXTO: ANÁLISE LINGUÍSTICA E PRODUÇÃO DE SENTIDO

Maria Elza Miranda Ataíde
elza.ataide@uniceub.br
Luciane Cristina Enes Lira
Luciane.lira@uniceub.br
Marcus Vinicius da Silva Lunguinho
Marcus.lunguinho@uniceub.br

Aluna bolsista:
Marcela Colaço de Lara Mendes

O curso de Nivelamento em Língua Portuguesa – Texto: análise linguística e produção de sentido foi organizado em duas unidades – Linguagem e Sociedade e Ética – nas quais foram explorados gêneros textuais expositivos e argumentativos. Foram desenvolvidas atividades de interpretação e compreensão leitora, análise linguística e produção textual em três modalidades de atividades avaliativas: atividades de compreensão, fóruns de discussão e produção textual. As atividades de compreensão visavam avaliar se os alunos eram capazes de reconhecer as características formais e linguísticas dos gêneros textuais abordados no material didático e compreender a construção dos sentidos nos textos. Os fóruns de discussão visavam avaliar a capacidade de os alunos utilizarem a língua escrita, observando aspectos gramaticais, discursivos e adequação da linguagem ao tipo de gênero textual abordado. A produção textual visava verificar o domínio das propriedades características de dois gêneros textuais: esquema e resumo. Por fim, a avaliação final visava definir quais competências e habilidades os alunos desenvolveram ao longo do curso.

Palavras-chave: Nivelamento; Língua Portuguesa; curso a distância; NLP a distância.

CURSO DE FUNDAMENTOS DE RACIOCÍNIO LÓGICO A DISTÂNCIA

Maria Elza Miranda Ataíde
elza.ataide@uniceub.br
Rudhra Gallina
rudhra.gallina@uniceub.br

Aluna bolsista:
Marcela Colaço de Lara Mendes

No primeiro semestre de 2012, o curso Fundamentos de Raciocínio Lógico ofereceu aos alunos a oportunidade de estudar os principais conceitos e fundamentos do raciocínio lógico em uma perspectiva reflexiva e aplicável ao cotidiano acadêmico, visando possibilitar a construção de estratégias para efetivar a aprendizagem, uma vez que as estruturas de conhecimento desenvolvidas atuam em consonância com todos os cursos e disciplinas da Instituição. Assim, buscou-se o desenvolvimento das competências ligadas ao raciocínio lógico, a argumentação, a análise contextualizada e a busca de autonomia intelectual. Em termos mais específicos, os módulos do curso trataram, sucessivamente, da compreensão da contribuição da lógica para o pensamento e para o cotidiano, da análise de estruturas de um argumento lógico e da identificação de argumentos equivocados ou enganosos. Além do estudo do livro didático, foram realizados exercícios e fóruns de discussão no ambiente virtual, para auxiliar a aprendizagem do conteúdo e o desenvolvimento das habilidades ligadas ao raciocínio lógico. O compartilhamento de reflexões, ideias e opiniões, a apresentação e o esclarecimento de dúvidas ocorreram por meio de fóruns, para propiciar e estimular a interação entre alunos e professor. Somado a isto, o recurso *diálogo reservado* foi precioso para aproximar mais o aluno do professor, uma vez que permitiu o atendimento de questões específicas de cada aluno, proporcionando a possibilidade de trabalhar com a dimensão do respeito à singularidade e às diferenças individuais. Os alunos contaram com o recurso *fale com a coordenação*, para sanar dúvidas e receberem informações relacionadas às atividades do curso. Todos receberam mensagens em seus *e-mails* particulares sobre avisos referentes ao curso, que é uma oportunidade para que o aluno desenvolva o raciocínio lógico e o pensamento de forma crítica e construtiva, principalmente no estudo dos conteúdos das diferentes disciplinas.

Palavras-chave: raciocínio lógico; perspectiva reflexiva; curso a distância.

DIREITO CIVIL-CONSTITUCIONAL PROSPECTIVO – DICCOP

Roberto Freitas Filho
roberto.filho@uniceub.br
Luciana Barbosa Musse
luciana.musse@uniceub.br
João Paulo de Faria Santos
jpaulo.advocacia@gmail.com
Pablo Malheiros da Cunha Frota
pablo.malheiros@yahoo.com.br
Maria Heloisa Cavalcanti Fernandes
maria.cavalcanti@uniceub.br
Eleonora Mosqueira Medeiros Saraiva
eleonora.saraiva@uniceub.br

Alunos voluntários:
Adalberto Ferreira da Silva
André Amaral filho
Anna Karoline Almeida de Souza
Chyrlene Bastos da Silveira
Dayse Aparecida Lopes Ottoni
Deoclides Pereira de Sá Neto
Diego de Barros Dutra
Elaine Paulucio Porfirio
Erick Brant Wolff
Gabriel Alves Passos
Hortênsia Monte Vicente Medina
Ismar Rios Mendes
Juliana de Oliveira Cavallari
Karine Nayalle Marques
Leonardo Possideli Moreira
Louise de Paula Galdiano
Lucas Coelho Teixeira
Luigi Di Lucca M Cardoso
Maraiza Guskuma
Maria Regina Benevides
Mariana Rocha Soares
Mirella Campelo Borges
Priscila de Souza Ribeiro Santos
Priscila Lemos Apolinário
Robson Oliveira Souza
Samantha Nayara de A Oliveira
Shirlei Lins Conceição
Thilie Marson Sanches
Tiene de Oliveira Carvalho
Vandir Odacio Efel

O Projeto Direito Civil-Constitucional Prospectivo busca integrar o conhecimento crítico do Direito Civil, interpretado mediante a Constituição da República, para que os alunos de graduação possam conhecer e interagir com realidades locais em um processo emancipatório. Tal atividade conduz ao empoderamento de direitos fundamentais e de seus procedimentos específicos de garantia, perpassando direitos individuais, coletivos e difusos que permeiem as relações intersubjetivas existenciais e patrimoniais. O projeto vincula-se ao eixo temático Desigualdade Social e Pobreza, do Observatório Direito e Políticas Públicas, na linha programática Direito de Grupos Sociais, propiciando o desenvolvimento dos discentes rumo à profissionalização cidadã, capaz de interagir com a sociedade e suas comunidades vulneráveis na busca de soluções para os problemas que lhes são afetos. A comunidade acadêmica não possui, em regra, os instrumentos mais eficazes para a formação profissional aderente aos problemas reais da sociedade brasiliense. O direito civil constitucional prospectivo que estabeleça os princípios da dignidade humana, da ética e da solidariedade social, entre outros, deve fazer que o discente consiga aliar o conhecimento teórico à prática crítica perante situações que, especialmente, atingem comunidades vulneráveis. A CENTCOOP enfrenta sérios problemas para realizar a sua atividade, já que, constantemente, sofre questionamentos acerca da legalidade dos locais onde atua, da sua constituição como pessoa jurídica e dos convênios que mantém com o SLU. Diante disso, houve debates do grupo com a comunidade envolvida, com

o SLU e com deputados distritais a fim de que as condições da comunidade sejam reestruturadas e ela possa conquistar e efetivar direitos mínimos para o exercício da atividade de forma digna. No primeiro semestre de 2012, o grupo foi dividido em várias frentes de trabalho, quais sejam:

frente 1 – Convênios com o SLU (Serviço de Limpeza Urbana)

frente 2 – Plano Distrital de Resíduos Sólidos

frente 3 - Trabalho com as Cooperativas.

Palavras-chave: direito civil constitucional; problemas jurídicos; catadores de lixo DF.

EDUCAÇÃO FÍSICA PARA A CIDADANIA: EDUCAÇÃO SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA

Marcelo Guimarães Boia do Nascimento
marcelo.Boia@uniceub.br
Alice Maria Corrêa Medina
licinhamedina@gmail.com.br

Alunos voluntários:
Augusto Correia
Ana Paula Guedes Costa
Anieli Monteiro Santana
Regina Célia de S. Santos
Nilma Soares
Nayara Pereira Grugel
Rodrigo Vieira Bogea
Priscilla Gonçalves da Silva
Vanessa Lopes Bahrer
Florence Félix de Andrade
Cibele Aparecida Santos Ramalho
Leandro Fontebasse de Araújo

As atividades educacionais do presente projeto de extensão, desenvolvidas durante o 1º semestre de 2012, contribuíram, de maneira significativa, para o desenvolvimento e a participação, de forma integral, dos educandos das turmas do 1º ao 5º ano do ensino fundamental da Escola Classe 708 Norte. As oficinas e as ações de Educação Física favoreceram a vivência de experiências lúdicas com o movimento, por meio de intervenções pedagógicas, considerando-se os aspectos contextuais e sociais. Foram desenvolvidas, ao longo do semestre, pelos monitores do UniCEUB atividades que tiveram como objetivo desenvolver as capacidades físicas – força, flexibilidade, resistência, velocidade –, as habilidades motoras – andar, correr, pular, saltitar, arremessar –, as capacidades psicomotoras – coordenação motora geral, viso-motora e motora fina, lateralidade, ritmo, equilíbrio e expressão corporal –, além de vivenciar as relações sociais mediante atitudes cooperativas, relações interpessoais e desenvolvimento cognitivo.

Palavras-chave: educação física; atividades lúdicas; desenvolvimento integral.

EDUCAÇÃO PARA A SAÚDE

Simone Roballo
simone.roballo@uniceub.br
Magda Verçosa de Carvalho Branco
magda.vercosa@uniceub.br
Marília de Queiroz Dias Jácome
marilia.jacome@uniceub.br

Alunos voluntários:
Ana Paula Pimentel Jacob
Andréa da Cruz Santos
Atila Viana Carneiro
Fernanda dos Santos Araujo Bispo
Fernanda Maia Nobre de Figueiredo
Felipe Alesander Marques Souto
Karla Regina de Oliveira
Lays Rodrigues de Souza
Luana Arreguy Novais
Jhonatan Silveira Mendes
Marcela Valim
Maria Carolina Colombo de Souza
Priscila Mizuki Kuda
Rodrigo Nascimento Silva
Rosalvo Fonsêca dos Santos Neto
Vanessa Sodré de Souza

A comunidade acadêmica aproxima-se e troca seus saberes com a comunidade externa por meio de atividades extensionistas. Educação para Saúde constitui-se em um dos projetos de extensão do curso de Psicologia da Faculdade de Ciências da Educação e da Saúde (FACES) do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB), da cidade de Brasília DF, cuja proposta é estimular a produção de material didático pedagógico, voltada à implementação de ações relacionadas a temas que envolvem aspectos biopsicossociais da adolescência e pré-adolescência. Participaram do programa 16 alunos dos cursos de Psicologia, Enfermagem, Educação Física, Biomedicina e Fisioterapia. Foram realizadas oficinas, em que se priorizou a diversidade da formação dos participantes, seus conhecimentos teóricos sobre os temas em questão, o interesse da clientela e as sugestões dos responsáveis por abrigo, local de moradia dos adolescentes e dos responsáveis pela escola. Inicialmente, o número de adolescentes que frequentaram as atividades deste programa foi 22, com idade entre 12 e 18 anos de idade, moradores da cidade de Taguatinga DF. Após a participação em 4 oficinas, os adolescentes não mais puderam comparecer às atividades, em função da paralisação das aulas das escolas públicas.Tal fato levou as responsáveis a novas empreitadas e à busca de nova parceria, que se concretizou com o direcionamento das atividades para crianças de 7 a 11 anos, estudantes da Escola Classe 708 Norte, o que exigiu dos acadêmicos a adaptação das atividades lúdicas para o público infantil. Nos dois momentos do desenvolvimento do projeto, realizaram-se atividades relativas às especificidades do período de vida dos participantes. Nos encontros com os adolescentes, focalizaram-se temas que englobassem o despertar para a vida adulta, a inserção no mundo do trabalho, os estudos e a alimentação saudável. Com as crianças, o foco esteve relacionado a atividades que estimulassem o desenvolvimento da coordenação motora e o trabalho em equipe por meio de recreação. Utilizaram-se como recurso didático filmes, dramatizações, palestras, brincadeiras infantis tradicionais e atividades esportivas. Os estudantes também receberam orientação sobre o desenvolvimento de um artigo científico que se encontra em fase de elaboração. Portanto, além da preparação e da implementação das oficinas, será gerado um produto acadêmico para posterior apresentação. Os resultados obtidos possibilitaram aos graduandos, além da realização de atividades propostas, desenvolver a capacidade de resolução de problemas em função da mudança da clientela do projeto. Este fato estimulou-os à expressão do poder de criação, à realização de novas leituras para adaptação das oficinas e à participação em atividades aplicadas às crianças da escola classe. Em relação ao que foi trabalhado com os adolescentes, as atividades que envolviam questões sobre a inserção no mundo do trabalho, dúvidas e insegurança geradas pela chegada ao mundo adulto possibilitaram a discussão intensa dos temas, minimizando, assim, as dúvidas. As crianças mostraram-se participativas e alegres, por participar de atividades ao ar livre e integraram-se bem com os facilitadores. Conclui-se que o trabalho realizado pelos facilitadores evidenciou o uso de ações multidisciplinares com as quais aprenderam a buscar meios para

resoluções de problemas. Os adolescentes, mesmo não participando das últimas atividades, demonstraram-se aliviados nas suas angústias e na expectativa de retorno às atividades no próximo semestre. Em relação às crianças, espera-se ter contribuído com o processo de sua socialização e do seu desenvolvimento psicomotor.

Palavras-chave: saúde; educação; qualidade de vida; etapas da vida.

ENFERMAGEM EM AÇÃO: CRECHE PROMOVIDA

Henry Maia Peixoto
UniCEUB – FACES – Enfermagem
henrymp9@hotmail.com

Alunos voluntários:
Eva Fernanda P. Muniz
Karina Araújo Bezerra
Warlei Nunes de Souza
Stephannie Dayane
Valdizia Milhomen
Giancarlo Rodrigues Souto
Maisa de Menezes M. V. Prado
Meyriane Pereira Gosaves
Micheli Lacerda de Almeida
Luisa Costa Guidoux

A sociedade moderna tem passado por profundas modificações sociais, impondo um ritmo frenético à vida, principalmente, nos grandes centros urbanos, gerando necessidades coletivas, familiares e individuais. Assim, prover boa educação aos filhos tem-se caracterizando como grande desafio, imposto especialmente às famílias de baixa renda. É nessa perspectiva que surge a Creche Promovida de São Sebastião com o propósito de cuidar e educar em um ambiente fértil e seguro, adequado ao desenvolvimento das potencialidades individuais e coletivas das crianças no período oposto ao das atividades escolares. Elas devem estar matriculadas no ensino fundamental, ser oriundas da comunidade adjacente e estar na faixa etária de 6 a 14 anos. Entre as ações desenvolvidas, destacam-se as aulas de reforço escolar, de computação, atividades recreativas, além de acompanhamento médico, psicológico, nutricional e de enfermagem. Atualmente, a fim de promover melhor qualidade de vida da população adjacente, a instituição, também, oferece atividades promotoras da qualidade de vida, tais como: oficinas terapêuticas, consultas promotoras da saúde e prevenção da hipertensão arterial e diabetes. Nesse sentido, o Centro Universitário de Brasília (UniCEUB) desenvolveu, no primeiro semestre de 2012, um projeto de extensão universitária na área de educação em saúde e prevenção de doenças, junto a 247 indivíduos da comunidade e entre os funcionários. Com o intuito de obter maior adesão, os trabalhos ocorreram aos sábados, nos períodos matutino e vespertino. Foram desenvolvidas atividades educativas, de rastreio e controle da hipertensão arterial e diabetes, além de um curso de primeiros-socorros ministrado aos funcionários. Foram realizadas 365 aferições de pressão arterial e 209 mensurações de glicemias capilares, nas quais 77 alterações foram encaminhadas à consulta de enfermagem para as devidas orientações e encaminhamentos. Considerando os resultados apresentados, observamos que as ações executadas propiciaram aos acadêmicos o contato com a prática da educação em saúde, em que a promoção da saúde e a prevenção de agravos objetivaram a melhoria da qualidade de vida dos assistidos. Verificou-se também que a inter-relação entre teoria e prática apoiada no intercâmbio dos saberes científico e popular contribuiu para o fortalecimento da formação dos acadêmicos e dos familiares, influenciando a vida de ambos.

Palavras-chave: hipertensão arterial; diabetes; qualidade de vida; educação.

ENFERMAGEM EM AÇÃO: ESCOLA CLASSE SRIA

Rosângela Garcia Jaramillo
UniCEUB – FACS – Enfermagem
Rosangela.jaramillo@uniceub.br

Alunos voluntários:
Lorrine Grace de Sousa Costa Nunes ***Thiago Fernandes Melo de Castro***

O profissional enfermeiro desenvolve, entre outras, a atividade educativa com o principal objetivo de desenvolver no indivíduo seu potencial para autocuidar-se. Refletindo sobre a criança em fase escolar, as atividades incluem a coleta de dados para o conhecimento das condições dessa população, a fim de, posteriormente, elaborar atividades lúdicas, envolvendo as orientações de saúde necessárias para que as crianças iniciem seu aprendizado para o autocuidado. No primeiro semestre de 2012, houve atividades de continuidade às iniciadas no semestre anterior. Foi realizada, novamente, uma avaliação, já que a população de crianças aumentou. No entanto, a característica de déficit nutricional manteve-se em 50% da população avaliada (total de 80 crianças). Além disso, foram trabalhadas atividades lúdicas voltadas para os cuidados de higiene pessoal e com o corpo para manutenção da saúde. As respostas que as crianças apresentaram foram as ações ensinadas como atividades diárias de hábitos saudáveis de cuidados com a saúde, observadas pelas professoras tanto na verbalização quanto na mudança de hábitos. Considera-se que a atuação dos alunos do curso de enfermagem junto às crianças, com foco de continuidade, propicia o vínculo de carinho e confiança para que elas demonstrem abertura para aprender e desenvolver as mudanças de hábito propostas.

Palavras-chave: educação comunitária; saúde do escolar; programas de atenção à criança.

ENFERMAGEM EM AÇÃO ESTÁGIO CAC

Rosangela Garcia Jaramillo
rosangela.jaramillo@uniceub.br
Judith Aparecida Trevisan
judith.trevisan@uniceub.br

Alunos voluntários:
Regina Celia de Paula
Fernanda Felix Pessoa
Jhonne dos Santos Pinheiro Leite
Arathiele Martin Rabêlo
Andreia da Cruz Santos
Lesley Bastos Nogueira
Lays Siqueira Rocha de Oliveira
Nubia Magaly Cirilo Bezerra dos Santos
Suellen Silva de Almeida
Jessiane Alcantara Ricardo
Thiago Fernandes Melo de Castro
Laís Gonçalves Carvalho
Luisa Costa

Entre as ações no atendimento à comunidade, o profissional enfermeiro focaliza-se na assistência holística à população. Isso exige uma visão geral de promoção, prevenção e implantação de atividades nos níveis primário, secundário e terciário de assistência junto ao indivíduo, à família e à comunidade. Fundamentados nesta premissa, o projeto do CAC- Enfermagem desenvolveu atividades, como: promover ações de estímulo ao controle da pressão arterial sistêmica e demais sinais vitais em mulheres pós- mastectomizadas intervir junto a crianças da 1ª e da 2ª infância quando apresentarem parâmetros no crescimento e desenvolvimento fora dos padrões para sua faixa etária atuar junto às equipes multidisciplinares nas demandas que necessitam das intervenções de enfermagem mensurar a curva de crescimento e desenvolvimento da criança da 1ª e da 2ª infância, no perímetro cefálico, torácico, e abdominal e cruzar os dados, para compreender a necessidade de cada uma orientar ações preventivas junto ao grupo de mulheres pós-mastectomizadas aferir sinais vitais orientar cuidados com curativos no pós-operatório alertar para a importância de realizar exercícios físicos regularmente e a necessidade de seguir os horários corretos para o uso das medicações prescritas pelo médico incentivar o retorno ao médico, para fazer os exames e certificar-se de que a medicação está sendo utilizada na dose certa orientar os pais sobre a importância de realizar as imunizações conforme calendário da criança ensinar técnicas de conforto e higiene para a melhor qualidade de vida às crianças sindrômicas orientar sobre ações que englobam a assistência integral de enfermagem de forma holística desenvolver palestras sobre importância do aleitamento materno, forma correta de o bebê realizar a pega, relevância do binômio mãe-filho, mitos e verdades sobre o aleitamento materno. Os grupos envolvidos cursavam Enfermagem do 1º ao 5º semestres. Os resultados obtidos foram o aprendizado do acadêmico e a resposta que a comunidade conferiu aos acadêmicos e ao professor. Como aspecto positivo, citam-se a integração de todas as equipes multidisciplinares que atuaram no CAC, a participação dos pais nas datas agendadas, ao trazer seus filhos para realizar a consulta de enfermagem e receber as orientações, a participação das mulheres pós-mastectomia e seu retorno. O objetivo é continuar atuando no CAC com a equipe de acadêmicos e prestar assistência de qualidade à população em serviços de enfermagem.

Palavras-chave: prevenção; hipertenção; enfermagem; comunidade; saúde da criança.

ENFERMAGEM EM AÇÃO NA ESCOLA CLASSE 708 NORTE

Rosângela Garcia Jaramillo
UniCEUB – FACS – Enfermagem
rosangela.jaramillo@uniceub.br
Celeida Belchior Garcia Cintra Pinto
celeida.pinto@uniceub.br

Alunos:
Jéssica Macedo da Silva
Luísa da Silva Marques
Jaquelyne Bernard da Silva
Letícia Silva Cruz
Isabela Bernardes Fonseca
Jéssica de Araújo Silva
Gabriela Ladeira Meireles
Jane Paulo Pontes de Oliveira
Adriana França de Lima
Gabryella Fabíola Nogueira Martins
Paula Manhana Bastos Santos
Fernanda Felix Pessoa
Camila Ferreira de Moura
Gabriela Rodrigues Paula Campos
Vanessa Patelli dos Reis
Thiara de Fátima Xavier Oliveira
Giselle de Andrade Souza
Luzia Alves Ceciliano
Lays Siqueira R de Oliveira

O projeto apresenta uma proposta de orientação sobre cuidados com a saúde, por meio de brincadeiras e atividades lúdicas, de forma simples e descontraída, junto aos alunos dos anos iniciais do ensino fundamental da Escola Classe 708 Norte. Busca orientar as crianças, contribuindo para a sua formação integral por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde. Os jogos e as brincadeiras fazem parte do desenvolvimento da criança, possibilitando divertimento, prazer e alegria. Proporcionam, também, a imaginação, a criatividade, o raciocínio, a motricidade e auxiliam a concentração e o relacionamento interpessoal. Os objetivos do projeto são: despertar o interesse e o gosto pelo cuidado com a saúde e o processo de socialização das crianças por meio de atividades pedagógicas lúdicas propiciar o desenvolvimento de valores individuais e coletivos no grupo escolar, familiar e social, favorecendo o autoconhecimento, o conhecimento do outro, a integração grupal, a capacidade de liderança, de decisão e a iniciativa explorar a percepção sensorial, visual e auditiva e a coordenação motora das crianças estimular a imaginação e a criatividade.

Palavras-chave: educação comunitária; saúde do escolar; programas de atenção à criança.

ENSINO E CIDADANIA EM CRECHES

Karina Aragão Nobre Mendonça
Faces – Nutrição
karina.mendonca@uniceub.br
Fabiola de Souza Amaral
fabíola.amaral@uniceub.br

Alunos voluntários:
Amanda Rúbia d´Affonseca Batista
Bruna Vilela Silva Leite
Hayanne Rolim F. Paiva
Julia Jaccottet Lopes
Laryssa Fernandes
Maria Fernanda Chaul
Paulenne Martins de Sousa
Wellydan Spindola de Ataides
Priscila Costa Cavalcante

O projeto *Ensino e cidadania em creches* ocorre semanalmente, com atividades relacionadas à nutrição e à alimentação, elaboradas e realizadas por alunos do curso de Nutrição do UniCEUB, supervisionados por um professor. Todas as ações ocorrem mediante visitas à creche e reuniões no UniCEUB para produção dos materiais que serão utilizados. A creche Promovida localiza-se em São Sebastião – cidade-satélite do Distrito Federal. O público-alvo são crianças de 6 a 14 anos, totalizando 210, e os funcionários, em torno de 10. As crianças ficam na creche, durante um período (matutino ou vespertino), pois, no outro, estão na escola. Na creche, recebem três refeições e realizam atividades, como: recreação, deveres de casa, leituras, encontros com as equipes, entre outras. Nas ações do primeiro semestre de 2012, foi observado o impacto positivo na educação alimentar, propiciada desde os anos anteriores, com resultado satisfatório na alimentação e na mudança de comportamento alimentar. O foco principal das atividades foi a realização de atividades de educação nutricional, a definição do diagnóstico nutricional e a elaboração de cardápios. Nas ações de educação nutricional, foram realizadas duas atividades recreativas em comemoração à Páscoa e no encerramento do semestre, envolvendo brincadeiras e doação de brindes sobre o tema *alimentação saudável*. Os resultados da avaliação antropométrica mostraram que 11% das crianças se apresentam com baixo peso ou em risco de baixo peso, 65% estão eutróficas, e 24% apresentam-se acima do peso, sendo observada uma melhora geral, comparada aos anos anteriores. As crianças com risco nutricional foram encaminhadas ao atendimento ambulatorial do serviço de nutrição da clínica-escola do UniCEUB. O cardápio foi atualizado ao longo do semestre, adaptando-se os conceitos de alimentação saudável à realidade financeira da creche. As atividades do projeto contribuem para a formação acadêmica do aluno, pois trata-se de oportunidade ímpar de relacionar os conhecimentos teóricos às atividades práticas com as devidas supervisões. O aluno experimenta a convivência comunitária, relacionando-se com as crianças e os funcionários da creche. Observa-se, também, nos alunos, o desenvolvimento do espírito de cidadania, pois todos contribuem para a melhoria das condições da creche.

Palavras-chave: alimentação saudável; educação nutricional; oficinas educativas; avaliação antropométrica.

EXAME PARASITOLÓGICO E INTERVENÇÃO EDUCATIVA

Fernanda Vinhaes de Lima
biomedicina@uniceub.br
Tatiana Karla dos Santos Borges
tatiana.borges@uniceub.br

Alunos voluntários:
Amanda Silva Cruz
Andréia Cascaes
Camila Mello dos Santos
Carolina Achmaltz Paixão
Daniel Timbó
Hélen Silva Nascimento
Elayne Rarden Pereira dos Santos
Isabela de Oliveira Pinheiro
Jéssica Gomes dos Santos
Kédna Ramos de Souza
Rafaela Cortês Freitas
Raphaela Menezes de Oliveira
Rafaela Vitória de Freitas
Rogério Teixeira M de Oliveira
Sandy Karen Moura de Melo
Thainá Gonçalves Bittencourt

As parasitoses intestinais representam um dos mais importantes problemas de saúde pública, sobretudo nos países em que as condições higiênico-sanitárias são precárias ou não se estendem a toda a população e onde a educação profilática e preventiva é pouco aplicada. Dos parasitos, o *Ascaris lumbricoides* é o helminto humano mais frequente, e estima-se que de 200 a 400 milhões de indivíduos estejam parasitados pelos protozoários *Giardia duodenalis* e *Entamoeba histolytica*. Os danos que os enteroparasitas podem causar a seus portadores incluem, entre outros agravos, obstrução intestinal, desnutrição, anemia por deficiência de ferro e quadros de diarreia crônica e má absorção intestinal. As manifestações clínicas são usualmente proporcionais à carga parasitária no hospedeiro. A consequência mínima desta interferência no metabolismo do hospedeiro é o comprometimento do desenvolvimento físico e intelectual, particularmente, das faixas etárias mais jovens da população. O objetivo deste estudo é realizar o levantamento coproparasitológico para aplicação das medidas educativas e profiláticas. Para isso, emprega-se o exame coproparasitológico, utilizando os métodos de Hoffmann-Pons-Janner e Willis e o trabalho socioeducativo com os escolares. Os exames na creche Promovida resultaram em 70% de amostras negativas o parasito mais prevalente foi o *Endolimax nana*, seguido do *Entamoeba coli* e do *Iodoamoeba bütschlii*. Em menor quantidade, encontramos parasitos importantes, como *Giardia duodenalis*, *Entamoeba histolytica* e *Ascaris lumbricoides*. Com os escolares da Escola Classe 708 Norte, os alunos da graduação de Biomedicina separaram as crianças em pequenos grupos em que se discutiram intervenções importantes, para evitar infecções parasitárias. Ao final, as crianças apresentaram, em forma expositiva, de mímica ou de teatro, o assunto debatido. O resultado dos exames demonstra elevada prevalência de parasitos naqueles que estão frequentemente em contato com as crianças. Isso chama atenção para o fato de que somente o trabalho socioeducativo com escolares não é suficiente para erradicar as parasitoses do seu convívio e que existe a necessidade de intervir, também, entre pais, responsáveis e funcionários da escola, para que, uma vez todos devidamente orientados, possam desenvolver ações que reduzam, verdadeiramente, as taxas de transmissão e a prevalência dos parasitos. Por outro lado, o trabalho socioeducativo demonstra que as crianças já possuem bom conhecimento sobre as formas de contrair e prevenir as doenças parasitárias, refletindo o trabalho realizado pelo projeto no semestre anterior. Contudo, a escola não se mostrou realmente interessada na atividade e não conseguimos realizar a palestra para os responsáveis, o que seria importante, considerando os resultados obtidos. O conhecimento higiênico-sanitário ainda é uma das melhores formas para prevenir as doenças infecto-parasitárias, porém isso deve estender-se a toda a comunidade com o objetivo de, realmente, diminuir as taxas de incidência e prevalência da população.

Palavras-chave: parasitoses; educação sanitária; profilaxia.

FISIOTERAPIA AMBULATORIAL – ADESU

Renata Viera Rebouças
renatareboucas@gmail.com
Valéria Sovat de Freitas Costa
valeria.sovat@uniceub.br

Alunos:
Alexandre da Silva Costa
Kauanne Mendes Antunes
Patricia da Silva Pinto Fernandez
Isabela Brandão da Silva
Bruna Gonçalves Duarte
Ana Claudia Soares Schult
Tamaris de Souza Santos
Luisa Ester Martins de Lima
Thainara Martins de Souza
Cristiane Lucia Ferreira
Priscila Herminio Pschiski

O projeto de Fisioterapia Ambulatorial na ADESU sofreu mudança extremamente positiva no 1º semestre de 2012, no que diz respeito ao espaço físico, que foi oferecido pela parceria com os laboratórios do LABOCIEN, proporcionando plena estrutura para o atendimento. Com isso, houve interesse maior do público interno, que fez a divulgação do projeto a outras pessoas pelos resultados obtidos com o tratamento. Os atendimentos são feitos de forma ampla, envolvendo alunos e professores responsáveis, propiciando habilidade prática, possibilitando, já nos semestres iniciais do curso, os alunos terem o contato direto com pacientes, discutindo os casos clínicos, para sanar dúvidas, propor técnicas diferenciadas de tratamento e expor o prognóstico dos pacientes. Observou-se uma variedade de patologias em coluna, joelho e outros segmentos corporais. Os objetivos dos procedimentos são tanto curativos como preventivos. Os alunos mostraram interesse em aprender, levando, diariamente, propostas novas para o atendimento e resoluções dos problemas. A satisfação dos pacientes foi relatada de forma espontânea, por meio de cartas de agradecimento. Além disso, foi desenvolvida uma proposta de trabalho em grupo pela demanda maior dos funcionários da Biblioteca, com objetivo de orientação postural, ensinando formas de alongamento e relaxamento com sugestões de mudanças de hábito para melhora da qualidade de vida. O projeto enriquece o aprendizado dos alunos envolvidos e desperta, desde cedo, o interesse em buscar tratamentos novos aos casos. Para atestar o sucesso, já existe uma lista de espera com 12 pacientes interessados em participar do projeto no próximo semestre.

Palavras-chave: fisioterapia; ambulatório; alunos.

FISIOTERAPIA DO TRABALHO

Renata Viera Rebouças Sarubbi Cysneiros
UniCEUB – FACES – Fisioterapia
renata.reboucas@uniceub.br

Alunos voluntários:
Caroline Teixeira
Eulália Lays
Felipe Souto
Gabriela Lopes da Silva
Hiaderson Santana
Isabelle Monteiro
Juliana Almeida
Juliana Andrade da Silva
Jacqueline Vieira de Sousa
Marlúcia Beirão
Thaís Alves
Thamillis Cardoso
Vitor Barata
Renato da Silva Straehl Fernandes

A Ergonomia "é o estudo do relacionamento entre o ser humano e seu trabalho, equipamento e ambiente e, particularmente, a aplicação dos conhecimentos de anatomia, fisiologia e psicologia na solução dos problemas surgidos desse relacionamento" (*Ergonomics Research Society*). Tendo caráter multidisciplinar, a ergonomia necessita de profissionais de várias áreas, entre eles, o educador físico, o psicólogo, o engenheiro, o enfermeiro e o fisioterapeuta. A fisioterapia do trabalho é uma especialidade que visa à prevenção, ao resgate e à manutenção da saúde do trabalhador, tratando dos aspectos de ergonomia, biomecânica, atividade física laboral e recuperação de queixas ou desconforto físico, trabalhando sob o enfoque interdisciplinar. Um dos principais problemas de saúde enfrentados pelos trabalhadores são os Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT), que têm vínculo direto com esforços repetitivos, tarefas inadequadas, inadaptações das jornadas de trabalho, estresse e posturas físicas incorretas. Com o passar do tempo e a persistência dos fatores causais, a dor tende a aumentar a intensidade. O projeto de extensão denominado *Fisioterapia do trabalho* realiza atividades preventivas e curativas, atendendo às necessidades dos colaboradores do UniCEUB em busca de melhor adaptação e qualidade de vida no trabalho. Os principais objetivos deste projeto são identificar, mediante avaliação, as disfunções posturais orientar posicionamentos mais adequados ao trabalho sensibilizar o trabalhador da importância da ergonomia em seu dia a dia reduzir, efetivamente, os distúrbios músculo-esqueléticos reabilitar funcionários que apresentarem lesões por esforços repetitivos (LER) melhorar a flexibilidade de membros superiores, coluna vertebral e membros inferiores evitar retrações, favorecendo o relaxamento e a liberação de metabolismos musculares. As intervenções foram feitas em dois lugares distintos, na Ouvidoria, localizada no *campus* do UniCEUB, e no Centro de Atendimento à Comunidade – CAC, no Setor Comercial Sul, Call Center, 11º andar, duas vezes na semana, pelos alunos do 1º, do 2º e do 3º semestres, sob orientação docente. Realizaram-se duas sessões ao dia, com grupos distintos de colaboradores, com a duração de trinta minutos. Cada intervenção era iniciada por um momento de conscientização e esclarecimentos acerca de temas da saúde do trabalhador. Foram feitos alongamento, automassagem, massoterapia, exercícios com faixas elásticas, com bolas e bastões, dança, dinâmicas, proporcionando maior participação dos envolvidos. Houve aumento de motivação e de autoestima, descontração, alívio de estresse, diminuição de somatização de doenças, distensionamento dos músculos e aumento da produtividade. Ao final das atividades, os colaboradores de ambos os setores contemplados demonstraram satisfação com o trabalho executado, sugerindo prosseguimento e ampliação do projeto.

Palavras-chave: fisioterapia; trabalho; ergonomia.

FISIOTERAPIA EM SAÚDE COLETIVA

Renata Vieira Rebouças
Professora do UniCEUB – FACES
renata.reboucas@uniceub.br
Mara Claudia Ribeiro
Professora do UniCEUB – FACES
mara.ribeiro@uniceub.br

Alunos:
Fabiana C. Gomes
Mariliá Soares
Úrsula de O. Limongi
Amanda Molinari Medeiros Prado
Amanda Antunes
Gabriela Nery de Oliveira Figueiredo
Jenny Tsai
Gabriela Alves Araújo
Karen Rafaela A. Alves
Nayara César Alencar Monteiro
Marcela Souza Rocha de Oliveira
Fernanda Guimarães
Nayara Yumi

A hidroterapia pode ser compreendida como o tratamento pela água, sob diversas formas e temperaturas variáveis, sendo um recurso do fisioterapeuta. Quando se aplicam os recursos hídricos ao corpo, operam-se modificações que atingem, em primeiro lugar, o sistema nervoso, o qual, por sua vez, age sobre o aparelho circulatório, produzindo efeitos sobre a regularização do calor corporal. As reações à aplicação da água são, portanto, três: nervosa, circulatória e térmica. Diversos são os recursos que podem ser associados ao uso da piscina térmica, a fim de alcançar, em contrapartida, inúmeros benefícios. No primeiro semestre de 2012, os alunos do projeto de extensão *Fisioterapia em saúde coletiva* tiveram oportunidade de agir no Setor de Hidroterapia do Hospital Militar de Área de Brasília. Foram desenvolvidas atividades preventivas e curativas, utilizando-se os benefícios das propriedades da água quente, quando 3 grandes grupos de pessoas foram assistidas nos seguintes casos: lombalgia – prevenção e tratamento com recursos hidroterápicos envelhecimento saudável – fortalecimento e diminuição do risco de quedas artrose – redução do quadro álgico de quadril e joelho. Os atendimentos tinham por objetivo diminuir a dor, fortalecer a musculatura, manter a amplitude de movimento, treinar o equilíbrio e promover relaxamento e bem-estar aos grupos e foram realizados em grupo ou individualmente, duas vezes por semana, durante todo o semestre. Ao final do período do projeto, os indivíduos beneficiados referiram-se à melhora do quadro inicial, e a maioria pôde ter alta e ser encaminhada, para dar continuidade a atividades que promovam bem-estar e perpetuação do estado benéfico alcançado.

Palavras-chave: prevenção; fisioterapia; hidroterapia.

GESTÃO AMBIENTAL NO UNICEUB

Carlos Alberto da Cruz Júnior
cga@uniceub.br
Andrea Marilza Libano
andrea.libano@uniceub.br

Alunos voluntários:
Ludmila Monteiro Bezerra
Ellen Caroline Oliveira e Silva
Lucas dos Santos
Mateus Ferreira de Moura
Renata Uchâ Alves
Juliana Benez Ferreira

Com intuito de fomentar ações previstas na política ambiental do UniCEUB, o projeto de extensão em Gestão Ambiental tem auxiliado a implantação de estrutura de operação que possibilite conscientização, delegação de competências, realização de treinamentos, controle de documentos e informações e controle operacional. No primeiro semestre de 2012, o projeto concentrou esforços na implantação do sistema de coleta seletiva na área externa do *campus* e no recolhimento de papel nos setores da instituição. As ações foram delineadas mediante um levantamento dos principais resíduos gerados e da necessidade de estruturação de coleta seletiva. A equipe do projeto realizou um curso de capacitação de funcionários terceirizados para a coleta seletiva, os quais constituem o grupo de agentes ambientais e são capacitados a retornar informações do processo para a Comissão de Gestão Ambiental, possibilitando o monitoramento e a melhoria contínua. A equipe realizou um encontro com funcionários dos diferentes setores da instituição, para organizar a coleta de papel, identificado como o principal resíduo produzido e em maior volume no *campus*. Foi definido o sistema de coleta semanal e distribuído um material informativo elaborado pelo projeto, publicado e disponível na forma impressa e *on-line*. Além disso, coletores foram fabricados mediante o reaproveitamento de caixas de papelão geradas como resíduo dos insumos utilizados na instituição. A implantação da coleta seletiva e de papel iniciou-se na primeira semana de maio. Seis estagiários de extensão atuaram no curso de capacitação e na mobilização de agentes dos setores, foram responsáveis pelo cadastramento dos funcionários de cada setor e realizaram o acompanhamento da coleta durante o semestre, ampliando cadastros, fazendo o levantamento de informações junto aos agentes, acerca da necessidade de ajustes nos processos e da necessidade de materiais. Paralelamente às atividades de coleta, os estagiários desenvolveram um ciclo de palestras para alunos dos cursos de Geografia, História, Biologia e uma turma do Direito acerca da importância da responsabilidade pós-consumo e do uso dos coletores seletivos para descarte de resíduos. Em virtude do elevado número de alunos que a instituição comporta, verificou-se a necessidade de recursos de difusão de informações e sensibilização de acesso rápido e em massa. Assim, vinculado ao projeto de extensão, foi desenvolvido um trabalho de conclusão de curso (TCC) com análise de ferramentas educativas no formato *on-line*. O resultado desse trabalho será apresentado como proposta para desenvolvimento de um curso com base em tecnologia de Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), sobre o gerenciamento de resíduos sólidos no ambiente institucional. Também foram submetidas duas propostas de projeto de pesquisa para o programa de bolsas da Fundação de Apoio à Pesquisa - FAP/DF, um para aproveitamento do resíduo óleo culinário e outro para modelo de biodigestor de resíduos orgânicos, ambos com vistas à implantação no ambiente institucional. Como atividade de acesso a informações ambientais no *campus*, o projeto iniciou a colocação de placas informativas nas árvores da instituição, disponibilizando dados ecológicos e de uso e origem das espécies, dando continuidade às atividades de levantamento realizadas no 2° semestre de 2011. Os principais resultados do desenvolvimento do projeto foram: a capacitação de trinta funcionários terceirizados para atuar como agentes da coleta seletiva a formação de um grupo de 34 agentes ambientais nos setores da instituição para coleta seletiva de papel a distribuição de 70 caixas coletoras de papel a sensibilização de 180 discentes sobre a importância da coleta seletiva no *campus* um manual de orientações para a coleta seletiva de papel produzido e publicado um TCC concluído 20 placas informativas colocadas nas árvores do *campus*. Como ações de continuidade do projeto para o 2º semestre de 2012, será estimulado o descarte correto de pontas de cigarro e implantado o recolhimento de óleo, pilhas e baterias no *campus*, a instalação de dois Pontos de Entrega Voluntária (PEV) de materiais recicláveis, disponíveis para a comunidade interna e a adjacente ao *campus* e a ampliação da coleta seletiva de papel para o corpo discente. Após delineamento e ajustes,

o projeto-piloto do bloco 9 deverá ser ampliado a todos os blocos do *campus*. É necessária, também, a continuidade dos processos de capacitação de funcionários terceirizados até abranger 100% de capacitados. O projeto prevê o envolvimento de alunos de diferentes cursos do UniCEUB, para desenvolver atividades multidisciplinares. O monitoramento e o levantamento de informações para nortear as ações serão mantidos de modo a contribuir para o melhoramento contínuo do processo de gestão no *campus*.

Palavras-chave: coleta seletiva; capacitação de agentes ambientais; gerenciamento de resíduos.

INOVAÇÕES

Amauri Rodrigues da Silva
amadrigs@gmail.com
Mara Lucia Castilho
mara.castilho@uniceub.br
Maria Eleuza Montenegro
maria68006@uniceub.br
Rosi Valeri Correa Araújo
rosi.araujo@uniceub.br
Luciane Cristina Eneas Lira
luciane.lira@uniceub.br
Paulo Medeiros Junior
paulo.junior@uniceub.br
Maria Eneida Matos da Rocha
maria.rosa@uniceub.br
Rudhra Gallina
rudhra.gallina@uniceub.br
Catia Regina Braga Martins
catia.martins@uniceub.br

O projeto *Inovações* desenvolveu, ao longo do semestre, eventos que tiveram por meta aglutinar ações de docentes e discentes na busca da consolidação da consciência acadêmica e social e da formação da cidadania de ambos os segmentos. Procurando impor-se mediante a construção de discussões e condições pautadas em processos diversificados, consonantes com a diversificação própria do curso de Letras, foram elaborados eventos com caráter de palestra, oficinas e painel e propiciou-se o estímulo à leitura e o estreitamento de contato com o livro. Inicialmente, optou-se por uma pauta que contemplou a apresentação e os esclarecimentos de assuntos acadêmicos por meio de abordagem de questões relacionadas a monografia, RED, atestados médicos, faltas, AMC, ENADE, ao próprio projeto *Inovações*, visando orientar o aluno no seu proceder diante de tais situações. Com as abordagens sobre assuntos acadêmicos, o aluno passou a ter consciência da importância de conhecer os temas tratados e dimensionar o real significado deles para o perfeito funcionamento do curso e da Instituição e, nessa medida, contribuir, com suas ações para o bom desempenho das relações acadêmicas. A seguir, a palestra *Michel Foucault: linguagem e poder* apresentou aspectos relacionados ao pensamento contemporâneo, procurando despertar, no discente, o interesse pela absorção de conhecimentos de níveis mais elevados, que, embora não integrem a estrutura programática, repercutem, positivamente, no campo do saber. A palestra, em que pese seu nível filosófico, contribuiu para despertar o interesse pela busca de conhecimentos amplos, considerando o que o tema apresenta de palpável e determinante nas relações do cotidiano de um cidadão, por mais comum que ele seja. As oficinas foram organizadas com o intuito de promover práticas nem sempre possíveis de levar-se a efeito no dia a dia, tendo por meta o rompimento com entraves, naturalmente impostos por contingências variadas que dificultam a relação entre teoria e prática. Por meio delas, foi possível investir em carências de forma mais precisa, sobretudo, pelo formato da atividade. A feira do livro fechou o ciclo de eventos, promovendo, além do seu principal objetivo, a reunião de docentes e discentes em torno de uma causa que associou cultura, integração entre cursos distintos e ação de cidadania, na medida em que os livros foram vendidos ou trocados por agasalhos e alimentos. Simultaneamente, ocorreu uma exposição de *banners* sobre trabalhos de Fonética e Fonologia produzidos por alunos. Pode-se afirmar, portanto, que as atividades desenvolvidas pelo projeto *Inovações* atingiram seus objetivos, considerando os impactos causados nos participantes. Os alunos tiveram oportunidade de manifestar-se criticamente, sobre a natureza dos eventos, haja vista a introdução feita por eles na pauta do evento, com caráter de oficina, fato que, além de estimular o despertar do senso crítico, abriu-se-lhes uma oportunidade para propor ideias. Aos professores,

mais uma vez, disponibilizou-se importante canal para a exploração de assuntos que acrescentam qualidade ao ensino, à medida que se transcende o referencial programático.

Palavras-chave: consciência; acadêmico; cidadania.

LETRAMENTO LITERÁRIO

Mara Lúcia Castilho
mara.castilho@uniceub.br
Ana Luiza Montalvão Maia
ana.maia@uniceub.br
FACES - UniCEUB

O folhetim (do francês *feuilleton*) surgiu na França, no início do século XIX, junto ao aparecimento da imprensa. Apresenta duas características importantes: quanto ao formato, é publicado de forma parcial e sequenciada, em jornais e revistas quanto ao conteúdo, apresenta narrativa ágil, vários eventos envolvendo paixão, ódio, ciúme, ambição, ricos gananciosos, tramas diabólicas, perseguições infindáveis e, ao final, recompensa para os bons e punição para os maus. Tudo é devidamente picotado em capítulos diários, ansiosamente esperados e interrompidos em momentos decisivos. O romance folhetim chega ao Brasil, ao Rio de Janeiro, capital do Império, sob a influência francesa de Eugéne Sue, Alexandre Dumas e Ponson Du Terrail e com ampla divulgação na imprensa carioca. A receptividade do público é grande, mas o folhetim não é bem avaliado por cronistas, romancistas e críticos, por considerá-lo uma "literatura menor". Porém, o sucesso foi grande que possibilitou a criação dos gabinetes de leitura no Rio de Janeiro com anúncio em jornais, convidando os leitores a desfrutar das obras folhetinescas de sucesso na França. Apesar de a crítica considerar o romance folhetim um gênero menor, era comum encontrar obras encadernadas em bibliotecas particulares. Além da presença desses livros em inventários, havia comentários sobre eles em colunas e textos de jornais, nas listagens das visitas às bibliotecas públicas, em correspondências particulares, memórias e outros registros. As livrarias do Rio de Janeiro anunciavam, em jornais, os conjuntos encadernados ou as novas publicações, para manter seus leitores atualizados. Os jornais, por sua vez, logo se adaptaram ao formato do folhetim e, depois, passaram a integrá-lo em uma publicação, e a curiosidade era explorada por jornais e editoras. Não se pode deixar de mencionar a importância da presença dos romances folhetinescos nas obras de autores, como José de Alencar e Machado de Assis, entre outros, em que os personagens dos romances citavam as leituras folhetinescas. Mais tarde, já nos primeiros anos do século XX, muitos apreciavam descansar, lendo Rocambole de Terrail, como Graciliano Ramos, Pedro Nava e até Sartre, que lia o Pardaillan de Zevaco, outro folhetinista célebre também no Brasil, publicado na revista *Fon-Fon*. Convém ressaltar um texto de Monteiro Lobato, ao tratar das cidades mortas do Vale do Paraíba, citando Iaóca, pobre lugarejo perdido no espinhaço da serra com 5 mil habitantes que leram o Rocambole e assinavam as folhas governistas, para não perder um só capítulo dessa história. Os gêneros herdeiros do romance folhetim, como as radionovelas e as novelas exibidas na televisão, fizeram sucesso, gerando a demanda por autores.

Palavras-chave: letramento; folhetins; leitores; rádio; televisão.

MUSEUS DE GEOGRAFIA

Satsuqui Wada
wadasat@ig.com.br
Regina de Souza Maniçoba
regina.manicoba@uniceub.br

Alunos voluntários:
Amanda Matos Esteves Ferreira
Amoz da Silva Nunes
Eduarda Carolline Pacheco Marques
Gabriel Gimaraes dos Santos
Gustavo Persoli Cavalcante
Gerlenia Pereira
Izanete Francisco Gualberto
Jean Carlos Ferreira de Alencar
Júnior Cesar Pereira Rodrigues
Maria Ferreira de Souza
Thiago Rodrigues Reis
Alessandro de Oliveira Silva
Aline Ferreira Lima
Aline Machado dos Santos
Ana Isabela Xavier Thomé
Daniela Vieira de Oliveira
Emilene Eustachio
Francisco Wellington dos Santos
Henrique Andre Alves de Oliveira
Ivomar de Magalhaes Barbalho
Jonathan Hebert Fernandes de Oliveira
Matheus Costa de Sousa
Ronie Pereira de Araújo
Vera dos Santos Nascimento
José Augusto de Oliveira
Mariza Mesquita Santos
Osvaldo Pereira Melo
Vinicius Peliano Guilhon Loures
Jordy Souza da Conceição
Yael Camilla Rocha Seixas

A Geografia é uma ciência de síntese. Em seu âmbito, estão integrados os conhecimentos de uma série de outras ciências, como a Sociologia, a Antropologia, a História, a Geologia. Ocupa-se da influência que o meio físico exerce sobre o homem e deve ser um estudo das leis que modificam a superfície terrestre e a distribuição geográfica dos seres vivos, animais e vegetais, na superfície (KROPOTKIN, 1885). Deve-se investir no papel da geografia como uma das principais disciplinas escolares capacitadas para colaborar na formação de cidadãos críticos. A maneira mais comum de ensinar Geografia tem sido por meio de aulas teóricas dadas pelos professores ou pelo livro didático. No entanto, na atualidade, com os avanços das tecnologias da informação e da comunicação, exigem-se níveis de escolarização e conhecimentos especializados em diversas áreas. Espera-se, então, que a Geografia desenvolva nos alunos a capacidade de identificar diferentes aspectos da realidade e refletir sobre eles, compreendendo a relação entre sociedade e natureza. Para tanto, o estudo da sociedade e da natureza deve ser realizado de forma interativa. Os alunos devem procurar entender que tanto a sociedade como a natureza constituem os fundamentos com os quais paisagem, território, lugar e região, as principais categorias de estudo da geografia, são construídos. Os museus são uma forma de renovar os métodos didáticos e pedagógicos utilizados em sala de aula e são de fundamental importância para a compreensão dos fenômenos que ocorrem no espaço, suas relações e como interagimos. Por meio dos museus, os alunos podem, de forma didática, lúdica e interativa, observar e vivenciar, de maneira prática, o conteúdo trabalhado em sala de aula, ao mesmo tempo em que podem conhecer e começar a operar os conhecimentos que a Geografia produz. O projeto dá prosseguimento à discussão sobre a importância da preservação do cerrado para o equilíbrio dos recursos hídricos e da biodiversidade deste bioma tão ameaçado de extinção pela ação humana.

Palavras-chave: cerrado; preservação; fotografia; rochas; minerais.

NÚCLEO DE ESTUDO DE DIREITO DO CONSUMIDOR - UNICON

Roberto Freitas Filho
roberto.filho@uniceub.br
Luciana Barbosa Musse
luciana.musse@uniceub.br
Leonardo Roscoe Bessa
leoroscoe@globo.com

Alunos bolsistas:
Adriano Nunes Brasil Montenegro
Ana Caroline Schulkat Pimental
Anna Cláudia Lopes Corrêa Choairy
Bárbara Alves Lento
Bárbara Salgado de Alencar
Erica Figueira de Almeida Werneck
Fabiana de Fatima Araújo
Hugo Gabriel de Moura Ferreira
João Marcelo Vieira Martins Brigido
José Franklin Athayde Oliveira
Kárita Rejane Fernandes Bueno
Larissa Borges de Oliveira Lima
Luiz Flavio Resende
Marcos Aurélio Alves de Oliveira Junior
Marcos G. Paiva A. de Freitas
Marcus Vinicius Bretas Cunha
Naiara Ferreira Martins
Nicole Madruga Lopes
Rafaela Duarte Vallim
Raquel Cristina Prado do Nascimento
Robson Oliveira Souza
Rosângela Cristina Rocha Galdino
Sandra Sueli Máximo Nunes
Sarah Brandão do Nascimento
Tayanne da Silva Castro
Thaís Pereira Maldonado

O Núcleo de Estudos de Direito do Consumidor – UNICON é resultado de uma parceria do UniCEUB com o Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor - BRASILCON, proporcionando aos graduandos dos cursos de Direito, Administração e Marketing a abordagem e o estudo interdisciplinar dos direitos do consumidor e o desenvolvimento de atividades de pesquisa e extensão acadêmica na área respectiva, com a supervisão de professores. No primeiro semestre de 2012, foi realizado estudo sobre o anteprojeto relativo à temática do superendividamento, elaborado pela Comissão de Juristas, instituída pelo Senado Federal para promover a atualização do Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90). Nesse sentido, os alunos elaboraram texto com o intuito de prestar esclarecimentos e demonstrar a relevância do referido anteprojeto aos parlamentares e aos setores da sociedade civil, com divulgação em data oportuna, em meio eletrônico e impresso pela parceira BRASILCON. Paralelamente, os alunos elaboraram artigo sobre o anteprojeto que será veiculado no encarte *Direito & Justiça*, do jornal *Correio Braziliense*. Além disso, foi elaborada uma minuta de Termo de Cooperação com o PROCON, visando à capacitação dos futuros servidores do órgão que aguardam a nomeação, inclusive, com a programação do curso devidamente formatada.

Palavras-chave: Direito do Consumidor; superendividamento; reforma legislativa.

NÚCLEO DE INTEGRAÇÃO À VIDA ACADÊMICA - NIVA

Ana Regina Melo Salviano
ana.salviano@uniceub.br

O projeto institucional de extensão e integração comunitária, denominado Núcleo de Integração à Vida Acadêmica, foi criado em 18 de julho de 2005. Tem como objetivo geral possibilitar a transformação de práticas para a construção de uma política de acesso e de permanência dos alunos com deficiência, altas habilidades e superdotação e transtornos globais de desenvolvimento que apresentem necessidades educacionais especiais e que estejam matriculados nos cursos de graduação e pós-graduação do UniCEUB. O atendimento pedagógico prestado a esta clientela tem como proposta a metodologia de projetos, em que há a possibilidade de articulação dos saberes escolares e acadêmicos com os saberes sociais. (GANDIN, 2004). São realizadas as seguintes ações: atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência, altas habilidades, superdotação e transtornos globais de desenvolvimento acompanhamento das adaptações arquitetônicas realizadas no *campus* para a acessibilidade dos alunos com deficiência física e múltipla oferecimento de acompanhamento de intérpretes aos alunos surdos acompanhamento individualizado de ledores aos alunos cegos ou de baixa visão atendimento e orientações aos professores destes alunos novas metodologias para o ensino de surdos semioralizados que não dominam LIBRAS e materiais sensoriais didáticos para alunos cegos e surdos. No 1º semestre de 2012, foram atendidos 35 alunos com necessidades educacionais especiais. O acompanhamento pedagógico e o atendimento prestado no UniCEUB pelo Núcleo de Integração à Vida Acadêmica aos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais têm possibilitado a transformação de práticas para a construção de uma política de acesso e permanência no ensino superior, garantindo, assim, o sucesso pessoal, profissional e acadêmico.

Palavras-chave: acessibilidade; necessidades educacionais especiais; ensino superior.

PROJETO ADOTE UMA NASCENTE

Satsuqui Wada
wadasat@ig.com.br
Marcelo Miller Barreto
marcelo.miller@uniceub.br
Júlio Ferreira da Costa Neto
julio.neto@uniceub.br

O projeto *Adote uma nascente* desenvolve ações de monitoramento da qualidade da água e avaliação de impactos ambientais de nascentes nas regiões administrativas do Distrito Federal. As atividades são realizadas por professores e alunos de graduação em Geografia, Biologia, História e Arquitetura, entre outros cursos do Centro Universitário de Brasília –UniCEUB. No primeiro semestre de 2012, houve a continuidade das atividades iniciadas em 2001 por este projeto na Secretaria Especial do Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH e que, atualmente, é administrado pelo IBRAM. As ações têm como finalidade gerar informações a respeito da disponibilidade e da qualidade dos recursos hídricos localizados no Distrito Federal. Entre as já desenvolvidas, há o monitoramento dos aspectos físicos, químicos e biológicos da água de 10 nascentes que são responsabilidade do UniCEUB e as voltadas à recuperação das áreas mais degradadas pela ação antrópica em diferentes regiões administrativas do DF. Entre o conjunto de medidas para redução de impactos, há o plantio de mudas nativas do bioma cerrado, a análise físico-química da água, utilizando-se um *kit* específico, o cadastramento e a observação das espécies vegetais, animais e o registro de plantas e animais invasores. Além disso, houve a coleta do lixo encontrado nas adjacências da nascente, com a intenção de conscientizar os alunos a respeito do despejo de resíduos sólidos em locais inapropriados, gerando debate e propostas de ações voltadas para a recuperação das nascentes e a conscientização da comunidade que vive ao redor. Grande parte das ações propostas, como contato com a comunidade por meio de panfletos explicativos e palestras nas escolas da região, foram feitas pelos alunos que buscam desenvolver as atividades não apenas por um semestre, mas também durante grande parte do curso, pois consideram o projeto de extensão como fonte para produção de artigos, *papers*, TCCs e monografias sobre questões hidrográficas, hidrológicas, socioeconômicas, de recursos hídricos e biogeografia de nascentes e bacias hidrográficas do Distrito Federal. Outra ação importante é a descrição e a adoção de medidas mitigadoras cabíveis aos órgãos públicos e aos adotantes que visam à melhoria das Áreas de Preservação Permanentes. O trabalho de levantamento das nascentes é desenvolvido alternadamente, de forma a contemplar todas elas durante um semestre. Também a participação dos alunos é alternada com cerca de 15 por visita, do total de 58 participantes. Observou-se que os estudantes despertaram para a importância da atividade de campo como prática pedagógica que traz a reflexão e a compreensão de parte da teoria obtida em sala de aula, além de ser importante para a formação acadêmica quanto à prática docente e, como método de ensino, fundamental para a construção do conhecimento geográfico desde o ensino básico à licenciatura, pois os alunos podem ter contato com a realidade, tendo a possibilidade de observá-la mediante aspectos diferentes e analisá-la de forma mais crítica. Com o trabalho em campo, é possível aprofundar conteúdos que são estudados em sala de aula e, assim, desenvolver novas propostas de análises para o projeto extensão.

Palavras-chave: nascente; monitoramento; projeto.

PROJETO ATLETAS DO FUTURO

Renata Rebouças
renata.reboucas@uniceub.br
Marcio de Paula e Oliveira
márcio.oliveira@uniceub.br

Nomes dos alunos voluntários envolvidos:
Ana Clara Bezerra Romancini
Andrei Yuri Mota do Amaral Rocha
Deborah de Oliveira Castro
Mariana Santos
Daniel Fernandes
Fernanda Guimarães
Lucas Lopes Barros
Rafaela Ayala
Washington Nery dos santos Júnior
Rafael Santiago Pereira
Isabella Cristina Rezende Vieira
Vinicius Araújo Bispo

Considerando o número crescente de indivíduos do Distrito Federal que praticam esportes e almejam tornar-se futuros atletas olímpicos, em especial os que já ingressaram e que ainda o farão nos programas dos centros olímpicos, e as perspectivas de Brasília, sede de inúmeros eventos esportivos, como a esperada Copa do Mundo, e levando-se em conta a precariedade que essa população encontra no seu dia a dia, o Projeto de Assistência Fisioterapêutica *Atletas do futuro* tem por objetivo disponibilizar opção de acompanhamento fisioterapêutico curativo e preventivo especializado aos atletas competitivos que sofram intercorrências tráumato-ortopédicas, impedindo ou dificultando as atividades diárias, o treinamento e ou a participação em competições, ou que almejam melhorar a performance e não possuam estrutura adequada nem condições de arcar com despesas do acompanhamento. No primeiro semestre de 2012, foram implementadas as atividades por 12 alunos em 340 atendimentos a 60 atletas. A maior parte deles eram lutadores (75%), seguidos por jogadores de futebol (15%), corredores (5%) e atletas de escalada (3%). Foram atendidos, também, atletas de ciclismo, rúgbi, *mountain bike* e triatlo. A média de idade entre os participantes foi de 26,2 anos, e a divisão por gênero foi 82% do masculino e 18% do feminino. O tempo médio em que os atletas permaneceram em tratamento foi 25 dias, com a maior variação decorrente do tipo de lesão e da prevenção. No encerramento do projeto, foram realizadas palestras sobre prevenção de lesões e orientações nutricional e psicológica, com o objetivo de melhorar o desempenho dos atletas e capacitar treinadores e demais profissionais relacionados. A implementação deste projeto permitiu confirmar que se trata de um modelo efetivo de assistência à saúde dessa população.

Palavras-chave: esporte; fisioterapia; lesões esportivas.

PROJETO DE REVITALIZAÇÃO DO PFDF – PRESÍDIO FEMININO DO DISTRITO FEDERAL

Jocinez Nogueira Lima
Jocinez.lima@uniceub.br
Jairo Furtado Nogueira
jairo.nogueira@uniceub.br
MaruskaTatiana Nascimento da Silva
maruska.silva@uniceub.br

Alunos voluntários:
Michel José de Vasconcelos
Felipe Santini Teixeira Fracon
Roberto Frota Rizzi
Luana Moreira

O trabalho consiste no desenvolvimento de um projeto e no acompanhamento da obra para ampliação da Ala de Tratamento Psiquiátrico (ATP) e revitalização de dois blocos atualmente desativados do Presídio Feminino do Gama. Os recursos financeiros são provenientes do Fundo Penitenciário do DF. Com a reforma, serão criadas 100 vagas na penitenciária e 46 leitos na ATP, o que reduzirá a superlotação no presídio. Esta intervenção havia sido solicitada há muito tempo pela Promotoria de Execuções Penais do DF. O projeto permitirá a ressocialização de presos que trabalharão na construção de um bloco da ATP e na recuperação do espaço abandonado há cerca de 27 anos. A obra será executada por presidiários e acompanhada por alunos e professores universitários. Aos presidiários os dias trabalhados contarão para a remição da pena, na proporção de 3 dias trabalhados com desconto de um dia de pena. Aos alunos do curso de Engenharia Civil irá proporcionar a oportunidade da prática da engenharia, a elaboração de projeto de implantação e restauração com supervisão da obra, o desenvolvimento do conhecimento de desenho técnico, ferramenta computacional (AUTOCAD), estrutura elétrica, hidráulica e levantamentos quantitativos, além de prestação de serviço à sociedade, fazendo uma obra de qualidade com baixo custo. Inicialmente, foram feitas visitas técnicas para avaliação e levantamento de áreas e elementos estruturais a ser restaurados e ampliados com a preocupação de desenvolver um projeto que atenda as necessidades de funcionários e presidiários.

Palavras-chave: projeto arquitetônico; levantamento de campo; supervisão de obra.

PROJETO OBSERVATÓRIO DIREITO E POLÍTICA PÚBLICAS: VIRA VIDA

Roberto Freitas Filho
roberto.filho@uniceub.br
Luciana Barbosa Musse
luciana.musse@uniceub.br
Leyza Ferreira Domingues
leyza.domingues@uniceub.br

Alunos voluntários:
Aci Monteiro Torres
Aldenira de Jesus Silva
Ana Gabriela Souza Ribeiro de Barros
Ana Luize de Azevedo Santullo
Anderson.L.da S. Sirqueira
André Marques Amarante
Andréia F de Brito Santos
Bárbara Alves Lento
Bárbara Ferreira Silva Guimarães
Beatriz Valente de Oliveira
Benita Bacher de David
Edilene Mauricio Duarte
Fernanda Helena de M Rodrigues
Fernanda Scheiner de Brito Baldissara Leite
Flávia Cristina L Silva
Gabriela Brito da Silva
Gabriela Dias Duarte
Henrique Silva Costa
Isabella Christine Correia
Jéssica Fernandes Silva
Juliana da Silva Almeida
Juliany Pereira de Souza
Karolina da Conceição F. Diniz
Laís Turra Fernandes
Larissa Aristide Silva
Larissa Inês Oliveira Braga
Letícia de Menezes Abreu
Lívia Teixeira Xavier e Silva
Lúcia Claudia Lima Sousa Guerreiro
Lucyanna I . H. M. Cardoso
Maiara F. de O. R dos Santos
Marcela Alcântara Noman
Mariana de P S de Souza
Marina Niemeyer
Marselhe Cristina de Mattos
Max Souza Barbos
Mirela Lovato da Silva
Osvaneide Soares de Oliveira
Pedro Ivo Silva Barbosa
Priscilla Oliveira Freitas
Raphael Carneiro Borges
Rayane Dias de Araújo
Renata Fernandes Teixeira
Stella Maria S. M. B. de Brito B Leite
Thaissa Camilo Dias
Thamara Ferreira Silva Avelar
Viviane da C. R. A de Lima
Yago Rodrigues Vieira

O presente projeto é fruto de parceria com o CNI/SESI e tem por objetivo geral o atendimento de adolescentes e jovens vítimas de violência sexual e das suas respectivas famílias em busca da promoção da inclusão social, com atenção para as vertentes: educação, profissionalização e assistência jurídica e psicossocial. O projeto vincula-se ao Observatório Direito e Políticas Públicas -NEAC/FAJS - UniCEUB, seguindo a tipologia da Política Institucional de Extensão, insere-se na linha programática "Direitos de Grupos Sociais" e enquadra-se no eixo do Observatório, Infância, Adolescência e Juventude. Ao longo do último semestre, o projeto envolveu 206 pessoas, apresentando os seguintes produtos: vinte relatórios de estudos de casos três apresentações em *power point* três questionários *folder* com orientações e fluxograma quatro relatórios de levantamento de informações metodologia de abordagem dos direitos fundamentais uma oficina um minicurso. O minicurso para docentes do SESI e demais parceiros do projeto colaborou para sanar dúvidas dos participantes quanto à

exclusão social e aos mecanismos de inclusão apontados nos instrumentos normativos e nas Políticas Públicas. A oficina com adolescentes e jovens do projeto revelou-se positiva aos alunos do curso de Direito, porquanto lhes propiciou um espaço de diálogo com indivíduos que tiveram seus direitos fundamentais violados. O *folder*, de igual modo, mostrou-se positivo, pois apresenta informações sobre o fenômeno no âmbito do Distrito Federal e fluxograma de encaminhamento das vítimas. No que toca às atividades junto à CPI da Exploração Sexual, em andamento na Câmara dos Deputados, os alunos elaboraram relatórios mediante as notas taquigráficas e o comparecimento às reuniões da Comissão. A participação dos alunos do curso de Direito abrange questionamentos aos parlamentares, às pessoas intimadas e convidadas com consignação em atas das reuniões.

Palavras-chave: violência sexual; adolescentes; jovens.

PROJETO RESGATE – UNICEUB

Deusdedith Alves Rocha Junior
deusdedith.junior@uniceub.br

Alunos voluntários:
Angelita Ferreira de Moraes
Aline Machado dos Santos
Antônia Flávia Albuquerque
Carolina Borges Sampaio
Fausta de Araújo Almeida
Hélio Soares Pereira Junior
Henrique Medeiros Alves Fernandes
João Guilherme Alves Bastos (ex-aluno)
Jozyane Daros Costacurta
Juliana Estrela Gomes
Lara Teles Diniz
Maria Célia Evangelista da Cruz
Michelly Amorim da Silva
Nirvana Emili Bittar
Priscilla Ribeiro Maciel Chacon
Roberto Ney Junio Silva Pinheiro
Rúbia Daniella
Sabrina Soares Beserra
Venesa Serêjo
Yael C. Rocha Seixas
Ana Paula Alves Ribeiro

O Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) é um órgão de investigação do Estado português, vinculado ao Instituto de Investigação Científica Tropical (IICT), que zela pelo arquivamento e pela conservação de documentos nele depositados, que tratam da história colonial portuguesa. São milhares de documentos da administração portuguesa produzidos mediante a relação com as suas colônias na Ásia, na África e na América, entre os séculos XVI e XX. A documentação referente ao Brasil foi digitalizada no final do século XX, por meio de um convênio entre os dois governos, encontrando-se disponível para consulta por meio de CDs, nos principais centros de pesquisa do Brasil. Sua utilidade amplia-se a todo tipo de pesquisa que se pode fazer sobre o período colonial, incluindo estudos históricos, jurídicos, geográficos, botânicos, linguísticos e de outras áreas, dada a diversidade da documentação contida neste arquivo. A Biblioteca João Herculino, do UniCEUB, possui os CDs, doados pelo Ministério da Cultura, e pretende ampliar a acessibilidade dos documentos do AHU, fomentando a pesquisa pela dinamização do sistema de buscas, pela seleção, pela publicação de documentos interessantes e pela capacitação de alunos para a leitura paleográfica com a parceria do curso de História do UniCEUB. O objetivo é: promover o acesso e a pesquisa ao acervo de documentos do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), digitalizados por meio do Projeto Resgate Barão do Rio Branco – Ministério da Cultura, e promover a acessibilidade da documentação digitalizada do AHU pela Biblioteca do UniCEUB capacitar alunos em paleografia por meio de uma oficina de Paleografia selecionar, organizar, comentar e publicar documentos em caderno do repositório da Biblioteca fomentar a organização de grupos de estudos e pesquisas com documentos do AHU em monografias, PIC, PIBIC e outras pesquisas acadêmicas. Com o acervo depositado na Biblioteca João Herculino, tornou-se possível o acesso a esta documentação *in loco* e *on line*, permitindo pesquisas em História, Geografia, Relações Internacionais e Direito. Apesar da disponibilidade destes documentos em outras instituições, é pioneira a ampliação do acesso pela internet e a organização de referências para consulta *on line* (cadernos temáticos). A acessibilidade e a divulgação do acervo do AHU devem considerar o público interessado: pesquisadores e alunos das áreas humanas e sociais. Assim, a opção pelo caderno de história como órgão de publicação dos resultados releva a acessibilidade e a possibilidade de sua manutenção, além de sua replicação em outros cursos. O Laboratório de História serve de espaço de desenvolvimento do projeto e de uma ligação com o curso, para coordenar atividades de pesquisa, formação de alunos e publicações. A estrutura organizacional do projeto está hierarquicamente subordinada à Coordenação do curso de História, que tem a responsabilidade de indicar professores e alunos para o seu desenvolvimento. A localização física onde se desenvolverá o projeto é o Laboratório de História, para organizar e disponibilizar o acervo temático e as transcrições paleográficas resultadas do trabalho de professores e alunos. Outros espaços do UniCEUB, como a Biblioteca João Herculino e o Laboratório de Línguas, são eventualmente utilizados de acordo com a disponibilidade e o interesse dos executores do projeto. A Inserção do programa de consulta do acervo da Biblioteca e a disponibilização da página *on line* do UniCEUB para o acesso do acervo AHU têm sido discutidas com

os responsáveis pelo assunto, e a capacitação de alunos de História para a elaboração do acervo de transcrições paleográficas, de pesquisas e dos cadernos temáticos foi desenvolvida por meio da oficina de Paleografia, ao longo do semestre. Está em processo de elaboração o caderno temático *on line Biblioteca/curso de História*.

Palavras-chave: paleografia; arquivo histórico ultramarino; história.

PROSPECÇÃO DE TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO PARA O CURSO DE ADMINISTRAÇÃO: PILOTO PARA MARKETING

Marcelo Gagliardi *administração@uniceub.br*
Carla Peixoto Borges
carlaborges1976@gmail.com

A evolução das tecnologias da informação e da comunicação (NTIC) vem modificando, sobremaneira, a forma como o profissional de administração atua no mercado. Não se concebe mais a prática profissional sem o uso de tecnologia da informação e da comunicação. Acredita-se, portanto, que, para formar profissionais com o perfil que o mercado e as Diretrizes Curriculares do curso de Administração exigem, é fundamental que o UniCEUB ofereça ao aluno o contato com as NTIC. Nas ementas das disciplinas do novo currículo do curso de Administração e nos planos de ensino atualizados do currículo em vigor, as Tecnologias da Informação e da Comunicação já são contempladas. Entretanto, para que as ementas sejam efetivamente cumpridas, ensejando o desenvolvimento das competências-alvo das disciplinas, o aluno precisa não só conhecer as NTIC, como também interagir com elas, a fim de possibilitar o desenvolvimento de habilidades, do saber fazer, além do conhecimento teórico que, atualmente, já é desenvolvido. Ressalta-se que a interação com a tecnologia da informação no campo da administração se configura como um dos modos de integração entre teoria e prática, já que o aluno será capaz de exercer os conhecimentos adquiridos por meio do uso de ferramentas de TI apropriadas. Além disso, o estudo das disciplinas de formação profissional, articulado com as NTIC, vai permitir a aplicação imediata do conteúdo aos problemas administrativos. Foi diante do contexto apresentado que se propôs o presente projeto de extensão com o objetivo geral de prospectar tecnologias da informação e da comunicação necessárias ao desenvolvimento de competências para as disciplinas de Marketing e Estágio Supervisionado do curso de Administração do UniCEUB. Os objetivos específicos foram: apontar as necessidades de tecnologia da informação e da comunicação necessárias ao desenvolvimento de competências em Marketing para os alunos do curso de Administração levantar os principais fornecedores do mercado entrar em contato com fornecedores de mercado e áreas internas do UniCEUB, para articulação de parcerias ou aquisições. Durante o primeiro ano de 2011, foi possível identificar os principais *players* do mercado e realizar os contatos considerados prioritários naquele momento. A negociação com fornecedores, como Microsoft, Microstrategy e Cognatis, permitiu a identificação dos requisitos técnicos, humanos, financeiros e de infraestrutura necessários à implantação de soluções de ensino baseadas em *softwares* de CRM e *geomarketing* de mercado. No que diz respeito ao CRM, avaliou-se a possibilidade de parceria com a Microsoft para o fornecimento gratuito do *software* Dynamics, por meio do Programa MSAlliances. No primeiro semestre de 2012, com o apoio do DINFOR, verificou-se que seria necessário dispor de infraestrutura de TI, para hospedar o novo sistema e desenvolver um banco de dados, para alimentar o *software* fornecido pela Microsoft. Além disso, seria necessário contratar um fornecedor externo especializado em produtos Microsoft, para fazer a implantação. Diante dos empecilhos apresentados, partiu-se para a avaliação de novos fornecedores, como a SAP, o Salesforce e a Genco. Iniciou-se a avaliação da solução da SAP, que possui um programa de alianças universitárias e fornece soluções de ensino, hospedadas em Cloud pela Universidade da Califórnia, com jogos de empresas prontos para uso acadêmico em todas as áreas de gestão, incluindo ERP, CRM e derivações, RH e BI. A maior limitação identificada foi o fato de que as soluções são em inglês. Entretanto, diante das vantagens que o programa oferece, por não requerer investimento em infraestrutura, implantação e desenvolvimento de soluções, foi a melhor parceria identificada até o momento. Acredita-se que a solução proposta pela SAP, embora tenha custos anuais de hospedagem pagos diretamente para a Universidade da Califórnia, possa solucionar diversas demandas do curso de Administração, transcendendo, inclusive, o escopo inicial proposto pelo projeto.

Palavras-chave: TI; *marketing;* ensino de administração.

PROTEÇÃO À MULHER CONTRA A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR – PROVID

Roberto Freitas Filho
roberto.filho@uniceub.br
Luciana Barbosa Musse
luciana.musse@uniceub.br
Laura frade Rodrigues
laurafrade4@yahoo.com.br
Cristina Zackseski
Gustavo do Vale Rocha
Luiz Eduardo Abreu
Simone Roballo

Alunos voluntários:
Carolina Webber
Natália Constâncio
Caio Henrique Dias
Denise Frejat
Rayane Correa
Iza Lucena
Pedro Henrique de Oliveira
Randes Oliveira
Renata Ekatherine
Ricardo Paiva
Thiago Noronha
Shirlei Lins
Sonia
Thalita Damasceno
Thiago Ramos Abreu
W. Seabra

Trata-se de oportunidade ímpar, para somar o aprendizado profissional com uma revolução cultural. O PROVID é extensão, pesquisa e prática universitária como instrumento de transformação social na área da proteção à mulher contra a violência doméstica e familiar. É mais do que o estudo da Lei Maria da Penha. É um conjunto de ações desenvolvidas nas delegacias que atendem à mulher na Vara contra a Violência Doméstica do Núcleo Bandeirante, voltadas ao apoio, à orientação, ao acolhimento psicológico e jurídico à comunidade, de maneira a reverter a forma como, historicamente, a sociedade trata a mulher. No primeiro semestre de 2012, foi lançada a base desse trabalho mediante a presença dos alunos, atendendo, conjuntamente, às mulheres que buscaram, às segundas-feiras, a delegacia da mulher e, às quintas-feiras, o Fórum do Núcleo Bandeirante. Professores dos Núcleos de extensão, pesquisa e prática jurídica orientaram a ação transformadora que foi implementada. Fica aberto o convite, para dar continuidade a essas ações mediante o envolvimento, o aprendizado e a produção de conhecimento, por meio da prática cidadã e transformadora.

Palavras-chave: violência contra a mulher; pacificação social; mudança social.

SAÚDE MENTAL: SUBJETIVAÇÃO, CIDADANIA E INTERDISCIPLINARIDADE
PRISME: PROJETO INTERDISCIPLINAR EM SAÚDE MENTAL

Simone Roballo
coord.psicologia@uniceub.br
Tânia Inessa Martins de Rezende
tania.resende@uniceub.br
Edinei do Socorro Maues Abreu
edinei.abreu@uniceub.br
Alice Maria Corrêa Medina
alice.medina@uniceub.br
Laura frade Rodrigues
laura.rodrigues@uniceub.br
Delcia Silva Francischetti
deia@uniceub.br

Alunos:
Maria da Graças Rodrigues Araújo
Henrique Campagnollo D. Fernandes
Daniela Carauta Ribeiro
Elisbete da Costa Ferreira
Camila Santos da Fonseca
Andressa Queiroz Fernandes
Graziela Braz de Medeiros
Ana Paula Pimentel Jacob
Larissa Cristina Araújo
Dillyan R. Machado
Karine Kraemer Barbosa
Claudia Guerreiro
Priscila Chaves Teixeira
Gabrielle Lilian P. Gomes
Laila Carolina Arrussul

O presente projeto, embasado em uma compreensão da saúde mental como campo de atuação multiprofissional, propõe a realização de atividades práticas e conjuntas em instituições de saúde mental que possam permitir o desenvolvimento do pensamento crítico-reflexivo por parte dos alunos dos cursos de Educação Física, Direito, Psicologia, Comunicação Social e Enfermagem, sobre o campo da saúde mental, mediante a atuação interdisciplinar. Por meio de atividades práticas e psicossociais que permitam entrar em contato com o sujeito em sofrimento e as pessoas com transtornos mentais, contempla-se a produção de novos sentidos nesta área de conhecimento, articulando a saúde mental com os processos de subjetivação na contemporaneidade, nas dimensões de saúde, qualidade de vida, inclusão social e direitos humanos. O projeto, quanto ao cliente, visa atender as necessidades de reabilitação psicossocial de pessoas em sofrimento psíquico grave e as demandas das instituições de saúde mental, contribuindo para a construção de práticas substitutivas no Distrito Federal. Neste sentido, articula-se com o objetivo maior da política nacional de saúde mental do Ministério da Saúde, a saber, a inclusão social. Assim, os alunos de diferentes cursos do UniCEUB desenvolvem o trabalho interdisciplinar de habilidades específicas, preparando-se, inclusive, para realizar práticas de estágio na área de saúde mental. O projeto tem permitido a promoção de importante reflexão sobre a inserção da Educação Física, enquanto classe profissional, no serviço de saúde pública. No âmbito do Direito, as atividades possibilitam aos estudantes, no plano de Direitos Humanos, a redefinição de práticas de respeito à condição singular do indivíduo e a difusão da consciência de autonomia, exigindo que a atuação seja voltada para a promoção de práticas emancipadoras. Aos alunos do curso de Psicologia tem sido dada a oportunidade de exercitar suas atividades clínicas subordinadas ao objetivo da reabilitação psicossocial por meio do vínculo com as pessoas em sofrimento psíquico, no esforço de construir espaços de interlocução e diálogo, com o objetivo de produzir práticas emancipadoras. Com a TV Sã, do ponto de vista do aluno da Comunicação Social, a experiência tem a possibilidade do exercício na sua área de formação profissional, com ênfase na cidadania e na ética. Os alunos do curso de Enfermagem têm a oportunidade de construir uma visão

integral do indivíduo e desenvolver habilidades e competências para o atendimento à comunidade. A proposta do grupo interdisciplinar é realizar ações que permitam repensar atitudes e definir estratégias que afirmam a condição de cada participante como integrante do processo de respeito e de valorização da dignidade da pessoa humana.

Palavras-chave: saúde mental; cidadania; interdisciplinaridade.

TÓPICOS ESPECIAIS EM MORFOLOGIA DO PORTUGUÊS

Mara Lucia Castilho
mara.catilho@uniceub.br
Paulo Medeiros Junior
paulo.junior@uniceub.br

O projeto buscou causar nos alunos envolvidos uma reflexão mais aprofundada sobre as questões morfológicas especificamente relacionadas ao português do Brasil. Os alunos, além de acessar questões teóricas referentes à morfologia como ciência, puderam analisar processos morfológicos que têm afetado o PB historicamente e debater questões de cunho prático quanto à maneira como essa disciplina é tratada em sala de aula, nos manuais e nos livros didáticos de língua portuguesa. Inicialmente, discutiram-se questões, como estruturas de palavras e elementos mórficos, passando-se por processos constitutivos de palavras e uma análise reflexiva sobre as partes do discurso. A etapa final da primeira fase do projeto culminou com uma discussão sobre as mudanças que têm afetado o sistema pronominal do português com análise de dados históricos desde o século XVI, sobre como essa cadeia de transformações tem sido responsável por alterações no paradigma verbal do português e de como esse feixe de mudanças pode estar diretamente relacionado a outro tipo de mudança em curso no PB, relacionado ao seu estatuto como língua de sujeito nulo (oculto), tal como delineado em Duarte (1995, 1997, 1999, 2000). Discussões dessa natureza têm o mérito de trazer ao aluno uma reflexão acerca dos processos que tendem a afetar a língua em uso e de como o português do Brasil manifesta tais fenômenos que geram uma cadeia de mudanças consecutivas. A sequência do projeto busca aprofundar-se nas questões históricas da mudança no paradigma pronominal do português, para investigar qual é a extensão desse tipo de mudança em outros níveis da língua, inclusive o sintático. Em outra fase, os alunos serão incentivados a pesquisar e a produzir material teórico que apresente dados novos à discussão, por exemplo, no panorama regional, além de ser levados a debater a questão em âmbito mais aprofundado, com reflexões acadêmicas significativas.

Palavras-chave: morfologia; sistema pronominal do português; diacronia.

UNICEUB NA REDE PELA ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO

Norma D' Albuquerque Augusto
Renata Innecco Bittrencourt de Carvalho
UniCEUB – Assessoria de Extensão e Integração Comunitária
redealfa@uniceub.br
Ana Regina Melo Salviano
Maria das Dores Brigagão

Aluno:
Rafael Façanha Viana

O projeto *UniCEUB – alfabetização e letramento na EJA* tem o compromisso com a filosofia desta Instituição de Ensino Superior na formação integral do ser e no resgate de valores essenciais à vida humana para a construção de uma sociedade mais justa e democrática, valorizando a inclusão e a responsabilidade social. Integra as atividades da Assessoria de Extensão e Integração Comunitária do UniCEUB com o objetivo de participar, de maneira efetiva, do enfrentamento da questão da inclusão social, colaborando para a sustentabilidade do país no que se refere a alfabetizar e letrar a parcela da população que ainda não se beneficiou dessa conquista, além de abrir-lhe novos horizontes. Dessa forma, a participação do corpo discente e da comunidade externa no curso de capacitação representa esforço conjunto para a consecução dos quatro pilares da educação definidos na Conferência da UNESCO – Relatório da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI, (2001) – "aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser", visando ao aprimoramento e ao alcance do letramento. O projeto oferece a capacitação da comunidade interna do UniCEUB e da comunidade externa, propiciando a construção de conhecimentos gerais e metodologias apropriadas à educação de jovens e adultos, o aprimoramento da prática pedagógica e o desenvolvimento de habilidades e competências na arte de fazer e gerar rendas a partir "do que se sabe fazer e do que se pode ensinar". Atua em parceria com os demais projetos de extensão da instituição, incluindo aula de LIBRAS, no sentido de enriquecer os conhecimentos e interagir com os alunos participantes, proporcionando-lhes segurança na construção de novas habilidades e competências dos alfabetizandos. A capacitação dos alfabetizadores tem como princípio metodológico a construção coletiva de conhecimentos, a vivência e o planejamento das intervenções didáticas que possibilitem ao alfabetizador a instrumentalização teórica e prática. Tais procedimentos visam assegurar os modos de articular os processos de ensino e aprendizagem e recriar práticas pedagógicas próprias de forma reflexiva e crítica. Os encontros de capacitação, 70 horas de atividades, estão organizados em aulas expositivas dialogadas, leitura e discussão de textos, oficinas pedagógicas e diversificadas técnicas de grupo. Para que haja maior integração e vivência na construção das ideias dos textos estudados, utiliza-se sistema multimídia, cartazes, vídeos, entre outros recursos.

Palavras-chave: alfabetização; letramento; inclusão social; construção do conhecimento.

UNICEUB: REFERÊNCIA EM COMUNICAÇÃO

Manoel Henrique Tavares Moreira
henrique.moreira@uniceub.br
Mônica Igreja do Prado
monica.prado@uniceub.br

Em 2012, o curso de Comunicação Social do UniCEUB completa 40 anos de existência numa trajetória vitoriosa e reconhecida junto à comunidade acadêmica e à sociedade brasiliense. Celebrar esta efeméride dará ao UniCEUB a oportunidade de reafirmar seus valores e de projetar, junto aos seus alunos, aos professores e à comunidade em geral, o alcance e a importância do trabalho desenvolvido ao longo dessas quatro décadas. O projeto trabalha no sentido de estimular a realização de eventos que garantam visibilidade e reconhecimento ao curso como referência na sociedade.

Palavras-chave: curso de comunicação social; UniCEUB; 40 anos.

V CURSO DE CAPACITAÇÃO DE ANOTADORES DE FUTEBOL SOCIETY

Daniel Vasconcelos Veloso
daniel.veloso@uniceub.br

Alunos voluntários do UniCEUB:
Cássio Miranda Sacramento
Karoline Oliveira de Brito
Samuel Diniz Neves
Nilma Guimaraes Soares
Ana Paula de Andrade Malmonge
Luiz Felipe Bezerra de Oliveira
Letícia Soares Macedo
Leandro Fontebasse de Araujo
Guilherme Costa Cayres
Vanessa Dias Rosa
Ana Gabriela Masera Neves
Karoline Oliveira Vieira

O Núcleo de Esportes e a Coordenação do curso de Educação Física do UniCEUB, buscando a continuidade de implementação da política de esporte participativo, apresenta o projeto de organização da *VI Copa UniCEUB de Futebol Soceity*, baseando-se nos preceitos da consolidação do orgulho de ser UniCEUB, destacado na Regulamentação Mestre D'armas, e nos projetos das edições anteriores, realizadas de 2007 a 2010, aprovados pela Direção Acadêmica. Este projeto propõe-se a acrescentar maior número de componentes na missão institucional da extensão, buscando, além dos objetivos da edição anterior, aumentar, principalmente, a multidisciplinaridade da competição, para, dessa maneira, aumentar a importância e a abrangência da Copa. O curso de Capacitação de Mesários de Futebol Society visa dar a oportunidade à participação de alunos na organização da Copa UniCEUB de Futebol Society.

Palavras-chave: esporte participativo; multidisciplinaridade; competição.

PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA 10º PIC

O ENEM E OS PROCESSOS INFERENCIAIS REQUERIDOS DOS ESTUDANTES EGRESSOS DO ENSINO MÉDIO

Aluna:
Aline da Rocha Lima Ferreira Tomé
UniCEUB – FACES – Letras

O tema da presente pesquisa inclui-se no âmbito da linguística textual e da linguística aplicada, mais especificamente, no que se refere aos estudos dos gêneros textuais que fazem parte das práticas sociais de estudantes egressos do ensino médio. Assim, o presente estudo terá como objeto de análise o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) no que diz respeito a suas questões. O objetivo geral do ENEM, que é um exame voluntário e oferecido a toda a população, é realizar uma avaliação em larga escala, com o intuito de verificar o desempenho de alunos em término do ensino médio. O objetivo geral da pesquisa foi, com base em Marcuschi (2008), investigar as inferências requeridas na resolução das questões da prova do ENEM de 2009, da área de conhecimento de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, sob a perspectiva da teoria dos gêneros textuais. Nesta pesquisa, utilizou-se a metodologia qualitativa, tendo como instrumentos a análise das inferências requeridas em sete questões do caderno de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias do ENEM de 2010 e as inferências observadas no grupo focal realizado na investigação de Castilho (2012). O resultado do processo inferencial leva a perceber que as inferências são produzidas mediante a experiência de vida dos estudantes. Foi verificado que, das inferências propostas por Marcuschi (2008), as de ordem semântica, pragmática e cognitiva são as mais presentes no exame. Isso leva a compreender que o ENEM é um processo avaliativo que explora as vivências do aluno.

Palavras-chave: Exame Nacional do Ensino Médio; processo inferencial; egressos.

JANELAS PARA SELEÇÃO DE BLOCOS, VISANDO À OTIMIZAÇÃO DO PROTOCOLO BITTORRENT PARA VÍDEO SOB DEMANDA

Professor orientador:
Doutor Carlo Kleber da Silva Rodrigues
carlokleber@gmail.com
Ananda Görck Streit
nanda.streit@gmail.com
UniCEUB – FATECS – Ciência da Computação

A utilização de janelas para a seleção de blocos de dados é uma técnica de significativa importância na adaptação do protocolo *BitTorrent* para o streaming de objetos multimídia em redes de comunicação. Em cada instante, a janela pode ser percebida como um subconjunto de dados do objeto multimídia desejado pelo usuário. Esse subconjunto é dito de alta prioridade, e seus dados são previstos para ser reproduzidos pelo usuário em curto espaço de tempo. Essa janela move-se dinamicamente, de acordo com o progresso de download do objeto multimídia pelo usuário. Por meio de extensa investigação de literatura especializada, este trabalho realizou uma revisão e uma análise detalhada dessa técnica. Os resultados finais decorrentes deste trabalho permitiram precipuamente: a identificação de quatro diferentes abordagens de janelas – janela fixa, janela elástica, janela adaptativa e janelas autônomas; a identificação de três diferentes categorias de simuladores para a avaliação de protocolos *Peer-to-Peer* – simuladores baseados em pacotes, simuladores baseados em fluidos e simuladores híbridos; a proposição de dois novos protocolos *Peer-to-Peer – BitTorrent streaming* sequencial e *BitTorrent streaming* interativo. O protocolo *BitTorrent streaming* sequencial é voltado para a visualização de objetos multimídia em cenários estáticos, onde não há a interação do usuário. Por sua vez, o protocolo *BitTorrent streaming* interativo é aplicado em cenários interativos, onde o usuário pode controlar a reprodução do objeto multimídia. Cabe destacar que esses dois novos protocolos propostos são potencialmente mais eficientes do que outros da literatura, pois, de acordo com os resultados alcançados neste trabalho, mantêm um compromisso mais satisfatório entre os requisitos de tempo e a diversidade de blocos dos objetos multimídia distribuídos na rede de comunicação.

Palavras-chave: bittorrent; streaming; multimídia.

ESTUDO DA VIA DE ATIVAÇÃO NÃO CANÔNICA DO NFKB NA MALÁRIA EXPERIMENTAL MURINA

Cascaes, AC
Nóvoa-Netto, MH
Borges, TKS
Magalhães, KG
Muniz-Junqueira, MI
UniCEUB, FACES, Biomedicina
andreiagcascaes@gmail.com (aluna bolsista)

A malária é uma enfermidade parasitária que preocupa a saúde pública apesar dos esforços dispensados para seu controle. Uma das formas mais graves da doença é a cerebral, pois ocorre obstrução dos vasos sanguíneos, hemorragias e hiperativação da microvasculatura pela adesão das hemácias parasitadas no endotélio nesses vasos e a resposta imunitária neste local. Por causa disso, há o desequilíbrio na produção de citocinas, como o TNF e a linfotoxina, que tornam a ser produzidas de forma exacerbada e desencadeiam a via do NFκB. Nesse sentido, avalia-se a via não canônica do NFκB pela análise da proteína p52 envolvida na produção de citocinas inflamatórias em animais suscetíveis ou não à malária cerebral. Para isso, os macrófagos peritoneais de camundongos C57Bl/6, BALB/c e CBA são fixados *in vitro*, e a análise da proteína p52 será realizada pela técnica de imunofluorescência. Até o momento, não obtivemos resultados pelo atraso na entrega nos anticorpos. Já se observou o envolvimento da proteína p52 na malária, entretanto nem todos os animais que desenvolvem a forma grave apresentam aumento desta proteína. Conhecer o perfil de expressão nas diversas formas clínicas dará suporte ao estudo de novos fármacos que atuem no reequilíbrio do processo inflamatório.

Palavras-chave: malária; produção de citocinas; proteína P52.

QUANTIFICAÇÃO DE ETOGRAMA DE LOBO-GUARÁ (*CHRYSOCYON BRACHYURUS*) NA FUNDAÇÃO JARDIM ZOOLÓGICO DE BRASÍLIA, BRASÍLIA, DF

Professor orientador:
Carlos Abs da Cruz Bianchi

Aluna bolsista:
Andrielle Cristine Medeiros Souza
dettycristine@hotmail.com
UniCEUB – FACES – Ciências Biológicas – PIC

O estudo de comportamento e bem-estar de animais mantidos em cativeiro tem sido tema de diversos trabalhos, sendo vital que os padrões se apresentem o mais próximo possível daqueles exibidos em seu habitat natural. Os trabalhos têm possibilitado melhorar o conhecimento geral sobre as espécies, fornecendo subsídios significativos para manutenção, conservação e preservação mesmo em ambientes naturais. Pesquisas nessa área são fundamentais quando se trata de animais como o lobo-guará, que se encontra na Lista Nacional das Espécies da Fauna Brasileira Ameaçadas de Extinção, na categoria vulnerável. Este estudo teve como objetivo elaborar um etograma para um casal de lobo-guará em cativeiro, mediante um encontrado na literatura. As observações foram realizadas durante os meses de setembro de 2011 a abril de 2012, na Fundação Jardim Zoológico de Brasília, Brasília-DF, nos períodos da manhã e da tarde e em dias com visitação aberta ou não ao público. Os animais foram analisados simultaneamente, em cativeiro, sendo uma fêmea (F) e um macho (M) de lobo-guará. Foram anotadas todas as atividades observadas no período das 8h às 17h, horário de funcionamento do Jardim Zoológico de Brasília. Além disso, foram registradas a frequência e a duração de cada comportamento. As observações totalizaram 30 horas. No período de amostragem, todos os comportamentos realizados pelos indivíduos foram registrados e posteriormente quantificados. Além da elaboração do etograma, verificou-se a frequência dos comportamentos para ambos os animais, sendo identificados e descritos 31 diferentes padrões, subdivididos em categorias: alimentação, comportamento estereotipado, necessidades fisiológicas, marcação, limpeza, exploração, locomoção e descanso O macho apresentou 24 comportamentos enquanto a fêmea apresentou 29, mostrando-se mais ativa que o macho. Durante a maior parte do tempo, ambos os exemplares permaneceram inativos. É importante salientar que estudos do comportamento e construção de etogramas são fundamentais para subsidiar atividades de enriquecimento ambiental, de forma a contribuir para o conhecimento dessa espécie em cativeiro, no intuito de procurar diminuir o estresse e possibilitar melhores condições dessa espécie em ambiente cativo.

Palavras-chave: comportamento animal; animal cativo; *Chrysocyon brachyurus*.

AVALIAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO E DA FREQUÊNCIA DOS CASOS NOTIFICADOS E CONFIRMADOS E DOS ÓBITOS PELO VÍRUS INFLUENZA H1N1 NO BRASIL, NOS ÚLTIMOS 4 ANOS

Professor orientador:
Ronald Lamas Correa
UniCEUB – Biomedicina
ronaldlamas@terra.com.br
Aluna: Ariadne Ramalho de Lima
UniCEUB – FACES – Biomedicina
aridner.lima@gmail.com

O vírus influenza A, subtipo H1N1, tem alta variabilidade e capacidade de adaptação pela fragmentação do seu material genético que induz a mutações, provocando o aparecimento de novas variantes às quais a população ainda não tem imunidade, sendo considerada uma doença infecciosa aguda que acomete, principalmente, o trato respiratório. Seu ápice ocorreu, principalmente, em 2009, levando o governo a programar ações emergenciais de prevenção, estudo genético do vírus e imunização. O presente estudo objetiva realizar um acompanhamento sobre a circulação viral, no território nacional, analisando os resultados obtidos pelas unidades sentinelas dos casos notificados, confirmados e dos óbitos provocados pela circulação do vírus influenza H1N1, destacando a suscetibilidade de cada região brasileira, ressaltando os métodos de prevenção, de controle epidemiológico e diagnóstico. Os resultados obtidos ressaltam o início do problema em 2009, principalmente, localizado nas regiões sul e sudeste e sua distribuição nas demais regiões, no ano de 2010, determinando, nos anos seguintes, a letalidade em torno de 13,51% a 31,53% (2012). Os dados permitem verificar a existência de um sistema de vigilância que pode influenciar a resposta à retenção da circulação viral e à segurança da saúde pública brasileira. Verifica-se a importância que um plano de controle de circulação viral tem em garantir à população boas condições de saúde, fundamentadas, principalmente, nos métodos de prevenção como princípio-chave do desenvolvimento da saúde pública.

Palavras-chave: gripe; regiões brasileiras; unidades sentinelas; vírus H1N1.

INFLUÊNCIA E COMPARAÇÃO DAS TÉCNICAS: FACILITAÇÃO NEUROMUSCULAR PROPRIOCEPTIVA E ALONGAMENTO ESTÁTICO EM INDIVÍDUOS SEDENTÁRIOS

Hugo Alves de Sousa

Aluna bolsista:
Bárbara Pocceschi Macedo

Colaboradores:
Vitor Francisco Veil
André Maia do Vale
UniCEUB – FACES – Fisioterapia
pocceschi.babi@gmail.com

Sedentário é o indivíduo que despende menos que 10% do seu gasto energético diário em atividades de intensidade moderada ou alta. Alongamento estático é uma forma de aplicação que se dispõe a posicionar o músculo a ser alongado em maior afastamento possível entre sua origem e inserção, seguido de manutenção nessa determinada posição por um período razoável de tempo. Facilitação neuromuscular proprioceptiva define-se como a facilitação dos nervos e dos músculos em receber respostas proprioceptivas que se relacionam a receptores sensoriais responsáveis por levar informações relativas ao movimento e à posição corporal ao SNC. Verifica-se a efetividade do ganho de flexibilidade de isquiotibiais e adutores de quadril em indivíduos sedentários, realizando uma comparação das técnicas de alongamento estático e facilitação neuromuscular proprioceptiva. Trata-se de um estudo randomizado com indivíduos sedentários, divididos em 2 grupos: um recebeu a técnica de alongamento estático, e o outro, a de facilitação neuromuscular proprioceptiva. A mensuração do ganho de flexibilidade ocorreu pela goniometria antes e depois da aplicação das respectivas técnicas. Foram realizadas 8 sessões com cada indivíduo, em duas vezes por semana. Quanto à efetividade, houve aumento significativo da flexibilidade dos pacientes. Em relação à comparação das técnicas, a facilitação neuromuscular proprioceptiva mostrou-se mais efetiva que o alongamento estático. Ambas as técnicas apresentaram bons resultados quanto ao ganho de flexibilidade, logo incluem-se no tratamento e na prevenção de lesões em indivíduos sedentários.

Palavras-chave: alongamento estático; facilitação neuromuscular proprioceptiva; goniometria.

EMPREENDEDORES DE NEGÓCIOS DIGITAIS: OBSTÁCULOS ENCONTRADOS PARA A OBTENÇÃO DE INVESTIMENTOS

Professora:
Erika Lisboa
UniCEUB – FATECS – Administração
erika.lisboa@uniceub.br

Aluno bolsista:
Bernardo Cavalcanti Pessoa e
UniCEUB – FATECS – Administração
bernardocpessoa@hotmail.com

Recursos financeiros de terceiros podem ser adquiridos de três maneiras, por financiadores, por desenvolvedores financeiros e por investidores. Os recursos disponibilizados são conhecidos como capital de risco, que se caracteriza como capital investido em novo empreendimento, em estágio inicial, intermediário ou avançado, fornecendo, em troca, dinheiro, assistência gerencial, *network* e reputação. No Brasil, o capital de risco é embrionário, não obstante, nos últimos anos, vem crescendo, e, assim como em todo o mundo, o seu foco são empreendimentos de base tecnológica, entre eles, os negócios digitais. Por configurar uma aplicação ousada para aporte a algum produto ou serviço inovador, os empreendedores do comércio eletrônico encontram dificuldades em adquirir capital de risco de investidores. Sendo assim, o objetivo deste artigo é identificar os obstáculos com que os empreendedores deparam, ao buscar investimento para negócios digitais. A fim de atingir este escopo, o artigo baseia-se na pesquisa de caráter exploratório, qualitativa e quantitativa de maneira complementar. O referencial teórico apresenta uma discussão conceitual sobre os estágios de capital de risco e os resultados de estudos anteriores sobre negócios digitais. Para o método qualitativo, foram realizadas entrevistas com cinco empresas de negócios digitais, com o objetivo de analisar os obstáculos inerentes à busca de fonte de investimento. Os resultados obtidos na primeira etapa serviram de subsídio para a construção de um questionário com o intuito de quantificar os dados encontrados e identificar os estágios. Os principais obstáculos indicados por empreendedores de negócios digitais na pesquisa foram: convencer o investidor sobre a inovação do empreendimento; sensibilizar os investidores para ouvir o projeto; encontrar investidor; o investidor achar que o risco é grande.

Palavras-chave: obstáculos; investidores; negócio digital.

ANÁLISE DOS EFEITOS DO KINESIOTAPING® NO OMBRO DE HEMIPLÉGICOS APÓS ACIDENTE VASCULAR ENCEFÁLICO (AVE)

Autores:
Mara Cláudia Ribeiro
Brenda Davim de Melo
Renata Alice Miateli Pires
UniCEUB – FACES – Fisioterapia
brenda.dmelo@hotmail.com

Acidente vascular encefálico é a interrupção no suprimento de sangue arterial, causando infartos cerebrais. Sua maior complicação é a espasticidade que limita as AVD's. Kinesiotaping® é um método desenvolvido por Kenso Kase, que tem como objetivo a correção da função motora de músculos fracos, o aumento da circulação sanguínea e linfática e o aumento da propriocepção mediante a estimulação dos mecanorreceptores cutâneos. Analisam-se os efeitos gerais da aplicação do *KinesioTaping*® no ombro de pacientes hemiplégicos, associado ao tratamento fisioterapêutico. Os objetivos específicos são verificar os efeitos desta aplicação na amplitude de movimento e na independência funcional do paciente hemiplégico. Trata-se de um estudo de caso com duração de seis semanas, totalizando 12 sessões de tratamento em que foram realizadas aplicações da fita ao final de cada atendimento fisioterapêutico, no Centro de Atendimento Comunitário (CAC). Para a coleta de dados, utilizaram-se os questionários de avaliação sensorial de Nottingham, o protocolo de desempenho físico de Fugl – Meyer, a mensuração de independência funcional e a escala Asworth modificada, aplicados, avaliados e reavaliados, respectivamente, na primeira e na última sessão de tratamento do paciente. Observou-se que a aplicação da fita, juntamente com a fisioterapia neurológica, obteve resultados finais positivos em objetos da pesquisa, ou seja, o uso da fita melhorou aspectos do paciente, contudo não foi possível apresentar estatística significativa. Verificou-se, que, por tratar-se de um estudo de caso, há poucos dados, não sendo possível corroborar os benefícios da aplicação da fita. Sendo assim, são necessários mais estudos, para verificar os efeitos do *KinesioTaping*® de forma mais significativa.

Palavras-chave: hemiplegia; modalidades de fisioterapia; amplitude de movimento articular.

O SISTEMA INTERAMERICANO DE DIREITOS HUMANOS E A LEI DE ANISTIA DO BRASIL: DA IMPUNIDADE NACIONAL À RESPONSABILIDADE INTERNACIONAL

Professora orientadora:
Leyza Ferreira Domingues

Aluno bolsista:
Bruno Alexandre Lourenço
UniCEUB – Direito
brunoalexandre_cv@hotmail.com

A presente pesquisa intenta relacionar o direito brasileiro e o direito internacional dos direitos humanos com foco no exame da Lei de Anistia do Brasil e sua repercussão diante do sistema interamericano. Analisa-se a divergência do Supremo Tribunal Federal com base na validação da Lei 6.683/79 (Lei de Anistia), em comparação à jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), com fundamento no caso da Guerrilha do Araguaia, cujo objeto versa-se no sentido de obrigar o Brasil a tipificar os crimes políticos cometidos durante a ditadura militar no país. Trata-se de uma decisão internacional que dispõe sobre a incompatibilidade da legislação brasileira com os instrumentos internacionais vigentes, em matéria de direitos humanos, mormente, a Convenção Americana, ratificada pelo Brasil desde o início da década de 90. Elucidar os efeitos dessa decisão sobre o ordenamento jurídico brasileiro é um pontos principais da pesquisa, porém, sem excluir os aspectos históricos e os reflexos da anistia na sociedade contemporânea. A hipótese proposta pelo projeto é a adequação do país à nova ordem mundial, que não mais se baseia na tirania dos governantes e na força bélica do Estado, mas na proteção da pessoa humana e de seus direitos fundamentais. Esta adequação viria por meio da adaptação da legislação nacional aos parâmetros estipulados pela CIDH nos termos de sua competência, no âmbito do sistema interamericano, do qual o Brasil faz parte. A legislação internacional torna-se mais necessária pela instauração de um sistema cooperativo após a Segunda Guerra Mundial, momento em que o mundo passou a vivenciar crescente interdependência entre as nações. A adequação ao direito internacional dos direitos humanos extrapola os limites fronteiriços do Estado soberano, visando ao desenvolvimento mútuo de sociedades distintas, não somente do ponto de vista político, econômico e jurídico, mas também no campo da ética e da moral.

Palavras-chave: Direito Internacional dos Direitos Humanos; Lei de Anistia no Brasil; CIDH.

SOA EM UM CONTEXTO CLOUD COMPUTING: A BUSCA PELA INTERSECÇÃO DOS CONCEITOS EM PROL DA INTEGRAÇÃO EFICAZ ENTRE SISTEMAS COMPUTACIONAIS

Professora orientadora:
Dra. Angelica Toffano Seidel Calazans

Aluno bolsista:
Bruno Marcos da Silva Miranda (CNPq)
bmsmiranda@gmail.com
UniCEUB – FATECS – Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas

O presente trabalho tem por objetivo identificar vantagens e desvantagens da implantação de projetos SOA - Service Oriented Architecture (Arquitetura orientada a serviço) e Cloud Computing (Computação em nuvem) nas organizações, de forma a identificar as melhores práticas de projetos dessa natureza. Para isso, demonstrou-se a evolução da tecnologia e os conceitos SOA e Cloud Computing. O estudo adotou como instrumentos de coleta de dados a pesquisa documental e a revisão sistemática. Com base nos objetivos e nas questões de pesquisa, foram identificados os *strings* para busca, e definidas as fontes de busca e os critérios de inclusão e exclusão dos resultados. Os resultados obtidos demonstraram um quantitativo pequeno de pesquisas que abrangem esses dois assuntos. Todos os trabalhos selecionados foram lidos e analisados, para responder às questões de pesquisa e aos objetivos específicos. Foi utilizado um mapa mental para consolidação dos resultados. A pesquisa identificou que SOA e Cloud Computing possuem algumas características comuns, sobreposições de aspectos e conceitos e podem ser utilizados de forma complementar ou independente. A maior parte dos autores selecionados cita vantagens da utilização desses dois conceitos de forma complementar. Foi ressaltada a necessidade de que as organizações avaliem os aspectos da implantação de SOA e Cloud Computing de forma abrangente, identificando prós e contras. Aspectos como escalabilidade, estabilidade, desempenho e segurança nas Cloud Computing devem ser analisados.

Palavras-chave: SOA*; cloud computing*; arquitetura orientada a serviços.

AVALIAÇÃO CITOGENÉTICA DE PACIENTES COM LEUCEMIA MIELOIDE CRÔNICA EM USO DE DASATINIBE (BMS354825)

Professora orientadora:
Fernanda Vinhaes de Lima

Aluna bolsista:
Camila Camarano Oliveira
UniCEUB – FACES – Biomedicina
kmioliveira@hotmail.com

A leucemia mieloide crônica (LMC) é uma doença mieloproliferativa clonal maligna, caracterizada por excessiva proliferação da linhagem mieloide. A transformação neoplásica está associada a uma alteração genética, chamada de translocação recíproca balanceada, originando o cromossomo Philadelphia (Ph). Em decorrência dessa mutação, há a formação de uma proteína quimérica, a tirosino cinase p210, relacionada à perda de mecanismos regulatórios da divisão celular, levando a uma hipercelularidade na medula óssea. Atualmente, estão disponíveis no mercado vários medicamentos para o tratamento da leucemia mieloide crônica, porém grande avanço no tratamento foi conquistado com o surgimento dos inibidores de tirosino cinases. O dasatinibe, inibidor de segunda geração, age sobre a proteína anômala, eliminando, assim, os clones mutados. O presente trabalho tem como objetivo avaliar o efeito terapêutico do dasatinibe em pacientes portadores de LMC, positivos para o cromossomo Philadelphia, mediante a análise citogenética em células da medula óssea. Após diagnóstico clínico e laboratorial, foram recrutados 12 pacientes portadores de LMC, que apresentavam o cromossomo Ph em células da medula óssea. Todos os pacientes selecionados realizam tratamento medicamentoso para LMC entre os pacientes pré-selecionados, apenas quatro estão em uso do dasatinibe. Para a coleta de dados, foi utilizado um protocolo para cada paciente que incluía informações pessoais, hematológicas e citogenéticas, além da análise de prontuários. A utilização do dasatinibe foi requerida pelo médico responsável após intolerância ou resistência a medicamentos anteriores. Pelas intercorrências e pelas dificuldades apresentadas, não foi possível obter amostra de maior número, logo a eficácia terapêutica do medicamento não pôde ser estatisticamente analisada e comprovada. Além do medicamento citado, outros são desenvolvidos para o tratamento da doença, a fim de garantir qualidade de vida aos pacientes e sobrevida livre da doença. Desta forma, torna-se necessária a continuidade de projetos semelhantes para aumento da população, amostra e caracterização do efeito da medicação em estudo.

Palavras-chave: dasatinibe; cromossomo Philadelphia; leucemia mieloide crônica.

REUTILIZAÇÃO DE RESÍDUOS NA CONSTRUÇÃO CIVIL: O ESTÁDIO OLÍMPICO DE LONDRES E O ESTÁDIO NACIONAL MANÉ GARRINCHA

Professora orientadora:
Doutora Eliete de Pinho Araujo
eliete.araujo@uniceub.br

Aluna bolsista:
Camilla Cavalcante Maia
c.cav.maia@gmail.com
UniCEUB, FATECS, Arquitetura e Urbanismo

Um exemplo recente que ilustra a preocupação ambiental é o estádio construído em Londres para as Olimpíadas de 2012, pelo escritório Populos. O Reino Unido comprometeu-se a transformar o evento em oportunidade para planejar, manter e tornar duradouras as mudanças sustentavelmente positivas, trazidas pela Olimpíada. As preocupações com todas as fases de projeto foram a demolição, a remediação, o *design* e as obras no canteiro, um dos sinais que demonstra o acompanhamento atento a tudo que envolve a obra. O projeto do estádio faz parte de um programa que procura sistematizar e regular, de maneira rígida, a rotina nos canteiros de obras no Reino Unido. O estudo começou nos impactos que o novo edifício provocaria, na relação com a implantação e a comunidade em que está inserido e na perturbação na biodiversidade local, política, distinta do que se nota em estudos realizados para projetos atuais brasileiros. O Conselho Olímpico de Londres estabeleceu cinco pontos para gerenciar as medidas aplicadas: mudança no clima; desperdício; biodiversidade; inclusão; vida de forma saudável. O escritório optou por criar um equipamento urbano cuja capacidade pudesse ser reduzida após o evento. Além disso, aproximadamente 25% de todos os produtos utilizados para a montagem do estádio provêm de materiais recicláveis; nas fundações, o índice chega a 30%. Dos resíduos, 20% foram utilizados para a fabricação de assentos no local, e 80% do solo retirado do local foram tratados e utilizados no parque olímpico. O estádio conseguiu atingir uma taxa de reaproveitamento de 90% de todos os resíduos produzidos no canteiro. Por sua vez, a cidade de Brasília presenciará a Copa e as Olimpíadas, por isso foi necessário adaptar o Estádio Nacional às exigências da Federação Internacional de Associação de Futebol e prepará-lo para o grande volume de turistas. O antigo Estádio Nacional, projetado nos anos setenta, foi implodido, e a construção do novo estádio começou do zero. O escritório contratado foi o mesmo que realizou o projeto original. O atual foi elaborado e dividido em arena, cobertura retrátil, contratação de terceirizado, e foram desconsiderados outros gastos que não estão listados. O escritório responsável pelo projeto aponta que 5% a mais foram gastos com métodos de redução do consumo de energia e água e uso de materiais certificados ou reciclados. No entanto, o tema sobre resíduo quase não foi apresentado durante exposições do projeto, e não foram esclarecidos detalhes de como seriam as reciclagens e as reutilizações. Percebe-se diferença de abordagem com relação ao projeto, à gestão e à efetivação das obras dos estádios dos dois países. É visível que o Brasil precisa amadurecer no que se entende como sustentável. O trabalho repercute na questão ambiental e no olhar da arquitetura e contribui para maior conscientização dos profissionais envolvidos com o tema.

Palavras-chave: demolição; redução do consumo; análise; desperdício.

ANÁLISE DA PREVENÇÃO EM SAÚDE SEXUAL MEDIANTE O MODELO TRANSTEÓRICO

Aluna: Carolina Passos Marques
(Bolsista de PIC)
carolmarques11@gmail.com
UniCEUB – FACES – Psicologia

No Brasil, somente 25,5% da população afirmam ter feito uso contínuo de preservativo nos últimos 12 meses. A porcentagem é menor quando o parceiro é considerado fixo, 19%. No entanto, 96,6% da população brasileira sabem que o uso de preservativos é a melhor maneira de evitar a infecção pelo HIV. Considerando que a conscientização sobre uso de preservativo não é a única variável, foi proposto como objetivo coletar comportamentos e argumentos relacionados ao uso do preservativo. Cinco entrevistas em grupo dirigidas por um roteiro semiestruturado foram realizadas e verificadas mediante a análise de conteúdo temática. Os resultados foram classificados em cinco estágios de adoção de uso de preservativo, de acordo com o Modelo Transteórico, de Prochaska. Os resultados apresentaram maior quantidade de argumentos no estágio da *pré-contemplação*. Foram manifestados como consequentes o reforço negativo ao não uso de preservativo e a punição positiva do uso da camisinha. A confiança no parceiro e a dificuldade em parar o ato sexual para vestir o preservativo evidenciam falhas no processo de conscientização e empoderamento para a prevenção. Fez-se evidente a pouca compreensão sobre o contágio e as formas eficazes de prevenção entre os entrevistados menos escolarizados. O foco para passar ao estágio de *contemplação* seria o das consequências punitivas positivas, como gravidez e contágio de DST. As mulheres apresentaram-se mais positivas ao uso do preservativo, mas alegam ter dificuldade em convencer os parceiros a adotar o hábito. Foi feita menção sobre o conhecimento informal do contágio, vindo de familiares ou amigos, como eficaz em fazer o sujeito refletir sobre a adoção do comportamento preventivo. Não apareceu nenhum argumento ou comportamento que se enquadrasse no estágio da *ação*. De acordo com os resultados, a amostra está distribuída nas fases atitudinais, entre *pré-contemplação* e *contemplação*, e, quando entra no processo comportamental, está entre a *preparação* e a *manutenção*. A mudança para o estágio da *preparação* ocorre na percepção dos antecedentes do parceiro, se conhece a história sexual do sujeito, se possui muitos parceiros. A *manutenção* está ligada à automatização do comportamento de uso de preservativo. É necessário formular soluções para os argumentos apresentados nos estágios atitudinais, considerando sua frequência alta de verbalizações, e apresentá-las em campanhas preventivas em saúde sexual.

Palavras-chave: saúde sexual; camisinha; prevenção; DST/AIDS.

COMPORTAMENTO REPRODUTIVO DE GUYRUITA CERRADO, GUADANUCCI 2007 (THERAPHOSIDAE, ISCHNOCOLINAE)

Professora orientadora:
Andrea Marilza Libano

Aluno bolsista:
Cristiano de Oliveira Santos
cristiano.bio.santos@gmail.com
UniCEUB – FACES –Ciências Biológicas – PIC

A espécie *Guyruita cerrado* é uma caranguejeira pertencente à subfamília *Ischnocolinae*, que representa aranhas de pequeno a médio porte, cuja principal característica é a ausência de cerdas urticantes. Este animal é encontrado de forma abundante, no cerrado, chegando a habitar algumas áreas no Norte e no Nordeste do país. É facilmente identificada por suas marcações no abdome, caracterizadas por uma linha retilínea, partindo do pedicelo até as fiandeiras e ramificando-se para as laterais do opistosoma. Distingue-se de outras aranhas com padrão de marcação parecido, pela ausência de cerdas urticantes. É importante conhecer os padrões de comportamento reprodutivo para maior sucesso em eventual necessidade de reprodução em cativeiro, seja para produção de peçonha e estudos decorrentes, seja para maior investimento na conservação da espécie. O trabalho visa caracterizar os rituais de cópula da espécie, determinar a densidade da prole em diferentes frequências de alimentação e observar se existe reconhecimento da ooteca por parte da mãe. Para o estudo, foram coletados oito indivíduos em uma área particular, no interior do Goiás e no sul do Pará. Para a observação de ritual de cópula, o macho foi introduzido no recinto das fêmeas onde foi esperado até que se iniciasse o ritual. Em alguns momentos, o macho utilizava o tamborilamento de pernas em outros, não havia nenhum ritual, ambos apenas aproximavam-se e realizavam a cópula, que consiste em o macho levantar o corpo da fêmea, utilizando o primeiro e o segundo par de pernas, de forma a prender as quelíceras da fêmea com o primeiro par e tocar o primeiro par de pernas da fêmea com seu segundo par. Logo após imobilizar a fêmea, o macho ergue seu corpo com o primeiro par de pernas e apoia o corpo no seu segundo par de pernas e realiza a cópula com seus bulbos. Após a penetração e a liberação do líquido seminal, o macho, cuidadosamente, solta a fêmea, e ambos afastam-se. O tempo médio de corte variou entre um minuto e vinte segundos e cinco minutos e trinta segundos, sendo que, em um dos casos, uma das fêmeas demonstrou-se receptiva com dois minutos e treze segundos após a entrada do macho no recinto, porém o macho não demonstrou interesse. Foi feito registro das cópulas, utilizando uma câmera digital Canon sx40hs. Até o presente momento, não houve postura de ooteca, a qual será pesada, e os filhotes serão devidamente contados.

Palavras-chave: *Guyruita*; comportamento; reprodução.;

ISOLAMENTO DE ESTIRPES DE BACILLUS *THURINGIENSIS* PRODUTORAS DE AGENTES ANTIMICROBIANOS

Professor orientador:
Paulo Queiroz
paulo.silva@uniceub.br

Aluna:
Deborah da Costa Lamar (PIC)
lamar.deborah@gmail.com
UniCEUB – FACES – Biomedicina

Bacillus são células em forma de bastonetes, com dimensões de 0,5 a 2,5 µm x 1,2 a 10 µm. Encontram-se arranjados aos pares ou em cadeias, com extremidades arredondadas. São gram-positivos, com mobilidade pela presença de flagelos. Podem também apresentar-se redondos ou cilíndricos, sendo muito resistentes às condições adversas. Formam esporos tolerantes ao calor e à dessecação e, na fase de esporulação, são os responsáveis pela síntese de proteínas em forma de cristal, conhecidas por endotoxinas. Além disso, podem produzir as bacteriocinas com função antimicrobiana. Não há mais de um esporo por célula, e a esporulação não é reprimida pela exposição ao ar. Os esporos apresentam-se sob a forma de corpúsculos esféricos ou ovoides, livres ou no interior da bactéria. Formam-se pela invaginação de dupla camada de membrana celular que se fecha, para envolver um cromossomo, garantindo a sobrevivência da espécie. Esta camada é responsável pela resistência à coloração e ao ataque dos agentes físicos e químicos da esterilização e da desinfecção. São microrganismos aeróbios ou facultativamente anaeróbios. Possuem grande adversidade quanto às condições fisiológicas, como temperatura, pH e salinidade. Poucas espécies são patogênicas para vertebrados ou invertebrados, sendo a maioria capaz de produzir várias substâncias no decorrer do seu crescimento *in vitro,* que podem ser inibitórias tanto para si quanto para outros microrganismos. Tem-se relatado, desde os anos 50, que várias bactérias do gênero *Bacillus* têm a capacidade de produzir substâncias com a atividade antimicrobiana, tais como, peptídeos ou bacteriocinas. O objetivo da pesquisa é identificar estirpes de *B. thuringiensis* presentes em solos de cerrado, produtoras de substâncias com efeito inibitório contra outros microrganismos. Foram coletadas 16 amostras de solo, e realizados os procedimentos de isolamento com princípio de diluição de 10 e 100 vezes das amostras, utilizando 1 g de solo, aplicação de choque térmico e inoculação em placas de Petri, contendo meio ágar LB. As placas foram colocadas na estufa, por 48 horas, a 28 °C. Do total de amostras coletadas, 6 apresentaram crescimento, com as quais foram feitos testes de inibição, para verificar a capacidade de produção de bacteriocinas. Assim, foram colocadas duas bactérias diferentes em uma placa de Petri, uma dentro de um orifício e outra no meio de cultura. Após a incubação, as placas foram observadas quanto à formação de halos, indicando a inibição. Nesse caso, somente duas estirpes apresentaram essa propriedade. Além disso, observou-se a inibição com o caldo das mesmas bactérias do teste anterior. Dessa forma, as estirpes de *B. thurinensis* possuem a capacidade de produzir toxinas, inibindo o crescimento de outras estirpes de *B. thuringiensis*, até quando utilizado o caldo, pois secretam as toxinas no meio extracelular.

Palavras-chave: *Bacillus thuringiensis*; isolamento; identificação.

ANÁLISE SOCIOPOLÍTICA DO GOVERNO DO HAITI: OS PRIMEIROS 365 DIAS DO PRESIDENTE MICHEL MARTELLY

Professora orientadora:
doutora Renata de Melo Rosa
renata.rosa@uniceub.br

Aluna bolsista do CNPq:
Deolinda Viana Farias
deolinda.farias@gmail.com
UniCEUB – FAJS –Relações Internacionais

A trajetória política haitiana ao longo da história é caracterizada por acontecimentos peculiares que se diferem de outras colônias de exploração com características similares às suas. O Haiti, mesmo completando, recentemente, 208 anos de independência, nunca foi capaz de construir um projeto sustentável de nação que não só respeitasse as suas peculiaridades como também que se inserisse no contexto internacional. Para entender, de forma criteriosa, as razões da fragmentação política do país e a sua dependência externa, a presente pesquisa faz uma análise do contexto sociopolítico num recorte de 365 dias do atual governo de Michel Martelly, que assume o Haiti devastado pelo terremoto de janeiro de 2010 e tem como desafio romper com os erros do passado e promover o verdadeiro desenvolvimento. Pretende-se observar quais as forças políticas que se aglutinarão, além de avaliar o papel do governo com relação à Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti – MINUSTAH. Para isso, a pesquisa foi desenvolvida em etapas que incorporam não só o levantamento bibliográfico e a revisão conceitual, mas também o acompanhamento diário de notícias nos principais jornais de âmbito internacional, por meio da internet, com vistas a seguir, em tempo real, os acontecimentos políticos e sociais do Haiti. Isso se tem mostrado um recurso eficiente e indispensável para a pesquisa, pois foi possível, também, observar as reações dos diversos segmentos da sociedade civil. Durante o período de investigação, traçou-se um perfil inicial do governo do atual presidente haitiano, como ele dialoga com os diferentes setores da sociedade e como ele trilha o seu caminho, para construir a base de sustentação para o seu governo. Evidentemente, o caso do Haiti é complexo e repleto de particularidades, especialmente quando se tem uma história de inúmeras intervenções internacionais. A grande questão, no entanto, é por que essas intervenções não têm tido sucesso no Haiti e por que o Haiti se encontra numa situação pior que há anos. Neste contexto, a presente pesquisa propõe-se a contribuir para o debate em torno dessas questões, especialmente no que se refere à atuação do Brasil na figura da MINUSTAH e seus reflexos na política externa brasileira. As observações feitas durante este período permitiram conferir que o contexto político atual ainda é muito instável e que o Haiti está longe de construir um projeto sustentável de nação, pois as instituições públicas precisam ser revistas e fortalecidas, para, assim, quebrar a extrema dependência do Ocidente.

Palavras-chave: Haiti; Michel Martelly; MINUSTAH.

AVALIAÇÃO DA ATIVIDADE ANTIMICROBIANA DA PEÇONHA FILTRADA DA VESPA SOCIAL PARACHARTERGUS FRATERNUS CONTRA BACTÉRIAS DE CEPAS PADRÃO

Professora orientadora:
Fabíola Fernandes dos Santos Castro
fabiolafcastro@gmail.com

Aluno bolsista:
Fabiano Fagundes Moser da Silva
biano.moser@gmail.com
UniCEUB – FACES – Biomedicina – PIC

A peçonha de vespas sociais é formada por uma variedade de compostos bioativos com ações farmacológicas, entre elas, a atividade antimicrobiana. Estudos ao longo dos anos revelaram diversas funções para os peptídeos antimicrobianos. Os que possuem atividade antimicrobiana são os mais pesquisados, convenientes à crescente resistência aos antimicrobianos tradicionais e à necessidade de novos antimicrobianos para tratamento. Neste contexto, os compostos isolados da peçonha de artrópodes têm despertado interesse científico na prospecção de novas drogas terapêuticas. O objetivo deste trabalho é avaliar a atividade antimicrobiana da peçonha filtrada da vespa social *Parachartergus fraternus* contra bactérias de cepas padrão, a fim de encontrar novas moléculas antimicrobianas e expandir o conhecimento acerca do filtrado da espécie, comumente encontrada na fauna do Cerrado brasileiro. Foram coletadas exemplares da vespa social na cidade de Brasília-DF, e, logo após a preparação do material filtrado da peçonha, iniciaram-se os ensaios pelo método de microdiluição em caldo, utilizando-se as bactérias *Escherichia coli*, *Staphylococcus aureus*, *Pseudomonas aeruginosa* e *Staphylococcus epidermidis*. Os resultados obtidos de atividade antimicrobiana foram positivos para todas as bactérias testadas em diferentes concentrações. O filtrado da vespa social empregado neste trabalho, para avaliação da atividade antimicrobiana, apresentou efeitos biológicos relevantes com atividade em bactérias tanto gram-positivas como gram-negativas. Constatou-se que o filtrado apresenta pertinente potencial para o desenvolvimento de novas drogas, sobretudo contra a bactéria *Pseudomonas aeruginosa*. Salienta-se que o ensaio foi sucedido com a peçonha filtrada, a qual pode conter resíduos em sua composição, podendo atuar como opositores dos peptídeos antimicrobianos.

Palavras-chave: veneno de vespas; antibacteriano; filtrado da peçonha.

EFEITOS DA MAGNITUDE DE CONSEQUÊNCIAS PUNITIVAS NA CORRESPONDÊNCIA VERBAL

Professor orientador:
Dr. Carlos A. de Medeiros
medeiros.c.a@gmail.com
Aluno bolsista: Fabio H. de Medeiros (bolsista)
fabiohmedeiros@gmail.com
UniCEUB – FACES – PSICOLOGIA

A relação entre o que um indivíduo faz e o que ele diz é chamada, na literatura, de correspondência verbal. No entanto, sob influência de variáveis históricas e contextuais, os indivíduos podem emitir comportamentos em que não haja uma relação entre o fazer e o dizer, ou seja, em termos cotidianos, mentem. Isso se deve pelo fato de o comportamento verbal ser capaz de produzir efeitos especiais no comportamento dos ouvintes. Pela importância da correspondência verbal para contextos, como educação, depoimentos e clínica psicoterápica, estudos que investiguem variáveis que influenciam o estabelecimento de correspondência verbal são importantes. A presente pesquisa investigou efeitos da magnitude de consequências punitivas na correspondência verbal. Para isso, doze participantes, sendo seis homens e seis mulheres, adultos e estudantes universitários, foram submetidos ao experimento que se baseou em um jogo de cartas em que jogariam em duplas (um contra o outro) e deveriam relatar a soma de duas cartas que deveriam tirar de suas pilhas. O participante que dissesse o maior valor venceria a rodada e jogaria suas cartas no "lixo". O primeiro a eliminar todas as suas cartas venceria a partida. Distorcer o relato poderia aumentar as chances de vencer a partida, no entanto o relato dos participantes era checado em uma probabilidade de 1/6, que punia os relatos distorcidos ora em magnitude baixa (MB), ora em magnitude alta (MA). Em MB, se, ao checar as cartas, fosse constatada a distorção, o participante perderia a rodada e deveria devolver suas cartas à sua pilha. Em MA, além de devolver as cartas à sua pilha, o participante que distorcesse deveria comprar todo o "lixo", caracterizando a magnitude de punição, já que se afastava mais a possibilidade de vencer o jogo. O delineamento experimental utilizado foi o de sujeito único, em que cada participante foi submetido às duas condições experimentais e os resultados de ambas as condições foram comparados. A pesquisa concluiu que magnitudes altas de punição tendem a produzir menos distorções do relato. Outras análises em relação a variáveis encontradas no estudo, como ordem de exposição às condições experimentais, vez na rodada e categoria de pontos obtidos, foram realizadas. A pesquisa contribuiu com o estudo sobre a punição, um conceito que têm gerado controvérsia entre os pesquisadores. Do ponto de vista ético, a quantidade mínima de estimulação aversiva para alcançar os fins desejados deve ser a utilizada. Por esse motivo, pesquisas que comparem magnitudes de punição são válidas como forma de elaborar técnicas interventivas com o mínimo possível de efeitos colaterais.

Palavras-chave: correspondência verbal; magnitude; punição.

EMPRESAS SUSTENTÁVEIS: O ISE E A PERCEPÇÃO DO CONSUMIDOR

Professora orientadora:
Erika Lisboa
UniCEUB – FATECS – Administração
erika.lisboa@uniceub.br

Aluno bolsista:
Felipe Morais Tolentino
UniCEUB – FATECS – Administração
felipe_mt27@hotmail.com

Muitas empresas têm desenvolvido estratégias, para adaptar-se ao mercado e competir efetivamente, ao adotar práticas de cunho sustentável em sua produção. O tema, tão difundido nos últimos anos, tem atraído atenção de investidores que medem o quanto as empresas são sustentáveis por meio de índices nas bolsas de valores. Mediante essa técnica, é possível perceber as que se preocupam em somente obter lucros exorbitantes a qualquer custo, mesmo prejudicando o meio ambiente e a sociedade. Entretanto, a percepção da sociedade costuma divergir quando se trata do assunto *sustentabilidade*, por isso torna-se necessário verificar qual é a real opinião do consumidor, principalmente de futuros administradores e empresários que atuarão, diretamente, sobre o tema. Sendo assim, esta pesquisa teve como objetivo geral comparar as empresas de caráter sustentável, de acordo com a percepção dos estudantes de uma instituição de ensino superior particular do Distrito Federal, com as empresas listadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE. Buscou-se indicar as que são referência no quesito *sustentabilidade*, percebidas pelos estudantes identificar, junto à BM&FBOVESPA, as empresas que estão listadas no ISE comparar as que estão no ISE com as que são referência em termos de sustentabilidade no mercado, de acordo com os estudantes. O presente estudo adotou um método bibliográfico e a aplicação de questionário com o objetivo de identificar a percepção dos entrevistados quanto às empresas sustentáveis. Por último, foi realizada pesquisa documental junto aos *sites* das empresas mais indicadas, com a intenção de identificar as práticas sustentáveis. Mediante o resultado da pesquisa, pode-se perceber que as empresas citadas como sustentáveis são as que possuem programas institucionais e que suas ações, quando expressivas e bem comunicadas, são percebidas e validadas pela sociedade. Foi identificada divergência quanto à relação de 71 empresas que adotam práticas sustentáveis, segundo os respondentes, e as que estão listadas na BM&FBOVESPA. Entre as 71, apenas 6 estão, também, relacionadas no ISE.

Palavras-chave: sustentabilidade; Administração; BM&FBOVESPA.

IDENTIFICAÇÃO DE ESTIRPES DE BACILLUS THURINGIENSIS ISOLADAS EM SOLOS DO CERRADO

Professor orientador:
Paulo Queiroz
Paulo.silva@uniceub.br

Aluna:
Fernanda Guimarães Bernardes
nandagb_@hotmail.com
UniCEUB – FACES – Biomedicina – PIC

Bacillus thuringiensis é uma bactéria gram-positiva cuja importância está relacionada ao controle biológico de pragas na agricultura e ao controle de vetores responsáveis pela transmissão de patologias humanas, pois o *B. thuringiensis* é um entomopatógeno produtor de proteínas tóxicas, sendo sua patogenicidade já verificada em insetos das ordens coleóptera, díptera, homóptera, lepidóptera e em ácaros, nematódeos, platelmintos e protozoários. As toxinas responsáveis pela ação entomopatogênica dos *B. thuringiensis* são principalmente cristais formados por uma ou mais proteínas codificadas pelos genes *Cry* e outro tipo de proteína codificada pelo gene *Cyt*. Algumas estirpes de *B. thuringiensis* apresentam apenas um gene *Cry* outras têm complexas combinações de genes. O gene *Cyt* também está em várias linhagens da espécie, auxiliando a ação entomopatogênica. Mais de 40.000 estirpes já foram identificadas, o que mostra a grande variabilidade da espécie, e cada estirpe produz uma toxina específica para determinada classe de animal, portanto seus produtos tóxicos não atingem mamíferos nem outros animais que não sejam os específicos de suas toxinas, além disso, seu impacto ambiental é mínimo. O trabalho, portanto, teve como objetivo isolar estirpes de *B. thuringiensis* do solo de diferentes locais do cerrado do Distrito Federal e realizar sua caracterização morfológica. Foram coletadas 16 amostras de solo, e realizados os procedimentos de isolamento com princípio de diluição de 10 e 100 vezes das amostras, utilizando 1 g de solo, aplicação de choque térmico a 80 ºC, por 15 minutos, resfriamento a 4 ºC, por 5 minutos e inoculação em placas de Petri, contendo meio ágar LB. As placas foram colocadas na estufa, por 48 horas, a 28 °C. Do total de amostras coletadas, 7 apresentaram crescimento, e, em seguida, foram preparadas lâminas com as quais foram feitas coloração de gram e coloração com Amido Black, observadas ao microscópio óptico na objetiva de 100 vezes, para confirmação de isolamento de *Bacillus* gram-positivos e indicativo de ser *B. thuringiensis* pelo Amido Black, um corante proteico. Das 7 bactérias isoladas, uma perdeu-se no processo de manutenção, por não crescer nas tentativas de repique, e as outras 6 confirmaram-se para gram-positivo, entre as quais, 4 apresentam grande indicativo de serem *B. thuringiensis* pela coloração de Amido Black, e 2 estão sob teste e avaliação. O isolamento de *B. thuringiensis* é um processo demorado, e muitos trabalhos são desenvolvidos com a intenção de avaliar a efetividade dos isolados no controle de insetos-praga, outros procuram associar a mortalidade ocasionada ao conteúdo de genes *Cry* e *Cyt*. Tais estudos, portanto, são necessários para descobrir a interação e o sinergismo entre os genes codificadores das toxinas dos *B. thuringiensis,* buscando ação complexa e específica, podendo levar ao conhecimento de novos isolados com potencial inseticida promissor no controle de insetos.

Palavras-chave: *Bacillus thuringiensis*; isolamento; identificação.

DIREITOS DA MULHER TRABALHADORA E DISCRIMINAÇÃO DE GÊNERO

Professora orientadora:
Sandra Nascimento
sandra.nascimento@uniceub.br

Aluna:
Fernanda Tercetti Nunes Pereira
fernandatercetti@yahoo.com.br
UniCEUB – FAJS – Direito

A discriminação de gênero no ambiente de trabalho é estudada mediante aspectos estatísticos, abrangendo salário e cargos. Entretanto, a discriminação contra a mulher é multidimensional. Nesse aspecto, compreender a que envolve situações do cotidiano no ambiente do trabalho e de que maneira a mulher percebe essa discriminação consiste no objeto de estudo dessa pesquisa. Ao considerar os dados do IBGE, em nível nacional - Brasil, e os da CODEPLAN, em nível regional, no Distrito Federal, vislumbra-se clara e gritante a discriminação de gênero no trabalho, quanto a renda e cargos ou funções. A metodologia envolve as técnicas relativas à pesquisa bibliográfica e documental e combina os métodos quantitativo e qualitativo. O quantitativo utiliza o método *survey* por amostra não probabilística, alcançando mulheres que exerçam atividade econômica em áreas, como comércio, serviços, serviço público, entre outras categorias econômicas, com atividades tradicionais e não tradicionais. A amostra foi definida por quotas, considerando idade, função de chefia e natureza da atividade. A escolha do método *survey* fez-se em razão de permitir a seleção estatística de uma amostra significativa do universo de estudo e projetar para a totalidade do universo as conclusões obtidas. A pesquisa qualitativa envolve a entrevista semiestruturada, partindo da referência conceitual normativa, estabelecida na Convenção Internacional sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher, a qual estabelece que discriminação significa toda distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, o gozo ou o exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e das liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em outro campo. Observa-se que a discriminação contra a mulher no plano fático envolve aspectos que são de difícil objetivação, dado o seu caráter *invisível*, decorrente da naturalização histórica da hierarquia dos gêneros, que subestima o gênero feminino e superestima o masculino. Em razão disso, a construção do questionário de pesquisa para o *survey* e para a entrevista semiestruturada consistiu no primeiro grande desafio da pesquisa, tendo sido necessária a revisão por mais de uma vez, após a aplicação de pesquisa teste. Dimensionar, no plano fático, a discriminação contra a mulher, esbarrou em obstáculos de ordem cultural que ocultam a discriminação e naturaliza situações de falsa igualdade. De outro lado, após a primeira aplicação da pesquisa teste, verificou-se a necessidade de reduzir o campo de observação, para excluir da amostra mulheres no segmento de trabalho doméstico, tendo em vista a diferenciação dessa modalidade que não comportou obter informações comuns a outros segmentos econômicos e profissionais, envolvendo o campo intelectual, político e sexual no ambiente de trabalho. O universo da pesquisa restringiu-se ao perfil da mulher na relação de emprego, abrangendo entidades empregadoras com estrutura organizacional com cargos e funções de direção.

Palavras-chave: direitos humanos; discriminação de gênero; ambiente de trabalho; hierarquia dos gêneros.

OS IMPACTOS SUBJETIVOS DAS RELAÇÕES HUMANAS NA VIVÊNCIA DA HIPERTENSÃO E DO DIABETES

Professor orientador:
Dr. Fernando Luis González Rey

Aluno bolsista do PIBIC:
Flávio Patrick de Assis Correia
flaviopatrick.ac@gmail.com
UniCEUB – FACES – Psicologia

A vivência da hipertensão arterial e do diabetes articula-se com a dimensão relacional que a pessoa constrói ao longo de sua história em sociedade, que é subjetiva e ocorre de maneira única para cada pessoa. Assim, estudar os impactos subjetivos das relações humanas sobre a vivência dessas doenças crônicas é o objetivo da presente pesquisa, pois amplia-se o foco de tratamento mediante a inclusão da dimensão subjetiva das doenças, pela consideração do caráter singular e histórico da pessoa frente a suas relações humanas. Apresenta-se um estudo de caso, para ilustrar a importância de entender que a subjetividade organiza processos sobre as relações humanas, os quais podem ser tanto empecilhos para o tratamento das doenças crônicas como também recursos favoráveis para a promoção da qualidade de vida na hipertensão e no diabetes. Recorre-se à Teoria da Subjetividade, de González Rey, como fundamentação teórica e utiliza-se a metodologia qualitativa construtivo-interpretativa, assentada filosoficamente na Epistemologia Qualitativa. Utiliza-se a dinâmica conversacional e o complemento de frases como instrumentos. A pesquisa realiza-se no contexto de um hospital-dia do Distrito Federal, com um grupo de hipertensos diabéticos e uma participante que não possui essas doenças crônicas, a fim de enriquecer as discussões no grupo. As dificuldades de tratamento e promoção de qualidade de vida da participante apresentadas no estudo de caso estão articuladas com seus dilemas relacionais que organizam sentidos subjetivos sobre o seu passado, caracterizado por relações familiares de violência. Compreendem-se sentidos subjetivos produzidos em torno da temática do cuidado que exerce em suas relações familiares atuais**,** o que a dispõe mais para o cuidado de outras pessoas do que para consigo própria. A pesquisa conclui que os dilemas relacionais de determinada pessoa são únicos e influenciam o tratamento e a qualidade de vida quanto à hipertensão arterial e ao diabetes, exigindo dos profissionais de saúde uma leitura contextualizada dos processos subjetivos do sujeito produzidos perante suas relações humanas.

Palavras-chave: hipertensão arterial e diabetes; relações humanas; sentidos subjetivos.

ESTUDO DE CASO: MONITORAMENTO DE RECALQUE EM EDIFÍCIOS DURANTE A CONSTRUÇÃO COMO FERRAMENTA AUXILIAR À AVALIAÇÃO DE PATOLOGIAS

Neusa Maria Bezerra Mota
neusa.mota@uniceub.br
neusamota@bmsengenharia.com.br

Aluna bolsista:
Gabriela de Athayde Duboc Bahia
UniCEUB, FATECS, Engenharia Civil
gabrieladuboc@gmail.com

No âmbito da Engenharia Civil, a busca pelo processo interativo entre solo e estrutura para melhor estimativa dos recalques distorcionais e investigação do comportamento do solo ganha uma função incontestável. Apesar de o controle de recalque possibilitar a análise do desempenho das fundações ao longo da obra, a referida técnica não é empregada de forma preventiva, nas obras de médio e grande porte, como recurso fundamental para avaliação do desempenho e diagnóstico precoce de patologias de fundações. A NBR 6122/10 – Projeto e Execução de Fundações estabelece como obrigatório o monitoramento de recalque em quatro situações principais: estruturas com mais de 60 m de altura do térreo até a laje de cobertura relação entre altura e largura (menor dimensão) superior a quatro estruturas nas quais a carga variável é significativa em relação à carga total (silos e reservatórios) fundações ou estruturas não convencionais. Neste contexto, este trabalho tem como objetivo apresentar os resultados do controle de recalque realizado em dois empreendimentos residenciais situados no Distrito Federal. As fundações das 04 (quatro) torres da obra 1 foram executadas em estaca raiz, assente em rocha, e as 02 (duas) torres da obra 2, em estaca hélice contínua monitorada, implantadas em solo residual. Nos dois casos, tem-se estrutura em concreto armado convencional. O monitoramento foi realizado durante a construção, no caso da obra 1, obtendo-se distorção angular fora de limites recomendados pela literatura (1/238), com identificação de patologias na estrutura, e na obra 2, resultados aceitáveis de acordo com os limites propostos na literatura. Com base nas informações de monitoramento, recalque distorcional e velocidade de recalque, foi possivel obter o diagnóstico preventivo da obra 1, o que antecipou a intervenção executada antes da entrega da obra, demonstrando, assim, a importância do controle de recalque como recurso preventivo no desempenho de fundações.

Palavras-chave: recalque; desempenho; patologias.

O FUNCIONAMENTO DISCURSIVO DE ESQUIZOFRÊNICOS DESINSTITUCIONALIZADOS

Professora orientadora:
Doutora Marcella Marjory Massolini Laureano Prottis

Aluno:
Henrique Campagnollo D´ávila Fernandes
UniCEUB – FACES – Psicologia

Este estudo tem como objeto o funcionamento discursivo de pacientes esquizofrênicos desinstitucionalizados e como objetivo a análise desse funcionamento, tendo como referência observações de discussões de grupo de pacientes que frequentam o Centro de Atenção Psicossocial, localizado em uma cidade do Distrito Federal. Para isso, utilizou-se como fundamentação teórica os estudos sobre a heterogeneidade discursiva de Authier-Revuz, a fim de verificar a presença do Outro no discurso destes sujeitos e os conceitos da Psicanálise de Lacan, para que se pudesse entender a psicose e, em especial, a esquizofrenia. Procurou-se realizar uma viagem no tempo, para compreender como se deu a institucionalização de esquizofrênicos, e a importância dos trabalhos desenvolvidos nos Centros de Atenção Psicossociais em nosso país, como elementos que contribuem para o processo de desinstitucionalização, lançando mão da heterogeneidade e da Psicanálise lacaniana, para analisar, nos discursos, a presença do grande Outro como fator positivo de sua reinserção no ambiente familiar e social, mediante a função de suplência. Na parte metodológica, o *corpus* utilizado para a análise constituiu-se de dez observações de atividades de grupo de usuários que frequentam o CAPS por meio da eleição das propriedades decorrentes de sequências de discursos que explicitariam a referência discursiva do esquizofrênico. Com base nos resultados obtidos, verificou-se que o Outro CAPS apresenta a função de suplência para que os sujeitos estudados consigam organizar o discurso, pois possibilita-lhes ter voz e garante-lhes um lugar social por meio das atividades e das relações estabelecidas entre as pessoas que por lá passam. Dessa forma, é dado ao sujeito um lugar para que possa significar e ser significado, fazendo que suas palavras e sua forma de ser e estar no mundo ganhem uma dimensão de reconhecimento, impulsionando-o a buscar a inclusão social.

Palavras-chave: esquizofrenia; heterogeneidade discursiva; psicanálise lacaniana.

OS EFEITOS DA ADESÃO DO CARONA NO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS E O ACÓRDÃO 1233/2012 DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Aluno bolsista do PIC:
Hugo Medeiros Gallo da Silva
UniCEUB – FAJS – Direito
hugogallo10@hotmail.com

A presente pesquisa trata de um tema recente e polêmico que envolve a Administração Pública e os participantes nos procedimentos licitatórios consubstanciados na utilização do Sistema de Registro de Preços – SRP. O problema objeto da pesquisa tem origem no Decreto Federal nº 3.931/2001, de 19 de setembro de 2001, mais especificamente, em seu artigo 8º e parágrafos, que possibilitou a órgãos e entes públicos não participantes do procedimento licitatório, os chamados "carona", aderir à ata de registro de preços formulada por outro órgão ou ente da Administração Pública, de forma a extrapolar os quantitativos previstos no instrumento convocatório. É demonstrado que a problemática do SRP se encontra na aplicação errônea da interpretação extensiva ao artigo 8º e seus parágrafos, a qual faz emergir efeitos irreparáveis e desastrosos tanto para a Administração Pública, em relação ao descumprimento de seus princípios norteadores e à sua forma de contratar, como para a Ordem Econômica, no que tange ao desequilíbrio promovido na estrutura de mercado que afeta, principalmente, a sustentabilidade dos sujeitos que a integram. Insta destacar que, recentemente, em sessão ordinária do dia 23 de maio de 2012, o Tribunal de Contas da União proferiu o acórdão nº 1233/2012 – TCU – Plenário, que corrobora o resultado da pesquisa. A metodologia utilizada foi a jurídico-empírica, que possibilitou vislumbrar a atual operacionalidade do instituto do *carona*. Tal método propiciou a análise dos problemas enunciados na pesquisa, sendo plenamente comprovados por dados extraídos da Administração Pública, mais especificamente da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal. Além disso, foi aplicado à pesquisa o instrumental teórico interdisciplinar na análise do instituto do *carona*, do ponto de vista do Direito Constitucional, do Direito Administrativo, do Direito Empresarial e Econômico. A pesquisa possibilitou verificar alguns dos principais problemas na Administração, quais sejam, a falta de planejamento, a organização, a coordenação e o controle do gestor público, que refletem, diretamente, nos altos valores de dispensa de licitação e no elevado número de adesões, que não são divulgadas de forma notória, justamente, para não alarmar as instituições de controle e fiscalização sobre a corriqueira utilização desmedida do procedimento do *carona*. Ao final, constatou-se a necessidade de promover uma alteração legislativa, com o fito de sedimentar a forma de utilização do procedimento do *carona*, sem possibilitar a extrapolação dos quantitativos previstos em edital e, principalmente, obstar a prática de meios colusivos que violam o ordenamento jurídico e afetam, diretamente, a estrutura de mercado saudável. Para otimizar as contratações públicas, é viável a elaboração de um sistema unificado de registro de preços, o Sistema Nacional de Registro de Preços - SNRP, que proporcionará automação, diminuição de custos e aumento na velocidade das contratações públicas.

Palavras-chave: adesão; carona; ata de registro de preços.

CARTA DO CONTADOR-GERAL LUIS JOSÉ DE BRITO SOBRE OS ÍNDIOS DE GOIÁS (1788)

Professor orientador:
Deusdedith Rocha Jr.
PIC/UniCEUB
Aluna bolsista: Isabel Crescêncio

Este estudo pretende analisar a política indígena adotada pela Coroa portuguesa na segunda metade do século XVIII, sua efetivação na capitania de Goiás e a crítica sugerida pelo contador-geral do Território da Relação do Rio de Janeiro, Luís José de Brito. Em carta dirigida ao Conselho Ultramarino, o contador considera a necessidade de mudanças no tratamento que a Coroa portuguesa estabelecia com os grupos indígenas e sugere alterações baseadas na política inglesa para a América do Norte. Considerando que o momento histórico em que escreve o contador permite a reflexão sobre as primeiras décadas da nova política indígena promovida pelo marquês de Pombal e situa-se em um momento de reorientação da economia goiana, a sua análise pode ser cotejada com os processos históricos em curso, no final do século XVIII. No relatório, indicamos os dados históricos e as situações político-econômicas e sociais da capitania de Goiás e suas relações com os índios e transcrevemos o documento do contador Luís José de Brito, produzindo os subsídios necessários para o aprofundamento da investigação proposta. São levantados dados sobre os conflitos entre portugueses e índios no território goiano, os principais grupos indígenas e sua localização, considerando o século XVIII, e são destacadas relações entre os índios e a sociedade colonial. A transcrição paleográfica da carta do contador Luís José de Brito foi elaborada segundo as regras propostas pelo Arquivo Nacional, e o documento foi retirado da coleção digitalizada do Arquivo Histórico Ultramarino, elaborada pelo Projeto Resgate – Barão do Rio Branco.

Palavras-chave: política indígena; Goiás colonial; manuscrito.

INVESTIGAÇÃO DE PUBLICAÇÕES SOBRE OS COMITÊS DE ÉTICA EM PESQUISA E SUAS PARTICULARIDADES: A ANÁLISE DE LIVROS E ARTIGOS DE PERIÓDICOS CIENTÍFICOS

Jefferson Pereira de Jesus
Biomédico, jeffersonjpj@hotmail.com

Marília de Queiroz Dias Jacome
Professora da FACES, marília.jacome@uniceub.br

A publicação de resultados de pesquisas possibilita divulgar o conhecimento e proporciona critérios de avaliação de produtividade dos pesquisadores e dos programas de pós-graduação. No Brasil, a maioria das revistas científicas não cita os aspectos éticos nas instruções aos autores, o que implica pensar que se publicam apenas trabalhos de autores que cumprem as exigências éticas em suas pesquisas. Tal fato remete aos Comitês de Ética em Pesquisa (CEP), fazendo que sejam mais procurados pelo público que necessita do seu aval para prosseguimento do trabalho a ser desenvolvido e melhor respeito ao ser humano. Este trabalho investigou artigos científicos relativos à atuação e ao papel dos Comitês de Ética em Pesquisa, para analisar como são divulgadas as informações. Os instrumentos de coleta foram: pesquisa bibliográfica em periódicos científicos que tratam da temática de bioética e ética em pesquisa - *Bioética* (volumes do 13 ao 19), *Revista Brasileira de Bioética*, dos anos 2008, 2009 e 2010; artigos disponíveis no endereço eletrônico Google, versão brasileira, utilizando-se as palavras-chave *comitê de ética em pesquisa*, *bioética, ética em pesquisa*. Foram analisados 273 artigos científicos, e foi identificada a publicação dos seguintes temas em quantidade decrescente: aspectos bioéticos de ciências médicas; simpósios e debates científicos; comitês de ética em pesquisa; aspectos jurídicos e sociais. O tema com maior número de publicações, 46% (n=126), discutia questões da Bioética agregadas às áreas de ciências médicas e ética profissional. Com 30% (n=82), foram os relatos de simpósios e debates científicos. Artigos relacionados diretamente ao funcionamento dos CEP, juntamente com seu histórico e resoluções pertinentes, representaram 15% (n=40), enquanto aspectos bioéticos referentes às ciências sociais e jurídicas foram tratados em 9% (n=25) das publicações. Quanto à distribuição dos temas, nos aspectos bioéticos relacionados às ciências sociais e jurídicas, predominaram publicações no ano de 2008 e, em menor proporção, no período de 2006. Nos aspectos bioéticos relacionados às ciências médicas, observou-se o predomínio de publicações no ano de 2010 e, em menor proporção, no período de 2007. Avaliando-se a distribuição quantitativa de debates científicos e simpósios realizados, foi possível observar o predomínio de debates menor em 2008, e o ano seguinte sendo o de maior proporção. Ao considerar a quantidade de artigos científicos publicados em relação ao funcionamento dos CEP e sua evolução histórica, foi possível avaliar que houve o predomínio de publicações no ano de 2008 e, em menor proporção, nos anos de 2002 e 2003. Esse estudo preliminar destinou-se ao levantamento da ocorrência de publicações sobre os CEP, com o qual se pretende fomentar novas pesquisas, associando suas atribuições aos aspectos bioéticos, e, assim, evidencia-se a necessidade de articular a busca do conhecimento com os requisitos da ética em pesquisa e avaliação pelos CEP. Destaca-se, com essa discussão, a compreensão de que o interesse social é mais importante que o individual e o fato de que a ética em pesquisa tomou, desde o século XX, importância crescente e necessária como evidenciaram os resultados do levantamento bibliográfico.

Palavras-chave: Comitê de Ética em Pesquisa; Resolução CNS n. 196/96; ética em pesquisa; bioética.

DOCUMENTOS GOIANOS DO ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO – AHU

Professor orientador:
Deusdedith Rocha Jr.

Aluna bolsista:
Jéssica Montanha
PIC-UniCEUB/2011-2012

Esta pesquisa tem por objetivo a transcrição e a apresentação de documentos goianos depositados no Arquivo Histórico Ultramarino - AHU, utilizando-se das técnicas da leitura e da transcrição paleográficas. É sabido que o acesso à documentação antiga depara com as dificuldades de leitura e interpretação e que a disponibilização de fontes primárias para a pesquisa histórica é de muita importância para a formação acadêmica e o desenvolvimento do conhecimento histórico. Pretende-se, portanto, ler, transcrever e contextualizar documentos, formando um acervo que possibilite a consulta de alunos e pesquisadores de história. Especificamente, neste trabalho, foi dada prioridade ao ofício do secretário do governo de Goiás, Ângelo dos Santos Cardoso, ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Diogo de Mendonça Corte Real, escrito em 1755, que faz um relato das descobertas de veios auríferos em Goiás e do comportamento da população e dos governos civis e eclesiásticos, dando ênfase à violência predominante na capitania. A seleção deste documento justifica-se pelo ineditismo, pois não tem publicação integral e apresenta importância para o conhecimento das relações sociais da sociedade goiana setecentista. Ao destacar fatos históricos recentes sobre o momento da escrita e ao descrever situações cotidianas, o relatório de Ângelo dos Santos Cardoso possibilita a investigação histórica das relações de poder e da estrutura administrativa organizada na capitania de Goiás, naquele período.

Palavras-chave: paleografia; história goiana; documentos históricos.

REFORMULAÇÃO DE MORADIA PARA PESSOAS PORTADORAS DE CÂNCER

Professora orientadora:
Doutora Eliete de Pinho Araujo
eliete.araujo@uniceub.br

Aluno bolsista:
João Renato Carneiro de Aguiar
joao.re@hotmail.com
UniCEUB, FATECS, Arquitetura e Urbanismo

Este trabalho tem como proposta melhorar a qualidade de vida de pessoas portadoras de câncer por meio de novo tipo de habitação. Para isso, foram estudados dois tipos de instituição que contribuem para o tratamento: um hospital da rede pública do Distrito Federal e uma casa de apoio, que serve como moradia para os pacientes de outros estados do Brasil. O tratamento de câncer é longo e cansativo, e o paciente precisa de certo tempo para descanso e recuperação; é nesse intervalo que ele fica na casa de apoio, pois, internado no hospital, estará expostos a infecções hospitalares, além de haver custo extra. Foi analisado que é no período de descanso e recuperação que o paciente fica mais debilitado, fraco e suscetível a doenças infecciosas. Por esse motivo, a casa de apoio é importante, pois é segura e atende a todas as necessidades de uma pessoa debilitada. Este trabalho propõe uma mistura dessas duas instituições, fazendo que o paciente tenha maior liberdade, menos estresse e melhor expectativa de tratamento e qualidade de vida. A ideia é que esse novo tipo de habitação seja instalada perto de um hospital de grande porte. O trabalho repercute na questão ambiental, no olhar da arquitetura para a prevenção de doenças e na melhoria da saúde pública, pois embasa os projetos para maior conscientização dos profissionais envolvidos com o tema.

Palavras-chave: arquitetura; habitação coletiva; câncer.

PARADIGMAS DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: O CASO DO HAITI

Aluno bolsista:
João Francisco da Silveira Veríssimo
UniCEUB – FAJS – Relações Internacionais
jfverissimo@gmail.com

O presente trabalho analisa o processo decisório que levou à participação brasileira na Missão de Estabilização das Nações Unidas para o Haiti (MINUSTAH). O Brasil tem uma cultura na sua política externa reconhecida mundialmente como pacifista, humanista e de diálogo. Viu-se necessário um aprofundamento no fato de que a participação brasileira tem mais força no aspecto militar, nesta operação internacional. O Haiti, por sua vez, é um país com características únicas desde a sua formação e vítima de interesses estrangeiros que minavam sua soberania com ações de ingerência. O último século foi o momento que fez dele um palco de tragédias humanas tais que quase uma dezena de intervenções internacionais se fizeram presentes na tentativa de restaurar condições mínimas de sobrevivência. A ONU, maior promotora destas operações, realiza trabalhos com metodologias e práticas que não obtêm consenso na sua efetividade. A opinião pública tem, hoje, apontamentos que levantam questões sobre sua relevância. Assim, o Brasil viu-se, em 2004, ano da formação da MINUSTAH, num contexto geopolítico que lhe permitia tomar uma ação que o levaria ao centro do momento internacional daquele ano. O caos político e social havia-se instaurado no Haiti. A ONU enviava uma Força Interina Multinacional com duração de três meses, antes de enviar uma Missão de Estabilização de fato. Ao Brasil, coube a possibilidade de unir seus interesses nacionais ao momento ímpar da política externa brasileira promovida pelo então presidente Lula. Nesse contexto, assume o Brasil a liderança do componente militar da MINUSTAH. Este estudo de caso será apresentado de forma a relacioná-lo com o paradigma, no sentido de modelo kuhniano, da cultura diplomática brasileira.

Palavras-chave: Brasil; MINUSTAH; Haiti.

USO DE PRESERVATIVO ENTRE PROFISSIONAIS QUE ATUAM NA ATENÇÃO PRIMÁRIA Á SAÚDE

Professor orientador:
Henry Maia Peixoto
henry.peixoto@uniceub.br

Aluna:
Juciara Coêlho de Souza
jcsouza25@gmail.com
UniCEUB – FACES – Enfermagem

O uso correto do preservativo masculino (PM) representa a principal forma de prevenção da transmissão do HIV e de outras doenças sexualmente transmissíveis (DST). Todavia, a falta do uso do PM ou o seu uso incorreto durante as relações sexuais têm-se tornado frequente entre casais de ambos os sexos, constituindo, portanto, grave problema de saúde pública. Atualmente, no Brasil, existem programas que agem no combate das DST e incentivam o uso do preservativo. Nesta perspectiva, os profissionais de saúde que atuam na atenção primária são treinados e capacitados para educar e orientar a população quanto ao uso do PM, compreendendo-o como importante estratégia preventiva. A pesquisa investigou o conhecimento e as práticas relacionadas ao uso do PM entre profissionais em atenção primária à saúde no Distrito Federal. Trata-se de um estudo transversal e analítico em que foram utilizados dados quantitativos e a Teoria do Autocuidado e do Déficit do Autocuidado, de Dorothea E. Oren. A coleta de dados foi realizada por meio de aplicação de questionário no período de abril de 2012 a maio de 2012. A amostra foi constituída por 73 profissionais em atenção primária, em 09 dos 10 centros de saúde das Regiões Administrativas (RA) sul e norte de Brasília. Pode-se observar com os resultados que a amostra foi constituída por 67,1% de profissionais do ***nível*** médio e 32,9% de nível superior. Preponderou o sexo feminino (83,6%). Quanto ***à*** orientação sexual, 82,2%, 12,3% e 4,1% referiram-se, respectivamente, a orientação heterossexual, homossexual e bissexual. Em relação ao conhecimento sobre uso adequado do PM, 32,9% responderam que possuíam excelente conhecimento, 49,3%, bom conhecimento, 12,3%, ***péssimo*** conhecimento, e 5,5% não responderam. As respostas relativas ao uso do PM revelaram que 46,6% dos profissionais avaliam que o PM diminui o prazer sexual, 32,9% responderam que sempre usam o PM durante as relações, 31,5% utilizam-no às vezes, 32,9% nunca o usam e 2,7% não responderam. 67,1% dos profissionais possuíam algum comportamento de risco. Não foi verificada associação estatisticamente significativa entre o desempenho na avaliação do conhecimento e o comportamento adequado entre os avaliados, apesar de 50,6% revelarem adequado conhecimento, apenas 8,2% usam, corretamente, o PM, demonstrando que, na amostra avaliada, o conhecimento não foi traduzido em uso adequado do PM. O estudo indicou que os profissionais avaliados apresentaram desempenho mediano em relação ao conhecimento sobre o PM, além de a maioria não usar ou usar incorretamente o PM, expondo-se ao risco de contrair e/ou transmitir DST e AIDS, além de fragilizar ações preventivas, uma vez que os avaliados ***têm a incumbência de promover a saúde sexual e reprodutiva da população assistida***. O fato de não ter sido identificada associa***ção entre conhecimento e*** prática revela uma lacuna importante, gerando questões para pesquisas futuras.

Palavras-chave: preservativo; DST; enfermagem.

COPA DE 2014: A COMUNICAÇÃO SOCIAL NO TURISMO CÍVICO E CULTURAL DO DISTRITO FEDERAL

Professora orientadora:
Dra. Flor Marlene E. Lopes
flor.mel59@gmail.com

Aluno bolsista:
Júlio Guilherme Franco Curso
julioguilhermefranco@gmail.com
UniCEUB – FATECS – Comunicação Social

Esta pesquisa tem como finalidade descobrir possíveis falhas na comunicação social do governo do Distrito Federal, no que se refere ao turismo cívico e cultural, durante os jogos da Copa do Mundo de Futebol de 2014. Mediante teorias da comunicação, sugerem-se soluções e formas de receber, corretamente, os visitantes. Brasília é uma cidade que tem, majoritariamente, turista de negócios. De acordo com dados da Secretaria de Turismo do DF, apenas 10% dos visitantes vêm à cidade, para turismo cívico ou cultural. Para a Copa do Mundo de Futebol de 2014, a previsão é que a cidade, durante o mês dos jogos, aumente em, pelo menos, 60% o volume de turistas cívicos ou culturais, de acordo com estimativa do Ministério do Turismo, divulgada em seu *site*. Porém, é visível que a capital sofre com a falta de estrutura comunicacional que atenda às necessidades de informação. Atualmente, o governo local, pela Secretaria de Turismo, oferece, somente, dois postos de informações ao visitante: um no Aeroporto Juscelino Kubitschek e outro na Esplanada dos Ministérios. O *site* da Secretaria de Turismo não apresenta informações mínimas necessárias e não faz nenhuma conexão com outros meios de obtenção das informações. As estruturas físicas e virtuais, atualmente, não atendem às demandas existentes e são de difícil acesso. Apesar de a localização ser privilegiada, os dois únicos postos são insuficientes. As condições físicas dos locais de visitação não atendem às necessidades dos visitantes. Faltam placas informativas em português, línguas estrangeiras e braile nos pontos turísticos. O material distribuído nos Centros de Apoio ao Turista contém poucas informações, superficialmente tratadas. Os dados e os mapas estão só em português e não tratam de questões, como transporte, alimentação e hospedagem, além de não despertarem a curiosidade do visitante. A ausência de preparo do pessoal responsável é um dos pontos mais agravantes. A polícia turística e os balcões de informação demonstram a falta de manejo em lidar com o público, de conhecimento prévio e de domínio de línguas estrangeiras. A publicidade do turismo é praticamente inexistente. Os pontos turísticos, além da Esplanada dos Ministérios, não são explorados nem as belezas naturais do cerrado e das cachoeiras nos parques ecológicos. A dificuldade de informações pode dificultar a visitação a monumentos e edifícios governamentais, pois explora-se pouco a história pregressa e posterior à construção da cidade. Brasília é conhecida nacionalmente, por abrigar uma infinidade de povos diferentes e comportar uma cultura local ímpar, como ser conhecida pela cidade do *rock*, por exemplo. A cultura local é outro fator que pode ser desperdiçado pelo governo durante os jogos. As estruturas físicas, gastas pelo tempo e sem sinalizações externas e internas, como o Teatro Nacional Cláudio Santoro, podem prejudicar o andamento dos eventos culturais.

Palavras-chave: comunicação empresarial; comunicação governamental; turismo cultural.

A INFLUÊNCIA DA GINÁSTICA LABORAL E SUA CONTRIBUIÇÃO NA QUALIDADE DE VIDA DE DOCENTES DO ENSINO SUPERIOR

Professora orientadora:
Valéria Sovat de Freitas Costa

Aluna:
Karine de Souza Kozlowski
UniCEUB – FACES – Fisioterapia

Docentes exercem suas atividades predominantemente em pé, e, pelo tempo prolongado, gera-se sobrecarga na coluna e fadiga na musculatura envolvida. O objetivo deste estudo é verificar se a Ginástica Laboral (GL) melhora a qualidade de vida e reduz o nível de estresse dos docentes de uma universidade de ensino superior. Participaram 27 docentes, que responderam a questionários e, em seguida, foram divididos em 2 grupos. O que sofreu a intervenção realizou 10 sessões de GL com duração de 15 minutos. Os resultados e as conclusões serão apresentados no Congresso.

Palavras-chave: ginástica laboral; qualidade de vida; estresse.

A LICENCIATURA E A SUBJETIVIDADE DO ESTUDANTE: PERFIL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Professora orientadora:
Dra. Maria Eleusa Montenegro

Aluna bolsista:
Leilane Cristina de Melo Silva
leilanemelo83@hotmail.com
UniCEUB – FACES –Letras – PIBIC

O interesse pela formação de qualidade dos professores, foco de preocupação e de estudos, motivou esta pesquisa cujo objetivo principal é conhecer e analisar o perfil dos estudantes de licenciaturas. Os objetivos específicos são: identificar características pessoais do estudante; conhecer seu perfil como estudante de licenciatura; conhecer o nível de satisfação dos estudantes; verificar conhecimentos, habilidades e atitudes que são desenvolvidos ou adquiridos pelos alunos durante o curso; oferecer subsídios aos cursos de licenciatura para a reflexão sobre o papel de formador de professores. A pesquisa qualitativa foi o método escolhido, para responder a essas questões por meio de roteiros de entrevista semiestruturados, aplicados a nove alunos ingressantes, trinta formandos em licenciatura, nove professores do ensino superior que atuam nas licenciaturas e professores do curso. Entre as categorias analisadas, estão: identificação do participante; escolha do curso; hábitos de leitura e estudo; preparação para o magistério; formação continuada; valorização da educação; facilitação entre família e escola; preparação para a docência; atividades acadêmicas; dificuldades na docência do ensino superior. Segundo os dados obtidos na pesquisa, todos os participantes ingressaram no curso por vontade própria, e, embora nem todos pretendam ser professores, a maioria adere à profissão docente. Estudantes de licenciatura, ingressantes e formandos afirmaram gostar de ler, no entanto a maioria tem feito apenas as leituras obrigatórias. Também, não têm rotina de estudo, fazendo-o apenas nas horas vagas e, especialmente, no final do curso, quando passam a estudar mais. Esse fato foi considerado por mais de um professor como uma dificuldade em lecionar no ensino superior, pois julgam que os alunos não buscam conhecimento. Os alunos formandos participam mais de atividades extracurriculares, porém a maioria frequenta apenas as que são oferecidas na própria instituição. A relação entre teoria e prática também foi examinada como um ponto negativo nas licenciaturas, pois tanto professores quanto alunos afirmam haver muita teoria e pouca prática durante os cursos. A grade curricular foi considerada inadequada pela maioria dos professores participantes e necessita de reformulação, embora alguns afirmassem não ser o curso e, sim, a prática docente que forma um professor. Assim, os resultados sugerem que a maioria dos estudantes está satisfeita com o curso e que, apesar de relativa insegurança quanto a sua formação, os estudantes acreditam que podem tornar-se bons professores por meio da prática docente, e os alunos, antes desestimulados pela desvalorização docente, aproximam-se da profissão pelo envolvimento com a prática de ensino.

Palavras-chave: formação do professor; formando em licenciatura; prática pedagógica.

POLIMORFISMOS GENÉTICOS ASSOCIADOS AO ANEURISMA INTRACEREBRAL

Professor orientador:
Luzitano Brandão Ferreira

Aluna bolsista:
Ligia Canongia de Abreu Cardoso
ligia.canongia@hotmail.com
UniCEUB – FACES – Biomedicina

Os aneurismas intracerebrais caracterizam-se por uma dilatação localizada e anormal na parede das artérias que pode ocorrer por fatores congênitos, traumáticos ou arterioescleróticos. Aneurismas cerebrais e hemorragia subaracnoidea possuem elevado índice de mortalidade. O seu diagnóstico precoce é um dos fatores que possibilita a boa evolução da doença. O polimorfismo genético pode ser definido como a presença de, pelo menos, dois alelos em determinado gene, em que o alelo menos raro tenha frequência maior do que 1%. Polimorfismos no gene XbaI e EcoRI da apolipoproteína B são considerados fatores de risco para doença arterial coronariana, e o objetivo da pesquisa é, mediante análises moleculares, definir o polimorfismo da apolipoproteína B em pacientes com aneurisma intracerebral. Foram examinados 25 pacientes com diagnóstico de aneurisma intracerebral. Destes, 11 (44,0%) eram do sexo masculino, e 14 (56,0%), do sexo feminino. Com relação à idade, verificou-se que um (4,0%) paciente tinha entre 20-40 anos, 19 (76,0%), entre 41-60 anos, e 5 (20,0%), mais de 60 anos de idade. Onze (44,0%) não apresentaram doenças concomitantes, 12 (48,0%) apresentaram hipertensão arterial sistêmica, e 2 (2,0%), diabetes melito. Do total, 12 (48,0%) declararam ser tabagistas, e 7 (28,0%), etilistas, fatores que também podem contribuir para o aneurisma intracerebral. Com relação às análises moleculares, verificou-se que as frequências alélicas do polimorfismo EcoRI (-) e EcoRI (+) foram 44% e 56% para indivíduos com aneurisma intracerebral e 56,6% e 43,4% para indivíduos do grupo de controle. A frequência dos genótipos apresentados pelos pacientes com aneurisma intracerebral foi 12% (-/-), 16% (+/-) e 6% (+/+). Indivíduos do grupo de controle apresentaram 20,0% (-/-), 73,3% (+/-) e 6,7% (+/+). Não houve diferença estatisticamente significativa entre indivíduos com aneurisma intracerebral e indivíduos de controle com relação aos alelos ($p = 0,25$) e aos genótipos ($p = 0,17$) dos polimorfismos EcoRI da apolipoproteína B. As análises das frequências alélicas do polimorfismo XBaI (-) e XBaI (+) foram 52% e 48% para indivíduos com aneurisma intracerebral e 58,4% e 41,6% para indivíduos do grupo de controle. A frequência dos genótipos do polimorfismo de apolipoproteína B XBaI apresentados pelos pacientes com aneurisma intracerebral foi 32% (-/-), 40% (+/-) e 13,6% (+/+). Indivíduos do grupo de controle apresentaram 36,7% (-/-), 43,3% (+/-) e 20,0% (+/+). Assim como os polimorfismos de EcoRI, não houve diferença estatisticamente significativa entre indivíduos com aneurisma intracerebral e indivíduos de controle com relação aos alelos ($p = 0,44$) e aos genótipos ($p = 0,49$) do polimorfismos de XBaI da apolipoproteína B.

Palavras-chave: polimorfismos; aneurisma intracerebral; apolipoproteína B.

BLOGS DE JORNALISMO ESPORTIVO: ESTUDO COMPARATIVO DA COBERTURA JORNALÍSTICA SOBRE AS CATEGORIAS DE BASE DO FUTEBOL

Professora orientadora:
Mônica Igreja do Prado
monica.prado@uniceub.br

Aluno:
Luciano Villalba Neto
lvillalba@uol.com.br
UniCEUB – FATECS – Comunicação Social – Jornalismo

Que tipo de cobertura jornalística é feita sobre categoria de base na *blogosfera* de jornalismo esportivo? Essa foi a pergunta de pesquisa que direcionou os trabalhos científicos. Para fundamentação, realizou-se pesquisa documental. A base foi a leitura da Lei Pelé e suas alterações, além de outras legislações. Em 06 de julho de 1993, foi criada a Lei Zico, que não teve aplicação e foi revogada pela Lei Pelé, em 1998 (número 9615, de 24/03/1998). A Lei 9981, de 14/07/2000, também, fez algumas alterações. O projeto de lei 5186, de 2005, propôs mudanças no artigo 29, que trata da categoria de base. Em 9/12/2010, houve inclusão de artigos sobre cuidados com a saúde, exigindo exames periódicos para a avaliação de saúde dos atletas profissionais e não profissionais. Pôde-se verificar a importância da inovação proposta pela Lei Pelé (12.395/2011), especialmente no artigo 29, que define os quesitos para que as entidades de práticas desportivas sejam consideradas formadoras de atletas. O artigo 27 – C, que discorre sobre a participação do agente desportivo, e o artigo 28, que esclarece não ser o atleta de futebol menor de 18 anos considerado autônomo, já que exerce atividade em modalidade esportiva coletiva, são considerados os mais importantes para a categoria de base. O segundo momento da pesquisa foi a procura por palavras-chave de tópicos em buscadores na *web*. Isso levou a classificar os *blogs* em três tipos: puristas, que são os *blogs* de jornalismo especializados no assunto "categorias de base de futebol brasileiro"; os comentaristas, que são os *blogs* mais opinativos sobre o assunto; os esporádicos, que são os *blogs* que publicam material esportivo e, esporadicamente, tratam do assunto "categorias de base de futebol brasileiro". Ao identificar o conteúdo disponibilizado pelo tipo de *blog*, verificou-se que os puristas olheiros.net e bsb2012.net são os que têm página exclusiva sobre legislação e direito esportivo para os atletas de categoria de base. No *blog* larrydiogenes.blogspost, de tipo comentarista, aparecem notícias de campeonato. Nos *blog* de tipo esporádico, a legislação sobre categoria de base não aparece como conteúdo.

Palavras-chave: blog; jornalismo esportivo; categorias de base.

AVALIAÇÃO DA INFLUÊNCIA DAS QUEIMADAS SOBRE A CARACTERIZAÇÃO FÍSICO-QUÍMICA DE ÁGUAS SUPERFICIAIS

Professor orientador:
Eduardo C. Oliveira-Filho
cyrino@cpac.embrapa.br

Alunos:
Luiz H. G. dos Santos
luizhgontijo@gmail.com
Nathan de C. S. Simplício
nathan.simplicio@globo.com

Colaboradores:
Daphne H. F. Muniz
daphne.muniz@cpac.embrapa.br
Darlan Q. Brito o
darlan.quinta@cpac.embrapa.br
UniCEUB – EMBRAPA

Os estudos sobre as queimadas tratam dos efeitos sobre a vegetação e sobre o solo, porém não existem informações no Brasil dos possíveis efeitos das queimadas sobre a água. O objetivo do presente trabalho é avaliar os efeitos de cinzas provenientes de queimadas sobre parâmetros físico-químicos e químicos da água, por meio de ensaio em laboratório. Cinzas foram coletadas em uma área de vegetação predominante como transição de vereda para campo savana. Foram feitas soluções iniciais de 100g de cinza/L de água de diluição, as quais foram mantidas com e sem agitação constante, por 15 dias, a 20ºC. Em seguida, foram feitas diluições de 10, 25 e 50g/L. Alíquotas das amostras das diluições do primeiro e do último dia de ensaio foram retiradas e congeladas para posterior análise química em aparelho de cromatografia iônica, a fim de buscar elementos, como fluoreto, cloreto, nitrito, brometo, fosfato, sulfato, lítio, sódio, potássio, cálcio e magnésio, e a dureza das amostras. As diluições e o controle foram mantidos com temperatura controlada (20ºC) e ausência de luz, durante 15 dias, para monitoramento dos parâmetros de temperatura, pH, oxigênio dissolvido, condutividade elétrica e sólidos totais dissolvidos a cada 24 horas. Foi verificado que a solução inicial mantida sem agitação, com cinza no fundo, apresentou uma queda considerável na concentração de oxigênio dissolvido (99%); a amostra mantida sob agitação apresentou uma queda no oxigênio dissolvido, porém com uma taxa menor (63%). Com relação às diluições, os resultados mostram que, após 24 horas, houve um incremento no valor de pH, com a média de 28% para todas as diluições, apresentando leve decaimento no decorrer dos 15 dias. Os parâmetros de pH, condutividade elétrica e sólidos totais dissolvidos demonstraram aumento considerável nas primeiras 24 horas. A partir do décimo dia, houve acréscimo nos valores, permanecendo estáveis até o fim do experimento. O oxigênio dissolvido exibiu, após 24 horas, pequeno decréscimo, contudo, ao final do ensaio, os valores encontrados foram de 29% (50g/L), 32% (25g/L) e 43% (10g/L), da concentração de O_2 inicial da água de diluição. Com relação às análises químicas, os elementos, com exceção do lítio, do brometo e do amônio, apresentaram acréscimo na concentração final, em especial, o sódio, o potássio e o sulfato. A presença das cinzas na água contribuiu para alteração dos parâmetros físico-químicos, podendo, assim, causar alterações na qualidade da água e na sobrevivência de espécies aquáticas. Esses resultados sugerem que ambientes lóticos podem ser influenciados de forma mais amena, visto que a constante agitação da água tende a equilibrar o oxigênio dissolvido com o atmosférico, enquanto, em ambientes lênticos, o oxigênio dissolvido sofre quedas significativas.

Palavras-chave: fogo; qualidade da água; contaminação.

A INFLUÊNCIA DA ESTÉTICA DO GROTESCO NA ARQUITETURA CONTEMPORÂNEA

Marcela Soares Lins

A delimitação formal do grotesco como categoria estética pode servir de instrumento verificador dos reflexos na arquitetura contemporânea, no âmbito da produção arquitetônica e da configuração da paisagem urbana. Partindo de um recorte cronológico específico do período emergente do romantismo no século 18 até a contemporaneidade, o estudo trata de aspectos que estruturam a categoria do grotesco no enquadramento proposto. A análise de obras contemporâneas como um desdobramento da pesquisa possibilita a compreensão de uma estrutura alternativa de análise e produção arquitetônica. O campo amplia-se de forma a apresentar os aspectos da construção arquitetônica da paisagem, tendo em vista que os estruturadores do grotesco como categoria estética podem atuar na formação espacial e formal da paisagem, constituindo base para novos modelos teóricos no campo da experimentação arquitetônica.

Palavras-chave: grotesco; estética; arquitetura contemporânea.

EXPRESSÃO DIFERENCIADA DA CASPASE 1 OBSERVADA EM CAMUNDONGOS SUSCEPTÍVEIS OU NÃO À MALÁRIA CEREBRAL

Netto, MHN
Cascaes, ACG
Borges, TKS
Magalhães, KG
Muniz-Junqueira, MI

A malária é uma síndrome sistêmica causada quando o indivíduo se infecta com protozoários do gênero *Plasmodium*. A hiperativação do sistema imune com superprodução de citocinas inflamatórias parece ser o ponto crucial no desenvolvimento das formas graves da doença. O inflamassoma é um complexo proteico, formado por proteínas, como a caspase 1, ASC e Nalp, e ativa as citocinas pró-inflamatórias IL1 e IL18, que podem estar envolvidas na malária grave. O objetivo deste trabalho é avaliar a expressão da proteína caspase 1 em modelos murinos experimentais suscetíveis ou não à forma cerebral. Macrófagos peritoneais de camundongos BALB/c, C57Bl/6, suscetíveis à malária cerebral, e CBA, não suscetíveis, infectados ou não com o *Plasmodium berghei* foram fixados *in vitro*, e o método de imunofluorescência foi utilizado para marcar a proteína caspase 1. As lâminas foram analisadas por microscopia confocal. Observa-se que a expressão da proteína nos macrófagos foi maior nos animais infectados do que nos grupos de controle, contudo os animais C57Bl/6, que fazem a malária cerebral, apresentaram uma expressão maior da proteína enquanto os animais BALB/c, que fazem somente anemia, apresentaram uma expressão menor. Os resultados demostram que a proteína caspase 1 é expressa de maneira diferente, nas variadas linhagens de animais, e isso pode influenciar a evolução clínica da malária.

Palavras-chave: malária; proteínas; camundongos.

CONTRIBUIÇÃO BILATERAL DO DESIGN E DA ARQUITETURA NOS PROJETOS RESIDENCIAIS

Professor orientador:
doutor Leonardo Pinto de Oliveira

Aluna bolsista:
Marina de Farias Marinho
marina.f.marinho@gmail.com
UniCEUB – Arquitetura e Urbanismo

A pesquisa consiste na investigação histórica e dos métodos de ensino nas faculdades de arquitetura, desenho industrial e *design*. Essa avaliação resultou em uma reflexão sobre a corroboração das áreas citadas em ambas as profissões e, em especial, nos projetos arquitetônicos de residência. A problemática da pesquisa em questão foi a suspeita de que a capacitação do profissional de arquitetura poderia ser superior, sobretudo, para incluir-se na nova demanda de escala reduzida, visando à adesão de disciplinas consideradas de outras áreas que possam ajudar a fortalecer e melhorar a capacidade dos arquitetos. Fez-se profunda análise histórica, para verificar como as áreas de estudo têm sido tratadas, o que serviu de base para a etapa de exame dos métodos dos profissionais e das instituições de ensino. Com a avaliação histórica, pode-se afirmar que as áreas de arquitetura e *design* se completam e dependem uma da outra. Foram escolhidas faculdades de arquitetura que possuem o curso de *design*, por isso possibilitam aos alunos obter formação dupla ou complementação curricular. Entre elas, estão a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – FAU-USP, a Universidade Presbiteriana Mackenzie, também de São Paulo, a Architectural Association School of Architecture, de Londres, e a Harvard Graduate School of Design, em Massachusetts. Foram avaliados os currículos, se há a opção de os alunos de arquitetura cursarem matérias do *design* e se essas disciplinas trazem contribuições eficientes nos projetos de residências. Na investigação dos currículos de cada escola e da ementa de cada disciplina, puderam-se alcançar parâmetros entre as matérias indispensáveis, no caso de projetos residenciais, e propor uma melhoria simbólica ao currículo de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário de Brasília, UniCEUB. Entre as conclusões finais, está a identificação de disciplinas optativas e essenciais para complementação do currículo de arquitetura e a sinalização da necessidade de estudo em outros níveis de pesquisa, após a avaliação da interface entre *design* e arquitetura.

Palavras-chave: arquitetura; projeto residencial; *design*.

ANÁLISE DA QUALIDADE DA ÁGUA DO CÓRREGO GUARÁ, LOCALIZADO NO PARQUE ECOLÓGICO DO GUARÁ-DF, POR MEIO DE INDICADORES MICROBIOLÓGICOS

Professora orientadora:
Maria Cláudia da Silva

Aluna:
Marta Maria Borba Pereira
mborbapereira@gmail.com
UniCEUB, FACES, Biomedicina

O Brasil possui 12% da água doce superficial do mundo, porém o desperdício e a poluição de mananciais comprometem a qualidade pelo desenvolvimento desordenado das cidades, na maioria das vezes, sem estudos de preservação ambiental, o que compromete a qualidade da água própria para consumo humano. O objetivo do trabalho é avaliar os indicadores de contaminação fecal do córrego do parque do Guará - DF. Foram coletas 18 amostras de água, sendo 10 no período chuvoso e 9 no período da seca; uma amostra foi perdida, por ser perene. Foram pesquisados coliformes a 35°C e coliformes a 45°C, utilizando-se a técnica do *número mais provável* com 15 tubos, sendo 5 para cada diluição. Das 10 amostras analisadas no período chuvoso, os resultados para coliformes a 35°C foram 8 com ≥ 1.600 NPM, 1 com 1600 NMP e 1 com 900 NMP. Para coliformes a 45°C, os resultados foram: 8 com ≥ 1.600 NPM, 1 com < 2 NMP e 1 com 80 NMP. No período da seca, foram coletadas 9 amostras, sendo os resultados para coliformes a 35°C : 6 com ≥ 1.600 NPM, 1 com 280 NMP, 1 com 21 NMP e 1 com 110 NMP. Para coliformes a 45°C, 6 com< 2 NMP, 1 com ≥ 1.600 NPM, 1 220 NMP e com 70 NMP. O número de amostras acima do valor permitido para coliformes a 45°C foi maior no período chuvoso, reforçando que a presença destes microrganismos indica a má condição de higiene da água com elevado risco para a saúde pública e a necessidade urgente de avaliar qual é a fonte de contaminação.

Palavras-chave: qualidade; microbiologia; água; parque DF.

A CRIAÇÃO DE UMA IDENTIDADE DE APROXIMAÇÃO COM OS PAÍSES ÁRABES NO GOVERNO LULA E SUA POLÍTICA EXTERNA.

Aluno:
Máximo Hélder Meireles Nunes Filho

O presente artigo tem como propósito analisar a aproximação entre o governo brasileiro, durante os dois mandatos do presidente Luis Inácio Lula da Silva (2003-2010), com os países da chamada *liga árabe*. Para tanto, foram usados como fontes primárias discursos do próprio Presidente Lula e do então ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim. O referencial teórico focaliza as questões da delimitação de identidades, especialmente a institucional e a cultural entre esses países. Quatro momentos foram considerados cruciais nesta aproximação e serão objeto de análise neste trabalho, a saber: as duas Cúpulas da América do Sul e dos Países Árabes (ASPA), a assinatura do acordo nuclear com o Irã e a recepção de brasileiros e libaneses durante o conflito entre Hezbollah e Palestina.

Palavras-chave: países árabes; política externa; governo brasileiro.

ESTUDO CITOGENÉTICO E PESQUISA DE CROMOSSOMO PHILADELPHIA EM PACIENTES COM LEUCEMIA MIELOIDE CRÔNICA EM CULTURA DE CÉLULAS DA MEDULA ÓSSEA

Professora orientadora:
Doutora Fernanda Vinhaes de Lima

Aluna:
Mayara Alvarenga Queiroz (PIBIC) *UniCEUB – FACES – Biomedicina*
mayara.alvarengaa@gmail.com

A leucemia mieloide crônica (LMC) é um câncer do tecido hematopoiético no qual ocorre proliferação descontrolada da linhagem mieloide. Tem início com uma fase crônica, seguida por uma fase acelerada de duração mais curta e, finalmente, uma fase chamada de crise blástica. As manifestações clínicas dependem da fase em que o paciente se encontra. A LMC está associada a uma translocação recíproca balanceada que dá origem ao cromossomo Philadelphia, presente entre 90 e 95% dos indivíduos portadores. Essa mutação resulta em uma proteína quimérica, a p210, cuja atividade está relacionada à hipercelularidade na medula óssea. A idade em que a neoplasia se manifesta está entre 55 e 60 anos, afetando ambos os sexos. Entre as causas sugestivas para seu aparecimento, encontram-se predisposição genética, altas doses de radiação ionizante e participação de agentes químicos e biológicos. O presente trabalho tem por objetivo verificar a presença do cromossomo Philadelphia em cultura temporária de células da medula óssea de pacientes com LMC em fase crônica da história natural da doença. Após assinatura do termo de consentimento livre e esclarecido e compreensão do seu conteúdo, pacientes do serviço de atendimento do Banco de Sangue do Hospital de Base do DF foram incluídos na presente pesquisa. As informações pertinentes ao seu desenvolvimento foram coletadas por meio do acesso aos prontuários dos pacientes concordantes. Após diagnóstico clínico e laboratorial, foram recrutados 12 pacientes, entre os quais, 11 apresentavam o cromossomo Philadelphia. Apesar da obtenção de pequena amostra, observou-se proximidade estatística aos dados presentes na literatura, referentes à porcentagem de indivíduos com LMC portadores do cromossomo Philadelphia. O diagnóstico citogenético é conclusivo e relevante para a determinação da conduta terapêutica dos pacientes. Contudo, torna-se necessário o aumento da população de amostragem para avaliação estatística e caracterização da população em estudo.

Palavras-chave: leucemia mieloide crônica; medula óssea; cromossomo Philadelphia.

ESTUDO DE MATERIAL ALTERNATIVO PARA PAVIMENTAÇÃO DE BAIXO CUSTO NO DISTRITO FEDERAL

Professor orientador:
Jairo Furtado Nogueira

Aluno:
Michel José de Vasconcelos
UniCEUB – FATECS – Engenharia Civil
micheljv11@hotmail.com;
micheljv11@gmail.com

A presente pesquisa tem como objetivo geral demonstrar quais construções podem seguir as diretrizes de âmbito sustentável sem a perda da qualidade e da eficiência do material. A partir de 2002, o Conselho Nacional do Meio Ambiente, por meio da Resolução n° 307, estabelece políticas públicas, normas, especificações técnicas e instrumentos econômicos, voltados ao equacionamento dos problemas resultantes do manejo inadequado dos resíduos da construção civil. O resíduo coletado para este estudo foi oferecido pelo Areal Bela Vista, localizado em Sobradinho II, para seus processos de reciclagem. O material faz parte da demolição do antigo Mané Garrincha, futuro Estádio Nacional. A metodologia do resíduo para pavimentação é baseada na caracterização do material que deve ser tratado como um agregado natural, seguindo as normas da ABNT. Mediante a análise dos resultados de ensaios de compactação, CBR, expansão e análise granulométrica, demonstrou-se que o material reciclado de construção e demolição do estádio do Mané Garrincha pode ser utilizado como material de sub-base de pavimentos.

Palavras-chave: pavimento; reutilização; resíduos sólidos da construção civil.

VERIFICAÇÃO DE TÉCNICAS E TECNOLOGIAS PARA AVALIAÇÃO DA VENTILAÇÃO NATURAL EM EDIFÍCIOS

Professor orientador:
Dr. Leonardo Pinto de Oliveira
leonardo.oliveira@uniceub.br

Aluna bolsista:
Natália Godoy dos Santos
nataliagodoy6@gmail.com
UniCEUB – FATECS – Arquitetura e Urbanismo

Esta pesquisa propõe analisar dois métodos de avaliação da ventilação natural em edifícios, verificar os resultados de um dos métodos e diagnosticar em que momento utilizar esses métodos no processo de aprendizagem do conforto ambiental. Para comparar os resultados, foram escolhidos, sob os aspectos do desempenho ambiental e com foco na ventilação natural, prédios residenciais situados em uma quadra com urbanismo diferenciado, na Asa Norte. Existem três métodos tradicionais para a avaliação da ventilação natural: as medições, a simulação analógica e a computacional. Para fins pedagógicos, só os métodos de simulações foram analisados. Na simulação analógica, há a visualização física e material do fenômeno ambiental, e a computacional dá-se por meio de *softwares* que mostram, virtualmente, o desempenho do projeto. Foi utilizado o método computacional para a análise de dados dos objetos escolhidos, obtendo-se os resultados mediante o programa Fluxovento, criado pela Universidade de Santa Catarina. Foi observada a ventilação natural dos prédios escolhidos em relação ao urbanismo da superquadra em que estão inseridos, e foi avaliada a ventilação natural entre os dois prédios e dentro do pavimento de cada um deles. Os resultados das análises dos fluxos do vento com o método computacional demonstram que é limitado e de difícil conclusão o resultado correto, necessitando-se de mais estudos e observações. Examinando-se o método analógico, conclui-se que, para melhor entendimento do comportamento do vento, simulando o espaço estudado com uma maquete física e visualizando ao vivo como seriam as reações do vento com os espaços de forma mais vívida, facilita-se o aprendizado do aluno. Indica-se, então, a construção de uma "mesa d'água", para aprimorar o LABCON (Laboratório de Qualidade, Conforto e Desempenho Ambiental), aparelho que simula o caminho do vento mediante uma corrente de água que passa pela maquete física, demonstrando os fenômenos do vento, como o redemoinho.

Palavras-chave: conforto ambiental; ventilação natural; simulações.

AVALIAÇÃO DE UM PROJETO EDUCATIVO PARA PROMOÇÃO DOS 10 PASSOS DA ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL PARA CRIANÇAS MENORES DE 2 ANOS EM UM CENTRO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL

Professora orientadora:
Patrícia Martins Fernandes
patm@terra.com.br

Aluna voluntária:
Natalie Soares Aguiar Moura
natalie.soaresm@gmail.com

Auxiliar de pesquisa:
Stefany Corrêa Lima
stefanycorrealima@gmail.com
UniCEUB – FACES

O leite materno oferecido exclusivamente é o melhor alimento para o lactente nos primeiros seis meses de vida, porém a amamentação não é uma prática meramente instintiva, sofrendo influências sociais, familiares, culturais e dos serviços de saúde. Após este período, recomenda-se que a lactação deva ser realizada juntamente com a alimentação complementar, até os dois anos de idade. As orientações de aleitamento materno e alimentação complementar devem-se pautar nos dez passos para alimentação saudável aos menores de 2 anos, elaborados pelo Ministério da Saúde e pela Organização Mundial da Saúde. Sendo assim, o objetivo deste estudo é avaliar um projeto educativo de acompanhamento de gestantes e mães lactantes, do Centro de Saúde nº 03 de Sobradinho, quanto aos determinantes para a prática do aleitamento materno exclusivo e a introdução da alimentação complementar saudável. Trata-se de um estudo intervencional e profilático com metodologia quantitativa e qualitativa, mediante a técnica de entrevista individualizada ao universo de 43 mulheres entre 16 e 38 anos que se encontravam no terceiro trimestre gestacional, frequentadoras do Centro de Saúde nº 03 de Sobradinho, realizado nos anos de 2011 e 2012. De acordo com as características socioeconômicas, verificou-se que 32% das gestantes possuíam o ensino médio completo, 28% possuíam o ensino fundamental incompleto, 51% não tinham emprego e 37% tinham renda familiar de 1 a 2 salários mínimos. Apesar de a expectativa de aleitamento materno no pré-natal das gestantes ser de 81%, ao final da pesquisa, 93,3% das crianças foram amamentadas. Entretanto, 63,3% não realizaram o aleitamento materno exclusivo, sendo as principais razões para essa interrupção o estresse dos afazeres diários (73,6%), seguido do retorno ao trabalho (63,1%) e, por fim, a diminuição da produção de leite (57,8%), sendo a média de aleitamento materno exclusivo de 4,3 meses. Quanto à introdução da alimentação complementar, 65,2% realizaram-na corretamente, de acordo com os 10 passos. As principais dificuldades relatadas para a continuação da alimentação complementar são o retorno ao trabalho (56,5%), a opinião de parentes, avós e vizinhos (30,4%) e os hábitos alimentares inadequados da família (26%), sendo a média para início da alimentação complementar de 4,8 meses. Os resultados da intervenção mostraram-se positivos quando comparados com os encontrados no Brasil, porém os fatores extrínsecos relacionados à prática de aleitamento materno e alimentação complementar foram empecilhos para o cumprimento dos "10 passos para alimentação saudável em crianças menores de 2 anos". Sendo assim, o entendimento dos fatores associados a essas práticas e a identificação dos grupos de maior vulnerabilidade são importantes para maior efetividade das ações e qualificação do atendimento prestado à mulher e à criança. Portanto, são necessárias ações interativas e incentivadoras no sentido de promoção e prevenção, mudando-se o comportamento num processo participativo, desenvolvendo, na população materna e no futuro profissional de saúde, a consciência sobre os efeitos e a influência dos fatores externos no âmbito social da mãe, no processo de aleitamento.

Palavras-chave: aleitamento materno exclusivo*;* alimentação complementar; intervenção.

AVALIAÇÃO DA INFLUÊNCIA DA VEGETAÇÃO RIPÁRIA NA QUALIDADE DA ÁGUA SUPERFICIAL EM AMBIENTES HÍDRICOS DO CERRADO

Professor orientador:
Eduardo Cyrino Oliveira-Filho

Aluno bolsista:
Nathan de Castro Soares Simplício
nathan.simplicio@globo.com

Colaboradora:
Daphne Heloisa de Freitas Muniz
UniCEUB – FACES – Ciências Biológicas – Embrapa Cerrados

O bioma Cerrado representa um berço de biodiversidade para todo o país, entretanto tem sofrido transformações por causa da urbanização e do crescimento do agronegócio na região Centro-Oeste. A falta de controle trouxe sérios riscos à fauna e à flora brasileiras, pois o seu habitat é devastado pela ação antrópica. Por sua vez, o desflorestamento de regiões ripárias pode significar um abalo para a biota local, pois, sem a proteção que esta mata fornece, o corpo hídrico torna-se exposto ao processo de lixiviação, dificultando a sobrevivência da biota que vive na água. No Distrito Federal, juntando as 3 bacias hidrográficas da região, há o total de 112.752ha de área, dos quais 9.381ha (8,3%) são de áreas ripárias. Destes, 6.206ha representam área preservada (5,5%), e 3.176ha (2,8%), áreas degradadas. Com isso, o trabalho tem como objetivos definir a qualidade da água superficial em áreas de domínio ciliar do Distrito Federal e determinar o enquadramento das águas pelos padrões estabelecidos pela Resolução CONAMA n° 357, buscando realizar uma comparação entre áreas de vegetação ripária preservada e degradada no processo de manutenção da qualidade da água. Em cada área de estudo, foram escolhidos 2 pontos para a realização das coletas, jusante e montante de áreas em recuperação da vegetação ripária, e avaliaram-se os parâmetros de turbidez, dureza, coliformes totais e termotolerantes, temperatura, oxigênio dissolvido, salinidade, pH e presença dos principais íons dissolvidos. Como resultados, não foram observadas diferenças na classificação das águas de montante e jusante dos locais em recuperação. As águas do rio Capão Comprido (Brazlândia, DF) foram caracterizadas como classe 1, as do rio Jardim (Planaltina, DF), como classe 2, e as do córrego Ponte Alta (Gama, DF), como classe 4.

Palavras-chave: qualidade da água; mata ripária; contaminação.

EFEITOS AGUDOS DE EXERCÍCIOS AERÓBICOS E RESISTIDOS APLICADOS EM PACIENTES DURANTE O PROCEDIMENTO DA HEMODIÁLISE

Pedro Marques Bispo (PIC)
UniCEUB – FACES – Fisioterapia
pedro_bispo@hotmail.com

O paciente portador de doença renal crônica apresenta uma série de complicações físicas, psíquicas e alterações hemodinâmicas a partir do momento em que começa a realizar o tratamento de hemodiálise. Nesse sentido, este trabalho teve por objetivo avaliar as alterações hemodinâmicas nos pacientes e demonstrar a segurança de realizar exercícios durante a hemodiálise. A amostra total foi composta de 2 pacientes que foram submetidos a exercícios aeróbicos, resistidos e mistos, sendo que cada um foi realizado apenas uma vez, em dias diferentes, escolhidos aleatoriamente, por sorteio; durante sua realização, a pressão arterial e a frequência cardíaca foram medidas constantemente. Após a realização dos exercícios, foi aplicado um questionário de satisfação. Os resultados mostraram que as variações da pressão arterial sistólica e da frequência cardíaca foram maiores em exercícios aeróbicos do que em resistidos. A pressão arterial e a frequência cardíaca máximas durante todos os exercícios foram de 191/115 mmHg e 159 bpm, respectivamente. Quanto ao questionário realizado, os pacientes apresentaram dados de que existe benefício na realização de exercícios durante a hemodiálise. As variações hemodinâmicas registradas neste estudo comportam-se de acordo com as margens de segurança descritas pela literatura pesquisada para não atletas, porém não foram encontrados estudos que descrevessem o comportamento dessas variáveis durante a hemodiálise, portanto a presente pesquisa não foi suficiente para demonstrar a segurança de realizar exercícios durante esse procedimento. Constatou-se a necessidade de uma interação com a psicologia para melhor acompanhamento dos pacientes. Em razão do reduzido número de participantes, sugere-se que mais pesquisas sejam feitas nesta área.

Palavras-chave: hemodiálise; exercícios físicos; doença renal crônica.

EFEITO DA AURICULOTERAPIA EM INDIVÍDUOS HIPERTENSOS: ANÁLISE DA FREQUÊNCIA CARDÍACA, PRESSÃO ARTERIAL E QUALIDADE DE VIDA

Professor orientador:
Hugo Alves de Sousa
UniCEUB – FACES – Fisioterapia
pedro_bispo@hotmail.com

O paciente portador de doença renal crônica apresenta uma série de complicações físicas, psíquicas e alterações hemodinâmicas a partir do momento em que começa a realizar o tratamento de hemodiálise. Nesse sentido, este trabalho teve por objetivo avaliar as alterações hemodinâmicas nos pacientes e demonstrar a segurança de realizar exercícios durante a hemodiálise. A amostra total foi composta de 2 pacientes que foram submetidos a exercícios aeróbicos, resistidos e mistos, sendo que cada um foi realizado apenas uma vez, em dias diferentes, escolhidos aleatoriamente, por sorteio; durante sua realização, a pressão arterial e a frequência cardíaca foram medidas constantemente. Após a realização dos exercícios, foi aplicado um questionário de satisfação. Os resultados mostraram que as variações da pressão arterial sistólica e da frequência cardíaca foram maiores em exercícios aeróbicos do que em resistidos. A pressão arterial e a frequência cardíaca máximas durante todos os exercícios foram de 191/115 mmHg e 159 bpm, respectivamente. Quanto ao questionário realizado, os pacientes apresentaram dados de que existe benefício na realização de exercícios durante a hemodiálise. As variações hemodinâmicas registradas neste estudo comportam-se de acordo com as margens de segurança descritas pela literatura pesquisada para não atletas, porém não foram encontrados estudos que descrevessem o comportamento dessas variáveis durante a hemodiálise, portanto a presente pesquisa não foi suficiente para demonstrar a segurança de realizar exercícios durante esse procedimento. Constatou-se a necessidade de uma interação com a psicologia para melhor acompanhamento dos pacientes. Em razão do reduzido número de participantes, sugere-se que mais pesquisas sejam feitas nesta área.

Palavras-chave: hemodiálise; exercícios físicos; doença renal crônica.

TRABALHO INFANTIL E VIOLAÇÃO DE DIREITOS

Professora orientadora:
Dirce Mendes da Fonseca

Aluno bolsista:
Rafael Silva de Almeida
(10º PIC/UniCEUB)
Direito/FAJS

Esta pesquisa tem como objeto de estudo o fenômeno do trabalho infantil no contexto do Distrito Federal e as políticas públicas de combate e erradicação. Entre elas, destacam-se o Programa Distrital de Proteção à Criança e ao Adolescente em Situação de Trabalho Infantil e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), seus objetivos e limitações jurídicas e sociais. Este estudo trata do ordenamento jurídico e dos princípios que regem o direito da criança e do adolescente com ênfase na proteção integral, na prioridade absoluta e no direito ao não trabalho nessa idade. Desenvolveu-se o trabalho com base na metodologia qualitativa, nos aspectos analíticos compreensivos. Utilizou-se como instrumentos metodológicos a pesquisa teórico-bibliográfica e a análise documental. Estabeleceu-se como referência a análise dos marcos jurídicos em nível nacional e internacional, com destaque para as Convenções Internacionais ratificadas pelo Brasil. Realizou-se levantamento de dados e informações em órgãos de estatística nacional e distrital e em secretarias de governo distrital e da administração pública em que há ações de combate ao trabalho infantil. A pesquisa permite afirmar que, embora o Distrito Federal apresente bons indicadores sociais, inclusive liderando a renda *per capita* nacional em 2009 (IBGE), o uso de mão de obra infantil é realidade na capital federal. O PETI, um dos principais programas voltados ao enfrentamento da questão, tem registrado diminuição no número de inscritos nos últimos anos; além disso, o censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística demonstrou um aumento expressivo nos casos de trabalho infantil na capital. Diante disso, foi elaborado pela administração pública distrital novo modelo de política pública de prevenção e combate ao trabalho infantil, consistente no fluxograma de proteção à criança e ao adolescente em situação de trabalho, ainda em fase de formulação. Os dados e as informações da pesquisa permitem concluir que a política de prevenção e erradicação ao trabalho infantil atualmente executada é ineficiente, mas é crescente o esforço governamental para sua melhoria, inclusive com a formulação de novos modelos de ação e o apoio de outras entidades públicas e da sociedade civil. Necessita-se fortalecer os órgãos estatísticos, de fiscalização do trabalho e do sistema de garantia de direitos das crianças e adolescentes. Há que se promover uma mudança no discurso relativo ao trabalho infantil, tanto no âmbito institucional como no social, uma vez que a questão cultural, até mesmo na capital do país, revela-se como importante perpetuadora dessa grave violação.

Palavras-chaves: trabalho infantil; políticas públicas; ações de combate ao trabalho infantil.

O USO DA PERSUASÃO NA COMUNICAÇÃO PUBLICITÁRIA DE PREVENÇÃO À AIDS NO BRASIL

Professora-orientadora:
Amália Raquel Pérez-Nebra

Aluna:
Rafaela de Paiva Serôa da Motta
(bolsista PIC – UniCEUB)
FATECS – Publicidade e Propaganda
rafaseroa@gmail.com

A presente pesquisa teve por intuito analisar a efetividade persuasiva das campanhas preventivas de DST/AIDS, do Ministério da Saúde, veiculadas no Brasil, mediante a identificação das táticas de influência social presentes. Com a contribuição teórica e empírica da psicologia social de interface com estudos sobre o fenômeno da persuasão, buscou-se avaliar quais estratégias persuasivas são melhores reveladoras de comportamentos preventivos de DST/AIDS ou do uso de preservativos. Foram analisadas 60 peças publicitárias de acordo com a gradação de presença ou ausência de táticas de influência social organizada por Pratkanis. O instrumento, uma ficha de avaliação, foi elaborado de acordo com as quatro categorias: táticas de pré-persuasão ou *landscaping;* táticas de relacionamento; táticas de eficácia da mensagem; táticas emocionais. 82 táticas foram selecionadas entre as 107 presentes no levantamento de Pratkanis, eliminando-se, para o presente estudo, as restritivamente interpessoais. Optou-se por descrever a amplitude da presença da tática na peça em uma escala de 5 pontos, entre nada presente (1) e totalmente presente (5) na peça publicitária. Esta descrição ocorreu entre juízes, com correlação de 0,96. Os juízes foram previamente treinados nas 82 táticas propostas e variaram entre 2 e 5 para a avaliação das peças. Realizou-se a análise descritiva de média e desvio e a posterior análise correlacional de Sperman-Rho entre o uso das táticas e o número de novos contágios da doença no país, nos anos em questão. Os resultados sugerem que as táticas mais efetivas são as de *modelagem social* (r=-0,70), *rotular favoravelmente* (r=-0,50), *empatia* (r=-0,40), bom *humor positivo* (r=-0,36) e *fonte atraente* (r=-0,36). As de efeito rebote, ou seja, quando foi observado aumento dos números de casos, foram as de *limitar escolhas* (r=0,70), *enquadramento de valência* (r=0,46), *efeito negativo* (r=0,43), *apelo ao medo* (r= 0,43) e *controlar o fluxo de informações* (r=0,40). Observou-se, portanto, maior efetividade das táticas de teor mais otimista em relação à epidemia. Infere-se desse resultado que, apesar de saber-se que o uso premeditado ou não pelos publicitários das distintas táticas não representa necessariamente um aumento do comportamento preventivo em relação à AIDS, o estudo serve de referencial estratégico para profissionais da comunicação e da saúde no delineamento de estratégias persuasivas efetivas, fomentando estudos posteriores de interface entre a comunicação e a psicologia social.

Palavras- chave: táticas de influência social; AIDS; publicidade.

MODELAGEM MATEMÁTICA DOS SISTEMAS ESTRUTURAIS DA OBRA DE OSCAR NIEMEYER

Professor orientador:
Luís Cláudio Lopes de Araújo

Aluna:
Rebecca Gissoni Almeida
rebekittaga@yahoo.com.br
UniCEUB – FATECS – Engenharia Civil – PIC

Oscar Niemeyer, um dos arquitetos brasileiros mais famosos, criador de obras mundialmente conhecidas, desenvolveu formas arrojadas, buscando a leveza, obtida por meio de soluções estruturais inovadoras do engenheiro calculista Joaquim Cardozo, que acompanhou o arquiteto, principalmente, na construção de Brasília. Nesta pesquisa, o objetivo principal é mostrar a base da modelagem matemática envolvida nas obras de Oscar Niemeyer, com aprofundamento em dois casos: a Catedral Metropolitana de Brasília e a cúpula invertida do Congresso Nacional, escolhidas por serem obras de referências e inéditas do ponto de vista arquitetônico e estrutural. Porém, a memória dos cálculos estruturais feitos por Joaquim Cardozo foi perdida, portanto esta pesquisa baseia-se em livros e dissertações de mestrado que obtiveram dados para análise por meio de medições no local e das plantas originais, desenvolvidos em programas de computador, além de apresentar as bases matemáticas e estruturais e não os cálculos estruturais das obras de Oscar Niemeyer. Mostra-se como o estudo das cônicas e das quádricas se relaciona com o formato das estruturas das obras de Niemeyer e que as soluções estruturais se baseiam em conceitos de estruturas, como, por exemplo, os esforços internos. Com isso, conclui-se que, para as obras inovadoras, é necessário um estudo mais abrangente da matemática envolvida em sua estrutura.

Palavras-chave: Oscar Niemeyer; Joaquim Cardozo; sistemas estruturais de construções em Brasília.

AVALIAÇÃO DAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA EM ESCOLAS DO PLANO PILOTO DE BRASÍLIA: PROFESSORES X ALUNOS

Professora orientadora:
Renata Aparecida Elias Dantas

Aluno bolsista:
Ruy Cesar de Vasconcellos Azeredo Júnior
UniCEUB – FACES – Educação Física – PIC

Com os Parametros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, o professor tem como orientação a busca de novas abordagens e metodologias no ensino das diferentes disciplinas. Assim, possibilita-se que os alunos sejam capazes de participar de atividades corporais, reconhecendo e respeitando características físicas, adotando hábitos saudáveis de higiene, alimentação e atividades corporais para promoção da saúde e reconhecendo as atividades corporais como necessidade de todo cidadão. O objetivo deste estudo é avaliar questões relacionadas a interesse, participação, melhora na qualidade de vida dos alunos nas aulas de educação física escolar, sob o ponto de vista de alunos e professores do ensino médio. Esta pesquisa caracteriza-se como transversal, de natureza quantitativa e de coleta única. As informações foram coletadas mediante questionários estruturados por perguntas objetivas e de múltipla escolha. Foram analisadas as opiniões de 77 adolescentes com média de 16 anos, sendo 42 do sexo masculino e 35 do sexo feminino do ensino médio de uma escola pública. Além disso, participaram 17 professores de ambos os sexos, com média de idade de 40 anos e de 20 anos de atuaç***ão na área da educação física escolar.*** Observou-se que 15% dos alunos não participam das aulas, por não terem interesse. Entre os docentes, observa-se que 30% concordam com que seja pouco o número de aulas, e 30% opinam por mais aulas que deem importância aos benefícios para a saúde dos jovens

10% acham o número de aulas suficientes. A busca pelo interesse do aluno tem vários fatores motivacionais, entre eles, o assunto ou a matéria em que um processo formativo de aula, com a participação e a integração de todos os alunos, possa mostrar ao professor um interesse específico e coletivo, aumentando a participação. O conjunto de possibilidades de matérias que o professor encontra nos Parâmetros Curriculares Nacionais é vasto, de forma a contextualizar as aulas e aproximá-las das outras disciplinas, fazendo da conscientização os benefícios para a saúde da juventude à fase adulta.

Palavras-chave: educação física; ensino médio; participação nas aulas.

A CELEBRAÇÃO DA GENTE HUMILDE: POESIA E POLÍTICA EM CHICO BUARQUE

Aluna:
Sara Araújo Souza
UniCEUB – FACES – Letras/ Português
saraaraujo10@gmail.com / saraharaujo.s23@hotmail.com

Esta pesquisa tem por objetivo analisar duas décadas das canções do compositor Chico Buarque, fazendo uma ligação com a História do Brasil, durante o período da Ditadura Militar, especificamente entre 1964 e 1980, ao destacar, a relação entre literatura, cultura e sociedade. O objetivo da pesquisa não é a trajetória musical de Chico Buarque como algo linear, mas constituída de idas e vindas, ressaltada por uma relação de crítica social, com componentes de lirismo nostálgico, destacando a voz da gente humilde. Chico Buarque compôs suas canções, nessa época, em duas temáticas que seriam respostas contraideológicas ao sistema em dois níveis: canções de resistência e canções de conteúdos órficos. Apesar das duas variantes temáticas, elas não são separadas, mas apresentam-se com ausências e retornos, em um momento como poeta lírico, em outro como poeta social. É perceptível nas composições de Chico Buarque um comprometimento com a realidade imediata, presente, que ele critica, veementemente, em suas canções. Isso pode ser visível em muitas canções nas quais ele tratava da situação vigente do país e ressaltava o anseio de mudança. As que apresentam essas características são estruturas musicais em formato de narrativa e das cantigas populares de samba-canção, em que o compositor enfoca uma temática da repressão vivenciada e uma acusação direta à política e ao contexto social. No período de exceção, as composições do compositor fazem ataque à censura, e o tempo passa a ser o que assume a posição de recusar a situação vigente, fazendo, dessa forma, a proposta de um futuro libertador. Chico Buarque foi um poeta que, mesmo com as punições sofridas pelo sistema, ousou romper com o lirismo nostálgico, ao enfatizar e ironizar, com dramaticidade, a situação política em que se encontrava o Brasil.

Palavras-chave: cultura; sociedade; ditadura militar.

AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HIGIENE DE GALÕES E SUPORTES PARA ÁGUA MINERAL EM AMBIENTES DE TRABALHO DO DISTRITO FEDERAL

Aluno bolsista:
Silleymann Ribeiro dos Santos
UniCEUB, FACES, Nutrição

Atualmente, é importante avaliar as condições de limpeza dos galões de água mineral, pois, assim como seus suportes e torneiras, podem ser fontes de contaminação. Nesse sentido, este trabalho tem como objetivo avaliar as condições higiênicas e sanitárias das partes externas de galões de água mineral, suportes e suas torneiras, procurando-se identificar e quantificar a presença de microrganismos, avaliando-se os possíveis meios de contaminação. Trata-se de um estudo descritivo, transversal, em que foram analisados dois ambientes de trabalho com treze amostras na primeira coleta, e, após um treinamento sobre a forma correta de limpeza das superfícies, coletaram-se mais treze amostras, feitas mediante a técnica do Swab, realizando esfregaços nas superfícies descritas para a pesquisa de bactérias mesófilas, coliformes totais, coliformes fecais, bolores e leveduras e estafilococos. No órgão 01, em relação aos sete galões, foram encontrados os seguintes resultados na primeira coleta: seis positivos para bactérias mesófilas, três positivos para coliformes totais, um positivo para coliformes fecais, sete positivos para bolores e leveduras e nenhum positivo para estafilococos; na segunda coleta: seis positivos para bactérias mesófilas, cinco positivos para coliformes totais, nenhum positivo para coliformes fecais, sete positivos para bolores e leveduras e sete positivos para estafilococos. Na primeira coleta dos suportes, foram encontrados: três positivos para bactérias mesófilas, um positivo para coliformes totais, nenhum positivo para coliformes fecais, três positivos para bolores e leveduras e nenhum positivo para estafilococos; na segunda coleta dos suportes: três positivos para bactérias mesófilas, dois positivos para coliformes totais, nenhum positivo para coliformes fecais, três positivos para bolores e leveduras e três positivos para estafilococos. Nas primeiras coletas das torneiras, foram encontrados: três positivos para bactérias mesófilas, um positivo para coliformes totais, um positivo para coliformes fecais, três positivos para bolores e leveduras e nenhum positivo para estafilococos; na segunda coleta: três positivos para bactérias mesófilas, nenhum positivo para coliformes totais, nenhum positivo para coliformes fecais, três positivos para bolores e leveduras e três positivos para estafilococos. Esses resultados indicam má condição de higienização, podendo contaminar a água consumida. Conclui-se que é importante a higienização de galões de água mineral, suportes, de suas torneiras e das mãos dos manipuladores para que se possa garantir que a água a ser bebida não será contaminada por bactérias que convivem em todos os ambientes e que são indesejáveis à saúde do homem.

Palavras-chave: galões de água mineral; suportes para água mineral; microrganismos.

EFEITOS DO EXERCÍCIO AERÓBIO E SUAS RESPOSTAS ENDÓCRINAS

Professor orientador:
Doutor Márcio Rabelo Mota

Aluna bolsista:
Simone Teixeira Alves
simone3069@hotmail.com

Aluno voluntário:
Wemerson Monteiro de Azevedo
UniCEUB, FACES, Educação Física

Sabe-se que o sistema hormonal tem importante papel na homeostasia do corpo, durante a realização do exercício físico, sendo a atividade aeróbica um agente regulador da secreção de hormônios e do consumo de energia. Este estudo propõe-se a descrever o comportamento agudo dos hormônios testosterona, insulina e cortisol em resposta ao exercício aeróbio em indivíduos normotensos, além de parâmetros, como pressão arterial, duplo produto, débito cardíaco, glicose, triglicerídeo e HDL plasmáticos. São avaliados 20 indivíduos fisicamente ativos, normotensos, do gênero feminino, entre 18 e 30 anos de idade, não portadores de cardiopatia ou outras patologias. Os voluntários são submetidos a uma sessão de exercício aeróbio em esteira ergométrica a 70% da frequência cardíaca de reserva. Para análise dos hormônios e dos parâmetros, serão realizadas duas coletas de 5 ml de sangue: a primeira após 20 minutos de repouso e imediatamente antes do início do teste e a outra 30 minutos após o término do teste e na sessão de controle, sem a realização do exercício físico. O procedimento das coletas e das análises dos materiais está sob a responsabilidade técnica da professora Tatiana Borges, do curso de Biomedicina do UniCEUB. A aferição da pressão arterial tem-se dado concomitante às coletas de sangue. O estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética do UniCEUB.

Palavras-chave: exercício físico; exercício aeróbio; hormônio; insulina; testosterona.

O ESTADO CONSTITUCIONAL COOPERATIVO E A CONVENÇÃO DOS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Professora orientadora:
Doutora Christine Oliveira Peter da Silva
Aluna:
Talita Fernandes Martins
(bolsista – PIC)
UniCEUB – FAJS – Direito

A pesquisa no âmbito do Direito Constitucional Internacional tem o objetivo de analisar a problemática da internalização da Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, tendo como parâmetro o Estado Constitucional Cooperativo – modelo teórico de Peter Häberle – com a intenção de investigar em que medida a Convenção concretiza os direitos fundamentais das pessoas com deficiência, já assegurados pelo ordenamento jurídico pátrio. Por ser o primeiro tratado de direitos humanos a ser incorporado pelo rito do parágrafo terceiro, do artigo quinto da Constituição Federal de 1988, a análise das vantagens e das desvantagens desse novo procedimento também foi objeto deste estudo. O desenvolvimento do trabalho deu-se pela pesquisa dogmático-instrumental e por meio das técnicas bibliográfica e documental. Assim, foi possível sistematizar a doutrina jurídica pátria sobre o tema e examinar a Convenção no contexto do Estado Constitucional Cooperativo, enfatizando-se a questão controvertida da incorporação dos tratados no direito brasileiro. Concluiu-se que a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência é um instrumento de conformação do Estado Constitucional Cooperativo e que, apesar das vantagens donovo procedimento, as inúmeras desvantagens mostram que a melhor opção para o constituinte seria não ter inserido este novo dispositivo constitucional. A vigência da Convenção, porém, é um indício da consolidação desse procedimento na realidade brasileira. Nesse sentido, apesar de ter ocorrido a incorporação da Convenção no ordenamento jurídico pátrio, tão só o reconhecimento legislativo não garante a proteção efetiva desses direitos fundamentais na prática social brasileira.

Palavras-chave: Direito Constitucional Internacional; Estado Constitucional Cooperativo; Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

ANÁLISE DA AMPLITUDE DE MOVIMENTO EM PACIENTE IDOSO DIABÉTICO INSTITUCIONALIZADO ANTES E APÓS O TRATAMENTO FISIOTERÁPICO

Flávia Ladeira Ventura Caixeta
Teura Pereira Ferreira dos Santos
UniCEUB – FACES – Fisioterapia

O diabete melito é uma doença caracterizada pela falta total ou parcial de insulina no corpo humano. 7,6% da população entre 30 e 90 anos têm diabete, e 50% não sabem que são portadores da doença. Os efeitos que a hiperglicemia sanguínea causa são lesões, especialmente em olhos, rins, coração e vasos sanguíneos, além de complicações, como retinopatia, neuropatias e amputações. Uma ocorrência comum desta doença é a limitação da mobilidade articular, que acomete mãos, coluna, pés, joelhos, quadril, tornozelos, punhos e cotovelos, além da perda de força muscular e dores nos membros acometidos. O objetivo deste estudo é avaliar os efeitos da intervenção fisioterápica na limitação da mobilidade articular, na perda de força e na dor de paciente idoso diabético institucionalizado. Trata-se de estudo do tipo ensaio clínico descritivo e foi realizado com um paciente idoso institucionalizado portador de diabete melito. Foram realizados exercícios de amplitude de movimento, alongamento e mobilização articular passiva nos membros superiores, três vezes por semana, com duração de uma hora por sessão, durante quatro semanas, totalizando 10 sessões, sendo a primeira e a última dedicadas à avaliação inicial e final. O paciente relatou melhora nos desconfortos musculares, após a primeira semana de fisioterapia, e pôde ser observada a facilidade em realizar os exercícios passivos.

Palavras-chave: diabete melito; idoso; amplitude de movimento.

PROPOSTA DE VALIDAÇÃO DE UM VENTILÔMETRO MEDIANTE A ERGOESPIROMETRIA

Professor orientador:
Dr. Márcio Rabelo Mota

Aluno bolsista:
Thiago Akira Harada
UniCEUB – FACES – Fisioterapia

A atividade física tornou-se, nas últimas décadas, objeto de estudo de todas as áreas da saúde por seus notáveis benefícios. Os seus efeitos podem ser avaliados e vistos mediante a obtenção do limiar anaeróbio, que é o ponto onde o metabolismo demanda uma energia que o metabolismo aeróbio é incapaz de sustentar predominantemente. A ergoespirometria é o método mais confiável para obtenção deste importante dado, porém o alto custo inviabiliza o seu emprego. A ventilometria é outro método que identifica o limiar anaeróbio, e o custo de aquisição de um modelo nacional é em torno de 10% da aparelhagem do ergoespirômetro, porém ainda não existem registros na literatura que validem esse aparelho. Neste âmbito, há a necessidade em validar aparelhos e métodos que sejam de mais fácil acesso financeiro e condizentes com a realidade dos profissionais envolvidos, pois a qualidade da intervenção do profissional depende diretamente deste recurso. Os testes serão feitos em 40 sujeitos fisicamente ativos, que tenham entre 18 e 30 anos de idade, em duas ocasiões: a primeira no ventilômetro e a segunda no ergoespirômetro. Foi criado um protocolo que atendesse aos requisitos da aparelhagem, que se dá por cargas incrementais e sem inclinação da esteira, iniciando-se com cinco km/h, tendo acréscimo de um km/h a cada minuto. Testes preliminares não oficiais já demonstram resultados encontrados por meio de gráficos, e os valores da ventilometria mostram-se condizentes com a ergoespirometria, tendo o mesmo comportamento ao longo do teste, portanto, revelando o limiar anaeróbio com a mesma exatidão. Isso nos leva a acreditar que o estudo proposto será bem-sucedido.

Palavras-chave: ergoespirometria; ventilometria; limiar anaeróbio.

OBSERVANDO HÁBITOS NO CONTEXTO LABORAL: A RELAÇÃO ENTRE MÚSICA E SATISFAÇÃO NO TRABALHO

Professora orientadora:
Fabiana Queiroga

Thiago de Souza Ferreira Carneiro

A relação da música com o contexto laboral pode explicar fatores de satisfação e desempenho que ajudam a melhorar a qualidade de vida de um indivíduo. Há necessidade de verificar o quantitativo de pessoas que, em suas diferentes formações e áreas de atuação, desenvolveram o hábito de usar a música como elemento presente no exercício de sua atividade laboral. Este estudo tem como objetivo validar uma escala psicométrica sobre hábitos de escutar música no contexto laboral mediante um questionário disponível pela internet, em que os participantes responderam aos itens propostos. Em uma análise fatorial por meio do *software* SPSS, foram classificados os aspectos envolvidos no desenvolvimento do hábito de escutar música. O instrumento foi composto por 20 itens e aplicado para 310 pessoas de diversas organizações diferentes que tinham a média de idade de 36 anos, eram, em sua maioria, do sexo feminino (61%), e a maior parte trabalhava em instituições privadas (51,6%). Os indicadores de fatorabilidade apontaram a adequação de realizar a análise fatorial (KMO = 0,856; teste de esfericidade de Barklett = 2546,440; p<0,000; determinante próximo a 0). A estrutura teoricamente mais satisfatória foi a de quatro fatores, sendo o primeiro, "utilização da música no exercício das atividades laborais" com 8 itens (alfa = 0,87), o segundo "incentivo e suporte ao ouvir música" com 4 itens (alfa = 0,77), o terceiro "práticas desmotivadoras no exercício do hábito de escutar música" com 5 itens (alfa = 0,74), e o quarto "utilização da música nas atividades não laborais" com 3 itens (alfa = 0,79). Considera-se que o objetivo da pesquisa foi alcançado e que esse instrumento poderá ser usado futuramente, para medir hábitos de ouvir música e relacioná-la ao desempenho e à satisfação no contexto laboral.

Palavras-chave: desempenho, análise fatorial confirmatória, modelos estruturais equacionais.

COMPARAÇÃO ENTRE AS METODOLOGIAS DE CONTAGEM MANUAL DE PLAQUETAS: MÉTODO DE RESS-ECKER, FÔNIO, NOSANCHUK E BARBARA H. O'CONNOR

***Milton Rego de* Paula Junior**
milton2509@gmail.com

Vanessa Tocchio Lisboa Neves
vanessa.star@gmail.com
UniCEUB – FACES – Biomedicina

A contagem de plaquetas por microscopia é essencial para o diagnóstico de pacientes com plaquetopenia ou plaquetocitose, sendo crucial para indicar a transfusão nesses pacientes. As plaquetas são formadas pelo processo chamado megacariopoiese, pelo qual uma célula indiferenciada totipotente sofre diferenciação e origina o megacariócito. A contagem plaquetária é necessária para a avaliação quantitativa e qualitativa das plaquetas. Nos métodos diretos, as plaquetas são visualizadas mediante a diluição do sangue periférico no líquido de Ress-Ecker e contadas na câmara de Neubauer por microscopia comum ou contraste de fase. Nos métodos indiretos de Fônio, de Nosanchuk e de Barbara H.O'Connor, as plaquetas são contadas no distendido sanguíneo. Esta pesquisa foi realizada com público externo de 200 voluntários entre 18 e 90 anos, no período de agosto de 2011 a janeiro de 2012. Foram examinadas 200 (duzentas) amostras de sangue periférico com indivíduos de ambos os gêneros, submetidas às contagens manuais de plaquetas pelos métodos direto e indireto. O teste utilizado foi o de Kruskal-Wallis para a avaliação estatística dos dados obtidos, em que não foi observada alteração estatisticamente significativa entre os resultados, quando examinada a contagem entre os gêneros feminino e masculino e a correlação linear entre os métodos. A realização desta pesquisa permitiu disponibilizar dados sobre as contagens manuais de plaquetas, informando que os diferentes métodos manuais são confiáveis.

Palavras-chave: contagem; plaquetas; métodos.

ESPAÇOS REAIS X ESPAÇOS VIRTUAIS: PADRÕES EMERGENTES EM ZONAS HABITACIONAIS DO DF

Aluno bolsista:
Victor Vargas Amaral
amaralvargas@gmail.com
UniCEUB – FATECS –Arquitetura e Urbanismo – PIC

A exponencial ampliação dos espaços virtuais, ocorrida a partir da revolução digital iniciada nos anos 90, acarreta mudanças significativas na constituição dos ambientes. Em seu entrelaçamento com espaços reais, que, historicamente, configuraram os ambientes humanos, os espaços virtuais também se inseriram nos cotidianos dos habitantes do campo e da cidade, gerando novas concepções de público e privado, novas relações entre espaço e tempo, novas lógicas locais. Esta pesquisa tem como objetivo analisar o impacto da revolução da tecnologia de informação no espaço construído, enfocando as dinâmicas sociais resultantes nas zonas habitacionais do Distrito Federal como estudo de caso e baseia-se, por meio de pesquisas bibliográficas, na conceituação do espaço urbano construído e em suas variáveis históricas, para, então, identificar novas modalidades de comunicação e localização na escala urbana, além de conceituações propostas sobre o espaço virtual e o espaço construído. O projeto parte da pesquisa bibliográfica, buscando identificar variações na dinâmica social e econômica oriundas da tal revolução. Uma vez identificadas, a pesquisa volta-se para a consequência das variações sociais no espaço urbano, por meio de levantamentos teóricos. Assim, propõe-se que o espaço urbano coletivo seja constituído pelos benefícios da interação entre as partes. Nesse sentido, trata-se desde concepções de espaços coletivos pré-históricos até concepções contemporâneas, buscando evidenciar os elementos em comum de cada modelo, para, então, apresentar as consequências da tecnologia de informação no espaço urbano construído. A coleta de dados junto a empresas do ramo apresenta crescimento notável do usufruto da internet em seus diversos meios: coletivo, domiciliar e móvel. Além disso, um questionário feito com instrumentos quantitativos visa mapear a internet no Distrito Federal e o perfil do seu usuário. Como consideração final, a pesquisa lança propostas e questionamentos sobre programas tradicionais do espaço construído, no âmbito coletivo e domiciliar, uma vez que novos recursos, propiciados pelos meios de comunicação, são introduzidos no repertório do planejador urbano e do arquiteto.

Palavras-chave: padrões emergentes; cidade; virtual.

FERRAMENTAS FREE PARA TESTE DE SOFTWARE: ANÁLISE E CONTEXTUALIZAÇÃO

Professora orientadora
Dra. Angelica Toffano Seidel Calazans

Aluna
Wanessa Mariana Silva
marianawanessa@yahoo.com.br
UniCEUB – FATECS – Tecnologia em Análise e Desenvolvimento de Sistemas

O objetivo deste trabalho é identificar ferramentas *free* para teste de *software*, analisar e contextualizar sua atuação no processo de teste. Para isso, a pesquisa demonstrou a importância da atividade e analisou o processo de teste. Buscando selecionar as ferramentas gratuitas a ser estudadas, fez-se a revisão sistemática. Foram definidos os *strings* para busca, as fontes de busca e os critérios de inclusão e exclusão dos resultados. Após a seleção, as ferramentas foram analisadas, identificando suas principais características. O estudo adotou a abordagem qualitativa, e, como instrumentos de coleta de dados, foram utilizados a pesquisa documental e os questionários semiabertos. O método adotado foi o estudo de caso, e, para a verificação, foi empregada a técnica de análise de conteúdo. O objetivo foi obter a percepção dos técnicos que trabalham com testes em relação às ferramentas selecionadas. A pesquisa identificou que somente algumas possuem quantitativo de estudos representativo. Pequeno percentual das ferramentas é adotado pelas empresas do estudo de caso, e, na percepção dos participantes, parte das ferramentas utilizadas possuem recursos eficientes e atendem aos objetivos propostos.

Palavras-chave: teste; ferramentas de testes *free*; ferramentas de teste *open source.*

AVALIAÇÃO HEMATIMÉTRICA EM TRABALHADORES EXPOSTOS A AGENTES MIELOTÓXICOS

Milton Rego de Paula Junior
milton2509@gmail.com

Wendy Pedrosa Johnson Buarque
Wendy.buarque@gmail.com
UniCEUB – FACES – Biomedicina

O benzeno é um hidrocarboneto aromático muito utilizado como solvente de tintas, colas e em indústrias petroquímicas. Sabe-se que a sua absorção leva à produção de metabólitos genotóxicos, o que pode gerar alteração medular, provocando distúrbios mieloproliferativos ou aplásicos, caracterizando um risco ocupacional a trabalhadores frequentemente expostos a este agente. O presente trabalho analisou amostras sanguíneas de trabalhadores de postos de combustível e centros automotivos que estão frequentemente expostos ao benzeno. As análises dos hemogramas foram realizadas no núcleo de hematologia e hemoterapia do Hospital Regional da Asa Norte, em um Hemocitômetro Cell Dyn 3700®, e, para a contagem diferencial, foram confeccionadas distensões sanguíneas em duplicata, no LABOCIEN do UniCEUB. As alterações mais observadas foram monocitose em 4 (10%) voluntários, anisocitose em 8 (20%) e macroplaquetas em 8 (20%). Mediante o conhecimento de que o benzeno é um agente mielotóxico de importância e de ampla utilização, a caracterização das alterações hematimétricas em trabalhadores frequentemente expostos mostra a necessidade da realização de medidas preventivas em relação à exposição continuada. Considerando os grandes impactos na vida dos trabalhadores e a influência dos agentes mielotóxicos na patogênese das neoplasias hematológicas, a análise do hemograma passa a ser importante, pois permite a detecção de alterações anteriores ao surgimento dos sintomas. Sendo assim, esta análise pode servir como método preventivo e promover a conscientização sobre os danos provenientes desta exposição.

Palavras-chave: agentes mielotóxicos; benzeno; risco ocupacional.

PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA JÚNIOR
4º PIC

O USO DAS REDES SOCIAIS COMO FORMA DE EXPRESSÃO POLÍTICA

Professora Orientadora:
Natércia T. R. Silva Bispo

Alunos:
Anyelle Amarante dos Santos
Carolina Santos Rocha
Jonas Rogério Rocha
Maria Paula Beiriz Silva
Victoria Silva Pinto
Vinícius Desidério de Moraes

Com a corrupção na política, o cidadão brasileiro perdeu a capacidade de escandalizar-se, deixou de lado sua criticidade, sua vontade de pronunciar-se, por estar convicto de que "as coisas são assim mesmo" e "não há nada que possamos fazer para mudar a situação social atual". Se o indivíduo não se dá conta de que tal ideologia está arraigada à sua mente, dificilmente, a situação irá enveredar-se por outro caminho. Partindo do pressuposto de que a mudança social se inicia, primeiro, na consciência individual e, segundo, no coletivo, há necessidade de mudar a forma de pensar e de agir, para que se possa propiciar a emancipação política no país. A era tecnológica tem influenciado os jovens, principalmente, por ser importante instrumento de comunicação e um dos meios que mais favorece a sociabilidade. O desenvolvimento desenfreado da tecnologia está mais acessível a pessoas de classes sociais mais baixas. Tal abertura e liberdade têm a propensão de promover a banalização e o mau uso do ambiente virtual, tendo em vista que a experiência cultural de cada jovem e adolescente direciona seus interesses quanto à utilização dos meios virtuais de comunicação. A educação de que a classe menos favorecida dispõe no país é escassa, e, desse modo, o senso crítico-reflexivo e político de jovens e adolescentes tem a tendência a ser precário. Baseando-se na estreita relação que há entre o jovem e o ambiente virtual e nas inúmeras possibilidades que a *web* apresenta para a expressividade crítico-reflexivo tanto individual quanto coletiva, há que se incentivar o jovem a promover a mobilização e a maior participação política. Levando-se em consideração a quantidade e a velocidade de informações que a *web* disponibiliza e o envolvimento que o adolescente possui com o ambiente virtual, percebe-se que, além de socializar, as redes sociais disponibilizam um ambiente aberto para a manifestação de opiniões, reflexões, isto é, recursos que estimulam a participação política. O presente projeto visa resgatar o senso crítico-reflexivo, propõe pesquisar o uso das redes como meio de facilitar o engajamento político do adolescente e justifica-se, por tratar-se de importante questionamento para a sociedade, pois faz referência à indiferença política dos adolescentes e ao modo como as redes sociais são utilizadas, como o *facebook*. O projeto é realizado no Centro Educacional Leonardo da Vinci, na unidade de Taguatinga, no período do ano letivo de 2012. Os sujeitos participantes são divididos em dois grupos: o grupo I é composto por seis estudantes da 1ª série do ensino médio que irão atuar como auxiliares na coleta de dados; o grupo II é composto por jovens que serão avaliados pelo grupo I. Para isso, o grupo I criou uma conta de usuário no *facebook,* para acompanhar e fazer o levantamento das publicações postadas pelos adolescentes que compõem o grupo II. Além do monitoramento virtual, o grupo I pesquisa a importância e a forma de utilização das redes sociais entre os jovens avaliados com auxílio de um questionário. Mediante as informações obtidas com o questionário e com a observação das publicações do grupo II no *facebook*, será feito um trabalho de sensibilização que se desenvolverá com a divulgação de um vídeo confeccionado pelos componentes do grupo I. Semanalmente, às quintas-feiras, no turno vespertino, há uma reunião com os seis estudantes auxiliares para a compilação da coleta de informações obtidas e a discussão sobre elas.

Palavras-chave: política; jovens; atualidade; mudança; social.

IMPLANTAÇÃO DO ENSINO DE NOVE ANOS NO DISTRITO FEDERAL: MELHORIA DA QUALIDADE DA LEITURA E DA ESCRITA?

Pesquisadores juniores:
Alef Mourão Tourão
Luann de Araújo Gomes

Professora orientadora:
Ana Regina Melo Salviano
UniCEUB/FAP /FACES
ana_regina @terra.com.br

A qualidade da educação no Brasil, no que se refere à leitura e à escrita, é criticada e é alvo de várias modificações, pois percebe-se que o ensino fundamental não prepara, adequadamente, os saberes básicos para a continuação dos estudos das crianças. Assim, o objetivo deste estudo é investigar a implantação do ensino fundamental de nove anos na rede pública do Distrito Federal no processo de alfabetização. Optou-se pela pesquisa qualitativa para a coleta de dados em duas escolas: uma particular e outra da rede pública. Utilizou-se como instrumentos a observação de aulas e a entrevista semiestruturada com roteiro previamente organizado. A análise dos dados ocorreu durante o período disponibilizado pelas escolas e obteve os seguintes resultados: ambas procuram acompanhar o desenvolvimento dos alunos, propiciam maior convívio social, diversificam atividades pedagógicas, atendendo às necessidades do processo formativo individual e coletivo da sala de aula durante o processo de alfabetização e letramento. Assim, percebe-se, nas falas dos participantes, professores e coordenadores das duas escolas, a preocupação com a quantidade de conteúdos aplicados, a avaliação diária dos alunos, as aulas organizadas de maneira atrativa e convidativa, os brinquedos didáticos e os jogos diversificados para o processo de construção da leitura e da escrita. Podem-se indicar algumas diferenças entre elas: a escola pública prima por uma proposta de currículo integrado, gestão democrática, formação continuada constante, articulação do projeto político pedagógico com o exercício da cidadania. No que se refere à escola particular, as atividades interdisciplinares são organizadas de modo variado, com projetos interdisciplinares e empreendedores articulados com a comunidade, preparam para a vivência cidadã e apresentam exercícios diversificados. Ambas se preocupam com o processo de alfabetização e letramento de seus alunos.

Palavras-chave: ensino fundamental; políticas públicas; alfabetização; letramento.

UM ESTUDO DE CASO DOS ESPAÇOS URBANOS PÚBLICOS DE LAZER DO VARJÃO – RA XXIII

Fábio Amaral Gomes
(fabio.amaralgomes@gmail.com)
Aila Heire Pereira Silva (aluno voluntário)
Diego Afonso Coelho Santana (aluno voluntário)
Felipe de Azeredo Coutinho Xavier (aluno voluntário)
Luísa Gabriela de Sousa Macedo (aluno voluntário)
Leonardo Martins Aboim Inglês (aluno voluntário)
Centro Educacional Leonardo da Vinci

As cidades modernas apresentam problemas constantes no que se refere às questões relacionadas a violência, habitação, moradia, emprego, lazer. As formas de lazer ganham importância nas cidades, tomadas pelo estresse e pela falta de tempo. Para isso, torna-se relevante a oferta de áreas e equipamentos destinados ao lazer que devem estar em condições de uso e ser capazes de absorver a demanda de cada cidade. Com base nisso, o presente trabalho faz uma análise qualitativa das áreas e dos equipamentos públicos de lazer no Varjão, onde se levam em conta as condições históricas, sociais, econômicas da população residente. Destaca-se a implementação de um questionário com o intuito de identificar a frequência, as formas de uso e a qualidade dos equipamentos urbanos de lazer segundo definição dos moradores, além de identificar os principais problemas de cada um dos equipamentos analisados. Este trabalho tem o foco no Programa de Iniciação Científica Júnior – PIC/ Júnior realizado pelo Centro Universitário de Brasília – UniCEUB, com o intuito de aproximar os alunos dos ensinos fundamental e médio à realidade acadêmica. A escolha do tema faz-se, entre outras razões, pela necessidade de levar os alunos às práticas cidadãs e, principalmente, colocá-los em contato com realidades socioeconômicas distantes das quais estão inseridos. Até o momento, conclui-se mediante análise *in loco* que os equipamentos urbanos públicos de lazer do Varjão se encontram em boas condições de uso, porém a visão da população sugere que os que se encontram degradados sejam consequência do mau uso. Propõe-se como estratégia de conscientização a elaboração de uma cartilha a ser entregue aos moradores em pontos comerciais e na Administração Regional, contendo indicações de uso adequado desses equipamentos com o objetivo de despertar na população a necessidade de manter tais equipamentos em boas condições de uso e evitar a degradação.

Palavras-chave: equipamentos públicos de lazer; cidadania; problemas urbanos.

PRODUÇÃO DE HORTA VERTICAL EM LABORATÓRIO DE ENSINO MÉDIO

Professora Orientadora:
Daniella do N. F. V. Caetano

Alunos:
Arthur de Lima H. Da Silva
Juliana Andrade
Lorena Pimentel Foizer
Luísa Morrone
Rodrigo Espíndula Torres

Inúmeros são os projetos que incentivam o retorno à cultura orgânica, livre da influência de produtos industrializados. O cultivo de hortas volta a ser discutido e apoiado, e, pela falta de espaço físico nos grandes centros urbanos, surge a necessidade de usar o formato de hortas verticais para a produção de produtos utilizados no cotidiano por pessoas preocupadas com a diminuição do uso de agrotóxicos em sua alimentação. Dessa forma, este estudo tem como objetivo relatar uma experiência desenvolvida por um grupo de estudantes da 1ª série do ensino médio do Centro Educacional Leonardo da Vinci. Foram utilizadas as instalações da referida escola, para realizar a pesquisa. O projeto atingiu seu primeiro e principal objetivo, que foi sensibilizar os estudantes envolvidos a adotar práticas sustentáveis, como a horta vertical em seu cotidiano. O grupo participante utilizou técnicas de plantios disponibilizadas em revistas, livros e *sites* de fácil acesso. Foram utilizados 20 tipos de sementes de hortaliças plantadas em sementeiras individuais, de acordo com as indicações dos rótulos das embalagens. Após 15 dias, a germinação já pôde ser observada em algumas sementeiras que ficaram guardadas no laboratório de Biologia à temperatura ambiente. Constatou-se que 21 dias depois, todas as sementes já haviam germinado, por isso o transplante das mudas foi efetuado nesse período, para 20 garrafas *pets*, previamente preparadas para ser penduradas na parede verticalmente. Após cuidados diários durante dois meses, os alunos começaram a colher as primeiras hortaliças e apresentaram imenso interesse em continuar o projeto, mostrando atitude de apropriação do conhecimento, sentindo-se disseminadores da ação. Foi percebido que a prática de plantio, usando uma estrutura vertical, é tão eficaz quanto as comuns, e, mesmo sem a utilização de agrotóxicos, os vegetais colhidos foram de excelente qualidade e sem nenhuma infestação causada por pragas e insetos em geral.

Palavras-chave: cultura orgânica; práticas sustentáveis; hortaliças; horta vertical.

PLANEJAMENTO URBANO VERSUS ESPECULAÇÃO IMOBILIARIA: UM ESTUDO DE CASO DE ÁGUAS CLARAS – RA XX

Professor Francisco Aleste dos Santos Júnior
Colégio Leonardo da Vinci – DF
Disciplina: Geografia
geofcjunior@yahoo.com.br

Alunos voluntários:
Cecília Ferreira Amaral
Ian Rocca Amaral
Paulo Guimarães de Souza
Ricardo Talley Ferreira da Cruz
Yuri Andrade de Sena

Concebida mediante a necessidade de atender à demanda por habitação da população de classe média e baixa e de viabilizar o metrô por meio do adensamento urbano e populacional do eixo previsto para o crescimento da metrópole, Águas Claras, que, *a priori*, foi projetada para ser um bairro de Taguatinga – RA III, com características de cidades tradicionais brasileiras, não se materializou conforme o previsto em seu projeto urbanístico original e em relação ao perfil da população que se estabeleceu na cidade. Este estudo de caso propõe investigar a forte presença da especulação imobiliária como agente vetor das alterações dos parâmetros urbanísticos de Águas Claras, identificar e caracterizar os eventuais impactos provocados pela situação paradoxal vivida pela cidade, que, mesmo oriunda de um planejamento urbanístico, já vivencia problemas comuns aos centros urbanos nascidos de forma aleatória. O trabalho foi desenvolvido mediante a análise do projeto urbanístico original de Águas Claras e do PDL de Taguatinga, da observação *in loco*, de entrevistas semiestruturadas e da pesquisa de preço dos imóveis, antes e depois da promulgação da Lei Complementar n° 90, de 11 de março de 1998. A escolha do tema adveio da necessidade de compreender como uma cidade planejada, jovem e inacabada pode apresentar os mesmos problemas estruturais de cidades antigas, acabadas e de formação aleatória. O fato de os alunos envolvidos neste estudo de caso residirem na localidade objeto da pesquisa e de indignarem-se com os problemas estruturais e ambientais oriundos do crescimento da cidade, também, contribuiu para a escolha do tema.

Palavras-chave: especulação imobiliária; planejamento urbanístico; problemas estruturais.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL
PRODUÇÃO DE COMPOSTAGEM EM LABORATÓRIO DE ENSINO MÉDIO

Professor Orientador:
Silvio Augusto Moreira da Rocha Miranda
Centro Educação Leonardo da Vinci
silviovet@uol.com.br

Professora Orientadora:
Karin Astrid Marques dos Santos
Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
professorakarin@gmail.com

Alunos do Centro Educação Leonardo da Vinci, integrantes do projeto em caráter voluntário:
Bárbara Maria Cezar Azevedo
Daniel Gusmão de Morais
Daniela Teles Andrade Motta
Juliana Maria de Albuquerque Vaz
Lara Lage Sanches

O presente projeto apresenta um trabalho realizado na área da reutilização de resíduos orgânicos domiciliares em uma instituição de ensino de Brasília no Distrito Federal. O processo de compostagem foi avaliado em todos os seus estágios, propondo uma solução viável e de baixo custo para a melhor destinação desses resíduos, de forma que possam ser reaproveitados posteriormente e em meio agrário. Trata-se de uma técnica de decomposição aeróbia controlada, em que são utilizadas bactérias do próprio meio para que o lixo orgânico recolhido e depositado juntamente com matéria seca transforme-se em uma terra fértil e boa para plantio. O chorume, que é um líquido produzido durante o processo e é igualmente rico em nutrientes, cuja função é o enriquecimento do solo, não foi utilizado neste trabalho. A compostagem é uma das soluções para a problemática do lixo orgânico, cuja destinação final tem causado vários problemas de saúde e desconforto nas grandes cidades. O experimento consiste na utilização de uma composteira com furos laterais, colocada em um local arejado, areada semanalmente, em que, periodicamente, acrescentaram-se camadas de matéria orgânica e matéria seca. Para a determinação do perfil familiar adequado ao desenvolvimento do processo, analisou-se a produção de lixo orgânico na residência de dez famílias, no período de um mês, levando-se em consideração o tipo de residência, a quantidade de membros e a existência de animais domésticos nesses locais. Traçou-se o perfil de forma a encontrar as famílias que melhor atenderiam as necessidades do projeto. Os resultados apresentados neste trabalho são provenientes do processo de monitoramento semanal que visava coletar os seguintes dados: quantidade de matéria orgânica e seca depositada e quantidade de terra gerada pelo processo de decomposição. Durante o perído de 45 dias, utilizou-se o total de 15,5 quilos de lixo orgânico úmido e seco, que gerou 4,8 quilos de terra úmida. Mediante esses dados, como um dos resultados, foi possível apontar que o ambiente mais propício para a utilização da composteira é uma casa com espaço aberto.

Palavras-chave: reaproveitamento; lixo orgânico; compostagem; educação ambiental.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL
PRODUÇÃO DE MINHOCÁRIO EM LABORATÓRIO DE ENSINO MÉDIO

Professor Orientador:
Silvio Augusto Moreira da Rocha Miranda
Centro Educação Leonardo da Vinci
silviovet@uol.com.br

Professora Orientadora:
Karin Astrid Marques dos Santos
Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
professorakarin@gmail.com

Alunos do Centro Educação Leonardo da Vinci, integrantes do projeto em caráter voluntário:
Filipe Bittencourt Paz de Sousa
Helena Guimarães de Menezes Viana
Rebecca Rodrigues de Carvalho
Victor Landim Teixeirense Pinheiro

O presente trabalho apresenta como objetivo testar a eficiência da utilização de um minhocário em uma residência em Brasília, no Distrito Federal, visando ao compromisso da preservação ambiental, analisando seus pontos positivos, como a solução para a má destinação do lixo orgânico da sociedade contemporânea, e os negativos, como a liberação de odores e sujidades que, eventualmente, podem surgir. O uso do minhocário proporciona a conversão do lixo orgânico em húmus e em chorume, que é um líquido produzido durante o processo da compostagem, é rico em nutrientes e cuja função é o enriquecimento do solo, usado como biofertilizante para plantas. Durante o desenvolvimento do projeto, o minhocário foi alimentado com lixo orgânico úmido e lixo seco, de forma continuada. Pesou-se a produção diária de resíduo orgânico gerado em cada residência, para a otimização da quantidade que deveria ser colocada no minhocário, diariamente, ao longo do projeto. Do lixo úmido foram utilizados restos de comida provenientes da cantina da escola, e de lixo seco utilizaram-se folhas e mato seco dos arredores da instituição. A massa total de lixo colocada no sistema foi de 7,8 quilos, gerando 8,9 quilos de massa de terra com minhocas e 2,62 litros de biofertilizante líquido. No início do projeto, utilizavam-se quantidades maiores de lixo úmido e pouco lixo seco, e observou-se a emissão de gases com fortes odores, originários do chorume produzido pelas reações catalisadas das minhocas. Para minimizar esse efeito, aumentou-se a quantidade de lixo seco, sanando o problema. Um ponto negativo do minhocário foi a aparição de insetos pelo acúmulo de comida. Vale ressaltar que o sistema foi organizado em uma área interna da instituição; provavelmente, se estivesse em uma área aberta, o problema seria minimizado. De acordo com os resultados observados, concluiu-se a eficiência e a possibilidade da manutenção de um minhocário em um ambiente residencial, onde famílias com um número razoável de integrantes poderiam utilizar esse artifício para contribuir com a sustentabilidade do planeta.

Palavras-chave: minhocário; lixo orgânico; compromisso ambiental

A LEITURA DIGITAL ENTRE JOVENS DO ENSINO MÉDIO PRIVADO

Artur Lins
Felipe Pavoni
Flora Teles
Ludmila Borges
Vinicius Dino
Yasmim Perna
COLÉGIO MARISTA DE BRASÍLIA – ENSINO MÉDIO
maristafazciência@gmail.com
anderson.nascimento80@gmail.com

As tecnologias da informação e da comunicação têm exigido novas estratégias de leitura no mundo contemporâneo, possibilitando o contato com inúmeras informações e pesquisas de cunho científico, sendo o seu acesso dinâmico. Nesse aspecto, os jovens surgem como os principais adeptos ao amplo acervo disponível pela internet. Importa neste projeto compreender o novo modo de adquirir informação e o acesso ao conhecimento de maneira adequada, considerando os recursos disponíveis no ambiente virtual. A cultura digital e seus impactos no contexto escolar, tendo a juventude como um grupo social nativo diante das tecnologias, portanto, que se apropria de suas facetas interativas para acessar a comunicação e produzir conhecimento, surge como um dos principais fenômenos sociais a ser investigado, juntamente com as diferentes temáticas acerca da conceituação das juventudes, estando os sujeitos a ser investigados situados no contexto escolar de ensino médio privado. Em uma sociedade caracterizada pela amplitude de informações, consequência dos novos recursos tecnológicos de comunicação na contemporaneidade, a pesquisa desenvolver-se-á em grupos de discussão, orientada por um roteiro ao pesquisador durante as discussões entre os entrevistados. O método possibilita documentar experiências coletivas e características sociais desse grupo, suas representações de gênero, classe social, pertencimento étnico e geracional com fundamentos na sociologia do conhecimento. Espera-se que os resultados levem à compreensão dos impactos de leitura no ambiente virtual entre a juventude no ambiente escolar. É provável que o resultado mais significativo seja um espelho fiel do mundo jovem, pois pesquisadores e pesquisados pertencem ao mesmo grupo etnográfico.

Palavras-chave: tecnologia; juventude; ambiente virtual.

O USO DE *TABLET* NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM NO ENSINO MÉDIO SEGUNDO A VISÃO DOS ALUNOS

Glauber da Paz
Felipe Igreja
Kalil Zaidan
Bárbara Souza
João de Medeiros
Luisa L'Abbate
Gustavo Libório
Marina Sattamini
danitrovao@gmail.com
samara.brito@gmail.com

A pesquisa a ser desenvolvida tem como finalidade investigar a intervenção da tecnologia no processo de ensino e aprendizagem. Os dispositivos tecnológicos alcançam espaço, e sua entrada nas escolas é um processo irreversível. Os novos aparelhos têm a possibilidade de ajudar a personalizar o aprendizado atual, uma vez que o modelo educacional tradicional é amplamente reconhecido como *one-way,* de transferência de conhecimentos e, assim, torna-se obsoleto. Por meio de análise qualitativa e quantitativa, espera-se que os resultados produzam uma reflexão de natureza pedagógica sobre a utilização de *tablets* como recurso de transformação das práticas docente e discente. O grupo de estudantes apresenta-se como voz autorizada a esse desafio, levando-se em consideração que eles mesmos circulam como membros do universo estudado, ou seja, os jovens do ensino médio de escola privada. A sociedade da informação exige mudanças de paradigmas civilizatórios na relação com a busca do conhecimento, e dispositivos como os *tablets* poderão desempenhar um papel útil, já que são altamente inovadores pela gama de aplicações. Tendo em vista a educação e o ambiente escolar, a interatividade precisa estar presente na relação entre professor, aluno e conhecimento e só se concretizará no ambiente escolar quando o professor propuser o conhecimento, provocando situações, instigando discussões profundas, e quando o aluno participar de modo a intervir na produção acadêmica e ética de seu próprio conhecimento. Nesse sentido, procurar-se-á demonstrar que a tecnologia é subsidiária e base para o desenvolvimento de uma metodologia que permita aos educadores atuar de maneira crítica e independente e não ser um fim em si mesma.

Palavras-chave: *tablet*; tecnologia; paradigma.

A RESSIGNIFICAÇÃO DA VIDA POR MEIO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Ana Ramos
Carlos Alberto Belchior
Felipe Moretti
Gabriela Campelo
Lucas Magno
Mariana do Amaral
Vanessa Canato
Colégio Marista de Brasília – Ensino Médio
leandrograss@gmail.com
rafaelbsousa@gmail.com

Os motivos geradores da evasão escolar são, em geral, claros e perceptíveis aos que se propõem a compreender o mundo da educação. Por outro lado, o entendimento do que leva jovens e adultos a retornar aos estudos, após anos de distanciamento, limita-se a aspectos de ordem objetiva, ligados à inclusão social com foco na qualificação e na titulação. O interesse deste trabalho é estabelecer as zonas de sentido sobre as modificações consolidadas na vida de jovens e adultos que se propõem a retomar ou iniciar os estudos, com foco em elementos que transitam tanto na objetividade quanto na subjetividade da vida e do cotidiano social. Trata-se de uma pesquisa com estudantes da EJA, das escolas públicas de Santa Maria-DF, que procurou, por meio de suas narrativas de vida, compreender as mudanças proporcionadas pela educação em sua rotina familiar, no trabalho e na sua relação com os detalhes do dia a dia na comunidade. Os relatos foram obtidos mediante técnicas de entrevista e grupo focal, posteriormente analisados de acordo com fundamentação teórica embasada na perspectiva freiriana da educação, que leva em consideração a formação do sujeito autônomo e protagonista. Procura--se compreender de que maneira a educação possibilita o que se denomina *ser mais*. O estudo desenvolvido apresentará evidências de que, mesmo em meio a todos os problemas que circundam o sistema de ensino brasileiro, a educação é o que determina, essencialmente, o processo de significação, e acima de tudo, de ressignificação da vida do sujeito.

Palavras-chave: educação de jovens e adultos; aprendizagem; autonomia.

USO, CONSERVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE DOS RECURSOS HÍDRICOS NAS CAPITAIS DO BRASIL E DA NOVA ZELÂNDIA

Ana Borges Costa
Beatriz Louise Mendes Viegas
Catarina Moura Riley
Eduardo de Oliveira dos Santos
Gabriela Chaves Reis
Gabriela Ribeiro Padrão
Hegly Lemos Cavalcante
Julia Esteves L. Werberich
Lucas Ferreira Rossi
Manuela Borja Lousada Soares
Mariana Severo Takatsu
Pedro Hideu Yamada
luciobio@gmail.com
nilsongeografia@gmail.com
Colégio Marista de Brasília – Ensino Médio

O trabalho visa à investigação da dinâmica de utilização da água como recurso vital para a sociedade em duas cidades distintas: Brasília, capital do Brasil, e Wellington, capital da Nova Zelândia. O crescimento urbano desordenado tem provocado impactos negativos ao meio ambiente e ao crescimento sustentável em escala mundial, o que justifica o estudo proposto, levando em consideração realidades socioeconômicas diferentes. A pesquisa será direcionada para a análise comparativa de dados a respeito das técnicas de tratamento da água, a qualidade desse recurso e a aplicação dos impostos na manutenção da estrutura hídrica. Em pesquisas de campo já processadas em Wellington, os estudiosos confirmaram a qualidade dos serviços de infraestrutura prestados à população e as condições favoráveis de habitação, pois não há áreas precárias, sem infraestrutura e sem regularização fundiária – popularmente conhecidas como favelas – na capital Wellington, cidade que apresenta alto Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), de 0,908, na escala que vai de 0 a 1, ocupando a quinta posição no *ranking* que inclui 187 países. Com o foco no suprimento de água potável e no tratamento de esgoto adequado, foi informado por representantes dos órgãos responsáveis ligados ao governo que todas as casas de Wellington recebem tais benefícios por meio de arrecadação eficiente de impostos, cuja porcentagem, calculada a partir do valor da propriedade, é destinada ao tratamento de água e esgoto. A pesquisa em Brasília irá comprovar que o processo de conurbação da cidade permite conclusões preocupantes, relativas às políticas públicas necessárias ao desenvolvimento sustentável ainda que se leve em conta o Distrito Federal posiciona-se em primeiro lugar em IDH, de 0,875, muito próximo ao de Wellington.

Palavras-chave: pesquisa; recursos hídricos; sustentabilidade.

ECOVINCI – CONSTRUINDO A CONSCIÊNCIA DA SUSTENTABILIDADE

Professora Orientadora:
Ana Paula Abi-Chahin de Oliveira Ferreira

Alunos:
Ana Júlia Dornelas
Bianca de Andrade Nery
Bruna Assi Hernandes
Daniel Bizzo Brandt
Giovana Azevedo de Vasconcelos
Iago de Oliveira Feliciano
João Victor Bião Lino
Mariana Alves Dias Carneiro
Sofia Consolmagno Fontes

São muitos os desafios da sociedade contemporânea, principalmente no que tange à crise planetária marcada por degradação permanente em seus microambientes, a rua, a escola, a cidade, sobretudo, pela ação humana. No contexto de conferências e debates para a construção de sociedades sustentáveis, nasce o ECOVINCI – *Construindo a consciência da sustentabilidade*, inserido no Programa de Iniciação Científica do UniCEUB, em parceria com o Centro Educacional Leonardo da Vinci. O projeto é formado por 10 estudantes da 8ª série do ensino fundamental da referida escola, tendo como objetivo geral envolver pessoas do corpo docente, discente, funcionários, para promover a cidadania ambiental e praticar uma política de antidesperdício individual e coletivo, potencializando os indivíduos como agentes multiplicadores dessas ideias dentro e fora da escola. Para isso, estabelecem-se ações divididas em duas etapas que se permeiam. Uma é intitulada de ECO, que realiza a divulgação do projeto e a sensibilização de estudantes, funcionários e professores por meio de visitas orientadas, desafios, palestras, debates e atividades lúdicas; outra ação importante é a produção de ECOcartilhas virtuais disponíveis no *site* da escola, concomitantemente trabalhadas por vários professores de forma interdisciplinar e transversal. A outra etapa, denominada VINCI, consiste no levantamento de dados por meio de entrevistas semiestruturadas para análise da eficiência do plano de antidesperdício da escola e proposição de estratégias para novas práticas sociais, articulando os atores do universo educativo para essa finalidade que mescla o aspecto social, o ecológico e o econômico, compromissados com a sustentabilidade. O caminho pedagógico que o projeto adota é baseado na pesquisa do tipo qualitativa com uso da percepção ambiental reflexiva, acompanhada pelos 10 estudantes, pois, assim, os atores envolvidos compreendem o significado da realidade e passam a tornar-se capazes de gerar uma participação conscientemente sustentável em suas vidas e na sociedade. Para perpassar por toda a escola, o projeto ECOVINCI – *Construindo a consciência da sustentabilidade* realiza a difusão dos princípios da Carta da Terra, fazendo que o conhecimento teórico desse documento pouco explorado se reflita em experiências práticas, para mitigar, sanar os problemas socioambientais, redefinir as relações das pessoas entre si e com o ambiente, colaborando para a sustentabilidade local e global. Os valores e as atitudes comprometidos com a cidadania socioambiental fazem parte das ações educativas aliadas ao conhecimento científico desse Projeto de Educação Ambiental sensibilizador, reflexivo e conscientizador, afinado com a Lei 9.795, de 27 de abril de 1999, que instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental em todos os níveis do ensino formal da educação brasileira.

Palavras-chave: sustentabilidade; educação ambiental; cidadania; escola.

AS REDES SOCIAIS COMO ESPAÇO PARA A SOCIABILIDADE E A MANIFESTAÇÃO POLÍTICA JOVEM

Professor orientador:
André Luiz Silva de Oliveira

Alunos:
Beatrice Irene N. de Sousa
Camila Carlos Soares
Pedro Teixeira Meireles
Sabrina Rolim Neal Maia
Victor André Gris Costa

Esta pesquisa tem como objetivo analisar a importância das redes sociais no universo estudantil, além de contribuir para o amadurecimento do senso crítico-reflexivo dos estudantes, propondo a utilização consciente dos mecanismos interacionais por meio de atividades que tratam da discussão de temas polêmicos e relevantes. Pretende-se, também, analisar a indiferença política dos jovens estudantes, verificando de que maneira as redes sociais têm sido utilizadas por eles. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e quantitativa, de natureza exploratória, em ambiente virtual e em sala de aula. Como instrumentos para a coleta de dados, foram empregadas as técnicas de entrevista semiestruturada e questionário. Participaram da pesquisa 109 alunos, entre 13 e 15 anos, de ambos os sexos, matriculados na 8ª série do ensino fundamental, do Centro Educacional Leonardo da Vinci. O estudo foi desenvolvido mediante o uso de algumas redes sociais, como *facebook* e *twitter*. Foram utilizados os temas *bullying* e *cyberbullying* como motivação oral e impressa para discussão com o público-alvo, no sentido de propor ações interventivas nos comportamentos observados. Intenciona-se que os estudantes envolvidos no projeto reflitam sobre como utilizam as redes sociais, tendo em vista a mudança de atitude, isto é, que sejam capazes de expressar suas ideias e ideais, manifestando sua dimensão de sociabilidade. Inicialmente, analisa-se como os adolescentes utilizam as redes sociais; em seguida, sugere-se a utilização das redes sociais como um espaço para que os estudantes manifestem suas ideias e suas reflexões acerca da política nacional. A terceira e última etapa da pesquisa mostra como o processo de sensibilização de tais jovens ocorreu no sentido de incentivá-los a um engajamento político por intermédio das redes sociais. Após vivenciarem o processo das experiências, não somente os jovens diretamente envolvidos na pesquisa, mas também os participantes, ou seja, a comunidade escolar, poderão refletir, de forma emancipada e crítica, acerca da sociedade e dos problemas que nela existem e persistem, apresentando atitude diferenciada em relação aos comportamentos observados: *bullying* e *cyberbullying*.

Palavras-chave: redes sociais; *bullying; cyberbullying*; manifestação política.

GRUPOS DE PESQUISA

A PRÁTICA DA PSICOTERAPIA NA ATUALIDADE

Marcos Chedid Abel
Líder do Grupo de Pesquisa em Teoria e Prática Psicanalítica
UniCEUB
mc.abel@ig.com.br

A discussão trata da prática da psicoterapia na atualidade, em relação às condições de vida no mundo de hoje, à perspectiva da neurociência e aos novos contextos de atuação profissional. Participarão integrantes do Grupo de Pesquisa em Teoria e Prática Psicanalítica, apresentando resultados dos estudos realizados e convidados internos e externos.

Palavras-chave: psicoterapia; prática; atualidade.

ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO NO BRASIL: INTRODUÇÃO, APLICAÇÕES E CRÍTICAS

Professor Doutor Gustavo Ferreira Ribeiro
Curso de Direito
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais
Centro Universitário de Brasília
gribeirobr@gmail.com

O grupo, registrado regularmente no diretório do grupo de pesquisa do CNPq, tem como objeto o exame da metodologia denominada Análise Econômica do Direito (AED), visando à compreensão do seu método e à sua possível aplicação à realidade jurídica brasileira em diversos campos. A transposição faz-se necessária uma vez que a AED é uma metodologia cujas origens remontam à década de 1960, nos Estados Unidos. Essencialmente, utilizam-se conceitos derivados da microeconomia, como utilidade, preços, eficiência, ótimos e equilíbrio, tanto para explicar o direito ("ser", análise positiva) quanto para recomendar modificações nos institutos jurídicos ("dever-ser", análise normativa). Neste contexto, pretende-se verificar sua aplicabilidade à realidade jurídica brasileira quanto à doutrina e à jurisprudência, nas seguintes áreas: propriedade; contratos; responsabilidade civil; processo; direito penal; regulação pública do mercado; direito internacional público e privado. O grupo iniciou seus encontros mensais em agosto de 2011, com alunos de graduação, pós-graduação e professores do UniCEUB. Desde abril de 2012, faz parte das atividades interinstitucionais do Grupo de Pesquisas em Análise Econômica do Direito, coordenado, conjuntamente, por professores doutores da Universidade Católica de Brasília (UCB) e da Universidade de Brasília (UnB).

Palavras-chave: direito; economia; eficiência; justiça.

GRUPO DE PESQUISA: DIREITO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Líder:
Professora Doutora Márcia Leuzinger
(marcia.leuzinger@uol.com.br)
Centro Universitário de Brasília: UniCEUB
Mestrado em Direito

O Grupo de Pesquisa em Direito e Desenvolvimento Sustentável, no âmbito do mestrado, está voltado à análise de temas ligados ao desenvolvimento sustentável, compreendido em suas diferentes dimensões: social, ambiental, econômica, cultural, espacial, institucional e política. Em razão das dimensões da sustentabilidade, a análise envolve, necessariamente, um olhar multidisciplinar, o que significa a inter-relação entre diferentes áreas do saber, aproveitando-se de cada ciência os conceitos e as teorias que possam conduzir à construção do desenvolvimento ambientalmente prudente, socialmente relevante, economicamente viável e culturalmente aceitável. O grupo, que conta com alunos do mestrado e da graduação em Direito, realizou, em 2009, 2010 e 2011, pesquisa voltada ao uso público em unidades de conservação, ou seja, espaços territoriais especialmente protegidos, tendo suas atividades iniciadas com a verificação das condições de uso em todos os parques nacionais brasileiros. A avaliação da infraestrutura, como centro de visitantes, trilhas demarcadas, banheiros, restaurantes, abrigos, oferecimento de condutores de turistas, preço de ingressos, número de funcionários, veículos para fiscalização, entre outros aspectos, foi realizada por meio de pesquisa em sítios da internet e incluiu entidades gestoras de unidades de conservação, como o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBIO, o IBAMA e o Ministério do Meio Ambiente, além de entrevista com servidores, em especial chefes de parques. O produto da pesquisa foi um livro que será editado pela CRV, contendo informações sobre os parques nacionais localizados em cada uma das cinco regiões do país. Em 2012, começou a ser realizada pesquisa sobre a efetividade de estações ecológicas e reservas biológicas, que deve ser encerrada no segundo semestre deste ano.

Palavras-chave: desenvolvimento sustentável; unidades de conservação; uso público.

DIREITO & LITERATURA

Professor Doutor Luís Carlos Martins Alves Jr.
Curso de Direito
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais
Centro Universitário de Brasília
lcmartinsalves@uol.com.br

O grupo de pesquisa constituído por professores e alunos de graduação e de pós-graduação visa analisar as intrínsecas relações entre o Direito e a Literatura, porquanto seja o Direito um tipo de Literatura e esteja o Direito na Literatura bem como a Literatura no Direito. A finalidade da pesquisa é a verificação das fortes influências que o Direito sofre da Literatura e o quanto de Direito há na Literatura, visto que os discursos jurídicos, as leis, as sentenças, os decretos, as doutrinas e as teorias, são relatos literários sobre fatos, valores e enunciados prescritivos. Para tanto, procede-se à leitura e ao estudo de obras literárias, como *O mercador de Veneza*, de Shakespeare, *O processo*, de Kafka, *Crime e Castigo*, de Dostoievski, e outras clássicas obras literárias. Nesse sentido, o grupo terá condições de examinar, criteriosamente, as relações entre os textos jurídicos e os textos literários, o que lhe fornecerá um cabedal de conhecimentos e instrumentos teóricos que o auxiliarão no domínio do conhecimento jurídico, que é uma espécie de conhecimento literário.

Palavras-chave: direito; literatura; relatos normativos.

DIREITO ECONÔMICO-EMPRESARIAL – GREDE

Professor Doutor Daniel Amim Ferraz
Professora Doutora Neide Teresinha Malard
Professor Doutor Leonardo Roscoe Bessa,
Arthur Antônio Magalhães Fonseca
João Marcelo Peixoto
Rafael Magalhães Furtado
Thales Saldanha Falek
Frederico Gustavo Pereira Carrilho Dornas

No âmbito do Direito Econômico-Empresarial, a função reguladora do Estado assume grande relevância em razão, sobretudo, da dinâmica dos fenômenos econômicos, que são instáveis pela própria natureza. Enquanto os fenômenos sociais se caracterizam por um processo de transformação mais lenta, os econômicos desenvolvem-se com grande rapidez e mudam com certa frequência, influenciados por fatos que ocorrem além das fronteiras do Estado Nacional, em muito dificultando a sua captação imediata pelo sistema jurídico doméstico. Há, portanto, certa dificuldade natural da ordem jurídica interna, para lidar com uma realidade econômica multifacetária. De fato, as leis que regulam determinados fenômenos econômicos podem ser influenciadas por fatores estranhos a uma realidade social determinada e podem gerar o problema da efetividade, vale dizer, os objetivos visados pela norma em condições ideais concebidas pelo legislador não produzem os resultados esperados na realidade.

Palavras-chave: função reguladora do Estado; dinâmica dos fenômenos econômicos; ordem jurídica interna.

FORMAÇÃO E ATIVIDADES DO GRUPO DE PESQUISA: PRÁTICA PEDAGÓGICA E FORMAÇÃO DE PROFESSORES

UniCEUB/FACES
Maria Eleusa Montenegro
memontenegro@terra.com.br (líder)
Altair Stemler da Veiga
stemler@terra.com.br
Ana Regina Melo Salviano
ana_regina@terra.com.br
Celeida Belchior Garcia Cintra Pinto
celeidacintra@uol.com.br
Diego Borges de Carvalho
diegobcar@gmail.com
Dulce Regina de Souza
dulceregina44@gmail.com
Jean Carmo Barbosa
jeanjcb@hotmail.com
Leandro Soares Fontenele
leandro.fontenele@gmail.com
Leilane Cristina de Melo Silva
leilanemelo83@hotmail.com
Luciana Vitor Dias
luvitor75@yahoo.com.br
Márcia Marins Batista
marciamb66@hotmail.com
Paulo Henrique Rios do Nascimento
paulaum1@hotmail.com
Rosemary Tourinho Pereira
rosetourinho@gmail.com

O grupo de pesquisa encontra-se cadastrado no CNPq desde 2004, tem por finalidade a formação e a prática docente e apresenta três linhas: *Profissão docente e práxis educativa*; *Psicologia da Educação e prática pedagógica*; *Prática pedagógica e o ensino de língua portuguesa*. Atualmente, tem 15 (quinze) participantes entre professores e alunos do UniCEUB e professores de outras instituições de ensino. O grupo já realizou a pesquisa *A relação entre a teoria e a prática no curso de Pedagogia*, que foi desenvolvida em cinco etapas. Pelos dados apresentados, observou-se que a relação entre a teoria e a prática ficou evidenciada, o que poderá propiciar ao futuro educador formação ampla, voltada para a realidade social, com conhecimento significativo e contextualizado. Outro estudo desenvolvido pelo grupo denominou-se *A formação do educador infantil: expectativas e necessidades das escolas*, cujo objetivo foi verificar a percepção de gestores, pais e professores quanto aos anseios desse nível de ensino, relacionando-os à formação do profissional. Os resultados demonstraram que os gestores necessitam de que as instituições de ensino superior ofereçam profissionais docentes qualificados. Os pais consideram ser importante a formação continuada dos profissionais, tarefa da responsabilidade do poder público. Os professores afirmaram encontrar-se satisfeitos com a profissão escolhida e sentir-se capacitados para trabalhar com a educação infantil, apesar das dificuldades que enfrenta a escola pública. Salientaram que o trabalho pedagógico na educação infantil é mais exigente que nos demais níveis de ensino, por isso deveria ser mais bem remunerado. Este trabalho poderá beneficiar instituições de formação de professores e escolas de educação infantil. Um dos estudos ora desenvolvidos

pelo grupo intitula-se *A subjetividade do estudante de licenciatura*, cujo objetivo é conhecer o perfil do estudante de graduação e verificar a sua preparação para o exercício da docência. Para isto, já foram entrevistados, até o momento, concluintes, ingressantes e professores dos cursos de licenciaturas. Os resultados parciais desta pesquisa demonstraram que todos os alunos ingressaram no curso por vontade própria. Os estudantes de licenciatura, ingressantes e formandos, afirmaram gostar de ler, no entanto a maioria tem feito apenas as leituras obrigatórias e não tem rotina de estudo, fazendo-o apenas nas horas vagas e ao final do curso, quando passam a estudar mais. A grade curricular foi considerada inadequada pela maioria dos professores participantes. Os resultados sugerem que a maioria dos estudantes está satisfeita com o curso e que, apesar de relativa insegurança sobre a sua formação, acreditam que podem tornar-se bons professores por meio da prática docente. Também é desenvolvida a pesquisa *A sociedade e a violência nas escolas: diagnose – proposta de solução – ação*. Seus principais resultados, até o momento, têm sido: as pessoas diretamente envolvidas com o problema, ou seja, diretor da escola, professores, coordenadores pedagógicos, membro do Conselho Tutelar, ONG e representante da comunidade afirmaram que há, na escola, vários tipos de violência, inclusive o *bullying*; a desestrutura familiar foi considerada a principal causa da violência; as consequências do problema foram evasão escolar e baixo rendimento; para a prevenção da violência, foram indicados os projetos socioeducativos; foi salientado que os pais não participam da vida escolar dos filhos; quanto à preparação para lidar com a violência, foi ressaltado que os professores, o Estado e a sociedade ainda não se encontram preparados para lidar esse problema. Todas as etapas das pesquisas realizadas até o momento têm sido divulgadas em eventos científicos locais, nacionais e internacionais e publicadas em revistas científicas, evidenciando-se o repensar da práxis educativa. Acredita-se que, desta forma, o grupo tem prestado contribuições para a reflexão sobre o papel do educador.

Palavras-chave: formação do professor; prática pedagógica; preparação para o trabalho; combate à violência escolar.

DIÁLOGO: GRUPO INTERDISCIPLINAR

José Bizerril
Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Faculdade de Ciências da Educação e da Saúde – FACES
Curso de Psicologia
jose.bizerril@uniceub.br

Fundado em 2001 a pedido de estudantes de Psicologia, o grupo de pesquisa interdisciplinar *Diálogo* tem por objetivo ser um espaço para constituição de um pensamento interdisciplinar sobre o mundo contemporâneo e para a produção de pesquisas qualitativas referentes a um horizonte amplo de temáticas que combinam processos de subjetivação e suas relações com a corporalidade no contexto das novas configurações sociais e culturais do mundo globalizado. Mediante esta proposta, participam estudantes de graduação e pós-graduação e profissionais de Ciências Humanas, tanto do UniCEUB quanto de outras instituições, para debater questões atuais que interpelam, simultaneamente, antropologia, psicologia, sociologia, filosofia, estudos culturais e história. Em 2012, o grupo participou do projeto *Cinemateca* no UniCEUB; do seminário *Nouvelles Configurations Sexuelles*, na Universidade de Paris Diderot; do colóquio internacional *Las Teorías de la corporización/embodiment en la antropología de las dos Américas*, na Universidade de Buenos Aires; do *1er Encuentro Latinoamericano de Investigadores sobre Cuerpos y Corporalidades en las Culturas*, como membro do comitê científico, conferencista e um dos coordenadores do GT 12 *Perspectivas teóricas y metodológicas sobre los cuerpos y las corporalidades en la cultura*, na Universidade de Rosario, Argentina. Está prevista a participação no VIII Seminário de Psicologia e Senso Religioso, na sessão coordenada *Tópicos especiais em Psicologia da Religião no mundo globalizado*. O grupo gerou nove pesquisas de iniciação científica com bolsas no programa PIC/UniCEUB, e mais uma está andamento. Oito monografias de graduação em Psicologia de participantes do grupo já foram concluídas, e duas encontram-se em fase de elaboração. Duas dissertações de mestrado foram defendidas por estudantes que iniciaram seu interesse por suas temáticas de pesquisa no grupo, e mais duas orientações estão em andamento.

Palavras-chave: interdisciplinaridade, corporalidade, subjetividade contemporânea.

GRUPO HERMENÊUTICA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Professor Doutor Roberto Freitas Filho
Curso de Direito
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais
Centro Universitário de Brasília

O grupo tem como objeto de estudos e pesquisas as políticas públicas nas perspectivas filosófica, sociológica e econômica. Privilegia, assim, a análise das decisões dos tribunais, em especial, as do Superior Tribunal de Justiça - STJ e as do Supremo Tribunal Federal - STF. Os membros têm participado de eventos internos e externos nos quais apresentam trabalhos nas áreas estudadas. O tema de estudo atual é a relação entre a hermenêutica e os sentimentos primais que condicionam e afetam a decisão. A hermenêutica jurídica encontra-se em uma encruzilhada, em que as teorias e as filosofias que a informam transitam de um relativismo *naif* a uma pretensão de racionalidade metódica que se expressa, paradoxalmente, em exortações de princípios e esquemas de interpretação *ad hoc,* que se legitimam mais pelo uso autorizado e reconhecido do que por seus fundamentos racionais. Relativismos, ceticismos, anti-institucionalismos e procedimentalismos de toda sorte encontram-se no proscênio da atividade intelectual acadêmica, com algum impacto na atividade de quem tem de tomar decisões no campo da razão prática. Nesse sentido, o que se pretende é, a partir das leituras, refletir sobre a relação entre o amor, a piedade, o compadrio, a compaixão, o ódio, o medo, o interesse, a raiva, o desprezo, a repugnância e outros sentimentos tidos como irracionais no processo decisório. É possível identificar, na prática judicante e dos membros do Ministério Público corrente dos tribunais brasileiros, um apelo retórico constante a argumentos de natureza pietativa ou exortativa de certa posição arquimedeana contra o Estado, como se os membros do Judiciário e do Ministério Público não fossem dele constituintes. As questões a ser apresentadas são: admitindo-se que há, na práxis jurídica, espaços de interdição e um tipo específico de enfoque a ser aplicado, qual é o sentido desse tipo de ação? Postulando-se que toda prática social gera consequências e tem um sentido específico, o que ocorre do ponto de vista político, simbólico e operativo, mediante a reiteração significativa dessas condutas?

Palavras-chave: políticas públicas; hermenêutica; decisão.

GRUPO INTERNACIONAL ECONÔMICO EM SISTEMAS REGIONAIS DE INTEGRAÇÃO - GIDE

Professor Doutor André Nunes
Professor Doutor Paulo Roberto de Almeida
Professor Doutor Marcelo Simões dos Reis
Professor Doutor Arnaldo Sampaio de Moraes Godoy
Professor Doutor Gustavo Abreu
Francisco Schubert Martins Costa Júnior
Jesulindo Nery de Souza Junior

A linha de pesquisa na área jurídico-econômica dedica-se ao tratamento analítico das relações econômicas internacionais, das quais a integração regional é uma das vertentes. A pesquisa estrutura-se em três eixos principais: instituições e mecanismos regulatórios dos grandes intercâmbios globais, nos terrenos comercial, essencialmente, a OMC e os esquemas regionais de integração, financeiro, como instituições de Bretton Woods e entidades regionais de fomento, e de cooperação técnica intergovernamental, como normas, propriedade intelectual, comunicações; experiências de integração regional, com análise dos aspectos comerciais e tributários dos processos de integração, a exemplo do MERCOSUL, da União Europeia, do Nafta; instrumentos jurídico-contratuais que enquadram a expansão da interdependência econômica global. Os três eixos temáticos buscam analisar, de forma transversal, questões, como a criação de regras uniformes ao comércio mundial, a criação de mecanismos de solução de controvérsias com densidade jurídica e efetividade, o intenso fluxo de capitais nos mercados financeiros, a estipulação de políticas tributárias incentivadoras do comércio global, a eliminação de barreiras alfandegárias e não alfandegárias e a diversidade institucional das atividades regulatórias de caráter intergovernamental ou supranacional.

Palavras-chave: relações econômicas internacionais; integração regional; tratamento analítico.

JUSPOSITIVISMO, JUSMORALISMO E JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL

Professor Doutor Luís Carlos Martins Alves Jr.
Curso de Direito
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais
Centro Universitário de Brasília
lcmartinsalves@uol.com.br

O grupo de pesquisa visa analisar a concretização normativa das prescrições constitucionais mediante a atividade jurisdicional, sob a perspectiva das teorias antagônicas do juspositivismo e do jusmoralismo, de modo a verificar a adequação entre o enunciado normativo e o provimento judicial. Com efeito, o objeto de estudo será a análise das decisões judiciais constitucionais e a compatibilidade com o texto constitucional. Serão dois os grandes marcos teóricos: os doutrinadores juspositivistas (Hans Kelsen, Alf Ross, Herbert Hart, Norberto Bobbio entre outros), e os doutrinadores jusmoralistas (Radbruch, Perelman, Dworkin, Alexy entre outros). É voz corrente no meio jurídico e na academia que o positivismo jurídico é um paradigma superado, incapaz de dar as respostas e as soluções para os problemas jurídicos. Essa superação teria ocorrido pelo moralismo jurídico, que vem a ser uma perspectiva de aproximação entre o texto jurídico e os valores morais socialmente compartilhados. Com base na leitura e no estudo dos principais doutrinadores dessas correntes, o grupo terá condições de analisar, criteriosamente, a compatibilidade e a adequação entre o texto, o enunciado prescritivo, e a decisão, o provimento normativo, o que lhe fornecerá um cabedal de conhecimentos e instrumentos teóricos que o auxiliarão no domínio do conhecimento jurídico e da prática profissional.

Palavras-chave: positivismo jurídico; moralismo jurídico; decisão judicial.

GRUPO DE PESQUISA JUSTIÇA PROCESSUAL, DESIGUALDADE, DEMOCRACIA E SOCIEDADE

Professor Doutor Jefferson Carlos Carús Guedes
Professor Cleucio Sanos Nunes
Professor Rodrigo Pereira Martins Ribeiro
Professor Paulo Gustavo Medeiros Carvalho
Professor Fernando Fonseca Rossi
Professor Felipe Camilo Dall'Alba
Professor Guilherme Beux Nassif Azem
Professor Lúcio Delfino
Professor Glauco Gumerato Ramos
Professor Paulo Rodrigues Ramos
Érica Barbosa Coutinho Freire de Souza
Juliana Ruiz Souza

O público-alvo da produção é o interessado no desenvolvimento do Direito Processual Constitucional e no Direito Constitucional Processual, como os estudantes e os professores de todos os níveis acadêmicos, outros pesquisadores, parlamentares e suas assessorias, profissionais de direito, tais como, advogados públicos e privados, magistrados, procuradores do Ministério Público, defensores públicos, sociólogos, cientistas políticos, filósofos políticos.

Palavras-chave: desigualdade, democracia e sociedade.

GRUPO DE PESQUISA: ESTUDOS EM FILOSOFIA, RAÇA, GÊNERO E DIREITOS HUMANOS - PADE

Professor Doutor René Marc da Costa Silva
Professora Doutora Márcia Dieguez Leuzinger
Professora Rudhra Gallina
Professor Delmo de Oliveira Arguelhes
Professor Henrique Smidt Simon
Professor Marcelo Tadeu dos Santos
Fernando Antônio Calmon Reis
Mariana Alvarenga Eghrari Pereira

O grupo de pesquisa *PADÊ: Estudos em filosofia, raça, gênero, e direitos humanos*, coordenado pelo professor René Marc, tem como projeto, neste ano, trabalho conjunto, parceria e cooperação com o grupo de pesquisa coordenado pela professora Márcia Leuzinger, *Direito e desenvolvimento sustentável*. A proposta orienta-se ao levantamento minucioso dos parques nacionais, à sua descrição, ao acompanhamento e à avaliação e, no que tange a parte específica destinada ao PADÊ, ao levantamento, à identificação, à descrição de populações ou comunidades tradicionais, que habitam o parque nacional, como se identificam, que atividades econômicas desenvolvem, o que produzem, como produzem, quais são as características de manejo que presidem o trabalho produtivo, quantos são, como se organizam, que limites encontram nas atividades, propriamente decorrentes da unidade ambiental que habitam, suas características e suas particularidades, entre outros aspectos. Além disso, vislumbra-se a consolidação de um conjunto de informações que possibilitem eventual publicação. O objetivo do projeto tem dois aspectos: o científico, na medida em que se propõe a produzir conhecimento inédito, visto não haver disponível, nesse âmbito, informações organizadas ou sistematizadas; o político, na medida em que a organização e a sistematização dos dados poderão subsidiar, com mais clareza, gestores e formuladores de políticas públicas na elaboração e na condução de ações relativas a essas populações vulneráveis.

Palavras-chave: parques nacionais; comunidades tradicionais; conjunto de informações.

POLÍTICA CRIMINAL

Líderes:
Professora Cristina Zackseski e Professor Bruno Amaral Machado
Curso de Direito
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais
Centro Universitário de Brasília
cristinazbr@gmail.com
brunoamachado@hotmail.com

O grupo de pesquisa *Política criminal* é constituído por professores e alunos da graduação e da pós-graduação *stricto sensu* em Direito do UniCEUB e por professores e alunos de outras instituições de ensino superior de Brasília. Entre seus participantes, encontram-se profissionais com experiências diversas no campo do direito, tais como, juízes, promotores, defensores, advogados e policiais. O trabalho dá-se no intuito de compreender os problemas relacionados à violência, às garantias de direitos fundamentais, ao funcionamento do sistema de justiça criminal, à prevenção e ao controle dos conflitos, especialmente, mediante o referencial teórico da criminologia crítica. São realizados estudos de obras clássicas e analisados resultados de pesquisas empíricas atuais da área criminal com a finalidade de dar suporte aos estudos e às análises desenvolvidos, coletiva ou individualmente, pelos participantes em nível de graduação, mestrado, doutorado ou pós-doutorado. As pesquisas em desenvolvimento ou concluídas são discutidas nas reuniões do grupo. Ultimamente, há pesquisas com arcabouço teórico sistêmico que abrange arte, cinema e literatura. Uma das publicações recentes de participantes do grupo é o *e-book Criminologia & Cinema: perspectivas sobre o controle social* com o selo UniCEUB, disponível para acesso gratuito no Repositório Institucional e no *site* do grupo – www.criminologiacritica.com.br. Encontra-se em fase de elaboração o segundo volume do citado *e-book*, dada a sua excelente repercussão.

Palavras-chave: criminologia; política criminal; direitos humanos.

PROPRIEDADE INTELECTUAL E DESENVOLVIMENTO

Professora doutora Maria Edelvacy P. Marinho
Professor Paulo Palhares
Sandro Renée
Ingrid Vieira
Priscila Ceará
Heloisa Medeiros

O grupo de pesquisa propriedade intelectual e desenvolvimento tem por objetivo estudar se, como e em que medida a proteção de bens intelectuais pode ser um instrumento de incentivo ao desenvolvimento. Muito se tem questionado sobre a eficiência da concessão de direitos exclusivos como estímulo à produção e à difusão de inovações. Os questionamentos concentram-se nas justificativas apresentadas para a concessão títulos de propriedade intelectual. Primeiramente, pergunta-se se as justificativas identificadas no século XVIII ainda podem fundamentar a abrangência e o conteúdo da exclusividade dos direitos de propriedade intelectual hoje. De maneira mais precisa, indaga-se qual deveria ser o grau de proteção desses direitos em razão da necessidade de acesso aos bens intelectuais, sobretudo, quando se trata de medicamentos e uso da internet. Tem-se observado, quando se trata de acesso a medicamentos, que os instrumentos existentes são pouco eficazes para garantir o acesso a esses bens em caso de urgência sanitária ou de abuso por parte do titular da patente. Por ser um direito que se tem desenvolvido no plano internacional, questiona-se, também, a eficácia dos mecanismos que os tratados oferecem para que Estados com níveis diferentes de desenvolvimento tecnológico possam utilizar o sistema de propriedade intelectual em favor do desenvolvimento nacional. O estudo da relação entre direitos de propriedade intelectual e desenvolvimento abrange a análise de diferentes matérias: direito internacional, economia, direitos humanos, direitos de propriedade, modelos existentes de proteção aos bens intelectuais. Para estudar esses problemas, o grupo reúne-se uma vez por mês. No primeiro encontro do semestre, são definidas as leituras e os objetivos para aquele período. A cada reunião, um membro fica responsável por sistematizar as conclusões de modo que, ao final de cada ano, o grupo possa divulgar os resultados encontrados.

Palavras-chave: propriedade intelectual; desenvolvimento; direitos exclusivos.

ATIVIDADES DO GRUPO DE PESQUISA DO CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA: QUALIDADE DE VIDA SAÚDE E ATIVIDADE FÍSICA

Renata Aparecida Elias Dantas
Alessandro de Oliveira Silva
Marcio R. Mota
Marcelo Boia
Professores do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB

Juliana Maria Freitas Feitosa
Elis Vieira Silva
Manuela Melo da Silva Bazilio
Paôla Maciel A. Lima
Carlos Lemos de Moura
Kárita Gomes Moura Dias da Silva
Thaís Monteiro Maurício
Rodrigo Branco
Alan Gomes da Rocha Gonçalves
Thainá Santos Lima
Ana Paula dos Santos Brito
Alunos da graduação do curso de Educação Física do UniCEUB ;Brasília-DF- Brasil

O grupo, registrado regularmente no diretório do grupo de pesquisa do CNPq, tem como objetivo proporcionar aos alunos do curso de Educação Física o aprofundamento de estudos e a prática da pesquisa científica na área de atividades físicas, qualidade de vida e saúde. As reuniões ocorrem às terças-feiras, das 11h30 às 12h30. Em 2011, finalizaram-se onze projetos de pesquisa, entre eles: *Comparação dos níveis de flexibilidade em idosas que praticam exercícios resistidos, atividade física em praças*; *Estudo comparativo de variáveis de aptidão física entre gêneros de atletas de judô da categoria juvenil em Brasília – DF*; *Avaliação das aulas de Educação Física em escola pública do plano piloto de Brasília: visão do aluno*. Houve total envolvimento dos alunos nas coletas e na análise dos dados. Todos os projetos foram submetidos ao Comitê de Ética de Pesquisa do UniCEUB e apresentados no 34° Simpósio Internacional de Ciências do Esporte, em outubro de 2011. No primeiro semestre de 2012, foram desenvolvidos mais dois projetos, *Análise da flexibilidade de alunos do ensino fundamental e sua relação com as aulas de Educação Física* e *Análise postural em atletas de futsal feminino do Centro Universitário de Brasília – DF*, que foram submetidos ao Comitê de Ética de Pesquisa do UniCEUB. A coleta de dados ocorreu no primeiro semestre de 2012, e, neste semestre, serão realizadas as análises e a produção dos artigos.

Palavras-chave: pesquisa; educação física; grupo de estudo.

RESPONSABILIDADE CIVIL

Professor doutor Héctor Valverde Santana
Adriano Fernandes Moreira
Christianne Dias Ferreira
Cristiano Correia e Silva
Edilson Enedino das Chagas
Marcio Morais de Sousa
Marília de Ávila e Silva Sampaio
Mauro Junior Pires do Nascimento
Yara Gissoni Almeida

O presente grupo de pesquisa visa analisar as questões relacionadas à responsabilidade civil, especialmente quanto à evolução da Ciência do Direito, em relação ao fenômeno da massificação das relações sociais e ao crescente risco imposto ao cidadão a partir da revolução tecnológica. Destaca-se como propósito do grupo a investigação das novas formas de prevenção e reparação dos danos entre particulares e a responsabilidade do Estado por atos extraordinários à sua atividade específica, como catástrofe, terrorismo, entre outros.

Palavras-chave: responsabilidade civil; relações sociais; revolução tecnológica.

GRUPO DE PESQUISA: CITOGENÉTICA APLICADA

Fernanda Vinhaes de Lima
Ana Paula Costa Athayde Nunes
Manuella Ribas Ramalho
Mayara Alvarenga Queiroz
Camila Camarano Oliveira
Olívia Laquis de Moraes
Faculdade de Ciências da Educação e da Saúde - UniCEUB
fernanda.lima@uniceub.br

A citogenética é compreendida como o enfoque citológico da genética, que consiste, principalmente, no estudo microscópico dos cromossomos e suas anomalias. Os cromossomos foram descritos, no século XIX, como corpos nucleoproteicos de coloração escura, observados nas células durante a divisão celular, no estágio de metáfase, no qual os cromossomos atingem seu maior grau de condensação. Cada cromossomo leva uma disposição linear de genes. Em 1956, estabeleceu-se o número diploide correto dos cromossomos do cariótipo humano, como sendo 46, dispostos em 23 pares de cromossomos homólogos. Mudanças na estrutura dos cromossomos humanos são as principais causas de retardo mental, malformações múltiplas, câncer, infertilidade e abortos espontâneos. O grupo envolve três linhas de pesquisa, que se resumem a estudos citogenéticos em casais com histórico de infertilidade e abortos de repetição, diagnóstico citogenético de doenças genéticas e avaliação genética da presença do cromossomo *philadelphia* em pacientes com leucemia mieloide crônica após o uso de inibidores de *tirosino cinase*. Concluiu-se estudo com participantes que apresentavam histórico de infertilidade e abortos de repetição, provenientes da rede pública de saúde do Distrito Federal, e apresentou-se trabalho referente a esta pesquisa no Congresso Internacional de Genética Humana, em Montreal, Canadá. Para a realização deste estudo, foi necessária a aprovação pelo Comitê de Ética da Secretaria de Saúde do DF. Os distúrbios acometem conflitos diversos e envolvem não somente questões médicas complexas e urgentes, como também problemas psicológicos extremamente sérios. Recentemente, dois novos projetos de pesquisa do grupo foram aprovados, baseados no estudo e no diagnóstico citogenético de pacientes com leucemia mieloide crônica, portadores do cromossomo *philadelphia* sob o efeito de inibidores de *tirosino cinases*. Além da relevância do diagnóstico para essas famílias, os projetos têm servido como material de estudo para estudantes do UniCEUB que se interessam por este campo. No último ano, foram apresentados trabalhos em congressos internos e externos, com material obtido pelas linhas de pesquisa, desenvolvidos sob a responsabilidade da líder do grupo, juntamente com suas alunas.

Palavras-chave: leucemia; cromossomo *philadelphia; tirosino cinase*; infertilidade; abortamento.

GRUPO DE PESQUISA SOBRE DIREITO EMPRESARIAL – DEMP

Professor doutor Daniel Amin Ferraz
Marlon Tomazette
Miguel Roberto da Silva
Renata de Souza Maeda

O grupo sobre Direito Empresarial – DEMP foi fundado no 1º semestre de 2010, com o objetivo de analisar questões referentes ao direito empresarial e sua repercussão no desenvolvimento econômico brasileiro. Foram realizadas seis exposições de mestrandos e doutorandos do UniCEUB com o intuito de elucidar os assuntos de interesse de todos os envolvidos no projeto. Mediante a identificação das áreas de interesse do grupo, foi estabelecido que o tema da pesquisa seria a "análise das dificuldades e das facilidades jurídicas à entrada e à manutenção do capital internacional no Brasil". Para isso, foram delimitados assuntos, tais como, energia elétrica, aviação, falência de empresas, indústria, microempreenderorismo, agricultura, entre outros. Feito isso, os pesquisadores devem identificar o marco regulatório nacional e um problema específico, para, então, avaliar as facilidades ou as dificuldades jurídicas que o capital internacional enfrenta para entrada ou permanência no Brasil e suas respectivas consequências ao desenvolvimento econômico brasileiro. Novos contornos temáticos foram estabelecidos no segundo semestre de 2011, sendo delimitados subtemas de trabalho para cada pesquisador com vistas à produção de artigos. Este grupo de pesquisa tem como objetivo promover encontros para discussão de assuntos relacionados à dogmática jurídica empresarial e organizar pesquisa científica que trata de internacionalização das empresas, contratos em espécie, fontes do direito empresarial, planejamento tributário, contratos internacionais, investimento externo direto, entre outros temas relacionados. Após análise da legislação e dos mercados pátrios, será feita uma abordagem comparativa com países de relevância para os setores da economia objeto de estudo e sua relação com os BRICS.

Palavras-chave: direito empresarial; mercados pátrios; internacionalização das empresas.

POSITIVISMO JURÍDICO E JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL

Professor doutor Luís Carlos Martins Alves Júnior
Professor doutor Carlos Bastide Horbach
Ana Paula Sampaio Silva Pereira
Arthur Maciel Motta; Bruna Mizuki
Alysson Sousa Mourão; Daniella Cesar Torres
Wagner Martins Prado de Lacerda
Germano Bezerra Cardoso
Mauro da Motta Aguiar

O grupo de pesquisa constituído por professores e alunos de pós-graduação e de graduação em Direito visa analisar a realização ou a concretização normativa das prescrições contidas no texto constitucional mediante a jurisdição, sob a perspectiva das teorias do positivismo jurídico. Com efeito, o objeto de estudo será a análise das decisões judiciais e a compatibilidade dessas decisões com o texto constitucional por meio dos marcos teóricos positivistas. A finalidade da pesquisa é a verificação da positividade normativa do texto constitucional com base em decisões judiciais emanadas dos órgãos do Poder Judiciário, especialmente as oriundas do Supremo Tribunal Federal, em uma perspectiva crítica, ou seja, a feitura de um juízo de adequação entre o enunciado constitucional e a norma como provimento judicial.

Palavras-chave: jurisdição constitucional; positivismo jurídico; órgãos do Poder Judiciário.

GRUPO DE PESQUISA: POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITOS DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

Líder:
Professora doutora Dirce Mendes da Fonseca
mendesdirce@yahoo.com.br

Alunos:
Larissa Albuquerque de Freitas
Élyda Lumara B. dos Santos
Rafael Almeida
Miriam Pereira da Silva

O grupo de pesquisa tem como objeto de estudo e reflexões a concepção, o papel e a função dos conselhos tutelares na proteção de crianças e adolescentes. Os conselhos foram criados mediante a implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Os conselheiros são membros da sociedade civil, fato que estabelece a gestão compartilhada. A pesquisa teve como recorte o estudo e a análise do Conselho Tutelar do Varjão e procurou identificar os registros das violações de direito que são encaminhados e comunicados ao Conselho. De acordo com entrevistas, os conselheiros afirmaram a inadequação da capacitação para o exercício da função, das instalações físicas e das condições para atender as demandas solicitadas pela comunidade. Foram identificadas as seguintes violações: violência física, sexual e psicológica, omissão institucional, maus tratos, tortura, abandono, negligência, discriminação, autoagressão, dependência química, tentativa de suicídio, automutilação, exploração econômica. Durante período do ano de 2011 ao 1° semestre de 2012, foram totalizados 278 registros.

Palavras-chave: Direitos da infância e da juventude; Estatuto da Criança e do Adolescente; Conselho Tutelar.

INTERNACIONALIZACAO DO DIREITO (ID)

Professor doutor Marcelo Dias Varella
Professor doutor Luiz Eduardo Abreu
Professor doutor Antonio Cachapuz de Medeiros
Professor doutor José Francisco Rezek
Roberto Moreth (mestrando)
Geilza Fátima Cavalcanti Diniz (mestranda)
Roberta Mundim de Oliveira (mestranda)

Liderado pelo professor Marcelo Dias Varella, o grupo de pesquisa Internacionalização do Direito (ID) tem a intenção de estudar as transformações ocorridas no direito internacional e no direito interno, provocadas pelo fenômeno da Internacionalização do Direito. Este processo faz surgir novas formas de comunicação entre os diferentes ordenamentos jurídicos, tendo como consequência uma mudança drástica nas relações entre os instrumentos de Direito criados nos âmbitos internacional e doméstico. Isso tem relação direta com o contexto jurídico global contemporâneo. A diversidade de regimes jurídicos na esfera pública internacional e a participação mais ativa e determinante de atores privados, como empresas transnacionais, ONGS ou indivíduos, revelam a fragmentação do contexto jurídico global. A pesquisa busca, a partir da constatação dos fenômenos da internacionalização e da fragmentação do direito, investigar quais são as modificações ocorridas nos instrumentos jurídicos, a fim de entender quais são os critérios que estabelecem as medidas para que se possa garantir maior segurança e efetividade nas novas relações jurídicas em construção. Portanto, para que se realize uma investigação de qualidade, é necessário o estudo tanto da teoria clássica do direito internacional quanto das novas ideias que tentam dar conta de explicar as transformações ocorridas no contexto jurídico internacional e analisar a nova configuração do Direito contemporâneo. Os trabalhos desenvolvem-se em duas subdivisões: o grupo principal e o subgrupo de leituras básicas. Este último volta-se aos estudos dos elementos básicos do fenômeno da internacionalização, permitindo, assim o ingresso de novos interessado, sem, contudo, alterar o andamento dos trabalhos do grupo principal. As reuniões de cada grupo ocorrem aos sábados, a cada 15 dias, de forma alternada, permitindo, desse modo, a participação nos 2 grupos.

Palavras-chave: internacionalização do direito; contexto jurídico global contemporâneo; fragmentação do direito.

LEI E SOCIEDADE: NARRATIVAS DO DIREITO E DIREITO COMO NARRATIVA

Prof. Msc. Luiz Patury Accioly Neto
Prof. Dr. Frederico Barbosa
Profª. Dra. Cristina Zackseski
Prof. Dr. René Marc da Costa Silva
Prof. Msc. Eliardo Teles
Adriano Portella de Amorim
Érica Barbosa Coutinho Freire de Souza

O grupo de pesquisa *Lei e sociedade* busca compreender o direito mediante outras áreas do conhecimento. Assim, investiga-se o campo jurídico, ponderando o contexto social, considerando as narrativas que o direito pode vir a assumir e o direito enquanto narrativa. Verifica-se o esvaziamento das pretensões de verdade dos discursos, o esgotamento das grandes narrativas organizadoras do mundo e seu caráter universalista. Os objetivos focalizam-se em examinar quais fundamentos e saberes formulados por outras áreas do conhecimento podem dialogar com o direito. Até o momento, o caminho trilhado leva a responder à questão da ideia de narrativas do direito e do direito como narrativa. Com o uso dessas expressões, o grupo afirma a vizinhança de todo conhecimento com a ficção, o esvaziamento das pretensões de verdade dos discursos, o esgotamento das grandes narrativas organizadoras do mundo e seu caráter universalista — caminho que permite explorar o imaginário histórico e as representações sociais como campo privilegiado de pesquisa. Os últimos anos do século XX viram o fim das grandes narrativas sociais e das suas pretensões de explicação universal, tais como, as teorias de explicação sociológica, as justificativas do Estado e a crença na capacidade da razão em justificar o moral, o justo ou o melhor caminho. Atualmente, a pesquisa do grupo está voltada às narrativas dos discursos do Judiciário brasileiro em uma pesquisa sobre o controle de constitucionalidade difuso, mediante uma comparação com o sistema americano. Pela comparação entre os sistemas, objetiva-se verificar os discursos criados sob a compreensão brasileira do sistema *common law* e como isso funciona. Nesse sentido, o direito pode ser a última grande narrativa. Os resultados do grupo são pesquisas, em andamento e concluídas, relativas à relação entre direito, tradição e política e sobre a universalização do direito nas diferentes tradições jurídicas, ao funcionamento do sistema penal brasileiro diante da criminalidade feminina, à tutela como um mecanismo de desigualdade étnica no contexto pós-colonial e à argumentação jurídica na Suprema Corte brasileira.

Palavras-chave: tradição jurídica brasileira; narrativas do direito; direito como narrativa.

PROGRAMA CONSTRUINDO NOVOS SABERES

PSICOLOGIA E HOMOFOBIA: UMA ANÁLISE DA ATUAÇÃO DO SISTEMA CONSELHOS

Carolina Fernandes
Graduada em Psicologia pelo UniCEUB
bolsista do programa Construindo Novos Saberes de 2011
cmfernandes88@gmail.com

Tatiana Lionço
Doutora em Psicologia e professora de graduação e mestrado em Psicologia no UniCEUB
tlionco@gmail.com

Este trabalho analisa as ações do Sistema Conselhos de Psicologia para o combate à homofobia e para a promoção da cidadania LGBT mediante o levantamento de material, nos sítios dos respectivos Conselhos. Para a busca de dados, foram utilizadas as palavras-chaves: *diversidade sexual, LGBT, homofobia*. Os materiais encontrados foram divididos nas seguintes categorias de análise: cura da homossexualidade projetos de lei que versam sobre atendimento psicológico para mudança de orientação sexual posicionamento dos conselhos sobre o PLC 122/06, que visa criminalizar a discriminação por orientação sexual educação e homofobia: posicionamento sobre o Projeto Escola sem Homofobia homoparentalidade: adoção por casais homossexuais transexualidade apoio aos movimentos sociais LGBT psicologia na construção de políticas públicas LGBT eventos produzidos pelo Sistema Conselhos em prol da cidadania LGBT. Com base na perspectiva foucaultiana de que o saber psicológico seria um dispositivo normalizador e da sexualidade, buscou-se refletir sobre a relevância da psicologia contemporânea na manutenção ou no enfrentamento da homofobia. Constatou-se que a atuação dos conselhos não é homogênea, havendo omissão no debate em alguns conselhos regionais e no desenvolvimento de agenda de discussão de temas em pauta no governo federal por outros conselhos regionais e pelo conselho federal.

Palavras-chave: homofobia; diversidade sexual; sistema conselhos de psicologia.

EFEITO DA ACUPUNTURA NA RESISTÊNCIA MUSCULAR LOCALIZADA DE MEMBROS SUPERIORES E DINAMOMETRIA PALMAR EM PRATICANTES DE ATIVIDADE FÍSICA

Aluna:
Nataly Mitie Natsume Moriya
natymitie@hotmail.com
Orientador: Hugo Alves de Sousa (hugo.sousa@uniceub.br)
UniCEUB – FACES – Biomedicina

A acupuntura é feita mediante a inserção de agulhas em pontos específicos do corpo, estimulando, assim, as vias energéticas e promovendo reflexos no organismo, com propósitos terapêuticos, relaxantes e estéticos. Pela sua capacidade de estimulação das vias simpáticas, também é utilizada no meio esportivo como recurso de melhora do desempenho. Este trabalho teve como objetivo avaliar a influência da acupuntura na resistência muscular localizada de membros superiores (RMLMS) e na dinamometria palmar em praticantes de atividade física. Foi feito um estudo longitudinal prospectivo, composto por 11 indivíduos do gênero masculino, com idade entre 18 e 35 anos, avaliados em dois testes: um sob o efeito da acupuntura e outro sem. No primeiro momento, foi realizado um teste de força com o dinamômetro palmar e as flexões de membros superiores, durante um minuto, para quantificação da RMLMS dos participantes. Em seguida, foi feita a acupuntura em pontos específicos, com objetivo de melhora de desempenho. No teste de controle, foi repetido o protocolo acima descrito, porém sem a acupuntura. Como resultado, os indivíduos, quando sob o efeito da acupuntura, apresentaram aumento significativo na força de preensão palmar e no número de flexões. Entretanto, os sujeitos do teste de controle também mostraram melhora no desempenho, sugerindo que o repouso tem um papel importante em ambos os testes. Portanto, a acupuntura apresentou influência positiva sobre os indivíduos, mas não ficou evidente se apenas ela foi a causa do aumento do rendimento, sendo necessários novos estudos para a elucidação dos efeitos da acupuntura e a possível influência do repouso sobre a *performance* dos praticantes de atividade física.

Palavras-chave: acupuntura; resistência física; dinamometria palmar.

MEDICALIZAÇÃO DO CORPO FEMININO: CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA PARA A BIOÉTICA

Patrícia Milhomens Guimarães
Graduada em Psicologia pelo UniCEUB
bolsista do programa Construindo Novos Saberes de 2011
paty_milhomens@hotmail.com
Tatiana Lionço
Doutora em Psicologia e professora de graduação e mestrado em Psicologia no UniCEUB
tlionco@gmail.com

O artigo objetiva questionar, criticamente, a medicalização do corpo feminino na sociedade brasileira mediante a interlocução entre Psicologia e Bioética, pela via do privilégio dado ao conceito de *singularidade*, em consonância com um dos princípios fundamentais da Bioética – a *autonomia*. A referência metodológica apoiou-se na metodologia qualitativa com ênfase na teoria fundamentada para análise de documentos de políticas públicas e normas relacionadas à saúde da mulher. Sendo as políticas públicas elaboradas por pessoas situadas em um contexto histórico e cultural, constata-se que a representação da mulher, associada comumente à inerente presença do instinto maternal, perpassa tanto a construção das políticas públicas relacionadas à saúde sexual e reprodutiva quanto o debate jurídico com relação à prática do aborto. Analisaram-se, também, os marcos regulatórios e a política pública para o acesso às tecnologias reprodutivas. Nas políticas públicas de atenção à reprodução humana assistida no Brasil, há a transmissão de um discurso favorável a normas sociais reguladoras de práticas heterossexuais, e omite-se a mulher solteira. Concluiu-se que a Psicologia pode contribuir com o debate por meio do conceito de autonomia e com a consequente proposição da singularização e da subjetivação do cuidado em saúde da mulher no que se refere ao aborto e ao acesso às novas tecnologias reprodutivas.

Palavras-chave: bioética; medicalização do corpo feminino; psicologia da saúde.

A MÍDIA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEAS: O IMPACTO DO WIKILEAKS

Aluno:
Rodrigo Iago Pessoa da Silva
UniCEUB – Relações Internacionais
rodrigo_ips@yahoo.com
Orientadora:
Raquel Boing Marinucci

A pesquisa parte do pressuposto de que as novas tecnologias de informação desafiam o padrão de relacionamento entre os Estados nacionais, moldado desde os acordos de Westphalia, no século XVII. A chamada revolução digital permite que as informações sobre o processo decisório, os documentos considerados de interesse interno à administração ou à diplomacia e o acompanhamento de ações secretas venham à tona e sejam divulgados com facilidade inédita, na história, pela internet. Nesse sentido, a legitimidade da razão de Estado passa a ser contestada em nome da necessidade de transparência e do direito à informação. Assim, a pesquisa focaliza a atuação do WIKILEAKS. Com sede na Suécia, a organização tem como objetivo promover a liberdade de expressão e a transparência dos governos. No entanto, as ações da organização têm produzido avaliações diversificadas acerca de sua legitimidade e sobre os impactos no funcionamento da política contemporânea. Os embates gerados pela divulgação de materiais sigilosos foram mapeados e explorados à luz das Relações Internacionais. Tendo como objeto principal as atividades desenvolvidas pelo WIKILEAKS, especificamente notícias em que o Brasil foi mencionado como tema central, a pesquisa foi desenvolvida mediante os conceitos de liberdade de expressão e transparência governamental, buscando discutir a atuação crescente da sociedade civil na prática e na disciplina acadêmica das relações internacionais. O projeto buscou demonstrar que, mesmo com as inflexões da concepção estadista na disciplina, quaisquer outros atores ou categorias de análise para o campo têm de justificar-se e apresentar-se como "novos atores". Este é o caso de inúmeras organizações da sociedade civil, definidas em oposição ao Estado e ao mercado, que buscam legitimar suas ações frente ao monopólio do Estado. Tais ações foram, e continuam sendo, respaldadas pela crítica liberal, especialmente em suas facetas antiestatais. De modo geral, o estudo da mídia, como integrante do espectro da sociedade civil, situa-se nos dois extremos da visão realista e da liberal. O projeto, portanto, visa transcender a polarização entre liberais e realistas para que novas formas de comunicação, como o WIKILEAKS, possam ser estudadas e compreendidas. Assim, a agenda mundial é construída "através de" e "pela" mídia, e as novas tecnologias precisam ser vistas como formatos que impõem desafios à manutenção da autoridade do Estado ao mesmo tempo em que fortalecem os novos atores da sociedade civil.

Palavras-chave: WIKILEAKS; liberdade de expressão; acesso à informação.

A SOCIEDADE E A VIOLÊNCIA NA ESCOLA: PROPOSTA DE SOLUÇÃO

Rosemary Tourinho Pereira
Grupo de Pesquisa Prática pedagógica e formação de professores

O resultado desta pesquisa é a apresentação de um plano de ação com estratégias que possam colaborar preventivamente e/ou minimizar a violência escolar. O estudo foi baseado no fenômeno da violência nas escolas, desenvolvido no ano de 2011, em uma escola pública de ensino médio da região administrativa de Santa Maria, em Brasília, no Distrito Federal. Foi possível perceber, por meio de dados coletados de pessoas diretamente envolvidas com o problema, ou seja, diretor da escola, professores, coordenadores pedagógicos, membro do Conselho Tutelar, ONG e representante da comunidade, que há, na escola, vários tipos de violência, inclusive o *bullying****. O principal objetivo deste plano de ação é o de promover ações que levem ao enfrentamento dos tipos existentes de violência, uma vez que foram diagnosticados alguns dos principais fatores que contribuem para isso, como: a falta de investimento na educação, a desestruturação familiar, o desrespeito às diferenças, as drogas, entre outros. Assim, objetiva-se apresentar possibilidades de trabalho que consigam amenizar a violência na escola, que é um espaço de socialização onde se devem formar cidadãos autônomos e não ser apenas transmissora de conhecimento, fazendo-se necessário repensar seu papel e propor alternativas que atenuem os conflitos em seu âmbito. São exemplos de medidas a ser desenvolvidas na escola: palestras para a conscientização do problema; reuniões sobre o assunto; exibição de filmes e reportagens relacionados ao tema; jogos; músicas; concurso de redação e caminhadas onde se espera que alunos, pais, professores e comunidade possam interagir, a fim de resgatar a paz e a harmonia na escola. Dessa forma, os professores, juntamente com os outros atores da escola, serão capazes de discutir as questões ligadas à violência no contexto escolar, promover uma tomada de decisões e colocar em prática o plano de ação para a intervenção e a prevenção da violência. O público-alvo deste plano de ação serão alunos, pais, funcionários, professores, coordenadores, direção da escola e pessoas da comunidade. As metas que se deseja alcançar são a melhoria da convivência do aluno com o aluno e do aluno com professores, funcionários e direção e a conscientização da comunidade escolar em relação à violência e à importância de sanar ou minimizar o problema. Espera-se que, com os resultados, possa-se não apenas contribuir com a escola em questão, mas também oferecer subsídios a outras escolas no combate à violência.***

Palavras-chave: violência escolar; propostas de solução; plano de ação.

COMUNICAÇÕES GLOBAIS: UMA ANÁLISE MARXISTA DA CONCENTRAÇÃO DO CAPITAL-INFORMAÇÃO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS CONTEMPORÂNEAS

Aluno:
Tácio Nepomuceno Reis
UniCEUB – Relações Internacionais

Orientadora:
Raquel Boing Marinucci

As novas tecnologias são consideradas, primordialmente, pela lógica do seu potencial democrático, associadas aos benefícios da globalização e aos artífices de uma visão cosmopolita. A presente pesquisa, no entanto, identificou outras linhas de investigação: com base na visão marxista do materialismo histórico, buscou-se entender as comunicações contemporâneas mediante a concentração da propriedade. Embora vários estudos já enfoquem o impacto das tecnologias de comunicação na mundialização da cultura, o ponto de partida proposto não foi o conteúdo, mas a estrutura produtiva. O pressuposto que norteia a pesquisa é o de que a estrutura econômica continua sua tendência de concentração, especialmente nos contextos que levam à convergência tecnológica. A estrutura concentrada direciona a organização dos setores superestruturais da sociedade, como o Estado e o Direito, que, por sua vez, caminham para a desregulamentação do setor de mídia. Entendendo as empresas de comunicação como peças-chave do capitalismo global, podem-se identificar e estudar os impactos das tecnologias da informação por prismas pouco utilizados nas Relações Internacionais. Como objeto primordial de investigação, a pesquisa centrou-se na análise do conglomerado de mídia Walt Diney Company. Por meio do estudo da estrutura produtiva das empresas, à luz do materialismo histórico, a pesquisa discutiu os impactos da organização da mídia para as relações internacionais e os desafios analíticos para o campo acadêmico de RI. Evidenciou-se que a disciplina de Relações Internacionais é caracterizada pelos debates metodológicos que buscam delimitar seu campo específico de atuação. Por sua matriz "multidisciplinar", sofreu influências, nas diversas correntes, do desenvolvimento do pensamento das Ciências Sociais. Ao mesmo tempo, as perspectivas teóricas "próprias" estiveram – e estão – orientadas pela hegemonia de algumas academias, notadamente, as reflexões liberais e as realistas vindas dos Estados Unidos. Considerando a tradição de pensar a disciplina mediante os debates, como o tantas vezes citado "neo-neo", algumas perspectivas e metodologias essenciais das Ciências Sociais são negligenciadas, como é o caso do marxismo. Nos manuais de RI, normalmente, Karl Marx é considerado apenas o precursor dos estudos, já que os autores estão mais preocupados com os textos produzidos pela delimitação objetiva do campo. O impacto da Guerra Fria, com a corrente marxista associada ao bloco soviético, fornece outra explicação para o afastamento do marxismo da base dos estudos paradigmáticos da disciplina, marcadamente a norte-americana em sua origem. Vale ressaltar que o impacto do marxismo tanto na Ciência Política quanto na Sociologia é estruturante às cadeiras desde o seu início. Nesse contexto, o presente projeto de pesquisa buscou resgatar e aprofundar as categorias principais do marxismo clássico para a compreensão das relações internacionais contemporâneas. A aplicação dessa análise ao campo midiático – central para a política mundial contemporânea – procurou evidenciar a urgência em ampliar o debate para além dos auspícios da aparente democratização, partindo da base econômica e mostrando suas implicações nas ações de Estados e outros atores.

Palavras-chave: materialismo histórico; Walt Disney; relações internacionais.

INFLUÊNCIA DA EQUOTERAPIA NA FORÇA MUSCULAR RESPIRATÓRIA DE INDIVÍDUOS COM SÍNDROME DE DOWN NO DF

Aluna:
Tayná Nogueira de Carvalho

Orientador:
Valéria Sovat de Freitas Costa
Fisioterapia

A síndrome de Down (SD) é um distúrbio genético que tem como uma de suas características a trissomia do cromossomo 21. Além de possuir as alterações da doença, o indivíduo apresenta, entre outras, as complicações cardiorrespiratórias, derivadas da hipotonia muscular. O objetivo desta pesquisa é verificar a influência da equoterapia na força muscular respiratória em indivíduos com SD do Distrito Federal. Para isso, 25 indivíduos foram divididos em dois grupos, o de controle, que não sofreu a intervenção da equoterapia, e o de amostra, que sofreu a intervenção. Ambos passaram pela avaliação de força muscular, usando o aparelho manovacuômetro GERAR®. Os resultados e as conclusões serão apresentados no Congresso do UniCEUB.

Palavras-chave: síndrome de Down; equoterapia; força muscular.

PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU

PROGNÓSTICO DE IMPACTO AMBIENTAL CAUSADO POR EMPREENDIMENTO GERADOR DE TRÁFEGO: ESTUDO DE CASO DE UMA REGIÃO ADMINISTRATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Professora orientadora:
Luciana Luquez
lucianaluquez@yahoo.com.br

Aluno:
Rubens do Amaral
amaral_arqbr@yahoo.com.br
Pós-graduação lato sensu em Análise Ambiental e Desenvolvimento Sustentável – UniCEUB

Este trabalho objetiva desenvolver metodologia de prognóstico do impacto ambiental causado por empreendimentos geradores de tráfego por meio da quantificação das emissões veiculares de dióxido de carbono demandadas, a fim de subsidiar a análise do impacto de medidas que acarretem aumento populacional nas cidades. Busca, assim, elucidar questões referentes às relações das emissões veiculares com a poluição atmosférica, gases de efeito estufa, saúde humana e combustível utilizado. Para tanto, após a elucidação de conceitos sobre esses assuntos, estudaram-se as metodologias de cálculo de emissões veiculares denominadas *top-down e botton-up,* propostas pelo *Intergovernamental Panel on Climate Change*, chegando-se à forma adequada para a análise de empreendimentos específicos. O método proposto foi aplicado em estudo de caso, cujo objeto de análise foi um grupo de empreendimentos na cidade do Guará, Distrito Federal. Dessa forma, levantou-se a quantidade de CO_2 veicular emitido, cujos resultados foram objeto de análise comparativa com estudo semelhante realizado no estado do Rio Grande do Norte. Nesse sentido, observa-se que o método de cálculo *botton-up* se apresenta como recurso eficaz. Foi possível verificar que as quantidades de dióxido de carbono geradas pelos empreendimentos analisados na cidade do Guará superam as encontradas no estado do Rio Grande do Norte. Outros pontos verificados foram que a adição de etanol anidro à gasolina se configura como prática ambientalmente recomendável e empreendimentos que acarretem aumento populacional nas cidades e no número de viagens provocam maior impacto ambiental por adicional significativo da emissão de dióxido de carbono durante as partidas a frio dos motores. Estabelece-se, assim, novo parâmetro de análise válido para o direcionamento de ações, projetos, programas e políticas de gestão pública, além de novo enfoque para a realização de Estudos de Impacto de Vizinhança (EIV) e de outros estudos ambientais correlatos.

Palavras-chave: emissões veiculares; dióxido de carbono; gases de efeito estufa.

COMUNICAÇÃO INTEGRADA NA EMBRAPA: UM ESTUDO ACERCA DE SUA IMPLANTAÇÃO

Professora orientadora:
Doutora Maria da Graça Miranda de França Monteiro
mgracamonteiro@yahoo.com.br

Aluna:
Sandra Terezinha Zambudio
Sandra.zambudio@embrapa.br
Pós-graduação lato sensu em Gestão da Comunicação nas Organizações - UniCEUB

Assim como não se pode conceber comunicação sem integração e sem planejamento estratégico, não se pode pensar em implantação de mudanças na área, sem levar em conta as pessoas envolvidas no processo a ser modificado. A literatura que trata desse assunto é vasta e envolve mais que as técnicas e as práticas de comunicação. O tema ganha relevância em áreas, como administração, psicologia, gestão de pessoas, entre outras. Discute-se como enfrentar o desafio da mudança organizacional, qual é o papel dos gerentes de todos os níveis, como comprometer as equipes com os resultados institucionais e como envolver áreas e departamentos da organização para realizar um trabalho integrado. Esta é a abordagem pretendida, que contém depoimentos dos envolvidos na mudança do papel de uma assessoria de comunicação social para uma secretaria de comunicação. Novas atribuições vieram com a mudança e somaram-se às tradicionalmente executadas pela equipe, que teve de assumir nova atitude e mostrar a todos os públicos da organização a importância das mudanças e o que significam do ponto de vista estratégico para a organização. Coloca-se em perspectiva o que dizem os pesquisadores sobre esse tema, qual é o sentimento dos gerentes que promovem mudanças no jeito novo de trabalhar, como reagem as equipes e quais contribuições este trabalho pode deixar à organização.

Palavras-chave: comunicação integrada; comunicação interna; mudança.

SITUAÇÃO ATUAL DOS PARQUES DA REGIÃO ADMINISTRATIVA VI, PLANALTINA, DISTRITO FEDERAL

Professor orientador:
Doutor Gilson Ciarallo
gilson.ciarallo@uniceub.br

Aluno:
Hélio Pereira Feitosa
arkeyd@gmail.com
Pós-graduação lato sensu em Análise Ambiental e Desenvolvimento Sustentável - UniCEUB

O processo de urbanização remete a uma reflexão sobre as consequências associadas à transformação da paisagem. A fim de que essa temática fosse tratada, este trabalho foi conduzido de forma a estabelecer um recorte atual do estado de conservação dos parques da RA VI, Planaltina, verificando-se a situação da cobertura vegetal, a proteção aos recursos hídricos, o potencial para conservação, o desenvolvimento de atividades de lazer e educativas, o planejamento do uso, a administração, a fiscalização, a demarcação do polígono, a existência de ocupação humana e o uso das áreas. Com isso, objetivou-se fazer o registro da ocorrência de plantas e animais exóticos, averiguar a existência de Áreas de Proteção Permanente, conferir a ocorrência de processos erosivos antropizados, observar o uso das áreas dos parques como local para depósito de resíduos, confirmar a acessibilidade, coletar dados e informações junto ao poder público e executar documentação fotográfica. Para atingir os objetivos, foi escolhido o método *caminhamento*, flexibilizando as particularidades de cada parque, consistindo em três linhas paralelas equidistantes, partindo de pontos escolhidos de forma aleatória e percorridos a pé, visualizando-se o ambiente circundante, para, ao final, produzir-se um relato do que se pôde observar. Desses levantamentos, percebeu-se que a maioria dos parques estão com processos de degradação instalados e sofrem com diversos problemas, carecendo de ações governamentais para implantação efetiva, planejamento do uso, fiscalização e administração.

Palavras-chave: urbanização; parques; conservação.

A IMPORTÂNCIA DO FATOR HUMANO E DA CULTURA DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO NOS AMBIENTES CORPORATIVOS

Professor orientador:
Rafael Sarres
rsarres@yahoo.com.br

Aluno:
Winícius Ferraz Neres
winiciusf@gmail.com
Pós-graduação lato sensu em Rede de Computadores com Ênfase em Segurança da informação - UniCEUB

O estudo tem como escopo principal a análise da importância do fator humano no âmbito da segurança da informação. Além disso, pretende-se avaliar o nível da cultura da segurança da informação no mundo corporativo, usando como fonte a visão do usuário. Como vetores envolvidos na criação e na manutenção da segurança da informação, devem ser considerados os aspectos tecnológicos, jurídicos, estratégicos, processuais e, principalmente, o fator humano, que se pode considerar o elo mais frágil e, provavelmente, o mais árduo de ser tratado. Isso pode ser facilmente ilustrado pelas frequentes notícias de casos de ataques às informações corporativas, envolvendo humanos, podendo-se mencionar como principais ameaças associadas ao fator humano o *phishing*, a engenharia social e a espionagem industrial. No contexto, consideram-se como as principais dificuldades de tratamento do fator humano o pouco apoio da alta administração, a não integração da área de tecnologia da informação às necessidades dos usuários finais, a dificuldade de implementar, de forma efetiva, as políticas de segurança da informação, o mau gerenciamento das senhas pessoais e a dificuldade na auditoria comportamental dos usuários. Neste trabalho, realizou-se pesquisa de campo quantitativa exploratória com auxílio de formulário junto aos usuários, com o objetivo de medir o grau da cultura da segurança da informação nas organizações. Como resultado, foram apontadas pelos usuários como falhas mais comuns a não realização de campanhas periódicas sobre segurança da informação e a inexistência ou inadequada implantação da política de segurança. A dificuldade dos usuários em administrar as próprias senhas, a falta de comprometimento visível da direção com a segurança da informação frente aos usuários e o não atendimento das necessidades dos usuários por parte da área de tecnologia da informação. Entretanto, mais de 95% dos entrevistados reconheceram a importância da segurança da informação para o sucesso do negócio. Com intuito de minimizar as vulnerabilidades e prover a implantação de um ambiente seguro, algumas ações podem ser adotadas nas corporações, como intensificação do trabalho de *endomarketing* voltado para a segurança da informação, criação e implantação da política de segurança, facilitação do gerenciamento pelos usuários das próprias senhas e, principalmente, efetivo comprometimento da alta administração da organização.

Palavras-chave: segurança da informação; gestão da informação; política de segurança.

ESTUDO SOBRE AS CARACTERÍSTICAS DO MANEJO DOS RECURSOS NATURAIS E DA PRODUÇÃO NA FAZENDA MALUNGA

Professor orientador:
João Batista Drummond Câmara
joao.camara@ibama.gov.br

Aluna:
Ana Claudia Negret Scalia
ananegret@gmail.com
Pós-graduação lato sensu em Análise Ambiental e Desenvolvimento Sustentável - UniCEUB

Nas últimas décadas, propõem-se medidas sustentáveis com o intuito de proteger o mundo não apenas para as gerações presentes, mas também para as gerações futuras. No contexto agrícola, o Brasil desenvolve tecnologias e processos mais limpos de produção, como agriculturas biológica, ecológica, orgânica, sustentável e agroecológica. A Fazenda Malunga, localizada a 70 Km do centro de Brasília, pratica a agricultura orgânica e intitula-se como uma propriedade agroecológica. O objetivo deste estudo foi verificar se as atividades agrícolas exercidas na Malunga caracterizam a agroecologia ou outro tipo de agricultura alternativa. Para tanto, foram analisadas as práticas da fazenda, verificou-se de que forma o conceito de agroecologia é praticado na empresa, e constatou-se de que forma a Malunga se envolve com a comunidade. O trabalho constou de duas etapas: uma pesquisa bibliográfica e uma de campo em que foram entrevistados funcionários da Fazenda Malunga e moradores do entorno. As informações obtidas foram confrontadas para realizar a classificação. Entre as atividades observadas, foram encontradas: adubação verde, utilização de *bokashi* e biofertilizantes, controle natural de pragas e doenças; rotação de culturas. Alguns dos benefícios oferecidos aos funcionários incluem alojamento, alimentação diária, incentivos para aumento do salário, cursos de capacitação, auxílio-combustível e auxílio-aluguel. No aspecto ambiental, a empresa implantou uma Área de Preservação Permanente, está mudando seu tipo de irrigação para gotejamento, incentiva o reflorestamento, pratica a coleta seletiva e oferece palestras educativas aos empregados. Quanto à assistência dada à comunidade do entorno, a Malunga oferece emprego, auxílio à escola, alimentação para os eventos da vila, limpeza das ruas e incentivo à transição da agricultura convencional para a orgânica. Após a análise, a Malunga caracteriza-se como praticante da agricultura biológica, orgânica, sustentável e agroecológica. Os resultados demonstram que existe a possibilidade de haver um modelo sustentável orgânico e lucrativo. O trabalho instiga a discussão sobre as técnicas utilizadas e a sustentabilidade no modelo agrícola atual, possibilitando estudos que procurem oferecer assistência e alternativas limpas aos produtores conscientes.

Palavras-chave: agricultura alternativa; agroecologia; Fazenda Malunga.

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA TORTURA DURANTE A DITADURA MILITAR NO BRASIL

Professora orientadora:
Lylia da Silva Guedes Galleti
lyliagaletti.funai@gmail.com

Aluna:
Kélbia Cristina de Morais Aguiar
kelbia.deta@gmail.com
Pós-graduação lato sensu em História, Sociedade e Cidadania - UniCEUB

Este estudo trata do uso da tortura pelos órgãos de repressão da ditadura militar instaurada no Brasil, em 1964, em especial após a decretação do Ato Institucional Nº 5, em dezembro de 1968. Seu objetivo é explorar a problemática da institucionalização do uso de tortura por parte do Estado, considerando as mudanças que o AI-5 produziu com destaque para o aumento considerável da violência, durante os interrogatórios de militantes que faziam oposição ao regime, o que resultou em mortes e "desaparecimentos", até hoje, não devidamente explicados à sociedade brasileira. A partir do histórico do uso da tortura no mundo ocidental e no Brasil até 1964, analisa-se o contexto da instauração da ditadura militar e a formação de seu aparato institucional, baseado na Doutrina de Segurança Nacional, destacando-se a criação da Constituição de 1967 e dos Atos Institucionais, em especial o AI-5. Neste quadro, busca-se compreender o uso indiscriminado da tortura, acompanhado e favorecido pela criação de forte aparato repressivo de segurança e informação, pela participação das Forças Armadas na repressão e pela total impunidade dos torturadores civis e militares. Discute-se até que ponto pode considerar-se que a tortura foi, de fato, institucionalizada, embora o texto do AI-5 não a legalizasse aos órgãos repressivos. Essa questão é explorada com base em pesquisa bibliográfica, na historiografia sobre o período e na internet. Como conclusão, observou-se que, embora a tortura já fosse uma prática comum no Brasil, antes do AI-5, a partir daí, foi, de fato, institucionalizada pelo regime militar. Utilizada de modo indiscriminado e com requintes de crueldade contra os opositores do regime, a tortura transformou-se em característica marcante da ditadura militar, deixando um legado de mortes, desaparecimentos e sequelas físicas e psicológicas que a sociedade brasileira ainda luta para conhecer por meio de movimentos pelo direito à verdade e pela punição aos torturadores.

Palavras-chave: tortura; ditadura militar; doutrina de segurança nacional.

UMA ABORDAGEM SOBRE A RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL DO FARMACÊUTICO NO GERENCIAMENTO DE MEDICAMENTOS COMO RESÍDUOS DOMICILIARES URBANOS CONTAMINADOS

Professora orientadora:
Ada Amália Urdapilleta
ada.urdapilleta@gmail.com

Aluna:
Elisa Silveira de Menezes
lismenezes@gmail.com
Pós-graduação lato sensu em Análise Ambiental e Desenvolvimento Sustentável- UniCEUB

O estudo discute as consequências do descarte de resíduos sólidos domiciliares contaminados com medicamentos e a responsabilidade socioambiental do farmacêutico. Com o objetivo de tratar dos descartes, apontar propostas para minimizar os danos que podem ocorrer e enumerar as reais responsabilidades do farmacêutico no gerenciamento desses resíduos, por meio do ciclo da assistência farmacêutica e da logística reversa, utilizou-se a análise documental dirigida para o levantamento dos dados, e demonstrou-se que o descarte aleatório de medicamentos pode provocar riscos sanitários e ambientais de forma que a existência de orientação técnico-científica seja utilizada em prol da minimização desses danos. Com base na revisão de literatura, foi possível analisar as consequências dos resíduos farmacêuticos na saúde ambiental e discutir a aplicabilidade das legislações do Brasil sobre essa questão. Nesse sentido, sugere-se a realização de novos estudos nessa área, estendendo-se para a pesquisa de campo, em aterros sanitários e lixões em céu aberto, a fim de realizar análise das características físico-químicas dos resíduos farmacêuticos encontrados e dos possíveis danos causados à saúde ambiental e programar um sistema de gerenciamento de resíduos provenientes dos domicílios e de serviços de saúde que utilize a logística reversa e a intensificação da conscientização da população em relação à correta destinação final desses resíduos. Espera-se que a inclusão de disciplinas voltadas ao gerenciamento ambiental no currículo de graduação possa inspirar os profissionais da área de saúde a explorar esse novo campo de trabalho.

Palavras-chave: logística reversa; assistência farmacêutica; riscos ambientais.

ALIENAÇÃO PARENTAL: UM GESTO ANTISSOCIAL?

Professora orientadora:
Doutora Sandra Baccara
sbaccara@terra.com.br

Aluna:
Thalita Faria Machado Do Carmo
cthalita@gmail.com
Pós-graduação lato sensu em Teoria Psicanalítica - UniCEUB

Este trabalho busca discutir, por meio de revisão bibliográfica, o processo de alienação parental, chamando a atenção para o comportamento do alienador. Para isso, foi utilizada a teoria do desenvolvimento primitivo em Winnicott e o conceito de tendência-antissocial. Como resultado, foi constatado que o processo de alienação parental é um comportamento antissocial, ou seja, uma transgressão que pode ser entendida como um pedido de ajuda do genitor alienador, o qual, diante da separação conjugal, é remetido a um estado de desenvolvimento psíquico-emocional primitivo de não integração. Possivelmente diante da imaturidade egoica, ele torna-se incapaz de superar a separação conjugal e passa a investir no afastamento dos filhos do casal em relação ao ex-cônjuge. O estudo sustenta a indicação de que a alienação parental é um comportamento antissocial do alienador com base em uma falha no seu desenvolvimento emocional primitivo e ressalta a importância e a necessidade de tratamento adequado não só às vítimas do processo de alienação, mas também ao agressor.

Palavras-chave: alienação parental; tendência antissocial; desenvolvimento emocional primitivo em Winnicott.

A COMUNICAÇÃO INTEGRADA DE *MARKETING* NO CIBERESPAÇO: ADAPTAÇÕES CONCEITUAIS NECESSÁRIAS EM SEUS PROCESSOS E SUAS ASSESSORIAS DIANTE DA VIRTUALIDADE

Professor orientador:
Doutor Gilson Ciarallo
gilson.ciarallo@uniceub.br

Aluno:
André Sá de Mattos
sahdemattos@gmail.com
Pós-graduação lato sensu em Gestão da Comunicação nas Organizações - UniCEUB

Sobretudo no século XXI, os dirigentes das organizações começam a dar importância à comunicação como uma das formas de dar ação ao planejamento estratégico organizacional sob a ótica de uma comunicação integrada de marketing, que tem suas assessorias operando de forma complementar, segundo os preceitos da virtualidade como um espaço a mais para as mensagens organizacionais e que valoriza a convergência e a sinergia de esforços como pontes de ligação por semelhança com o ciberespaço e atua de forma a obter mensagens claras e críveis por seus planejamentos prévios. Assim, este trabalho tem o objetivo de estabelecer as potencialidades deste ambiente virtual, a ser utilizadas conceitualmente em cada área da CIM, de modo a proporcionar recursos para um "salto" de imagem da organização, que deve estar voltada à diferenciação propiciada por adaptações em processos e conceitos das suas assessorias em comunicação. A assessoria de relações públicas, primeiramente, deve atuar segundo as suas funções essenciais e específicas, adaptando-as às principais redes sociais do ciberespaço e às suas ferramentas virtuais, visando ao público-alvo. Em segundo lugar, a assessoria de publicidade e propaganda envolve-se com ações no multiverso de acordo com o ciclo de vida do produto-marca, dosando sua atuação conforme as informações das demais assessorias. A liderança das assessorias de comunicação em cada tarefa, chamada de *job*, alterna-se conforme se apresentem as necessidades de planejamento e do ciclo de vida mencionado. Em terceiro lugar, a assessoria de imprensa atua de forma capital, na ligação com a sociedade, pela mídia, de modo a aproveitar as ferramentas de divulgação de informações como fonte a jornalistas demandantes da organização. A evolução da comunicação integrada de *marketing* segundo o ciberespaço constitui a principal lição a ser aprendida pelos profissionais de comunicação organizacional no gerenciamento de ações que estarão inexoravelmente relacionadas aos aspectos de planejamento estratégico, visão, missão e identidade institucional. Alinhada a esta tendência, a organização pode valer-se da visão de comunicação integrada de *marketing* atuante no ciberespaço, para minimizar seus custos e traduzir as principais tarefas de sua missão em ações claras e objetivas que projetem sua imagem. Dessa forma, conclui-se que todos os níveis organizacionais devem ser capazes de colaborar com as suas assessorias em comunicação, desenvolvê-las e integrá-las com os demais setores organizacionais de forma equilibrada e balanceada, visando a um "salto" positivo na imagem percebida da organização e, com isso, o alcance da posição de destaque almejada na produção de inovações que ditarão as tendências deste século.

Palavras-chave: comunicação integrada de marketing; ciberespaço; assessoria de relações públicas.

MESTRADO E DOUTORADO

O JUDICIÁRIO COMO LABORATÓRIO SOCIAL: UMA REFLEXÃO SOBRE A (IN)CERTEZA E A SEGURANÇA JURÍDICA ATUAL

Aléssia Barroso Lima Brito Campos Chevitarese
ICPD- Doutorado em Direito
alessia.chevitarese@uniceub.br

O debate produzido no âmbito jurisdicional a culminar em uma decisão prolatada em um *hard case* convida a refletir sobre o mito da segurança jurídica traduzido em critérios e mecanismos de certezas. A simples aplicação da norma posta pode ocultar um escudo contra a incerteza no direito. A lei pode traduzir critérios de segurança e ética, mas a segurança jurídica e o agir ético virtuoso não se resumem à norma posta. Assim, nos casos difíceis, a segurança do direito estaria muito mais em razões principiológicas e padrões éticos de conduta que transparecem a confiança jurídica no sistema. Nesse sentido, o significado da segurança jurídica não se resume ao conceito dogmático de certeza expresso no direito adquirido e ao ato jurídico perfeito, mas, sobretudo, a uma dimensão axiológica. O direito, em seu laboratório judicial, necessita trabalhar a incerteza como força evolutiva numa sociedade complexa. É preciso desvendar mitos e compreender qual é o significado da segurança jurídica e da (in)certeza no direito. Os marcos teóricos apresentados são tomados pontualmente, para a contextualização de certos conceitos. Assim, no que concerne ao conteúdo da hermenêutica, será adotado o modelo proveniente da teoria de Gadamer (1997). Em que pese a peculiaridade da teoria de Popper (2008) de uma verdade objetiva e a crítica ao historicismo profético, a construção de uma teoria do conhecimento por conjecturas e refutações pode ser adequada ao direito, respeitando-se sua realidade valorativa. Como exercício de ética dinâmica e como parâmetro de decisão reta, será adotado o modelo aristotélico (1984). Os conceitos de *segurança jurídica* e *certeza* serão analisados quando do estudo do objeto da pesquisa, desenvolvida mediante a revisão da literatura pertinente ao tema. No segundo momento, buscar-se-á identificar a aplicação da hipótese sugerida. Ultrapassado o teste de falseabilidade, serão avaliados os resultados obtidos para a primeira avaliação da tese.

Palavras-chave: Supremo Tribunal Federal; ativismo judicial; segurança jurídica.

PARTICIPAÇÃO PRIVADA NA VIABILIZAÇÃO DO USO PÚBLICO DE PARQUES NACIONAIS

Alice Serpa Braga
Mestranda em Direito e Políticas Públicas pelo Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
alicesbraga@yahoo.com.br

Os objetivos impostos pela Lei do SNUC, no que tange aos Parques Nacionais, são, mediatamente, a proteção integral da biodiversidade e, imediatamente, favorecer pesquisas científicas, recreação em contato com a natureza, turismo ecológico e lazer.

Nesse compasso, entende-se como uso público em Parques Nacionais a infraestrutura que, adaptada à realidade e às expectativas dos potenciais visitantes, permita ao ser humano desfrutar da beleza cênica e utilizar os serviços prestados pelo meio ambiente em atividades de lazer, educação, recreação e turismo, em consonância com a preservação da biodiversidade. Ante as dificuldades estruturais enfrentadas pelo Estado na criação, na implementação, na manutenção e na gestão dos parques nacionais, avulta a importância da participação privada na prestação de serviços que viabilizem o uso público. Para tanto, faz-se necessária a sistematização da matéria. A única previsão normativa está preceituada no artigo 25 do Decreto n. 4.340/2002, que cuida da figura genérica da autorização. A medida pode ser enquadrada, para fins de detalhamento da regulamentação, como terceirização de serviços públicos ou como uso privativo de bens públicos. O tema deve ser enfrentado em consonância com o tratamento que lhe é conferido pelo direito administrativo. Assim, poderá minudenciar-se o tratamento jurídico adequado com a subdivisão das modalidades de participação privada, tomando como paralelo a disciplina administrativa. Dela depreendem-se os instrumentos de concessão, permissão ou autorização, a depender do serviço e de suas expectativas de investimento e de retorno. As peculiaridades do ajuste serão avaliadas em face da autonomia da administração, na estipulação de cláusulas consensuais.

Palavras-chaves: parque nacional; uso público; concessão em unidades de conservação.

POLÍTICA PÚBLICA COMUNITÁRIA: A PARTICIPAÇÃO DO CONSELHO TUTELAR NA DEFESA, NA PROMOÇÃO E NA PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Ana Beatriz Silva Carvalho
Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Faculdade de Direito – Pós-Graduação
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
E-mail: anabeatrizscd@bol.com.br

A proposta deste trabalho pretende contribuir com a análise do papel dos Conselhos Tutelares na defesa da criança e do adolescente, haja vista constituírem-se referência de política pública em que prevalece a descentralização, a participação popular e a valorização de agente pertencente à comunidade. Não são novidade as veiculações aduzidas pela mídia em que a criança e o adolescente figuram como o cerne das notícias na condição de vítima. Pedofilia, opressão, maus-tratos, abuso sexual, jogos eletrônicos, abandono, constrangimento, tráfico, drogas e outros temas rechaçados pelo corpo social permeiam o cotidiano das crianças e dos adolescentes. Urge, portanto, recrutarem-se forças e envidarem-se esforços para que se corporifiquem a promoção, a proteção e a defesa dos direitos da criança e do adolescente. Em face dessa necessidade imperiosa, julga-se imprescindível socializarem-se informações sobre o Conselho Tutelar, órgão colegiado que tem atribuições legais para atuar na proteção e na garantia dos direitos da criança e do adolescente no âmbito municipal. Assim, têm-se articulado palestras com diversos setores da sociedade, para cultivo da atitude de reflexão e ação em prol da integração da rede social. Assim, desenvolve-se o estudo que prioriza a pesquisa de campo com interação permanente com os Conselhos Tutelares do DF. Diálogo, entrevista, acompanhamento das atividades realizadas, das campanhas propostas, participação de palestras e cursos, além de técnica de pesquisa bibliográfica e jurisprudencial fazem parte da metodologia empregada. O estudo da atuação dos Conselhos Tutelares permitirá contribuição significativa à comunidade acadêmica, pois serão obtidos dados sobre as demandas tratadas pelo órgão, a forma como buscam resolver as situações que lhes são apresentadas, o preparo técnico emocional dos agentes que integram os colegiados, as ações governamentais de investimento no funcionamento dos conselhos, a articulação desses conselhos com outros atores da rede social, a representação social dos conselhos e outras informações relevantes para fomentar políticas efetivas de defesa, promoção e proteção do público infanto-juvenil. Intentar a investigação das demandas que são aduzidas aos Conselhos Tutelares do DF e a compatibilidade das respostas entregues para a necessária concretização e efetivação de direitos fundamentais do público infanto- juvenil por esses órgãos, traduzi-las em objeto de análise nos grupos de pesquisa e projetos de extensão amplia as possibilidades de contemplar efeitos educativos na rede de proteção social do público infanto-juvenil. Socializar os estudos com entidades, adultos e crianças e com os conselheiros é um dos objetivos da pesquisa em curso.

Palavras-chave: defesa da criança e do adolescente; políticas públicas; ações governamentais.

INTERNACIONALIZACAO DO DIREITO (ID): FRAGMENTAÇÃO, SISTEMATICIDADE E COMPLEXIDADE DO DIREITO INTERNACIONAL

UniCEUB – Programa de Pós-Graduação em Direito – Mestrado e Doutorado
Professor Doutor Marcelo Dias Varella (Líder)
marcelodvarella@gmail.com
Professor Doutor Antonio Cachapuz de Medeiros
Professor Doutor José Francisco Rezek
André Pires Gontijo (Doutorado)
Christiani Amaral Buani (Doutorado)
Gabriela Garcia Batista Lima (Doutorado)
Geilza Fátima Cavalcante Diniz (Doutorado)
Karla Margarida Santos (Doutorado)
Marlon Tomazette (Doutorado)
Raquel Tiveron (Doutorado)
Ruitemberg Nunes Pereira (Doutorado)
Gabriel Haddad Teixeira (Mestrado)
Isabel Gouvêa Maurício Ferreira (Mestrado)
Larissa Maria Mello Souza (Mestrado)
Luis Felipe Bicalho (Mestrado)
Natália Paes Leme Machado (Mestrado)
Kalinde Von Lohrmann (Graduação)
Ricardo Corrêa Leal Paiva (Graduação)

Liderado pelo professor Marcelo Dias Varella, o grupo de pesquisa *Internacionalização do Direito* (ID) tem a intenção de estudar as transformações ocorridas no Direito Internacional e no Direito Nacional, provocadas pelo fenômeno da Internacionalização do Direito. Este processo tem relação direta com o contexto jurídico-global contemporâneo, vez que novas e diversificadas formas de comunicação surgem entre os diferentes ordenamentos jurídicos, o que acarreta uma sequência de modificações drásticas no âmbito das relações, entre os instrumentos jurídicos criados no Direito internacional e no nacional. A diversidade de regimes jurídicos na esfera pública internacional e a participação ativa e determinante de atores – públicos, privados e *experts* – nesse espaço revelam a fragmentação do contexto jurídico-global. A pesquisa busca, por meio da constatação dos fenômenos da internacionalização e da fragmentação do Direito, investigar, também, quais são as modificações ocorridas nos instrumentos jurídicos, a fim de entender quais critérios estabelecem as medidas para que se possa garantir maior segurança e efetividade nas novas relações jurídicas em construção. Portanto, para realizar uma investigação de qualidade, é necessário o estudo tanto da teoria clássica do direito internacional quanto das novas ideias que tentam explicar as transformações ocorridas no contexto jurídico internacional e analisar o grau de sistematicidade, coerência e complexidade que configuram o Direito contemporâneo. Os autores referenciais para a pesquisa desenvolvida pelo grupo são: Mireille Delmas-Marty (Collège de France), Günther Teubner (Universidade de Frankfurt), Duncan Kennedy e David Kennedy (Harvard), entre outros. Os trabalhos são desenvolvidos no grupo principal e no grupo de leituras básicas e são referentes ao exame da efetividade dos direitos humanos no âmbito latino-americano, mediante a atuação do Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos, à possibilidade da Justiça de Transição como ápice da Internacionalização dos Direitos, aos estudos de caso Santa Elena, Metalclad e Tecmed como forma de investigar o pluralismo jurídico e a efetividade na relação entre a proteção ambiental e os investimentos estrangeiros, ao exame dos domínios recalcitrantes do direito internacional por meio das observações da diversidade moral e religiosa no direito penal como óbice ao direito comum, mediante a análise do caso do aborto do feto anencefálico, ao exame dos cartéis transnacionais e a transnacionalização das decisões de direito concorrencial,

à análise da Internacionalização do Direito além do Estado, tendo em vista a nova *lex mercatoria* e sua aplicação, à possibilidade da paz sustentável em Uganda, mediante a coordenação da Justiça Restaurativa e do TPI, à análise da linguagem irônica no Direito Internacional mediante as interações transjudiciais e a formação do transjudicialismo, ao exame da criminalização do imigrante, aos pressupostos da fragmentação do Direito, à comparação do exame da anistia no Supremo Tribunal Federal e na Corte Interamericana de Direitos Humanos, aos mecanismos de implementação e efetividade das decisões dos tribunais internacionais, à aplicabilidade dos direitos humanos pela Corte Interamericana, ao estudo do *jus cogens* no plano internacional e ao estudo da emergência da justiça transnacional.

Palavras-chave: direito internacional; internacionalização do direito; contexto jurídico-global contemporâneo.

A ARBITRAGEM NOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

André Luis Nascimento Parada
Centro Universitário de Brasília
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
andrelnparada@yahoo.com.br

A dissertação de mestrado investigará a possibilidade de os conflitos surgidos no bojo dos contratos administrativos entabulados pela Administração Pública serem solucionados mediante a utilização do instituto da arbitragem. A pesquisa examinará o tema em face de suas concepções teóricas e das dissonantes opiniões colhidas na doutrina, na jurisprudência e no entendimento adotado pelo Tribunal de Contas da União – TCU, para oferecer hipóteses com vistas à solução da questão a ser investigada. A doutrina oferece opiniões dissonantes quanto ao tema. O trabalho buscará dialogar com as lições de autores avessos e concordes com a ideia da arbitragem na Administração. Alguns estudiosos tendem a afastar a arbitragem por entender que a adoção do instituto viola os princípios da legalidade, da indisponibilidade do interesse público e da inafastabilidade de jurisdição. Outros expertos admitem a arbitragem para direitos patrimonias disponíveis e fazem-no com base em distinções entre atos de império e atos de gestão, entre interesse público primário e secundário, e há aqueles que preferem analisar a natureza da cláusula contratual para dizer se é ou não admitida a arbitragem na espécie. O TCU apresenta atitude defensiva sobre a arbitragem em avenças públicas. A princípio, a Corte de Contas rechaçava a utilização da arbitragem em contratos administrativos. Posteriormente, evoluiu em seu entendimento, para compreender válida a arbitragem em contratos administrativos quando observado o princípio da legalidade e o princípio da indisponibilidade do interesse público. Apesar desse avanço, a atitude defensiva adotada pelo órgão de controle sobre a arbitragem restringe, em demasia, a utilização do instituto pela Administração. Por outro lado, os tribunais judiciários, notadamente os superiores, têm acolhido entendimento favorável à solução de conflitos contratuais firmados pela Administração por intermédio da arbitragem. Sobre o quadro normativo de direito público, verifica-se que houve clara evolução do legislador acerca do uso da arbitragem no âmbito da Administração. A trajetória normativa revela um período inicial que vai da vedação expressa à permissão ao uso do instituto em contratos administrativos específicos. Com base na doutrina, na jurisprudência, nas leis que regulam contratos administrativos, defender-se-á que não há óbices à submissão dos contratos entabulados pela Administração Pública ao juízo arbitral, porquanto os princípios da legalidade e da indisponibilidade do interesse público não são suplantados com a adoção da arbitragem pela Administração, principalmente ao considerar-se como escorreita a intrepretação ampla de legalidade e ao conceber o entendimento de que, quando a Administração contrata, gere direitos públicos disponíveis de natureza patrimonial, razão pela qual não há obstáculos à utilização da arbitragem. Apesar dessa exegese, entende-se que a Lei de Arbitragem deve sofrer adptações necessárias para ser aplicada na solução de controvérsias surgidas em contratos administrativos, sob pena de abalarem-se fundamentos caros ao regime jurídico administrativo.

Palavras-chave: arbitragem; contratos administrativos; solução de controvérsias.

O PAPEL DO SISTEMA INTERAMERICANO DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS NA CONSTRUÇÃO DA EFETIVIDADE DOS DIREITOS HUMANOS NO ÂMBITO DOS REGIMES CONSTITUCIONAIS LATINO-AMERICANOS

André Pires Gontijo
Aluno do Programa de Pós-Graduação – Doutorado em Direito – do Centro Universitário de Brasília (UniCEUB)
Professor da Graduação e da Pós-Graduação Lato Sensu do UniCEUB
andre.gontijo@uniceub.br

A presente pesquisa desenvolve-se no âmbito do Programa de Pós-Graduação – Doutorado em Direito – do UniCEUB e do grupo de pesquisa *Internacionalização do Direito* e tem como objeto examinar a efetividade dos direitos humanos no âmbito dos regimes constitucionais latino-americanos, por meio da análise da atuação do Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos. A hipótese inicial consiste em verificar se a linguagem ativista – contida na atuação protagonista do Sistema Interamericano – permite que o conteúdo essencial dos direitos fundamentais, regulamentados no âmbito dos regimes constitucionais dos Estados nacionais, tenham maior grau de efetividade com a implementação dos direitos humanos protegidos pela Comissão e pela Corte Interamericana de Direitos Humanos. A pesquisa encontra-se no estágio inicial, cujo foco de análise está em mapear o âmbito de atuação dos julgados da Corte Interamericana de Direitos Humanos, a fim de verificar qual é a metodologia utilizada pela Corte em seus julgamentos. O segundo estágio consiste em verificar como o processo constitucional dos Estados nacionais latino-americanos recepciona as decisões da Corte Interamericana. Assim, vislumbra-se mapear como a República Federativa do Brasil, em seus três poderes, recepciona o resultado do julgamento Gomes Lund ("Guerrilha do Araguaia") *versus* Brasil em seu sistema jurídico constitucional. Em primeiro momento, o julgamento proferido pela Corte Interamericana é cumprido em duas etapas, com o desenvolvimento de mecanismos de acesso à informação e pela instauração de uma Comissão da Verdade pelos poderes Executivo e Legislativo, de um lado, e a implementação da tipificação legal do crime de desaparecimento forçado de pessoas, com tramitação no Senado Federal, de outro. Resta verificar qual será o posicionamento do Supremo Tribunal Federal no julgamento dos Embargos de Declaração na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n° 153, tendo em vista que o conteúdo deste julgado, *a priori*, fora revogado pelo referido julgamento da Corte Interamericana de Direitos Humanos, por a Corte considerar que a Convenção Americana de Direitos Humanos assume um *status* de norma supraconstitucional, estando acima da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, no que tange à disciplina de direitos humanos considerados normas imperativas no plano do Direito Internacional (*jus cogens*), como é o caso de punição ao delito de desaparecimento forçado de pessoas, tida como uma construção jurisprudencial "artesanal" da Corte Interamericana em 25 julgados já proferidos – na busca por investigação, reparação e punição dos culpados, a fim de alcançar o direito à verdade e à memória dos desaparecidos como forma de compensação aos familiares das vítimas, considerados, também, como vítimas pelo Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos, a partir de seu novo regulamento. A pesquisa tem como referenciais teóricos Mireille Delmas-Marty e Gunther Teubner e está em contínuo desenvolvimento.

Palavras-chave: Sistema Interamericano de Proteção aos Direitos Humanos; regimes constitucionais latino-americanos; efetividade dos direitos fundamentais e dos direitos humanos.

A TUTELA JURISDICIONAL EM AÇÕES PREVIDENCIÁRIAS CONFRONTE AO ATIVISMO E GARANTISMO JUDICIAIS NA PERSPECTIVA DA ÉTICA SHOPENRAURIANA

Antonio Róger Pereira de Aguiar

O Estado-juiz é a entidade igualmente responsável pelo controle da política de concessão de benefícios previdenciários, na análise das ações judiciais que pleiteiam a referida providência. Mostra-se factível a indagação do ponto em que a garantia constitucional de acesso aos benefícios previdenciários não se afigura abusiva. Então, deve ser verificado o grau de demanda social e a respectiva produção de decisões jurisdicionais. A promoção de mutirões judiciários estimula a litigiosidade, violando-se o princípio da inércia. A não exigibilidade de prévio requerimento administrativo como requisito fundamental do direito subjetivo de ação amplia o acesso ao Judiciário, no entanto, igualmente, estimula a litigiosidade, o que, também, viola o princípio da inércia. O acúmulo de demandas previdenciárias nas prateleiras dos gabinetes dos juízos e dos tribunais mostra-se absurdamente injusta. O mesmo Judiciário que promove a litigiosidade não consegue responder à demanda, provocada por ele mesmo. A demanda reprimida está em desconformidade com o princípio constitucional de celeridade processual, sendo seu aspecto ético questionável em face da necessidade humana, no contexto das ações previdenciárias. A jurisprudência dos tribunais federais é pacífica no sentido de não se criar qualquer barreira que seja ao livre acesso ao Poder Judiciário, em face da natureza fundamental e social dos direitos previdenciários (enquanto realização máxima da dignidade humana e do Estado Democrático de Direito), no entanto, sob a lente da ética schopenraureana, mister faz-se urgente e profunda reflexão da metodologia de manejo dos institutos jurídicos, para não criar uma condição filosófica contraditória. Existem diversos trabalhos já publicados, associando a questão ética ao realismo jurídico, ao que no STF chama de "nova hermenêutica", e ao ativismo e ao garantismo judiciais, em que o Estado-juiz chama para si a responsabilidade para a solução da lide previdenciária sob a égide do "contencioso administrativo".

Palavras-chave: ativismo; garantismo; ética.

O DIREITO À MORADIA ENTRE A NORMA E A REALIDADE: O CASO DO JARDIM BOTÂNICO DO RIO DE JANEIRO

Armando Miranda Filho
Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito
Linha de Pesquisa: Direito e Políticas Públicas

A pesquisa pretende demonstrar o distanciamento existente no Brasil, entre o discurso normativo e a prática jurídica, no que respeita ao direito à moradia em assentamentos informais, considerado o robusto arcabouço jurídico-legal que, em tese, protege esse direito. Para tanto, serão relacionadas as políticas públicas voltadas para um caso concreto, qual seja, a região do entorno do parque Jardim Botânico da cidade do Rio de Janeiro, onde, ao longo do tempo, instalou-se a comunidade do Horto por meio de habitações informais em área de propriedade da União. Serão analisadas decisões judiciais proferidas em processos iniciados nos anos 1980, nos quais a União é parte autora, que visaram à retirada dos moradores e em que medida essas decisões, nos últimos 30 anos, influenciaram os rumos da atuação da Administração Pública e foram por ela influenciadas, levando-se em conta, especialmente, que a política de gestão de imóveis da União tem passado, nesse período, por um processo contínuo e gradativo de mudança de visão, com particular referência às áreas que possuem ocupações consolidadas com moradias instaladas. A investigação pressupõe a análise de processo administrativo instruído no âmbito da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Pública Federal, utilizando-se os métodos histórico-comparativo, conceitual-dedutivo e empírico-indutivo. A complexidade das relações entre os diversos atores institucionais envolvidos permite uma abordagem voltada para a percepção, no campo da realidade, de como o direito à moradia deve ou pode materializar-se frente à compreensão de argumentos tradicionais do direito. Nesse passo, a pesquisa considera a política pública como um norte dinâmico, apto a resolver problemas e conflitos a que se propõe enfrentar, considerando, inclusive, as variáveis imanentes ao sistema social. O trabalho intenta investigar os meios de interlocução, no caso concreto, entre o político e o jurídico e destacar as práticas jurídicas oriundas de órgãos públicos que decorrem desse diálogo. Situa-se o tema, portanto, no campo da efetividade do direito à moradia, entre a norma jurídica e o fato social.

Palavras-chave: direito à moradia; políticas públicas; discurso normativo; práticas jurídicas.

O PROCESSO LEGISLATIVO E AS LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS AO PODER DE LEGISLAR SOB AS LUZES DO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DE PODERES NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Arthur Maciel Motta
Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento
Centro Universitário de Brasília
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
mottaa@terra.com.br

A pesquisa enfoca o processo legislativo e consiste numa investigação sobre as limitações constitucionais que são impostas ao Poder Legislativo, na sua função precípua de fazer leis, mais especificamente, a que ocorre com a reserva de iniciativa do Poder Executivo, buscando verificar e analisando como têm sido interpretados os dispositivos constitucionais que tratam do assunto. No processo legislativo, são apresentados por deputados, senadores ou comissões das duas Casas Legislativas projetos de lei que criam ou modificam políticas públicas de relevante alcance social. A investigação enfreta o problema de que boa parte destas propostas parlamentares não têm o seu mérito discutido e votado, porque carregam, no seu bojo, o chamado vício de iniciativa, ou seja, incidem sobre iniciativas privativas do Poder Executivo. A principal hipótese de pesquisa tenciona comprovar que a existência, no texto constitucional, de reservas de iniciativa de leis ao Poder Executivo, dificulta a discussão de projetos de lei importantes para a implementação de políticas públicas no país. Como hipóteses secundárias, o estudo enfrenta a comprovação de que a existência dessas reservas de iniciativa de leis ao Poder Executivo implica o incremento do número de propostas de emendas à Constituição, originárias de parlamentares, em tramitação na Câmara dos Deputados e no Senado Federal e de que essa existência contribui para a edição de considerável número de emendas constitucionais. O objeto de investigação do presente trabalho consiste nos relatórios e nos pareceres das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania da Câmara dos Deputados e do Senado Federal sobre Projetos de Lei originários de deputados, senadores ou comissão das Casas que, de alguma forma, são julgados como incidentes numa das reservas de iniciativa do Poder Executivo nas orientações de voto da liderança do Governo relativas aos citados projetos de lei nos vetos presidenciais cujo suporte seja o § 1º, do seu artigo 61, da Constituição Federal nas decisões judiciais emanadas do Supremo Tribunal Federal que tiveram como ponto fulcral a reserva de iniciativa de âmbito federal. O objeto de pesquisa está delimitado ao período de 2007 a 2011, que corresponde à quinquagésima terceira legislatura. O objetivo deste trabalho de pesquisa, portanto, é investigar se a interpretação originária do juspositivismo kelsenino, adotada pelos protagonistas jurídicos que são capazes, nesta quadra de nossa evolução política, de formar consensos que impossibilitam a discussão de algumas matérias de iniciativa de parlamentares, com base na reserva de iniciativa do Poder Executivo, ainda se harmoniza com o regime democrático instalado no país a partir de 1988.

Palavras-chave: processo legislativo; separação de poderes; políticas públicas.

CANCELAMENTO DE BENEFÍCIO FISCAL DE ICMS – UM CASO PRÁTICO: DESRESPEITO AO PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA

Augusto César Rocha Ventura
Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Centro Universitário de Anápolis – UniEvangélica
MINTER – Direito e Políticas Públicas
augusto@goncalveseventura.com.br

O trabalho trata do caso prático em que um contribuinte ICMS do Estado de Mato Grosso teve benefício fiscal firmado com o estado mediante contrato, em curso há anos, considerado cancelado por fiscal do Tesouro Estadual, sob argumento de não ter sido registrada uma garantia no tempo que interpretou como a data aprazada. Além disso, a posição do fiscal usurpou competência definida por lei estadual que outorgava a apreciação de cancelamento de benefício fiscal ao Conselho de Desenvolvimento Industrial do Estado de Mato Grosso. Essa ação do agente público ocasionou, num só ato, exigência de valores financiados há mais de 5 (cinco) anos. A abordagem apresenta o benefício fiscal matogrossense como uma política pública, decorrente de um interesse público no desenvolvimento econômico e social do estado. De outro lado, discorre que esse fato não implica prevalência do entendimento fiscal – supremacia do interesse público – e fere o princípio da segurança jurídica que contém, em sua essência, a defesa da confiança legítima, da certeza e da previsibilidade no ordenamento jurídico.

Palavras-chave: benefício fiscal; ancelamento; princípio da segurança jurídica.

OS ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS E O DIREITO DO CONSUMIDOR À INFORMAÇÃO

Mestranda:
Bianca Cobucci Rosière
Centro de Ensino Universitário de Brasília - UniCEUB
Curso de Pós-Graduação em Direito - Programa de Mestrado
E-mail: biarosiere@yahoo.com.br

O objeto de pesquisa compreende o direito do consumidor à informação, sendo a investigação limitada aos produtos que contenham organismos geneticamente modificados, colocados à disposição no mercado de consumo. O tema é de grande relevância e atualidade, pois, com o avanço da engenharia genética, os organismos geneticamente modificados ingressaram no mercado de consumo, de modo que os estudos sobre os impactos causados na saúde e no meio ambiente, ainda recentes, são bastante divergentes. Com a liberação dos transgênicos pelo Brasil, passaram a integrar a mesa dos brasileiros produtos com essa característica, a exemplo da soja e do milho. Contudo, os consumidores não fazem ideia do que levam para casa, pois o sistema de rotulagem no país, apesar de determinar a apresentação de informações importantes sobre ingredientes alimentares, aditivos, e aromatizantes, é insuficiente. Com o advento dos organismos geneticamente modificados, deve ser conferido destaque à temática referente ao direito de informação nas relações de consumo, haja vista que as incertezas científicas quanto às modificações genéticas podem colocar em risco a saúde de todos e o meio ambiente, que estabelecerá novas cadeias biológicas de sobrevivência e de multiplicação das espécies. A elaboração de uma política pública de rotulagem parte da lógica de que o consumidor tem o direito de ser informado, de escolher, de adotar decisões acertadas, de saber o que consume. Não há dúvidas de que a maior fonte de informação está, justamente, na rotulagem dos produtos colocados no mercado de consumo, que deve ser capaz de proteger o consumidor contra práticas enganosas e contribuir para aceitação ou rejeição de dado produto ou tecnologia utilizada para a fabricação. Diante disso, o problema central da pesquisa é delinear o conteúdo do princípio da informação no âmbito do direito do consumidor, especificamente no que se refere à rotulagem de produtos transgênicos. Nessa temática, questiona-se se o ordenamento jurídico reconhece o direito do consumidor de ser informado acerca da presença de organismos geneticamente modificados nos produtos oferecidos no mercado de consumo, independentemente da quantidade, e, inclusive, nos casos de contaminação acidental se o Decreto nº 4.680/2003, ao subordinar a obrigatoriedade de rotulagem à presença de pelo menos 1% de OGMs na composição de produtos, viola o direito fundamental do consumidor previsto na Constituição Federal e no Código de Defesa do Consumidor se o referido decreto tem efetividade e, em caso negativo, quais seriam as razões. Além disso, a pesquisa visa analisar as sanções previstas para aqueles que não cumprem o estabelecido pelo referido decreto e apontar quais os órgãos responsáveis pela aplicação das penalidades. Portanto, tem-se por finalidade argumentar que o direito do consumidor à informação só será devidamente observado quando comunicada a presença de qualquer quantidade de organismo geneticamente modificado no rótulo do produto.

Palavras-chave: consumidor; informação; transgênicos.

ATIVISMO JUDICIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS: O ACESSO À EDUCAÇÃO BÁSICA DE QUALIDADE COMO DIREITO AO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Bruna Mizuki
Aluna regular do Programa de Mestrado em Direito e Políticas Públicas do Centro Universitário de Brasília - UniCEUB
brunamizuki@yahoo.com.br.

No atual contexto de mudanças, o Poder Judiciário revela-se apto a recuperar o cidadão, efetivar seus direitos e conferir garantias, acentuando o seu papel ativo em uma sociedade que se pretende democrática. Vindo de um período anterior, resultado da estrutura social e política do país, em que o Poder Judiciário tinha como função tradicional solucionar e dirimir os conflitos oriundos das divergências de interesses, rapidamente passou ao centro dos impasses institucionais entre os poderes Legislativo e Executivo. O campo de atuação do Judiciário foi alargado, principalmente após a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, para dirimir questões que envolvem complexas relações políticas. Tudo isso se relaciona, em primeiro momento, com a questão do acesso à Justiça, considerada como medida de política social, de modo a tornar a efetivação dos direitos acessível a todos. A mudança de atitudes é reflexo da nova concepção do papel do juiz na sociedade moderna. A esse propósito é que se fala em ampliação dos poderes de interpretação da lei, em suplência do legislativo pelo judicial, em "juiz legislador" e em "juiz administrador", realçando as novas funções do juiz que decide menos e que medeia e concilia cada vez mais. Embora estejam latentes as reclamações do Poder Legislativo quanto ao que chama de intromissão do Judiciário em sua seara, percebe-se que o ativismo do Judiciário encontra mais força no papel da busca de soluções para a sociedade, sempre calcado na base constitucional. Por isso, diante dos novos parâmetros constitucionais e legais sobre o ensino fundamental, o Judiciário tornou-se responsável não só pelas consequências, mas também em realizar a educação. Como justificativa teórica e relevância do tema, contextualizamos o momento após a Segunda Guerra Mundial, quando as ideias jusnaturalistas voltaram a ter destaque. A descoberta de princípios supraconstitucionais passa a ser trabalho dos juízes, que, ao interpretar o texto constitucional, devem desenvolver o conteúdo da norma no caso concreto. O Judiciário recebe, então, a tarefa de proteger as minorias e passa a ter um papel importante na criação do direito, quando surgem dúvidas relativas à legitimidade desse ativismo. Assim, o objetivo deste trabalho é desenvolver argumentos e demonstrar a implicação que a nova atitude do Poder Judiciário, ao interpretar o direito, tem provocado na sociedade e nos Poderes constituídos, com relação à questão da concretização dos direitos sociais, especialmente o direito à educação básica de qualidade, como um direito ao desenvolvimento. As hipóteses pretendem identificar se o Judiciário pode fazer justiça social, "criando" políticas públicas por meio de uma análise consequencialista e pragmática, sob pena do não desenvolvimento. Além disso, pretende-se fazer um estudo de caso, apresentando dados com base em uma pesquisa jurisprudencial de 2006 até 2012, no STF.

Palavras-chave: ativismo judicial; princípio da separação dos poderes; política pública educacional.

OS DIREITOS FUNDAMENTAIS COMO PARADIGMA AXIOLÓGICO PARA A ATUAÇÃO DO ESTADO POR MEIO DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Bruno Degrazia Mohn
UniCEUB – Mestrado em Políticas Públicas
brunodegrazia@hotmail.com

A institucionalização de direitos e garantias fundamentais sem a preocupação com as consequências caracterizou o século XX, fazendo do estudo crítico destes direitos a tônica do estudo de todo o sistema jurídico positivo neste alvorecer do século XXI. As conclusões alcançadas na participação em grupos de estudos de Direito Constitucional e de Direito Econômico reforçam a importância do estudo da hermenêutica para a análise dos direitos fundamentais. Nestes grupos, a consequência comum a que se chegou foi a atuação ineficaz do Estado em razão do excesso de discricionariedade do agente político, pela ausência de um baldrame e de um vetor determinante para sustentar e orientar suas ações, respectivamente. Em uma análise da recente jurisprudência nacional e comparada, verifica-se a utilização crescente dos direitos fundamentais como vetor interpretativo dos textos normativos no contexto de "publicização do direito privado", na perspectiva do controverso movimento chamado "neoconstitucionalismo". Nota-se em textos doutrinários na literatura jurídica estrangeira a defesa de uma posição contrária à própria existência de direitos fundamentais. Por outro lado, destaca-se a posição de que a antiga distinção entre direitos a prestações negativas e positivas não mais existe. Mediante o reconhecimento da existência de direitos fundamentais estudados sob nova perspectiva, verifica-se a necessidade de interpretar e condicionar a existência de serviços prestados pelo Estado a estes direitos, a fim de consagrar a fruição do mínimo existencial e restringir a aplicação da reserva do possível com escusa para o não cumprimento dos deveres constitucionais pelo Estado.

Palavras-chave: políticas públicas; serviços públicos; fundamentos para atuação do Estado.

OS LIMITES DO DIREITO À SAÚDE AOS OLHOS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Camilla Japiassu Dores
Mestranda em Políticas Públicas pelo UniCEUB
camyjapiassu@yahoo.com.br

Em um contexto de recursos escassos, com o aumento da expectativa de vida e o aumento das doenças, é difícil saber qual é o mínimo de saúde que deve ser assegurado à coletividade. Não se pode oferecer a todos a assistência médica a que os mais ricos têm acesso. Portanto, como decidir qual é o nível de assistência médica, exigido pela justiça aos mais pobres? A questão é: quanta inclusão é possível, ou, ao contrario, quanta exclusão se admite no Estado Democrático de Direito? Dworkin faz um contraponto entre dois princípios que poderiam responder a esse questionamento. O primeiro, o princípio do resgate, assegura que se gaste tudo com a saúde de todos e de cada um dos indivíduos da sociedade até que não seja mais possível pagar nenhuma melhora de saúde ou na expectativa de vida. Ao concluir que a aplicação desse princípio é inaceitável, sugere a adoção do princípio do seguro prudente, que admite certos limites na cobertura universal, não como transigências da justiça, mas como exigidos por ela. O seguro prudente equilibra o valor saúde com outros bens e riscos, presume que as pessoas possuem o direito de escolha quanto ao montante a ser gasto na saúde para que possam proteger-se contra outros riscos, igualmente perigosos e nefastos à vida. Nesse contexto, fez-se uma pesquisa no *site* do STF, com a finalidade de realizar uma análise das decisões judiciais acerca dos limites do direito à saúde mediante a Metodologia de Análise de Decisões, em que se busca a organização das informações relativas a decisões proferidas em determinado contexto, a verificação da coerência decisória no contexto previamente determinado e a produção de uma explicação do sentido das decisões por meio da interpretação do processo decisório, da forma das decisões e dos argumentos produzidos. Pretende-se, outrossim, investigar a coerência da fundamentação das decisões judiciais com base na Teoria da Linguagem Moral, adotada por Richard Hare: o prescritivismo universal.

Palavras-chave: direito à saúde; limites; Supremo Tribunal Federal.

A ATUAÇÃO DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA NO PROCESSO DE INTERPRETAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO: CONTRIBUIÇÕES PARA O DEBATE SOBRE A FORÇA NORMATIVA DA CONSTITUIÇÃO

Camilla de Oliveira Cavalcanti
Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Programa de Mestrado em Direito - Direito e Políticas Públicas
ccavalcanti82@gmail.com

A ampliação do círculo de intérpretes da Constituição é um meio para integrar a realidade à Carta Magna, visando assegurar sua durabilidade. O trabalho analisa a atuação da Confederação Nacional da Indústria (CNI) no processo de controle de constitucionalidade, a fim de verificar se os resultados indicam haver contribuição efetiva para a integração da realidade industrial à Constituição. Para isso, faz-se a revisão da literatura sobre o significado e o papel da Constituição. Apresenta-se a discussão sobre ser a Constituição apenas o fruto de conflitos e consensos entre diferentes forças sociais ou ser um documento orientador, capaz de impor valores e tarefas e de manter-se vigente independentemente de alterações na realidade que pretende regular. Enfatiza-se a indissociabilidade entre fatores políticos e jurídicos na composição do texto constitucional. Em seguida, trata-se da democratização do processo de interpretação constitucional, utilizando-se a teoria de Peter Häberle acerca da sociedade aberta dos intérpretes da Constituição. Nesse sentido, caracteriza-se o modelo brasileiro de controle de constitucionalidade, e expõe-se o papel e os objetivos da CNI como organização de representação do setor industrial brasileiro. Na sequência, faz-se o estudo de casos da atuação da CNI no processo de controle de constitucionalidade, analisam-se as Ações Diretas de Inconstitucionalidade ajuizadas pela CNI desde 1988 e seu trâmite no Supremo Tribunal Federal (STF), buscando verificar se o STF avaliou, efetivamente, argumentos apresentados pela organização e em que medida isso contribuiu para a guarda da Constituição.

Palavras-chave: Constituição; interpretação; força normativa.

APLICABILIDADE DOS CONCEITOS DE JUSTIÇA DE RONALD DWORKIN, JOHN RAWLS E JÜRGEN HABERMAS NOS CASOS DE LIBERDADE DE IMPRENSA JULGADOS PELAS CORTES INTERNACIONAIS DE DIREITOS HUMANOS

Carla Patrícia Frade Nogueira Lopes
Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Programa de Doutorado em Direito das Relações Internacionais
carla.ceub@gmail.com.br carla@iad-df.com.br carla.lopes@tjdft.jus.br

A tese desenvolverá a ideia contestável de que os casos de liberdade de imprensa são analisados pelas Cortes Internacionais de Direitos Humanos, sobretudo, a CEDH e a CIDH, tendo como balizas os conceitos de justiça desenvolvidos pelos jusfilósofos contemporâneos Ronald Dworkin, John Rawls e Jürgen Habermas. Assim, serão apresentados os conceitos de justiça como distribuição igualitária, como equidade e como ação comunicativa no nível do discurso. A seguir, aplicam-se os conceitos a casos selecionados no âmbito das Cortes internacionais de direitos humanos, versando sobre liberdade de imprensa.

Palavras-chave: justiça; liberdade de imprensa; cortes internacionais de direitos humanos.

O NOVO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR E AS AGÊNCIAS REGULADORAS: A ATUAÇÃO DA ANATEL JUNTO ÀS OPERADORAS DE TELEFONIA MÓVEL

Carolina Souza Cordeiro
UniCEUB – Mestrado em Direito e Políticas Públicas
carolinascordeiro@yahoo.com.br

A defesa do consumidor é constitucionalmente prevista como direito fundamental e princípio geral da ordem econômica e requer tutela especial por parte do Estado. O Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, previsto nos artigos 105 e 106 do Código de Defesa e Proteção do Consumidor, é responsável pela proteção administrativa do consumidor no Brasil. O Decreto n° 7738, de 2012 reestruturou esse Sistema e criou a Secretaria Nacional de Defesa do Consumidor, autônoma, para regê-lo, que iniciou suas atividades em junho deste ano. Os órgãos públicos federais, estaduais ou municipais e as entidades privadas que atuam na defesa do consumidor também fazem parte desse sistema. As Agências Reguladoras são autarquias criadas para regulamentar e fiscalizar a prestação dos serviços públicos privatizados nas últimas décadas. Elas têm papel ímpar na defesa do consumidor, especialmente em decorrência da autonomia e da força que possuem junto ao Estado e aos fornecedores. Destaque-se, nesse sentido, a recente atuação da ANATEL frente ao descaso das operadoras de telefonia com os consumidores. Com base nisso, alguns defendem que as Agências Reguladoras fazem parte do SNDC. Entretanto, outros discordam, principalmente, por observarem que as Agências não se submetem à SENACON, contrariamente ao que determina o CDC e diferentemente dos demais membros do SNDC. Na prática, a discussão que emerge acerca da pertinência das Agências ao sistema passa a ser secundária. De uma forma ou de outra, atualmente, a atuação das Agências em prol do consumidor tem-se mostrado imprescindível para a efetivação desse direito fundamental. Por isso, o Sistema e as Agências Reguladoras precisam trabalhar conjuntamente, para alcançar o fim último: a defesa do consumidor.

Palavras-chave: Sistema Nacional de Defesa do Consumidor; agências reguladoras; operadoras de telefonia móvel.

O SIMPLES NACIONAL E OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS ENVOLVIDOS

Cláudio Gonçalves Pacheco
Mestrando MINTER UniCEUB/UniEVANGÉLICA

O Estatuto do Simples Nacional, corporificado na Lei Complementar Federal n. 123/2006 e consolidado mediante política pública de minoração e simplificação tributária, trabalhista, previdenciária, creditícia e processual, destinada à microempresa e à empresa de pequeno porte, tem sede e substrato constitucional, pois funda-se no artigo 146, III, "d", parágrafo único, e nos artigos 170, IX e 179, todos do Magno Texto. Seus institutos legais espargem influência por vários ramos do Direito, mormente, no Direito Trabalhista, Empresarial, Administrativo, Econômico, Tributário e Constitucional. Todavia, para os propósitos desta pesquisa, os estudos empreendidos restringir-se-ão às suas repercussões tributário-constitucionais. Antes de sua implantação, o Simples Federal (Lei n. 9.317/1996) tinha a atribuição de materializar tal diretriz constitucional no que toca aos tributos da União e dos estados, como reflexo de sua competência legislativa tributária, visando a resguardar-se, para não verem mutiladas suas plenas autonomias político-administrativo-financeiras. Assim, buscaram instituir programas de simplificação e redução da carga tributária no âmbito do espaço territorial, que, no caso do estado de Goiás, fora substancializado pela Lei Estadual n. 13.270/1998, no que tange ao ICMS. Em que pesem os esforços da União e dos estados, as iniciativas estiveram aquém das expectativas esperadas para assegurar o pleno acesso à livre-concorrência e à livre-iniciativa. Se tais microssistemas tributários dos entes subnacionais deram ensejo a celeumas jurídicas, com o Simples Nacional não poderia ser diferente, pois avança mais na materialização desse desiderato constitucional, vez que feriu princípios caros da ordem constitucional, como o da isonomia tributária, o da não cumulatividade, o da estrita legalidade, o da seletividade e o do pétreo princípio federativo, entre outros levantados nas ações interpostas no Supremo Tribunal Federal. Assim, fez-se análise de como se processa o conhecimento científico em cotejo com o conhecimento jurídico para demarcar o referencial teórico-metodológico e fincar as âncoras conclusivas. Para tanto, o estudo circunscreveu-se em demonstrar a origem constitucional das políticas públicas de fomento às microempresas e às empresas de pequeno porte, evidenciando a sua decorrência dos direitos de segunda dimensão, os quais exigem atitude positiva, prestacional do poder estatal em face da sociedade, além de traçar as principais características do programa do Simples Nacional. Em seguida, fez-se um estudo descritivo das ações interpostas no Supremo Tribunal Federal, tanto em sede de controle difuso como no concentrado de constitucionalidade, registrando as inquietações jurídicas suscitadas. Discutiram-se os princípios constitucionais questionados nas ações interpeladas na Suprema Corte, por haverem sido vulnerados em sua densidade axiológica normativa com a implantação do Supersimples. Por fim, ocupou-se em analisar o desempenho socioeconômico da sistemática de tributação do Supersimples mediante o levantamento da arrecadação dos tributos incluídos nesse regime, do quantitativo de contribuintes optantes desse sistema simplificado e de minoração tributária, antes e depois de sua implantação. Espera-se que este trabalho contribua com outros pesquisadores interessados em fazer novas investigações científicas nesta temática.

Palavras-chave: Simples Nacional; princípios constitucionais; arrecadação; optantes.

A LEI DA FICHA LIMPA E A JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL: UM ESTUDO ACERCA DOS JULGAMENTOS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL QUE APRECIARAM A VALIDADE JURÍDICA DA LEI COMPLEMENTAR N. 135, DE 04/06/2010, NOS AUTOS DOS RECURSOS EXTRAORDINÁRIOS N. 630.147, N. 631.102 E N. 633.703, DA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE N. 4.578 E DAS AÇÕES DECLARATÓRIAS DE CONSTITUCIONALIDADE N. 29 E N. 30

Cláudio Roberto Santos Kobayashi
Mestrando MINTER em Direito UniCEUB/UniEvangélica
ckobayashi@uol.com.br

A presente dissertação tem como objeto de estudo os julgamentos realizados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) que apreciaram a validade jurídico-constitucional da Lei Complementar n. 135, de 4.6.2010, também conhecida como "Lei da Ficha Limpa". Os julgados são criticados à luz de alguns autores das teorias juspositivista e jusmoralista. O estudo aponta para construções de votos no Supremo Tribunal Federal, observando-se os preceitos normativistas da corrente positivista, ou seja, tendem a efetuar um raciocínio lógico-dedutivo, para solucionar as divergências. Não obstante, os fundamentos apresentam características inerentes ao posicionamento moralista, porque, invariavelmente, apela-se aos elementos de justiça e moral como resultados esperados no campo jurídico. Desta maneira, os ministros atestam a validade jurídico-constitucional à luz das duas teorias, ao aproximar soluções juspositivistas e jusmoralistas. As questões subjetivas, impostas pelos fundamentos moralistas, são resolvidas pela aderência angariada por meio dos votos proferidos nos julgamentos. Considera-se, para efeitos futuros de aprofundamento teórico, a análise conjunta das teorias com a finalidade de alcançar melhores resultados a título de aceitabilidade, coerência e pacificação do meio social por meio dos instrumentos jurídicos vigentes.

Palavras-chave: direito constitucional; lei da ficha limpa; STF; juspositivismo; jusmoralismo.

A CATEGORIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DAS TELECOMUNICAÇÕES NO DIREITO BRASILEIRO: CONSTRUINDO UMA PONTE ENTRE O REGIME PÚBLICO E O PRIVADO

Cristiana Camarate Silveira Martins Leão Quinalia
Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Mestrado de Direito e Políticas Públicas
cris_leao@yahoo.com

Esta dissertação tem por objetivo analisar semelhanças e diferenças dos regimes público e privado à luz da Lei Geral de Telecomunicações, dos conceitos de universalização e massificação e da realidade de mercado e políticas públicas. Note-se que, com o fim de estimular a competição e o acesso, a legislação infraconstitucional estabeleceu dois regimes para a prestação dos serviços de telecomunicações: o público e o privado. Nos dois casos, a regulação incide, contudo, além da outorga ser distinta, respectivamente, concessão ou permissão e autorização no regime público, a lei impõe o dever de continuidade e universalização. Nesse contexto, o conceito de serviço público passou a ser repensado. No Direito Administrativo pátrio, a doutrina é unívoca, ao classificar os serviços de telecomunicações prestados em regime público como de natureza pública. Ainda que não seja consenso, não há dúvida de que os serviços de telecomunicações de competência da União, prestados por meio de concessão ou permissão com o dever de continuidade e universalização, enquadrem-se como serviços públicos. Por outro lado, a mesma certeza já não se verifica, ao tratar-se do regime privado, que, apesar de pouco estudado, gera controvérsias sobre ser ou não um serviço público. Para fins do presente trabalho, essa discussão doutrinária deve ser enfrentada com mais detalhes, sendo estabelecidas pontes e correlações entre os dois mencionados regimes. Mediante as conclusões deste estudo, acredita-se que a definição de massificação também é afetada e, assim, poderá apropriar-se do principio de universalização ou equivaler-se a ele.

Palavras-chave: telecomunicações; regime público; regime privado; serviços públicos.

OS CONTRATOS CIVIS NA MOLDURA DO ESTADO INTERVENCIONISTA: A INVOCAÇÃO DO PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA PELA JURISPRUDÊNCIA COMO JUSTIFICATIVA

Christianne Dias Ferreira
Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais (FAJS)
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
christiannedferreira@gmail.com

A pesquisa visa compreender a repercussão, a médio e longo prazo, da política intervencionista adotada pelo Estado brasileiro para os contratos civis, mormente os celebrados a partir da vigência do Código Civil de 2002. Para tanto, é preciso explorar a incidência dos eventos históricos e de fatores sociais na construção de determinado modelo estatal e averiguar a força normativa da Constituição Federal de 1988, para lidar com os conflitos de uma sociedade contemporânea que exige nova forma de comunicação com o Poder. Para alcançar a igualdade, o sistema tende a limitar a liberade, fazendo que o elemento social fique representado pela confiança depositada no Estado, que redescobre o papel da lei, a qual deixa de ser meramente interpretativa ou supletiva, para ser cogente. Ao lado da autolimitação legislativa, a prerrogativa do Judiciário de intervir na vida privada, ao enquadrar casos concretos às hipóteses principiológicas eleitas pelo sistema em determinado tempo, enseja questionamentos, especialmente, se o desequilíbiro entre as partes é elemento suficiente para promover a subordinação da eficácia dos acordos à observância de determinados padrões, os quais revelam pertencer a conceitos subjetivos. Analisar se devem existir limites para a intervenção do Estado nas relações privadas pressupõe desvendar a verdadeira função a ser exercida pelos contratos perante a ciência jurídica, sob pena de passar a atender tão-somente a objetivos imperialistas morais, comerciais e econômicos. Ponderar acerca do real intuito do legislador originário, consubstanciado na Constituição Federal de 1988, permite averiguar se o rumo que os Poderes Legislativo e Judiciário, por meio do Código Civil de 2002 e da jurisprudência sedimentada a partir de então, respectivamente, vai ao encontro da essência do instituto implementado no Brasil ou se, ao contrário, revela uma releitura ou um desvirtuamento do instituto jurídico, marcada pela mutação de interesses.

Palavras-chave: intervenção do Estado; função social dos contratos; princípio da dignidade da pessoa humana.

AGÊNCIAS REGULADORAS E FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: REFLEXÃO SOBRE A UNIVERSLIZAÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES POR MEIO DO FUST

Daniel Martins D'Albuquerque
Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
danieldalbuquerque@uol.com.br

A década de 90 marcou, no Brasil, inflexão na forma de intervenção do Estado na economia, em especial, com a instituição das agências reguladoras, dotadas de maior autonomia em relação ao Poder Executivo central. Após quase 20 anos, é preciso compreender que papel desempenham essas agências na formulação e na implementação das políticas públicas dos setores a que estão vinculadas. Com esse objetivo, o olhar é lançado sobre as políticas que envolvem a universalização dos serviços públicos de energia e de telecomunicações. Não é forçoso admitir que as políticas públicas no contexto de Estado regulador dependem da mediação das agências de tal maneira que é falacioso e reducionista afirmar que as agências reguladoras não participam da formulação das políticas públicas, mas, ao contrário, tão somente as implementam. Além da ponderação e do redimensionamento no tempo dos objetivos contidos numa política governamental, lacunas jurídicas e indeterminações simbólico-linguísticas conferem às agências reguladoras papel e influência preponderantes no processo de formulação das políticas públicas. Discutindo a regulação e as políticas públicas, dialoga-se com a ideia de ser reducionista afirmar que as agências reguladoras desempenham atividades técnicas e burocráticas, visando à implementação do que a política fixou. Em vista desse argumento, aprimorar a participação e o controle social é vital para a legitimação desses entes na vida política nacional, consagrando-os como esferas de discussão qualificada, legítima e acessível, com poder e influência para formular as políticas públicas. A universalização das telecomunicações aponta que a ANATEL participa, também, da formulação da política, constituindo-se, ademais, um espaço público de encontro dos interesses contrapostos. Além disso, revela que, após tentativas de levar a cabo, por meio do Fust, uma política de expansão de redes digitais de informação, em especial para as escolas públicas, existe um movimento que termina por esvaziar o espaço público materializado na atuação da ANATEL, alterando os contornos do modelo de governança do próprio setor para a consecução das políticas públicas.

Palavras-chave: agências reguladoras; políticas públicas; universalização.

EFETIVIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO ESCRAVO

Daniel de Matos Sampaio Chagas
Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
daniel.1975@uol.com.br

O trabalho apresenta uma reflexão crítica sobre a conexão entre as políticas públicas de erradicação do trabalho escravo e o exercício do poder político, buscando discutir se existem aspectos que asseguram real autonomia do Estado brasileiro no tratamento do problema, isto é, se é ou tem sido possível tomar decisões e executar ações sem que, institucionalmente, haja comprometimento nos planos da coesão interna ou externa da capacidade do Estado de apresentar-se como o ator protagonista desse processo. O trabalho escravo é um problema cuja persistência contrasta com o Estado democrático de direito e representa gravíssima violação dos direitos humanos sem que deixe de ser, também, uma afronta aos direitos individuais e sociais do trabalhador. Não obstante, ainda há certa dificuldade no estabelecimento do seu conceito que pode ser atribuída tanto à variedade de termos e locuções que, no ordenamento jurídico, descrevem as situações passíveis de ser classificadas como trabalho escravo quanto, também, ao fato de que o conceito é, até certo ponto, cambiante e apresenta nuanças de enquadramento práticas, além das resistências tradicionais de natureza política, com forte viés liberal e defensoras de interesses econômicos setorizados. Isso não afasta, de outro lado, o fato de que existe relativo consenso sobre as situações corriqueiras que caracterizam o trabalho escravo, o que não tem sido, em face dos pronunciamentos do Poder Judiciário, um óbice que possa ser considerado como capaz de atravancar, factualmente, as políticas públicas, as quais o Brasil estrutura mediante um plano nacional para a erradicação, que contém dezenas de ações a cargo de vários atores sociais, governamentais e não governamentais. O trabalho busca descrever e analisar essas ações, mais enfaticamente, as de fiscalização empreendidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego, que representam o eixo central das políticas públicas. Nesse sentido, destaca os principais aspectos, oferecendo dados que permitem identificar quais suas principais virtudes e os seus principais problemas. Entre os últimos, merece destaque o aspecto da avaliação das ações, carente não apenas de indicadores, mas também de uma metodologia mais segura que permita à avaliação cumprir o seu papel de retroalimentar as políticas públicas, contribuindo para sua melhoria e facilitando a tomada de decisão.

Palavras-chave: trabalho escravo; políticas públicas; efetividade.

A INSTRUMENTALIZAÇÃO DA PSICOLOGIA E SUA ATUAL REAPROXIMAÇÃO COM AS CIÊNCIAS SOCIAIS

Daniel Portela de Deus Albano
Centro Universitário de Brasília – UniCEUB – FACES
Programa de Mestrado em Psicologia e Saúde
portela@live.com

Antes de tornar-se uma ciência experimental, a Psicologia era considerada parte da filosofia. Com o advento das análises comportamentais e experimentais, tanto do Behaviorismo quanto da Psicologia Experimental, a visão positivista de ciência apoderou-se da Psicologia e afastou-as das ciências sociais, criando novas teorias de ontologia do ser humano. Discípulos de Wundt que foram para os Estados Unidos começaram a estudar indivíduos por meio de teorias *a priori* e, após as Guerras Mundiais, a testagem psicológica tornou-se uma prática que respondia aos comportamentos e a outras características avaliadas dos sujeitos. Estes testes, no entanto, eram formas de classificação e normatização e não traziam consigo a carga histórico-cultural do sujeito nem sua subjetividade. Enquanto isso ocorria no Ocidente, na antiga União Soviética, nascia a Neuropsicologia, porém estudos de meados do século XX já sugeriam que a cultura e a história de vida influenciavam a resposta do sujeito a determinado instrumento de avaliação. Entretanto, a visão global da ontologia do sujeito foi deixada de lado no Ocidente, e a perspectiva mecanicista apoderou-se das práticas psicológicas. Alguns autores afirmam que a Psicologia se aproveitou de um momento histórico, para determinar normatizações e legitimar o que alguns governos exerciam perante a sociedade. É preciso novo grupo espécie de psicólogos que combine o temperamento científico com a sensibilidade humanista, as criações de sistemas de inteligibilidade e a visão sistêmica do sujeito. A Psicologia não pode ser uma ciência apenas do comportamento, mas deve permear tanto as ciências sociais quanto as consideradas "duras".

Palavras-chave: psicologia; ciências sociais; testes psicológicos; positivismo.

SIGILO E DIREITO A INFORMAÇÃO: A NOVA LEI DE ACESSO A INFORMAÇÃO E A ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA POLICIAL

Disney Rosseti
UniCEUB – Mestrado em Direito e Políticas Públicas
disneyrosseti@hotmail.com

A recente Lei de Acesso a Informação foi editada com o escopo de concretizar direito fundamental previsto em mandamento constitucional, qual seja, a liberdade de expressão. O direito a informação é essencial para a consolidação da democracia, pois visa permitir efetiva participação do cidadão nos programas de governo e no controle dos atos, conferindo maior legitimidade estatal. Tudo isso somente pode ser efetivado se o cidadão tiver acesso às informações governamentais. Por outro lado, existem atividades típicas de Estado que têm como elemento fundamental para sua execução o sigilo, como é o caso da atividade de inteligência de Estado e da inteligência policial. Entendida como a ação de coleta, busca, análise e difusão da informação para fins de assessoramento superior, a atividade de inteligência tem por objeto temas inerentes á existência e à manutenção do Estado, como relações internacionais, defesa externa e interna e soberania. Em termos de defesa interna, estão compreendidas as questões de segurança pública, objeto da atuação da polícia e de seu ramo de inteligência, denominado Subsistema de Inteligência de Segurança Pública. A nova Lei de Acesso a Informação apresenta restrições ao acesso amplo e irrestrito as informações, entre eles, o risco de comprometimento da atividade de inteligência, o que se aplica, também, à atividade de inteligência policial. A par dessa restrição, existem questões tratadas pela inteligência policial que se inserem em seu ramo tático-operacional, cujo objetivo é a formação da prova criminal, quando, então, aplicam-se as regras de sigilo de natureza processual penal, afastando-se a Lei de Acesso a Informação. A exata compatibilização do sigilo imanente à atividade de inteligência de Estado e policial e o direito fundamental de acesso à informação constituem o objeto desta pesquisa.

Palavras-chave: direito a informação; sigilo da inteligência policial; compatibilidade.

A ATUAÇÃO PRIVADA NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NACIONAL

Edilson Enedino das Chagas
UniCEUB, Direito, Mestrado em Direito e Políticas Públicas
edilson.chagas@tjdft.jus.br

O tema proposto busca identificar e descrever as condutas do setor privado da economia, capazes de contribuir para o desenvolvimento econômico nacional e, mediante a análise disso, conferir se o desejo do legislador constitucional de promover o desenvolvimento nacional de forma equilibrada foi ou pode ser efetivamente alcançado com a atuação desse setor. Trata-se de identificar a efetividade possível do artigo 174, da Constituição Federal, que estabelece dever o Estado atuar como agente normativo e regulador da atividade econômica e exercer as funções de fiscalizar, incentivar e planejar a referida atividade. A pesquisa visa delimitar e caracterizar as políticas públicas de incentivo e planejamento estatais na promoção do estímulo à atuação de empresas privadas, no Brasil. A análise mostra-se necessária, porque o desempenho do planejamento da atividade econômica, atribuída constitucionalmente ao Estado, é determinante para o setor público e indicativo para o setor privado e deve promover o desenvolvimento nacional equilibrado. Assim, as determinações constitucionais estão a exigir uma atuação do Estado voltada à regulamentação das diretrizes do desenvolvimento econômico do país, ao estabelecer que o Estado seja o agente normativo e regulador da atividade econômica. Ao determinar isso, vê-se que o desenvolvimento econômico do país estará vinculado aos vetores normativos estabelecidos pelo Estado e por suas políticas públicas. Na segunda parte do estudo, serão diagnosticados os atuais instrumentos de atuação do setor privado na economia, identificando-se as formas como os empreendedores privados podem aplicar seus investimentos no mercado brasileiro, a liberdade de atuação, as responsabilidades assumidas e a ponderação sobre o custo e o benefício do exercício da atividade econômica no Brasil. Destarte, o quadro estudado permitirá aferir como o país tem dado efetividade ao exercício da livre iniciativa, fundamento constitucional e princípio da sua ordem econômica, comportamento indispensável ao desenvolvimento brasileiro. A terceira parte da pesquisa avaliará se os modelos atuais da atuação privada contribuem para o desenvolvimento nacional. Para isso, serão desenvolvidas quatro etapas fundamentais: identificação do papel que as empresas privadas têm desempenhado no sentido de colaborar com o desenvolvimento equilibrado do Brasil levantamento e aferição de quais políticas públicas destinadas às empresas privadas o Estado tem promovido no sentido de dar efetividade ao comando constitucional do desenvolvimento econômico levantamento da atuação e das consequências da utilização das parcerias público-privadas na busca do desenvolvimento nacional correlação entre a atuação das empresas privadas e parcerias público-privadas e o desenvolvimento já experimentado no período posterior à implantação delas. No grupo de pesquisa de *Regulação econômica e análise econômica do Direito*, o tema apresentou o debate sobre a repartição do risco da atividade econômica com a coletividade como contrapartida ao compromisso da iniciativa privada com o desenvolvimento regional equilibrado.

Palavras-chave: iniciativa privada; desenvolvimento nacional equilibrado; necessidade.

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DECORRENTES DAS CONDENAÇÕES DO ESTADO BRASILEIRO PERANTE A CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS: O CASO GOMES LUND E OUTROS – GUERRILHA DO ARAGUAIA

Eneida Orbage de Britto Taquary
Centro Universitário de Brasília
Faculdade de Direito
Curso de Direito
eneidataquary@yahoo.com.br
Bolsista

O objeto do artigo é analisar as consequências da ratificação do tratado que criou a Corte Interamericana de Direitos Humanos pelo Estado brasileiro em face da soberania estatal e do princípio *Pacta Sunt Servanda,* verificando a decisão contida no Caso que recebeu o nº 11.552, denominado *Gomes Lund e otros vs. Brasil,* datado em 18 de julho de 2009, e que determinou a condenação do Estado brasileiro por crime contra a humanidade. A decisão determina a investigação dos crimes e a punição de seus autores, contrariando o previsto na Lei de Anistia nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, que anistiou os crimes ocorridos na denominada Guerrilha do Araguaia, extinguindo a punibilidade dos autores e que foi considerada pelo Supremo Tribunal Federal como constitucional. A aprovação do relatório da Comissão da Verdade no Congresso Nacional traz à tona a discussão da imprescritibilidade dos crimes contra a humanidade e a necessidade de cumprimento da decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos como ato de soberania estatal. Para tanto, será adotado o método dialético e o método histórico, além da análise da jurisprudência, ao examinar-se a doutrina existente sobre o pacto referenciado e as discussões em torno da sentença condenatória da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Palavras-chave: Corte Interamericana de Direitos Humanos; crime contra a humanidade; Guerrilha do Araguaia.

A ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS: UM ESTUDO ACERCA DA DEFESA JUDICIAL DA UNIÃO, NO MARCO CONSTITUCIONAL DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Filipo Bruno Silva Amorim

Esta pesquisa tem por escopo analisar o envolvimento da Advocacia-Geral da União - AGU, função essencial à justiça, prevista no artigo 131 do texto da Constituição Federal, no desenvolvimento e na viabilização das políticas públicas do Estado brasileiro. Tal estudo admite que grande parte das políticas públicas é desenvolvida e efetivada pelos governos dos Estados nacionais, em conjunto com os demais atores sociais. No caso do Brasil, o Poder Executivo Federal, representado, em última instância, pelo Presidente da República, detém, concomitantemente, as competências de Chefia de Estado e de Chefia de Governo. Nesse contexto, como a Advocacia-Geral da União tem por função basilar representar a União judicial e extrajudicialmente e exercer as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo, sua atuação estaria diretamente ligada à viabilização das políticas públicas. A clássica teoria da tripartição dos Poderes – na qual o poder freia o próprio poder e que, em função disto, a engrenagem estatal só gira, em havendo uma harmonia de entendimentos na busca do interesse público – adotada pelo texto constitucional pátrio em seu artigo 2º, sinaliza que os poderes tendem a paralisar-se mutuamente. Quando tal engrenagem se vê prestes a parar, ou a mover-se de forma desarmônica, o Poder Judiciário é chamado a mediar e a "aparar as arestas" dos interesses postos em conflito. Este ambiente social de constantes lutas e conflitos de interesse, ainda que singelamente exposto, é o caminhar natural do Estado em um ambiente democrático e plural. Antes da promulgação da nossa Lei Fundamental, e ainda sob a vigência da Carta de 1967, alterada pela EC n. 1/69, era o Ministério Público Federal que exercia, cumulativamente, as atribuições de *custos leis* e da defesa judicial da Fazenda Pública no âmbito federal. O mesmo ente que, em determinado momento, poderia demandar judicialmente contra o Estado, em outro, defendia-o. Essa foi a realidade que perdurou até o advento da Constituição de 1988, quando surge a Advocacia-Geral da União – AGU, concebida com a Constituição de 1988, mas nascida sob a égide da Lei Complementar n. 73, de 10 de fevereiro de 1993. Destarte, a problematização que se propõe investigar apoia-se sobre dois pressupostos: a necessidade de implementação de políticas públicas de Estado com total observância aos ditames da mais estrita legalidade em um ambiente democrático, plural e contestador o papel da Advocacia-Geral da União, função essencial à justiça como auxiliar na viabilização dos interesses coletivos veiculados nas políticas públicas pensadas e pretendidas pela União, como é exemplo recente o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC do Governo Federal, cujos projetos em sua ampla maioria, a despeito de inúmeros questionamentos judiciais, permanecem em andamento.

Palavras-chave: função essencial à justiça; políticas públicas; ambiente democrático e plural.

A CRIMINALIZAÇÃO DO IMIGRANTE: A PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DOS IMIGRANTES NO PARADIGMA DA JUSTIÇA ATUARIAL

Gabriel Haddad Teixeira
Mestrando em Direito das Relações Internacionais
Centro Universitário de Brasília

O trabalho trata da questão da criminalização do imigrante decorrente da noção segundo a qual há uma relação direta entre imigração e criminalidade. Esse pensamento, divulgado no senso comum, é objeto de vários estudos que buscam fundamentar a relação entre imigração e criminalidade, mediante os variados marcos teóricos, todavia, apesar dos esforços já dispensados, não se pode falar, até o momento, em aumento da criminalidade, em função do aumento do fluxo (e)migratório. Assim, mesmo com o discurso em defesa da dignidade da pessoa humana e da proteção dos Direitos Humanos, presente, sobretudo, no Direito Internacional, verifica-se que políticas imigratórias são estabelecidas, tendo como base um contexto em que o imigrante é um elemento de risco. Neste sentido, explora-se a influência das teorias de justiça atuarial no estabelecimento das políticas imigratórias, e questiona-se a utilização do risco e o abandono da noção de culpabilidade na persecução dos crimes e no estabelecimento de determinadas políticas públicas. Em busca de maior efetividade com o menor dispêndio dos ativos e com base no conhecimento comum a respeito da relação entre imigração e criminalidade, cria-se um contexto de gerenciamento do grupo de imigrantes considerados de risco, perigosos. Desta forma, gera-se um estigma para o imigrante de tal maneira que sua identidade incorpora essa condição de criminoso ademais, é preciso considerar as demais condições e circunstâncias relacionadas ao fluxo imigratório. Isso já pode ser observado em vários contextos, como Estados Unidos da América e Europa, e pode ser intensificado com a presente crise econômica. Por esse motivo, é preciso delimitar, no tempo e no espaço, a extensão da pesquisa em andamento.

Palavras-chave: imigrante; criminalidade; dignidade da pessoa humana.

A COMPENSAÇÃO NA PROTEÇÃO JURÍDICA AMBIENTAL TRANSNACIONAL: COMPLEMENTARIDADE DE INSTRUMENTOS JURÍDICOS E ECONÔMICOS

Gabriela Garcia Batista Lima
Centro Universitário de Brasília, Brasil
Cotutela com Université Aix-Marseille III, França
Doutoranda em Direito
gblima@gmail.com

A compensação na proteção jurídica ambiental enquadra diferentes instrumentos jurídicos e econômicos, como indenização, normas de compensação em estudos de impactos ambientais, mercados de compensação e pagamentos por serviços ambientais. São instrumentos distintos entre si e que refletem em diferentes esferas jurídicas, mas apresentam uma base em comum: a aplicação da lógica da compensação, para tratar do desenvolvimento sustentável por meio de normas jurídicas. São formas presentes no direito internacional e no direito nacional de países, como os Estados Unidos, a China, o Brasil, os da Comunidade Europeia e a Austrália, que apontam diferentes caminhos para seu uso. É possível diferenciar tais instrumentos em, pelo menos, dois grupos distintos, porém complementares: a compensação por instrumentos jurídicos ambientais tradicionais, indenização e regulamentação, e instrumentos jurídicos ambientais emergentes que apontam a inserção de instrumentos econômicos nas normas jurídicas ambientais, mercados de compensação e pagamentos por serviços ambientais. O presente estudo visa à análise da eficácia jurídica do uso da compensação da proteção jurídica ambiental pela hipótese da complementaridade entre instrumentos jurídicos tradicionais e emergentes. Trata-se de um estudo do uso da compensação na norma jurídica ambiental, considerando o contexto jurídico como o de um pluralismo, em que o direito se constrói, reage e responde aos efeitos de pluralidade da globalização, de atores e de questões a ser tratadas. A análise tem o apoio de estudos de caso no Brasil e na China e diferentes exemplos de compensação presentes no contexto brasileiro, chinês, das comunidades europeias e dos Estados Unidos. Ao mesmo tempo, o estudo aponta mudanças no contexto jurídico necessárias à construção dessa eficácia: a afirmação de um pluralismo jurídico para o modo de olhar o direito, a consideração do conceito de corregulação e de uma interação sistêmica entre o direito e outros sistemas sociais, para tratar das fontes jurídicas, da participação pública e privada na norma jurídica ambiental e da interação entre questões jurídicas ambientais e econômicas na inserção da compensação na proteção jurídica ambiental. São conceitos necessários à eficácia jurídica da compensação como instrumentos de desenvolvimento sustentável, uma vez que espelham os limites do uso da lógica econômica na proteção ambiental, na coordenação de objetivos ecológicos e econômicos de normas de desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: compensação; desenvolvimento sustentável; direito transnacional.

OS DOMÍNIOS RECALCITRANTES DO DIREITO INTERNACIONAL

Geilza Fátima Cavalcanti Diniz
UniCEUB – Doutorado de Direito
geilzadiniz@gmail.com

Mediante o aprofundamento teórico e o estudo de casos julgados pela Corte Europeia de Direitos Humanos, pretende-se comprovar a hipótese central de que a religião, como subespécie da moral religiosa, constitui um domínio recalcitrante do direito internacional, fazendo que os processos de interação não funcionem, especialmente, no que tange às normas jurídico-penais incriminadoras. Esses temas ficam mais latentes quando se envolve a questão do início e do fim da vida e as sexuais, tais como, aborto do feto anencéfalo, eutanásia e transexualismo. A margem nacional de apreciação, mecanismo criado pela União Europeia para respeitar as diversidades morais e religiosas, não resiste a um exame mais crítico, feito mediante o estudo de casos julgados pela Corte Europeia de Direitos Humanos, pois foi pensada para "superar" as diversidades morais e religiosas e não para, efetivamente, respeitá-las. A falta de sistematização na aplicação desse mecanismo, a aplicação casuística, demonstra que se tem pretendido deixar assuntos afetos aos domínios recalcitrantes alheios ao discurso jurídico quando o caminho do direito internacional deveria ser exatamente o oposto. Após o atentado terrorista de 11 de setembro de 2001 em uma das maiores potências mundiais, os Estados Unidos da América, o direito internacional voltou, novamente, a preocupar-se, de modo mais intenso e menos obscuro, com o papel da religião e da moral nas relações internacionais. Verificou-se que, se a tendência do direito internacional fosse promover a internacionalização do direito por intermédio de identificação de princípios comuns, olvidava-se que as diferenças conduziriam a impasses insolúveis. A modernidade, o discurso racional, a flexibilização da soberania e a crescente globalização fizeram que a religião fosse um tema quase proibido, alijado, deixado às margens do argumento jurídico racional, tendo isso, também, ocorrido com a moral, embora de forma mais tênue. A presente tese, portanto, visa trazer de volta à discussão da internacionalização do direito as diversidades religiosas e morais, inserindo-as na ação comunicativa do discurso político e jurídico.

Palavras-chave: direito internacional; religião; moral.

UMA CONTRIBUIÇÃO À ANÁLISE DOS CASOS DO ESTADO COMO USUÁRIO DE SERVIÇOS PÚBLICOS: UM ESTUDO DA COMPENSAÇÃO TRIBUTÁRIA

Graciela Renata Ribeiro
Centro Universitário de Brasília- UniCEUB
Mestranda do Programa de Mestrado em Direito e Políticas Públicas
ribeirogrr@yahoo.com.br

Em algumas situações, o Estado pode estar na condição de usuário de serviços públicos prestados diretamente por outro ente estatal ou por concessionário ou permissionário. Assim, uma questão a ser levantada é se existem particularidades nessa prestação de serviços públicos em relação aos demais usuários e se as prerrogativas do Estado devem ser aplicadas. Neste ponto, faz-se relevante analisar os princípios e as regras que norteiam a prestação dos serviços públicos de modo a primar-se por um serviço adequado. Em casos de inadimplência do Estado, analisam-se os desdobramentos no tocante à litigância entre entes governamentais, as implicações da suspensão de um serviço prestado ao Estado, considerando que isto pode comprometer a prestação de outros serviços essenciais por ele prestados, e quais medidas podem ser apontadas para resolução desses casos, como a compensação tributária. Assim, verifica-se a possibilidade de utilização da compensação tributária como uma contribuição ao estudo em que o Estado é usuário de serviços públicos. A hipótese é que a adequada interpretação a ser dada aos princípios e aos dispositivos legais deve ser por meio da adoção de critérios que visem ao interesse coletivo e à sustentabilidade econômica do serviço prestado de modo a decidir os casos concretos.

Palavras-chave: prestação de serviços públicos; Estado como usuário; compensação tributária.

ATIVISMO JUDICIAL E SISTEMA CARCERÁRIO: UMA ANÁLISE DA DISCRICIONARIEDADE DOS JUÍZES NO CONTROLE DE POLÍTICAS PENITENCIÁRIAS

Guilherme Valle Brum
Programa de Mestrado em Direito e Políticas Públicas
Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
gvbrum@gmail.com.

Com a redemocratização do país e a promulgação da Constituição de 1988, o acesso à Justiça ampliou-se de maneira notável. Fala-se muito na expressão "judicialização", mormente quando se discute, em juízo, a implementação de políticas públicas, tema no qual o conflito entre visões sobre as potencialidades dos chamados direitos a prestações materiais atinge sua expressão mais significativa. Diante desse contexto, um aspecto que, recentemente, recebeu a atenção do Poder Judiciário foi a política penitenciária do Estado por, basicamente, duas circunstâncias. A primeira é relacionada com o avanço dos juízes, pós-Constituição de 1988, sobre problemáticas que devem ou deveriam ser resolvidas pela atuação política nos foros próprios, ocorrência que ficou conhecida como "ativismo judicial". A segunda é a chamada *crise carcerária*, consubstanciada, principalmente, na insuficiência do atual número de casas prisionais para a quantidade crescente de detentos, que vivem em condições desumanas. Assim, esta pesquisa pretende examinar o discurso dos tribunais brasileiros apresentado nas demandas que visam a questionar políticas penitenciárias, valendo-se, como suporte teórico, dos conceitos de integridade, de Ronald Dworkin, e de coerência, consequências e consistência, de Neil MacCormick. Mediante os conceitos, o trabalho tenciona verificar se essas ações se revelam aptas a fornecer possíveis soluções à crise carcerária, sendo observadas as substanciais diferenças entre interpretar o direito fundamental à integridade física do preso como um direito de defesa, de modo a protegê-lo contra agressões de agentes do Estado e de outros detentos, e interpretar como um direito a sofisticadas e custosas prestações materiais. A situação tem contornos nacionais, sendo indicativo dessa característica o fato de o Supremo Tribunal Federal ter reconhecido sua repercussão geral nos autos do recurso extraordinário 592.581/RS.

Palavras-chave: ativismo judicial; limites e possibilidades do Poder Judiciário; política pública penitenciária.

POLÍTICA DE SEGURANÇA COMUM PARA A AMÉRICA DO SUL: PERSPECTIVAS A PARTIR DE UMA BASE POLÍTICO-JURÍDICA DO MERCOSUL

Gustavo de Souza Abreu
Mestrado em Direito das Relações Internacionais (ICPD/UniCEUB)

Diversos são os estudos acerca da segurança coletiva na América, notadamente os associados à segurança hemisférica. Menos amplos são os que se referem à América do Sul, especialmente no campo do Direito. Este trabalho científico, que percebe o subcontinente como uma comunidade de segurança em construção sob os efeitos do fenômeno do regionalismo após a Guerra Fria, destaca a necessidade de buscar-se uma política de segurança comum, que oriente procedimentos concertados dos Estados, assumida como instrumento fundamental para o enfrentamento das ameaças comuns. Sua concepção e aplicação estão condicionadas à conformação de um arranjo de segurança regional, resultante da vontade política dos Estados e sob a égide de uma instituição integradora. São premissas que se baseiam em teorias no campo das Relações Internacionais, às quais são adicionadas proposições do autor, inspiradas na União Europeia, que se traduzem em um modelo teórico de análise. Aplicando o modelo concebido para o espaço da América do Sul, conclui-se que a principal razão da ainda não existência de uma política de segurança comum sul-americana é a não conformação de um arranjo de segurança regional em bases consistentes, uma vez que as condicionantes para isso não foram inteiramente alcançadas. Em termos metodológicos, discute-se a importância da política de segurança comum no contexto do regionalismo sul-americano, destacando o corte geopolítico da América do Sul como o âmbito mais adequado para sua aplicação, em detrimento da segurança hemisférica do corte das Américas, sob os auspícios da Organização dos Estados Americanos. Em seguida, analisa-se, mediante o modelo teórico proposto, a conformação de um arranjo de segurança sul-americano, concluindo que algumas condicionantes não são plenamente observadas na região, principalmente quanto à instituição integradora que deve ter suficiente capacidade de articulação nesse campo. *A priori* seria a UNASUL, mas ainda não reúne elementos estruturais que lhe confiram maturidade para tal empreendimento. Delineia-se, assim, um problema, considerando a urgência da questão, para o qual o MERCOSUL é apresentado como possível solução circunstancial, sendo esta a hipótese do trabalho. Nesse sentido, trata-se de demonstrá-la, indicando que o MERCOSUL atende melhor que a UNASUL às condicionantes para a construção de um arranjo de segurança regional, evidentemente em seu âmbito. Para tanto, examina-se a sua capacidade institucional, a disposição política dos Estados Partes e faz-se uma análise comparada dos ordenamentos jurídicos internos. O trabalho conclui pela viabilidade jurídico-institucional do MERCOSUL como instituição madura o suficiente para articular a segurança comum no Cone Sul e, o mais importante, que poderá estender a cultura institucional acumulada a todo o subcontinente, com vistas a alcançar a idealizada política de segurança regional sul-americana, não importando se sob a égide do MERCOSUL ampliado ou da UNASUL amadurecida. As linhas gerais do objeto de estudo foram apresentadas pelo autor em algumas reuniões do Grupo de Pesquisa Direito Empresarial (UniCEUB) e do Programa de Cooperação em Segurança Regional da FES Brasil (Fundação Friedrich Ebert), ambos em Brasília.

Palavras-chave: segurança regional; UNASUL; MERCOSUL.

PODER NORMATIVO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS E CONTROLE JUDICIAL

Gustavo Augusto Freitas de Lima
UniCEUB - Programa de Mestrado em Direito
gustavo.augusto.75@gmail.com

A partir da década de 1990, um modelo de agências reguladoras inspirado no sistema norte-americano foi introduzido no Brasil, por meio de uma reforma estatal. Analisam-se, na presente dissertação de mestrado, as características das agências reguladoras brasileiras, atendo-se, particularmente, ao exame do poder normativo dessas agências e dos seus limites jurídicos. Debate-se a questão mediante reflexão acerca da revolução tecnológica da segunda metade do século XX, do pensamento econômico então vigente, do estudo das teorias da regulação econômica e do exame do direito comparado, especificamente da doutrina norte-americana. Neste trabalho, analisa-se e descreve-se o que seria o poder normativo dessas agências e as suas balizas. Discute-se se é possível que o Poder Legislativo delegue às agências reguladoras o exercício da função legislativa. Conclui-se que as agências reguladoras podem editar atos normativos substantivos, capazes de criar novas obrigações e direitos não descritos diretamente pela legislação emitida pelo Parlamento, superando-se os óbices jurídicos apresentados pelos autores nacionais e norte-americanos. As principais correntes doutrinárias brasileiras sobre o tema foram analisadas e classificadas em três. Neste contexto, aponta-se que os argumentos doutrinários remontam às categorias do pensamento político do século XVIII, que, possivelmente, seriam inadequadas para a solução dos problemas contemporâneos. Também foram analisadas as decisões judiciais sobre a questão, mediante um exame quantitativo e estatístico dos pedidos de suspensão apresentados ao STJ e de um exame qualitativo do conteúdo das decisões judiciais, utilizando-se a metodologia de análise de decisões judiciais proposta por Roberto Freitas Filho. Apresentam-se argumentos morais e pragmáticos, que justificariam a necessidade de manutenção da integridade e da coerência do controle judicial destes atos normativos, particularmente considerando as teorias de Ronald Dworkin e Neil MacCormick. Apreciam-se, também, as dificuldades do Poder Judiciário de efetuar, de forma coerente, o controle judicial dos atos normativos dessas agências. Propõe-se, ao final, uma referência teórica, para auxiliar o exercício do controle judicial desses atos normativos.

Palavras-chave: agências reguladoras; poder normativo; controle judicial.

PROPRIEDADE INTELECTUAL E SOFTWARE LIVRE

Henrique Vieira Pontes
Instituição: Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Faculdade: Faculdade de Ciência Sociais e Jurídicas
Curso: Mestrado em Direito e Políticas Públicas
E-mail: henriquevipo@yahoo.com.br

A pesquisa que se pretende desenvolver versa sobre a adoção do *software* livre pela administração pública. Há, em curso, iniciativas voltadas à adoção do *software* livre. Além da União, que formulou políticas públicas específicas, alguns estados brasileiros adotam medidas, para promover a utilização e a disseminação do *software* livre. É o caso, por exemplo, do Rio Grande do Sul, do Mato Grosso do Sul, de Goiás, de Santa Catarina e do Paraná. Sem contar as organizações privadas que patrocinam a difusão de *software* livre, ações governamentais semelhantes são realizadas mundo afora. No entanto, essa preferência não está a salvo de controvérsias. Para discutir algumas delas, aproveitar-se-á o debate suscitado por ocasião do ajuizamento de ação judicial que contesta a constitucionalidade de lei do Rio Grande do Sul, que prevê a preferência pelo software livre nas aquisições feitas por aquele estado. Mediante os argumentos lançados no caso e tendo por foco a propriedade intelectual, serão feitas considerações a respeito da distinção entre *software* livre e proprietário, diferenciando liberdade, código aberto e *copyleft*. Tratar-se-á da proteção jurídica do *software*, de modo geral, e do *software* livre, em particular. Nessa oportunidade, será feita referência sobre uma questão levantada na ação judicial que envolve aspectos de política econômica e sua relação com a propriedade intelectual. Como se pretende enfatizar, é preciso esclarecer que a diferença entre *software* livre e proprietário reside nos termos do contrato de licença de uso de cada um. Não se trata de produtos diversos, mas de produtos explorados de maneira distinta. Além disso, os valores que, originalmente, nortearam o movimento do *software* livre referem-se mais à liberdade do que à gratuidade. Para estabelecer um debate que possa gerar resultados positivos, não se pode tratar do assunto como uma disputa ideológica.

Palavras-chave: *software* livre; administração pública; propriedade intelectual.

O PAPEL DA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO NA JUDICILAIZÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS – UMA ANÁLISE DO CONTEÚDO DAS DECISÕES DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO A RESPEITO DE DUAS POLÍTICAS PÚBLICAS JUDICIALIZADAS: APROVEITAMENTO HIDRELÉTRICO DE BELO MONTE E LEGISLAÇÃO DE GENÉRICOS

Humberto Fernandes de Moura
Aluno bolsista do Mestrado dm Políticas Públicas do Centro Universitário de Brasília
humbertofernandesdemoura@hotmail.com

O projeto de dissertação de mestrado pretende analisar o conteúdo das decisões proferidas pelo Tribunal Regional Federal da Primeira Região no julgamento de políticas públicas, especialmente as questões judiciais em torno do aproveitamento hidrelétrico de Belo Monte e da legislação que autorizou a produção de medicamentos genéricos. A preocupação teórica do presente projeto está em aferir se a relação de custo e benefício desenhada pela análise econômica do Direito seria determinante para a manutenção pelo Poder Judiciário de certa política pública ou se seria apenas um instrumento de avaliação de políticas públicas. Assim, o presente trabalho situa-se em tema amplo e consistente na verificação do papel do Poder Judiciário no controle das políticas públicas que parte de um paradigma, qual seja, a limitação da atuação do Poder Judiciário na análise de políticas públicas, tendo em conta a discricionariedade administrativa, o déficit democrático do Poder Judiciário, a reserva do possível, a falta de preparo técnico dos membros do Poder Judiciário. Ocorre que esse paradigma se encontra em estado de crise, justamente, porque não é mais capaz de resolver os novos, multifacetados e complexos interesses que são levados ao Poder Judiciário. Assim, mais do que a fundação ou a sugestão de novo paradigma, o presente trabalho pretende clarear o paradigma já estabelecido com vistas a, ao analisar as decisões proferidas, clarear o que se pode entender pela atuação do Poder Judiciário no controle judicial das políticas públicas. No presente caso, a coerência sistêmica das decisões será objeto de exame da análise econômica do direito, que, busca utilizar a verificação de custo e benefício estabelecida pela economia, para determinar a melhor decisão a ser tomada. Dessa forma, exposto minimamente o aspecto fático e processual dos casos acima citados, a ideia é avaliar se a análise de custo e benefício foi determinante no julgamento daqueles casos ou foi apenas um instrumento a mais de avaliação judicial. Com isso, buscar-se-á estabelecer, pelo método da indução, se é possível definir o papel da análise econômica do direito em outras políticas públicas.

Palavras-chave: políticas públicas; aproveitamento hidrelétrico de Belo Monte medicamentos genéricos.

O FINANCIAMENTO DAS PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS

Isamara Seabra
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
seabr@ig.com.br

As parcerias público-privadas (PPP) foram introduzidas no ordenamento jurídico brasileiro em 2004, pela Lei 11.079/04, objetivando suplementar os recursos escassos, aumentar a eficiência governamental na realização de obras e serviços públicos e aproveitar os capitais e a maior experiência do setor privado na condução de projetos de investimentos, sobretudo na infraestrutura. Porém, deve ser destacado que os projetos de PPP demandam, em geral, elevados investimentos, fazendo que seja necessária a obtenção de recursos pelo parceiro privado por meio de financiamentos. O presente trabalho versa sobre a importância dos financiamentos para as PPP e os instrumentos criados pela Lei, para dar maior segurança aos seus financiadores, além de destacar as principais fontes de financiamento às parcerias no Brasil, dando atenção à atuação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Em suas conclusões, o trabalho mostra que, por diversas razões, as parcerias têm encontrado dificuldades na obtenção de financiamentos, sendo de origem interna e externa ao país. As fontes internacionais de recursos para os grandes projetos brasileiros de investimento compreendem o Grupo do Banco Mundial e o BID, agências multilaterais de crédito que têm papel relevante no apoio às PPP. Essas instituições, no entanto, desde a primeira década deste século, em razão da crise econômica mundial, têm concentrado seus esforços e recursos no fornecimento, quase exclusivo, de apoio institucional e técnico para a estruturação de projetos de PPP e não em financiamentos. Por sua vez, as fontes internas de recursos para financiamentos no Brasil, como bancos comerciais, fundos de pensão, fundos de investimento e mercado de capitais, pouco têm contribuído para o financiamento aos projetos de PPP. O preenchimento da lacuna deixada por essas fontes tem sido por meio dos bancos públicos brasileiros, em especial, os federais, sendo o mais importante entre eles, em relação à participação efetiva, o BNDES, que se tem destacado tanto na estruturação quanto no financiamento das PPP, uma colaboração que vai desde a formulação de estudos de viabilidade e a escolha dos indicadores de desempenho até a implantação dos projetos e a contratação do financiamento. A utilização de recursos públicos para viabilizar os investimentos privados nas PPP pode ser interpretada como uma contradição a um dos objetivos do instrumento das parcerias público-privadas: suprir a escassez de recursos públicos para viabilizar obras da infraestrutura e serviços públicos. No entanto, esta observação deve ser analisada com cautela, tendo em conta as características peculiares do mercado financeiro brasileiro e, em particular, as condições pelas quais o financiamento às PPP são concedidos: com cobrança de juros de mercado, exigência de garantias e obrigações contratuais especiais que estipulam metas financeiras a ser cumpridas pelos tomadores de crédito, ou seja, os financiamentos, apesar de realizados por bancos públicos, têm as mesmas bases dos demais financiamentos ao setor privado. Além disso, a responsabilidade pelo pagamento dos financiamentos é privada, ou seja, o endividamento não é público.

Palavras-chave: Estado regulador; parceria público-privada; financiamento.

AS COTAS RACIAIS: UMA ANÁLISE DO JULGAMENTO DA ADPF 186 À LUZ DAS OBRAS DE CHAIM PERELMAN, ALF ROSS E EROS GRAU

Jessé Alves de Almeida
Mestrado Interinstitucional UniCEUB/UniEVANGELICA
Jesse@unievangelica.edu.br

A ADPF 186 apreciou a constitucionalidade do sistema de cotas raciais instituído pela Universidade de Brasília, que consistiu na reserva de vagas para negros e pardos. O Partido Democratas ingressou com a ação, lançando como argumentos a violação do princípio da igualdade insculpido na Constituição Federal e os dispositivos que ostentam veto à discriminação racial, porquanto, no seu entender, o sistema de cotas constitui-se em discriminação de raça. A dissertação trata do tema à luz das lições de Perelman, inicialmente, para quem o direito, em última análise, é o resultado de ampla argumentação promovida no processo, prevalecendo a que convencer o maior número de membros do "auditório". Em segundo lugar, coteja o julgamento e o que contém o voto dos ministros do STF com as lições de Alf Ross, para quem o direito é, de fato, aquilo que diz ser o juiz. Por fim, a obra de Eros Grau, para quem, o ato de interpretar equivale ao de aplicar a norma, e, semelhantemente a Alf Ross, entende que o juiz, ao decidir, cria a norma, no caso, a de decisão, mesmo a despeito de outras possíveis no sistema jurídico. Nos autores analisados, vê-se que o direito tem estrita relação com o fato, que é componente da norma. Assim, propõe-se analisar o julgamento da ADPF 186, dado, exatamente, à diversidade de argumentos a favor e contrários ao sistema de cotas, com lastro constitucional, ao tomar as disposições da Carta Maior sem uma visão sistêmica ou no âmbito de uma visão eminentemente positivista. O trabalho está em desenvolvimento e pretende demonstrar como o direito surge da decisão judicial, mais do que da norma escrita.

Palavras-chave: argumentação; interpretação; norma jurídica.

O ACORDO SOBRE APLICAÇÃO DE MEDIDAS SANITÁRIAS E FITOSSANITÁRIAS DA ORGANIZAÇÃO MUNIDIAL DO COMÉRCIO – OMC

Jesulindo Nery de Souza Junior
Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Mestrado em Direito das Relações Internacionais
jesulindo@gmail.com

O objetivo geral deste trabalho é analisar, de forma interpretativa, o Acordo sobre a Aplicação de Medidas Sanitárias e Fitossanitárias (Acordo SPS) da Organização Mundial do Comércio (OMC). O GATT não previa uma regulamentação detalhada para o tratamento de medidas sanitárias e fitossanitárias. Assim, em 1994, com a criação da OMC, aprovou-se, também, novo acordo multilateral, o Acordo SPS, que reconhece o direito dos membros de adotar medidas com base em princípios científicos necessários para garantir a segurança alimentar, proteger a vida e a saúde das pessoas e dos animais, preservar as plantas e proteger o território de praga ou doença. No entanto, tais medidas não devem ser aplicadas de forma a constituir discriminação arbitrária ou injustificável entre os membros, em que prevalecem as mesmas condições, ou uma restrição disfarçada ao comércio internacional. Nesse sentido, o trabalho tratará, de maneira sucinta, das principais características do referido Acordo, apontando suas peculiaridades. Para a realização desta pesquisa, utilizou-se a abordagem dedutiva mediante a utilização predominante da técnica de pesquisa bibliográfica, por meio de consulta a livros, artigos científicos e endereços eletrônicos na internet. Com a adoção crescente de barreiras não tarifárias no comércio mundial, pelas quais os países aplicam medidas ou exigências sem que haja fundamentos nítidos que as justifiquem, tornou-se evidente o neoprotecionismo adotado pelas nações e a necessidade de criação de instrumentos legais que impedissem tais práticas arbitrárias. Nesse contexto, o Acordo SPS foi além, ao determinar que as medidas adotadas pelos Estados membros não sejam utilizadas como forma disfarçada de restrição ao livre comércio internacional. Nesse sentido, o Brasil trabalhou de forma extremamente eficaz, publicando o Decreto 1.355, de 30 de dezembro de 1994, que internalizou o Acordo objeto deste estudo no sistema jurídico nacional, tornando-o norma cogente *erga omnes*.

Palavras-chave: medidas sanitárias e fitossanitárias; Organização Mundial do Comércio; barreiras não tarifárias.

DISCRIMINAÇÃO INDIRETA NO TRABALHO POR MOTIVO DE RAÇA E GÊNERO: UM ENFOQUE MEDIANTE AS TEORIAS DA JUSTIÇA DISTRIBUTIVA E DA ECONOMIA DA DISCRIMINAÇÃO

João Augusto Rodrigues
Centro Universitário de Brasília - UniCEUB
Programa de Programa de Pós-Graduação em Direito
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
jar2707@gmail.com

Tratando do problema da discriminação indireta contra negros e mulheres no mercado de trabalho brasileiro, a pesquisa tem como pano de fundo as prescrições contidas na Convenção nº 111, da Organização Mundial do Trabalho, sobre a matéria. Sob a hipótese de efetiva ocorrência de discriminações ocultas no âmbito laboral local, mostra-se emblemático o fato de serem raras as lides a envolver pleitos que busquem confrontar prováveis comportamentos antijurídicos de empresários, especialmente em processos de admissão de pessoal, o que pode denotar, por outro ângulo, possíveis inadaptações na legislação processual para fazer frente às causas de que se trata, sobretudo as de caráter coletivo. Mediante enfoque interdisciplinar, com prevalência de abordagens da filosofia política e da economia da discriminação, empreende-se a análise de um estudo de caso, representado pelas cinco ações civis públicas intentadas, em 2005, pelo Ministério Público do Trabalho contra instituições financeiras privadas atuantes no Distrito Federal. Composta por três partes bem definidas, a pesquisa inicia-se com o tratamento das dimensões lógico-linguística, ético-política e jurídica do princípio da igualdade e de justiça distributiva, seguindo com a abordagem das proposições teóricas e as mensurações empíricas empreendidas pela ciência econômica para o mesmo tema, alcançando-se, então, o precitado estudo de caso. O objetivo é apreciar a prestação jurisdicional à luz de fundamentos axiológicos atinentes ao princípio da igualdade e às teorias da justiça distributiva, conjuntamente às explicações atribuídas pelo MPT às informações estatísticas apresentadas como meio de prova. O resultado da pesquisa sugere a necessidade de a legislação processual prever, explicitamente, a inversão do ônus probatório na hipótese em que o polo ativo da lide apresente elementos indiciários de ocorrência de discriminação indireta, para os quais se possa atribuir presunção *prima facie*.

Palavras-chave: teorias da justiça distributiva; economia da discriminação; discriminação indireta.

POLITICAS PÚBLICAS DE POLÍCIA JUDICIÁRIA

Júlio Lopes Hott
Mestrado em Direito-UniCEUB
Julio_hott@lg.com.br

Nos países anglo-saxões, na tradição da *Common Law*, a investigação criminal é realizada, exclusivamente, pela polícia, sempre com o objetivo de apurar a materialidade e a autoria do crime, contudo, sem a necessidade de instaurar-se a formalidade da instrução inquisitorial presente no inquérito policial, típico de polícia judiciária. Nos países continentais, na tradição da *Civil Law, a* investigação criminal pode ser concomitantemente com as atribuições de polícia judiciária dentro ou fora do Ministério Público ou na forma do Juizado de Instrução, o qual preside as investigações, utilizando a polícia para as diligências necessárias. No Brasil, há uma solução parecida com a tradição da *Civil Law*, mas diferente de todo o resto do mundo, pois tem como peculiaridade prerrogativas em duplicidade para a mesma policia judiciária, ou seja, compete à polícia judiciária a realização da investigação policial preliminar e a instrução cartorária do inquérito policial, que é a verdadeira instrução pré-processual. Esta pesquisa pretende analisar este problema, já que são poucos os estudos no campo das políticas públicas de polícia judiciária, a qual se pretende isolar como força repressiva e investigativa e analisar por que os seus resultados proporcionais ao número da criminalidade são tão inexpressivos, considerando o mapa de violência atualizado. Propõe-se trazer esses números à realidade do Distrito Federal, verificar como atua a polícia judiciária, como é a investigação, como é a prática da instrução cartorária, qual é a real necessidade de todas as formalidades da instrução, qual é a contribuição para a impunidade, quanto tempo demanda a conclusão de seus trabalhos, qual é a forma de controle da discricionariedade, qual é a influência das políticas de governança e segurança pública.

Palavras-chave: polícia; investigação; inquérito.

CARTÉIS TRANSNACIONAIS E TRANSNACIONALIZAÇÃO DE DECISÕES JUDICIAIS DE DIREITO DA CONCORRÊNCIA

Karla Margarida Martins Santos
Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais – Departamento de Direito
E-mail: karlasantos@uol.com.br
karla.santos@uniceub.br)

O projeto de pesquisa de Doutorado em Direito das Relações Internacionais tem o objetivo de investigar como a liberalização no comércio internacional desafia a capacidade de indivíduos, empresas e governos efetuarem previsões em torno dos níveis de trocas globais, dos mecanismos e das estratégias que empresas adotam, para reforçar suas atuações no mercado. Distorções à concorrência passam a verificar-se em mais de um país simultaneamente, e o processo de globalização traz consequências econômicas e jurídicas que demonstram haver uma aceleração no fluxo de capitais internacionais e valorização de praças de investimento de uma nação através dos mercados financeiros interconectados em nível global, ao mesmo tempo em que pode levar os países a atuar, de forma mais incisiva, em questões relacionadas aos mecanismos de cooperação internacional em defesa da concorrência, o que demonstra a necessidade de que efeitos não desejados da circulação de bens e serviços, como cartéis transfronteiriços, sejam reprimidos. A estratégia de atuação de empresas transnacionais e globais busca alcançar uma escala de produção ótima, em que recursos sejam alocados de maneira eficiente, em uma escala global, fortalecendo, em muitas circunstâncias, a criação de oligopólios globais e efeitos nocivos deles derivados pela constituição de sociedades em rede, exercendo pressão sobre o conjunto de regras da atividade desses entes organizacionais. Esse processo, fomentado pela expansão do sistema de transportes e de comunicações, leva à reflexão sobre como estruturas empresariais incrementam a fragmentação, a desconcentração de eixos tradicionais de poder e de formulação de normas. Estruturas hierarquizadas transformam-se em organizações sob a forma de redes, construídas com base em parcerias e relações contratuais flexíveis, mas podem levar os Estados a problemas sob o ponto de vista regulatório, como o tratamento a ser dado ao reforço de atuações de oligopólios globais, exteriorizados por cartéis, o que traz preocupações diante das críticas sobre o advento de uma desordem jurídica, de uma fragmentação excessiva que pode ser gerada, de uma mundialização anárquica, hegemônica, que se realiza, simultaneamente, no silêncio e no fracasso das armas, também relacionada a um pressuposto psicológico-comportamental, que leva os entes estatais a colocar-se em situação de controle ou como controlados. O que é um cartel transfronteiriço? Como a transnacionalização das decisões judiciais, aplicável a indivíduos domiciliados em nações diferentes da que analisa o pleito judicial, pode contribuir para a minimização de um cartel transfronteiriço? Que impactos a aceitação reiterada ou irrestrita de governos nacionais teria no reconhecimento de decisões proferidas em outros países, envolvendo o reconhecimento de direitos maculados por cartéis que apenas foram objeto de condenação em países com a legislação de concorrência mais avançada? Não representaria tal comportamento uma negação ao Estado do direito de estruturar sua política de concorrência, uma violação da soberania, da jurisdição? Essas são questões que serão objeto de investigação ao longo da realização da pesquisa.

Palavras-chave: cartéis transnacionais; transnacionalização de decisões em defesa da concorrência; cooperação internacional.

PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA POLÍTICA ORÇAMENTÁRIA DO ESTADO DE GOIÁS: ANÁLISE DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REALIZADAS PELA COMISSÃO DE FINANÇAS, TRIBUTAÇÃO E ORÇAMENTO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA NO ANO DE 2011

Kênia Rodrigues de Oliveira
UniCEUB e UniEVANGÉLICA (MINTER)
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
keniaroger@hotmail.com

A dissertação apresentada é resultado da pesquisa realizada para o MINTER – Mestrado Interinstitucional em Direito do Centro Universitário de Brasília e do Centro Universitário de Anápolis, na área de Direito e Políticas Públicas. Tematiza a participação da sociedade na política orçamentária, mediante a análise de audiências públicas promovidas pela Comissão de Finanças, Tributação e Orçamento da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, no ano de 2011. Apresenta como questão a efetividade das audiências públicas como mecanismo da participação social, verificando se as discussões promovidas neste espaço de debate se desdobraram em medidas. O objetivo é caracterizar audiências públicas como instrumento de participação social, analisando os atores envolvidos, os discursos realizados e sua utilização para a formulação de políticas públicas orçamentárias no estado de Goiás. Tem como justificativa o fato de que a participação da sociedade nas discussões políticas ganhou espaço a partir da Constituição Federal de 1988, que trouxe um de seus valores máximos: o Estado democrático de direito. A política orçamentária é uma das que mais representa os interesses sociais, pois decide onde e como ocorrerão os investimentos e os projetos do gestor público. Assim, a sociedade participa da discussão das leis orçamentárias, possibilitando transparência e fiscalização dos atos do Legislativo e do Executivo, em cumprimento à determinação legal para a oitiva da sociedade nestes contextos. Deste modo, será apresentada, em primeiro lugar, a participação social como expressão da democracia e sua previsibilidade normativa, e, em seguida, será observada a política orçamentária mediante a análise da atuação dos Poderes públicos e seu controle social. Por fim, buscar-se-á caracterizar as audiências públicas como instrumento de participação social, identificando as realizadas pela Comissão de Finanças, Tributação e Orçamento da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás no ano de 2011, averiguando a possibilidade de essas discussões gerarem políticas públicas orçamentárias de interesses sociais. Para isto, fez-se pesquisa bibliográfica em artigos e livros publicados sobre estas questões e consulta à legislação. Foram analisados documentos da Assembleia Legislativa de Goiás e entrevista. Assim, foi possível observar que as audiências públicas são realizadas em cumprimento a determinação legal para a aprovação das leis orçamentárias, mas, independentemente de sua obrigatoriedade, são importantes instrumentos de participação social, pois o gestor público e o legislador poderão utilizar-se destes mecanismos, para organizar as políticas públicas de modo que atendam as necessidades sociais. Pode-se perceber que, embora a participação social em audiências públicas tenha o valor de garantia de uma gestão democrática, nem sempre seus atores estão aptos a utilizar estes recursos.

Palavras-chave: participação democrática; política orçamentária; audiências públicas.

FINANCIANDO A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA: COMPENSAÇÃO AMBIENTAL - DESAFIOS E OPORTUNIDADES

Larissa C. R. Cruz Godoy
UniCEUB, Programa de Mestrado em Direito e Políticas Públicas
larissacgodoy@gmail.com

Descrevem-se mecanismos alternativos ao orçamento público, para financiar a política ambiental conservacionista. Apresentam-se estudos que demonstram a necessidade de financiamento para implementar um dos maiores sistemas de áreas protegidas do mundo. Avalia-se a qualidade e a efetividade do arcabouço jurídico-institucional, para realizar o financiamento extraorçamentário de unidades de conservação. Analisa-se a atuação do Poder Público Federal no sentido de prever, formular, implementar, monitorar e avaliar a compensação ambiental como mecanismo de financiamento do Sistema Nacional de Conservação da Natureza- SNUC. Examina-se o mecanismo de compensação ambiental conforme disposto na Lei 9.985/00, sob o ponto de vista financeiro. Descrevem-se os principais desafios, para implementar-se a compensação ambiental. Realiza-se o levantamento de dados sobre o montante de recursos potenciais a ser destinados por meio da compensação ambiental para unidades de conservação, provenientes de grandes empreendimentos de infraestrutura previstos nos Planos de Aceleração do Crescimento do Governo Federal (PAC 1 e 2). Identificam-se os principais devedores da compensação ambiental, buscando demonstrar as dificuldades e as razões da inadimplência. Levantam-se dados sobre valores já destinados a título de compensação ambiental e os já executados. Descreve-se o mecanismo de execução de recursos da compensação ambiental federal utilizado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, diagnosticando suas vantagens, desvantagens e sua adequação ao modelo jurídico recomendado pelo Tribunal de Contas da União no Acórdão nº 2650/09. Analisam-se os desdobramentos da decisão do Supremo Tribunal Federal na ADI 3378-DF, relatada pelo ministro Ayres Britto, julgada em 9 de abril de 2008 e ainda pendente de embargos de declaração. Apresentam-se possíveis caminhos, para tornar a compensação ambiental um mecanismo eficaz de financiamento de unidades de conservação da natureza.

Palavras-chave: políticas públicas de conservação da natureza; compensação ambiental do SNUC; desafios e oportunidades.

AS CONFIGURAÇÕES SUBJETIVAS DE UMA MULHER COM CÂNCER DE MAMA

Larissa Medeiros Bessa
Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Mestrado - Psicologia
larabessa@hotmail.com

Esta pesquisa discute os aspectos subjetivos inerentes ao processo de adoecimento do câncer de mama, visto que a doença é considerada um processo complexo que se organiza subjetivamente. Por meio de um estudo de caso, compreende-se o processo dessa doença, analisando os significados que a mulher atribui diante dessa nova condição, e observam-se as expressões e as formas diferentes de viver a experiência do adoecimento em questão. Também nessa discussão, ressalta-se a importância do estudo e da pesquisa das configurações subjetivas relacionadas à saúde mental, em que as patologias, frequentemente, são tratadas como transtornos somáticos e medicadas sem a análise das configurações subjetivas que constituem esses distúrbios. O modelo biomédico, focalizado na doença, e o conceito de patologia, considerado numa perspectiva causal determinista, reduzem a pessoa à vítima da entidade patológica, descartando os processos de configurações subjetivas únicas dos sintomas e dos estados da pessoa, na qual experiências históricas e atuais se relacionam pelos sentidos subjetivos que definem essa configuração. Logo, no presente trabalho, estudam-se as configurações subjetivas de uma mulher com câncer de mama, prezando-se pela análise quanto à categoria de sentido subjetivo, subjetividade individual e social e representações sociais, que, nessa perspectiva teórica, têm influência direta nos processos de subjetivação da doença. Destarte, a teoria da subjetividade e a epistemologia qualitativa apoiada no caráter construtivo interpretativo da investigação de González Rey representam a base e o suporte do estudo em epígrafe, de forma a assegurar que sejam levados em consideração, nos estudos relacionados ao câncer de mama, os aspectos singulares do indivíduo. Revela-se a importância da presente pesquisa frente ao seu caráter inovador e à consequente possibilidade de ampliação do conhecimento, ainda bastante incipiente, e, principalmente, quanto à possível contribuição para a melhor qualidade de vida do sujeito, considerando que o conhecimento das configurações subjetivas facilita alternativas nas relações que propiciem a essas pessoas projetos de vidas atuais, que representam meios de produção de sentidos subjetivos cruciais para a produção do bem-estar.

Palavras-chave: subjetividade; câncer de mama; representações sociais.

A FÁBRICA DE ARGUMENTOS: UMA ETNOGRAFIA DA CONSTRUÇÃO DA INIQUIDADE NOS CASOS DA ANISTIA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

Larissa Maria Melo Souza
Professor Orientador: Luiz Eduardo de Lacerda Abreu
Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Mestrado em Direito das Relações Internacionais
l.melos@yahoo.com.br

Nesta pesquisa, busca-se investigar o processo decisório do Supremo Tribunal Federal, tendo como material empírico precedentes de controles concentrado e difuso relacionados à lei n. 8.863/1979. Nesse sentido, analisa-se a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) n. 153, que questionou a constitucionalidade da lei de anistia, e os recursos que decidiram os casos dos ex-praças da Marinha na Suprema Corte brasileira. Para tanto, apresenta-se a teoria dos modelos de controle de constitucionalidade, a estrutura e a realidade do controle de constitucionalidade brasileiro e as regras pertinentes sobre o processamento das ações de controle de constitucionalidade. Em segundo momento, tratamos do funcionamento da Suprema Corte brasileira no intento de conhecer o contexto em que são produzidas as decisões e as relações de campo que definem o caminho do processo no Tribunal. Ademais, examinam-se as jurisprudências selecionadas sobre a anistia feita pela lei n. 8.863/1979, considerando a rede de relações que permitem a compreensão das decisões no Tribunal, e a linguagem do campo. Nesse sentido, conclui-se o trabalho em três eixos: o contraste do funcionamento dos controles de constitucionalidade concreto e abstrato na Corte o processo decisório compreensível mediante o contexto em que são feitas as decisões a anistia em controle concentrado, feita de forma geral, ampla e irrestrita, incluindo os perpetradores da ditadura, enquanto em controle difuso de constitucionalidade se restringe a concessão da anistia política e a reparação dos danos causados aos perseguidos pela ditadura militar.

Palavras-chave: anistia; Supremo Tribunal Federal; controle de constitucionalidade; instituições; redes.

LEGITIMIDADE E EFETIVIDADE DAS DECISÕES PROFERIDAS PELO TRIBUNAL PENAL INTERNACIONAL

Leonardo Alcanfôr de Pinho Silva
UniCEUB – Mestrado em Direito
alcanfor@gmail.com

O presente trabalho busca desenvolver aspectos sobre a legitimidade das decisões proferidas pelo Tribunal Penal Internacional, analisando o trâmite para a internalização de tais decisões e os aspectos sobre as determinações judiciais daquela Corte, especialmente no que diz respeito a mandados de prisão, de modo que se pretende tratar do procedimento para a execução desses mandados em diferentes países e examinar casos nos quais tais mandados não tenham sido cumpridos, no que diz respeito à efetividade e à legitimidade. O objetivo geral é analisar como um mandado de prisão emitido pelo Tribunal Penal Internacional seria cumprido no Brasil e em outros países, verificar se tal procedimento pode ser aprimorado mediante estudo comparativo com outros signatários, para, finalmente, examinar como proceder nos casos em que um país não cumpre determinação do TPI, observando, para tanto, os já ocorridos na literatura internacionalista. Com a pesquisa proposta, espera-se por resultado uma dissertação de mestrado na qual todos os aspectos pertinentes aos mandados de prisão expedidos pelo TPI sejam analisados. Pretende-se verificar a legitimidade do TPI, para tomar decisões e determinar a prisão de indivíduos, tendo em vista situações concretas mediante estudo de casos, considerando a necessidade abstrata de as decisões serem internalizadas ao direito dos países onde as decisões forem executadas. Além disso, tecem-se considerações sobre o não cumprimento desses mandados por determinados países, e, após analisar a jurisprudência, estudam-se as possíveis soluções para o problema.

Palavras-chave: Direito internacional penal; legitimidade; internalização.

PROTEÇÃO JURÍDICA AOS DIREITOS DE PROPRIEDADE INTELECTUAL RELATIVOS AOS CONHECIMENTOS TRADICIONAIS INDÍGENAS

Luciana Laura Carvalho Costa Dias
UniCEUB – Centro Universitário de Brasília
Mestrado em Direito das Relações Internacionais
lulaura.costa@gmail.com

Justifica-se a presente pesquisa pela necessidade de tutelar, juridicamente, a propriedade intelectual referente aos conhecimentos tradicionalmente possuídos por povos indígenas frente a sua crescente utilização comercial. Assim, pretende-se discutir a viabilidade e a eficácia das soluções legislativas até o momento presente, no ordenamento jurídico pátrio. Um dos focos da análise será o instrumento jurídico do contrato de utilização do patrimônio genético e de repartição de benefícios, firmado entre as partes interessadas, em atividades que envolvam acesso aos conhecimentos tradicionais associados, providos por comunidades indígenas. O primeiro marco regulatório a respeito do tema foi a Convenção sobre Diversidade Biológica, ocorrida em 1993, por meio da qual se reconheceu a soberania nacional sobre os recursos genéticos e a necessidade de justa contrapartida pelas assimetrias entre usuários e provedores de biodiversidade. A temática é, portanto, recente, sendo poucos os países que já estabeleceram leis e políticas específicas nessa matéria. No âmbito legislativo, vigora, no Brasil, a Medida Provisória n. 2.186/1001, que estabelece a necessidade de autorizações de acesso a esses conhecimentos, por intermédio do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético, ligado ao Ministério do Meio Ambiente. Os pré-requisitos para conseguir a autorização são uma descrição do projeto de pesquisa e a comprovação de uma anuência prévia concedida pela comunidade em questão. No caso de aproveitamento econômico desse conhecimento, há exigência de um requisito adicional que é o já mencionado contrato de utilização e a repartição de benefícios. Inegavelmente, desde a sua aprovação, a legislação em debate tem sido muito criticada, de modo que alternativas ao corpo legislativo atual procuram adotar novas perspectivas. Assim, as razões do estudo têm vistas a concatenar, de forma sistemática e unificada, os raciocínios que se encontram esparsos sobre essa matéria. Busca-se colher e inserir todas as fontes doutrinárias, jurisprudenciais e legais que discorrem sobre o tema, com ênfase na perspectiva internacional, considerando os sistemas regionais de integração como aliados indispensáveis à solução dos problemas existentes.

Palavras-chave: conhecimentos tradicionais; propriedade intelectual; contrato de utilização do patrimônio genético e de repartição de benefícios.

A APLICABILIDADE DAS CONVENÇÕES INTERNACIONAIS SOBRE O DEVER E A OBRIGAÇÃO ALIMENTAR EMERGENTES DAS RELAÇÕES FAMILIARES

Luciano de Medeiros Alves
Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Mestrado em Direito das Relações Internacionais
luckmed@gmail.com

A todo indivíduo é assegurado o direito à vida, e, nesse sentido, a Constituição Federal Brasileira, em seu artigo 1º, inciso III, estabelece o Princípio da Garantia da Dignidade da Pessoa Humana. Sob esse argumento, infere-se que os alimentos têm natureza de direito de personalidade, que, por sua vez, tutelam a inviolabilidade do direito à vida e à integridade física. Nesse diapasão, tem-se que o direito a alimentos passou a ter força de direito fundamental, pois é o instrumento capaz de assegurar vida digna àqueles que não têm como se sustentar, razão pela qual a obrigação alimentar está intrinsecamente ligada ao direito à vida, à proteção da pessoa humana. É certo que, no contexto globalizado, o espaço físico não se encontra mais tão restrito, eis que atos praticados em um Estado estrangeiro podem lesar, diretamente, outros, interferindo, inclusive, nas vidas das pessoas. O processo de encurtamento das distâncias entre diferentes nações afeta, também, o Direito de Família quando dos arranjos familiares emergem situações que ultrapassam os limites territoriais brasileiros, a exemplo da cobrança de alimentos se uma das partes envolvidas residir em território estrangeiro. O presente trabalho de pesquisa enfoca a obtenção e a execução, no plano internacional, de alimentos devidos em razão da relação familiar, pelo fato de o credor ou o devedor residir no Brasil, justificando-se, mediante esta delimitação, o estudo das três Convenções acerca da prestação alimentar, ratificadas pelo Brasil. Nesse contexto, a pesquisa procura esclarecer o *status* constitucional que os tratados internacionais ocupam no Direito brasileiro e se os pactos internacionais que versam sobre o direito a alimentos podem ser considerados como tratados sobre direitos humanos e, assim, como cláusulas pétreas, devendo ser incorporados, imediatamente, no ordenamento interno por força do artigo 5º, § 1º da Constituição Federal. O trabalho analisa se decisões acerca de alimentos, proferidas por Estado estrangeiro, podem ser revistas pelo Judiciário brasileiro e, no mesmo sentido, se as sentenças decretadas pelo Judiciário brasileiro, em processos que versem sobre alimentos, podem ser revistas pelo Estado estrangeiro onde uma das partes mantenha domicílio. A pesquisa analisa o procedimento para iniciar a demanda de alimentos contra o obrigado que resida em Estado estrangeiro a quem compete o *jus postulandi* qual o papel da União nos processos de alimentos onde uma das partes reside em Estado estrangeiro se o Estado brasileiro está devidamente organizado para o cumprimento das obrigações assumidas como signatário dos tratados internacionais a ser pesquisados.

Palavras-chave: alimentos; convenções internacionais sobre alimentos; proteção à pessoa humana.

COMPENSAÇÃO AMBIENTAL: INSTRUMENTO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

Marcela Albuquerque Maciel
marcelaamaciel@hotmail.com

O presente trabalho consiste na análise da compensação ambiental do artigo 36 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação como instrumento para a implementação e a manutenção do Sistema. Verificou-se que o processo de efetivação do mecanismo é bastante conflituoso com destaque para a discussão sobre a sua natureza jurídica. Chegou-se à conclusão de que a característica central do instrumento é a promoção da internalização de custos relativos aos impactos ambientais negativos não mitigáveis aos recursos naturais no valor previsto para o empreendimento. Consiste, assim, em instrumento econômico baseado no princípio do poluidor-pagador, a ser exigido como condicionante compensatória no âmbito do licenciamento ambiental. Com fundamento nesse entendimento, passa-se ao exame das posições acerca do tema adotadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF), por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 3378 e da Reclamação nº 8465, e pelo Tribunal de Contas da União (TCU). Conclui-se que essas discussões atribuíram mais complexidade e insegurança à execução do instituto, o que, contudo, pode ser revertido quando da reanálise da matéria, no momento da apreciação dos embargos de declaração opostos, no caso da ADI, e do requerimento apresentado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade perante o TCU.

Palavras-chave: compensação ambiental; Sistema Nacional de Unidades de Conservação; natureza jurídica; instrumento econômico.

INTERPRETAÇÃO E DIREITO PENAL: ANÁLISE CRÍTICA DA APLICAÇÃO JUDICIAL DO ARTIGO 121, §2º, INCISO III, DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO, SOB AS LUZES DO GARANTISMO PENAL

Marcio Evangelista Ferreira da Silva
UniCEUB, Mestrado de Direito e Políticas Públicas
marcio.efs@gmail.com

O estudo analisa situações de aplicação da lei penal pelo Poder Judiciário em caso de imprecisão terminológica. Em uma leitura da exposição de motivos do Código Penal, constata-se que o legislador, diante da dificuldade de tipificar condutas criminosas, elaborou tipos penais com elementos normativos que dependem de valoração subjetiva do julgador – a interpretação analógica. Trata-se da forma que o legislador encontrou para abranger o maior número de condutas consideradas contrárias aos anseios da sociedade. Como exemplo, cita-se o crime de explosão com dinamite ou substância de efeitos análogos. Há também o crime de homicídio, no qual o legislador se utilizou de cláusulas casuísticas e, ao final, trouxe expressões genéricas ou as cláusulas genéricas. Assim, a interpretação deve ser analógica do que é o meio insidioso, cruel ou o perigo comum. O Superior Tribunal de Justiça, ao utilizar-se da cláusula genérica, pode ter-se valido da analogia e não da interpretação analógica. O estudo tentará demonstrar se os tribunais, ao aplicar a cláusula genérica, afastam-se da cláusula casuística, alterando o sentido da lei penal e o da interpretação analógica. Na pesquisa exploratória, constata-se que, nos tribunais, a questão é enfrentada de forma superficial. A análise exploratória das decisões já catalogadas sugere que, na maioria das vezes, o tribunal, ao deparar com o caso, não aplicou uma interpretação, buscando o sentido da expressão genérica, mas aplicou-a, sob o manto da interpretação genérica, da forma que bem quis, fazendo analogia. Portanto, a análise central tem o foco na forma de interpretação da lei penal incriminadora, a interpretação analógica, o sentido da expressão genérica e como deve ser a aplicação das cláusulas casuística e genérica. O corte metodológico faz que o estudo seja limitado ao artigo 121, §2º, inciso III, do Código Penal. O problema é a aplicação da cláusula genérica nos casos concretos, ou seja, serão analisadas decisões do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça e dos Tribunais Federais e Estaduais do país. A pesquisa tentará mostrar se o Estado, ou o Poder Judiciário, ao aplicar normas penais está ou não respeitando os princípios norteadores do Direito Penal, previstos tanto na Magna Carta quanto no Código Penal, e se o Estado – Poder Judiciário – utiliza-se da Política Pública do recrudescimento das normas para a repressão à criminalidade, mormente pela falência do aparato estatal.

Palavras-chave: interpretação; Direito Penal; garantismo penal.

O DIREITO DE PUNIR E O DESAFIO DA INTEGRAÇÃO SOCIAL: A OCIOSIDADE NO CÁRCERE

Marcos Aurélio Sloniak
Mestrando em Direito do UniCEUB
matungo@terra.com.br

A falência do sistema prisional brasileiro decorre da falta de investimentos e da ineficácia estatal em efetivar ações que possibilitem perspectivas de recomeço àquele que cumpre pena. O Estado aplica o direito de punir quando aprisiona os que cometeram crimes passíveis de confinamento, após o devido processo legal, que, gerando condenação de reclusão, retira o homem do convívio social com o objetivo de compensar a sociedade pelo crime praticado. Após a condenação, os presos são, então, regidos pela Lei de Execuções Penais, que define as regras do cumprimento da pena e prevê o retorno ao convívio social de forma efetiva e assistida como objetivo de integração do sentenciado. Durante o cumprimento de pena, há fatores que influenciam, diretamente, estes dois extremos: a prisão e o retorno ao convívio social. Um dos itens que gera interferência direta no ambiente prisional e no comportamento quando posto em liberdade é o ócio, cuja pesquisa visa trabalhar. Inicialmente, o estudo focalizará aspectos constitucionais do trabalho no ambiente penitenciário, regramento jurídico, imposição, análise doutrinária e jurisprudencial sobre o trabalho de presos condenados no regime fechado, que é o mais gravoso na legislação brasileira. Após tratar do trabalho no aspecto legal, pretende-se investigar as diretrizes sobre o trabalho na Lei de Execuções Penais e como a previsão é implementada nas penitenciárias, segundo o conceito de políticas públicas. Por fim, a pesquisa buscará a identificação dos efeitos da ociosidade no comportamento prisional e como ele interfere no homem que cumpre pena com foco no contexto existente nas penitenciárias do Distrito Federal que abrigam presos no regime fechado, identificando incidência da ociosidade durante o cumprimento de pena, causas, consequências e desdobramentos sobre os índices de reincidência criminal e no comportamento prisional. Por fim, apresentam-se sugestões que permitam a melhoria do modelo atual, visando a resultados efetivos no sistema penitenciário brasileiro.

Palavras-chave: direito; execução penal; criminologia.

CRIME HEDIONDO E CUMPRIMENTO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE EM REGIME INTEGRALMENTE FECHADO – ANÁLISE DAS SUCESSIVAS DECISÕES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL ACERCA DA CONSTITUCIONALIDADE DA DISPOSIÇÃO ORIGINÁRIA DO ARTIGO 2º, § 1º, DA LEI Nº 8.072, DE 25.07.90, EM FACE DA GARANTIA CONSTITUCIONAL DA MOTIVAÇÃO

Marcus Vinicius Reis Bastos
Professor do curso de Direito do UniCEUB
marcusbastos@terra.com.br

Mediante a contextualização da "lei dos crimes hediondos", seus antecedentes históricos, sua teleologia, a opção de política criminal que encerra, proceder-se-á ao exame analítico dos argumentos considerados pela Suprema Corte, inicialmente, para afirmar a constitucionalidade da disposição legal *sub examine* e, posteriormente, para declarar sua nulidade. O exame das decisões da Corte Constitucional far-se-á, tendo presente a garantia constitucional da motivação e as exigências daí decorrentes. No exame dos precedentes citados, dar-se-á especial atenção à fundamentação oferecida, procurando identificar e explicitar os critérios que a informam. Para a consecução deste desiderato, pretende-se estabelecer um diálogo com distintas concepções sobre a ideia da motivação e a tarefa de justificação das decisões judiciais. O problema de pesquisa consiste em verificar, nas decisões do Supremo Tribunal Federal acerca da constitucionalidade da norma do artigo 2º, § 1º, da Lei nº 8.072, de 25.07.90, qual foi a motivação empregada, conduzindo a Corte, não obstante manter-se inalterado o quadro legal, a adotar, em momentos distintos, soluções opostas. As hipóteses de pesquisa investigadas, tendo em vista as diversas concepções sobre o que se entende como fundamentação e legitimação das decisões judiciais, são duas: uma decisão judicial motivada é aquela que, à luz do ordenamento jurídico vigente, consideradas as fontes do direito e os elementos integrativos da ordem jurídica, mantém um discurso racional, inteligível retoricamente no campo do direito uma decisão judicial fundamentada é aquela que fornece argumentos coerentes - sob a perspectiva de sua lógica interna - e pertinentes - apropriados diante das questões discutidas nos autos.

Palavras-chave: jurisdição constitucional; motivação; execução penal; pena privativa de liberdade; regime de cumprimento.

O *HABEAS CORPUS*, A LIBERDADE DE LOCOMOÇÃO E O MAGISTÉRIO JURISPRUDENCIAL DO MINISTRO MARCO AURÉLIO DE MELLO: UM ESTUDO ANALÍTICO ACERCA DO ALCANCE NORMATIVO DO ARTIGO 5º, INCISO LXVIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, NA PRÁTICA JUDICANTE DE UM MINISTRO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, SOB AS LUZES DA TEORIA DA DECISÃO JUDICIAL

Maria Cristina de Alencar Silva
Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito
Área de concentração em Políticas Públicas
E-mail: cristina.alencar.adv@uol.com.br

Os direitos fundamentais são reconhecidos e positivados no texto constitucional como base ímpar do Estado Democrático de Direito. Nesse diapasão, o direito de liberdade é considerado como o segundo maior do ser humano, estando no plano posterior apenas o direito à vida. Para a concretização disso, o instrumento normativo garantidor presente na Constituição de 1988 é o *habeas corpus,* medida de tutela diferenciada que visa a um pronunciamento urgente, para resguardar a liberdade das pessoas no momento que alguém sofrer ou se achar na iminência de sofrer violência ou coação ilegal na sua liberdade de ir e vir. Assim, o instituto do *habeas corpus* foi edificado com a condição de garantia fundamental, obtendo qualidade de cláusula pétrea de modo a fazer que o Estado assuma a função de guardião desse direito, promovendo-lhe os efeitos sobre toda a ordem jurídica. Este estudo tem como objetivos a análise do direito à liberdade e a realização de um esboço sobre o *habeas corpus* como instrumento de proteção deste direito sob a ótica da prática judicante do ministro Marco Aurélio de Mello, do Supremo Tribunal Federal, tendo como elemento norteador a quantidade de *habeas corpus* concedidos, parcialmente concedidos e denegados pelo ministro desde sua assunção na mais alta corte da Justiça do país. A metodologia de estudo analisa documentos disponibilizados pela Secretaria de Documentação do Supremo Tribunal Federal por meio de informativos eletrônicos de acesso público, disponíveis no *site* institucional do Supremo Tribunal Federal. O referencial teórico embasará a discussão sobre a construção da decisão judicial, tendo como abordagem as ideias propostas por vários autores renomados. Espera-se, com o presente estudo, realizar uma reflexão crítica sobre a prática decisória das sentenças jurídicas, uma análise de conceitos, valores, institutos e princípios lógico-formais que norteiam as narrativas de justificação das decisões deferidas pelo ministro do Supremo Tribunal Federal, senhor Marco Aurélio de Melo.

Palavras-chave: *habeas corpus*; liberdade de locomoção; ministro Marco Aurélio de Melo.

A INFLUÊNCIA DA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL NA ADESÃO E NO TRATAMENTO DE PACIENTES OBESOS DO PRÉ-CIRÚRGICO AO PÓS-CIRÚRGICO

Mariana da Silva Pereira REIS
UniCEUB – Mestrado em Psicologia e Saúde
maryspr@gmail.com

A obesidade é uma doença crônica e progressiva que representa um dos maiores problemas de saúde pública em muitos países. Esta patologia pode causar sofrimento psicológico e associar-se a outras, aumentando o risco de morbidade e mortalidade. São candidatos ao tratamento pela cirurgia bariátrica os pacientes obesos com o índice de massa corpórea superior a 40 kg/m^2 ou superior a 35 kg/m^2, se associado a outra patologia, como hipertensão arterial e diabetes do tipo 2. A seleção dos pacientes requer o tempo mínimo de cinco anos de evolução da obesidade associada a outros tratamentos que tenham, por ventura, falhado. O paciente de cirurgia bariátrica necessita de um acompanhamento multiprofissional especializado no assunto a partir do momento em que a cirurgia for indicada até, no mínimo, dois anos após o procedimento cirúrgico. O objetivo é esclarecer e dar conhecimento sobre o que é a cirurgia bariátrica e todas as mudanças no estilo de vida que o paciente deverá assumir para o sucesso do tratamento. Entre os profissionais que envolvem a equipe multiprofissional, está o psicólogo, que tem papel fundamental em todo o processo, pois as representações da obesidade permeiam as relações sociais, afetivas, causando malefícios e dificultando a qualidade de vida. Ademais, o paciente deve entender todas as mudanças que deverá assumir em sua vida, por conta do procedimento cirúrgico e compreender que o não cumprimento pode causar outras comorbidades ou, inclusive, o óbito.

Palavras-chave: obesidade; cirurgia bariátrica; paciente; equipe multiprofissional.

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER: UM OLHAR JURÍDICO PARA AS QUESTÕES DE GÊNERO

Mariana Alvarenga Eghrari Pereira
Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
marianaeghrari@hotmail.com

A proposta a ser trabalhada no projeto é analisar como as questões de gênero, com enfoque na temática da violência doméstica e intrafamiliar contra a mulher, têm sido tratadas pelo Judiciário após a vigência da Lei Maria da Penha e quais as implicações e as consequências do posicionamento do Judiciário na política de coibir a violência doméstica contra a mulher. Os direitos sociais permeiam o campo do direito, fazendo que se revejam as normas, a fim de adaptá-las à realidade social vigente, permanecendo atentos às modificações que ocorrem na realidade e estando abertos às mudanças. Tanto a realidade social como a normativa estão intrinsecamente ligadas, uma transformando a outra de forma orgânica. Assim, o projeto pretende identificar qual é o posicionamento de juízes e juízas no que diz respeito às relações sociais e simbólicas de gênero no campo jurídico. Qual é a percepção dos magistrados com relação à aplicação e a eficácia da referida lei? Como as relações de gênero são observadas pela cultura jurídica após a Lei Maria da Penha? Perguntas como essas não dispõem de respostas que possam propor uma análise do novo paradigma que começa a ser traçado no campo de políticas públicas para proteção da mulher vítima de violência doméstica.

Palavras-chave: violência doméstica; gênero; judiciário.

SOCIEDADE DEMOCRÁTICA, ESTADO DE DIREITO E O INADIMPLEMENTO NAS RELAÇÕES OBRIGACIONAIS NO DIREITO BRASILEIRO CONTEMPORÂNEO: NOVO CONCEITO À LUZ DA REFORMULAÇÃO DAS POLÍTICAS DE JUSTIÇA

Marília de Ávila e Silva Sampaio
Doutorado em Direito e Políticas Públicas, UniCEUB
marilia.sampaio@tjdft.jus.br
marilia.uniceub@gmail.com.br
marilia@iad-df.com.br

Trata-se de um projeto de pesquisa no curso de doutorado em Direito e Políticas Públicas, na linha *Estado, políticas públicas e domínio econômico e relações privadas,* em que se pretende analisar, mediante a definição de política pública como toda forma de atuação do Estado, seja na esfera pública, seja na esfera privada, os prismas do problema do inadimplemento no direito obrigacional, desde a sua definição dogmática até os fenômenos sociais contemporâneos, como é o caso do superendividamento ou da responsabilidade civil pela má concessão do crédito e a redefinição de uma política de justiça a respeito da questão. Trata-se de um tema extremamente atual e premente, pois urge que se encontrem soluções eficazes no equacionamento do problema advindo da criação de demandas de consumo e movimentação da economia, em consonância com a realização viável do projeto constitucional, quer da perspectiva da circulação de riquezas e da realização do crédito, quer da legitimação e da proteção dos direitos fundamentais do devedor inserido no contexto de sociedade de consumo em massa. De acordo com a dogmática civilista, um dos conceitos mais permeados pelo dirigismo estatal foi o de inadimplemento obrigacional. O que pretende o presente estudo é uma apresentação sistemática de todos os aspectos atinentes à nova conceituação do tema, incluindo a noção de obrigação como um processo, impondo a constatação de que, sob os influxos do princípio da boa-fé objetiva, o inadimplemento não se limita, para a sua caracterização, à relação de débito e crédito da obrigação principal, como classicamente sempre se afirmou, mas inclui os deveres anexos ou acessórios à obrigação, derivando na noção de violação positiva do contrato e do adimplemento substancial ou do inadimplemento mínimo. Ligada ao tema está a discussão sobre os desdobramentos do inadimplemento obrigacional e seus impactos nas relações econômicas, com base na chamada tutela externa do crédito, em contraposição aos direitos do devedor, principalmente aos ligados à tutela da dignidade da pessoa humana. Na mesma linha, pretende-se estudar os problemas sociais vinculados à responsabilidade civil, como o superendividamento.

Palavras chave: inadimplemento; função social do contrato; responsabilidade civil; superendividamento.

INTERNACIONALIZAÇÃO DO DIREITO SOCIETÁRIO: LIMITES E POSSIBILIDADE DA HARMONIZAÇÃO DAS LEGISLAÇÕES NACIONAIS E DO SURGIMENTO DE NORMAS SUPRANACIONAIS SOBRE SOCIEDADES COMO RESPOSTAS ÀS EXIGÊNCIAS DE UM MERCADO GLOBAL

Marlon Tomazette
Doutorado em Direito - UniCEUB
Marlon@opendf.com.br

A tese em desenvolvimento tem como objetivo primordial a busca dos futuros caminhos do Direito Societário em face deste inegável fenômeno, que é a globalização, especialmente nos aspectos da proteção dos credores e dos investidores. A ideia central é verificar o que já foi realizado como resposta à globalização nesta área do direito dos negócios e o que pode ser feito na elaboração do direito societário internacional. O trabalho será baseado, essencialmente, em pesquisa bibliográfica, nacional e estrangeira, examinando-se, também, de forma crítica, dados estatísticos e econômicos para a análise dos problemas propostos. O tema envolve, inicialmente, uma avaliação geral da globalização, sua configuração nas diversas perspectivas, analisando-se, especialmente, as mudanças que já impõe ao mundo jurídico e os desafios que impõe aos agentes econômicos e aos Estados sob o ponto de vista da atuação legislativa na disciplina das atividades econômicas. Mediante isso, serão verificados os impactos desse fenômeno sobre o modo de produção de normas jurídicas, com atenção ao pluralismo jurídico e ao fenômeno da internacionalização do direito. A expansão econômica traz consigo a ideia de suposta desregulamentação, mas o que se tem é um rearranjo das normas pela atuação de agentes públicos e privados. Embora não se possa falar em uma ordem jurídica global, existem, com mais frequência, os fenômenos da harmonização das legislações nacionais e o surgimento de legislações supranacionais como caminhos naturais da atuação no mercado global. Neste ponto, chega-se ao fenômeno da internacionalização do direito em suas vertentes, com atenção à fragmentação e à policromia. De acordo com a perspectiva da internacionalização do direito fragmentada, o direito empresarial, enquanto direito dos negócios, mostra-se um campo extremamente fértil para isso, especialmente em razão do cosmopolitismo, entendido como a necessidade de regulação de relações que não se prendem a uma nação, pelo contrário, dizem respeito a todo o mundo. Esse cosmopolitismo que permitiu a reemergência da *lex mercatoria*, também gerou tratados, como a Lei Uniforme de Genebra, mas teve pouca influência histórica do cosmopolitismo na órbita do Direito Societário, vale dizer, não há notícias de grandes esforços no sentido de normas internacionais. Apesar da escassez de normas internacionais, as nacionais sobre o Direito Societário vêm sendo bastante alteradas, em especial, para atender as exigências de uma economia global. Assim, serão analisados os rumos do Direito Societário diante da globalização, com e sem participação do Estado nesse fenômeno, sendo apurado, até o momento, mais sucesso nas iniciativas, sem o Estado, para a internacionalização do direito.

Palavras-chave: internacionalização do direito; direito societário; lex mercatoria.

POLÍTICA ADMINISTRATIVA SANCIONATÓRIA E O CONTROLE JURISDICIONAL DOS TRIBUNAIS SUPERIORES

Natália Ciscotto Ferreira
Instituição: UniCEUB - Centro Universitário de Brasília
Faculdade: Ciências Jurídicas e Sociais
Curso: Mestrado em Direito e Políticas Públicas
e-mail: nataliaferreira@ig.com.br

O estudo tem como objetivo tratar do controle judicial sobre o ato sancionatório disciplinar, pois, embora seja um tema recorrente na jurisprudência, a maioria da doutrina administrativa pátria examina-o de maneira tangencial, tão somente quanto ao processo administrativo e, raramente, ao disciplinar, espécie do primeiro e, menos ainda, da questão em tela. Diante disso, é proposta a análise da tutela jurisdicional no que pertence aos atos sancionatórios disciplinares, oriundos das autoridades do Poder Executivo Federal, tanto por meio da apreciação formal do Processo Administrativo Disciplinar quanto pelo exame substancial do caso concreto, pois a inafastabilidade da tutela jurisdicional, que está inserta no artigo 5º, XXXV, da Constituição da República de 1988, garante ao indivíduo a apreciação do ato, supostamente ilegal, que lesa ou ameaça seu direito pelo Judiciário, que realiza o controle judicial de ações, algumas vezes, de forma plena e outras, limitadamente, de acordo com a espécie do ato. Entre os passíveis de controle jurisdicional, está o ato administrativo, quanto ao qual o Judiciário está atento de acordo com seu papel preponderante de garantir a ordem constitucional e a efetividade aos direitos fundamentais, em prol do bem geral da sociedade, da cidadania e de um país que busca realmente ser um Estado democrático de direito. Desta feita, o objeto do estudo examina o controle realizado pelo Poder Judiciário, especificamente, pelo Superior Tribunal de Justiça e pelo Supremo Tribunal Federal, quanto à aplicação das sanções disciplinares expulsórias, pela Administração Pública Federal aos seus servidores, uma vez que os colendos colegiados, ora mencionados, frequentemente, reveem as sanções expulsórias aplicadas aos servidores federais pelos titulares dos órgãos do Poder Executivo Federal, em sede de processos administrativos disciplinares, de três formas distintas: julga o processo válido e mantém a sanção aplicada pela autoridade administrativa, ratificando a decisão ou determina a anulação do processo e da aplicabilidade da sanção e a consequente absolvição do servidor ou ordena a anulação da penalidade imposta e ressalta que a Administração instaure novo procedimento apuratório. Desta forma, para chegar à solução da presente questão, é imprescindível a apreciação do ato que aplica a sanção disciplinar, se vinculado ou discricionário, haja vista que, para uma corrente dos administrativistas pátrios, o ato sancionador passa pela discricionariedade da autoridade competente e, para a outra, é vinculado. Toda esta questão volta-se a diferenciar o mérito processual do disciplinar, distinção determinante para observar a delimitação do alcance do controle jurisdicional no que concerne aos atos sancionatórios de competência dos ministros de Estado, verificado mediante as respectivas jurisprudências.

Palavras-chaves: processo administrativo disciplinar; sanções disciplinares; controle judicial.

OS PRECEDENTES DO STF ACERCA DAS INELEGIBILIDADES RELATIVAS, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988, MEDIANTE ARGUMENTOS DE PRINCÍPIO E NOS TERMOS DA INTEGRIDADE DO DIREITO

Pablo Zuniga Dourado
E-mail: pablozuniga@uol.com.br
Instituição Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Curso de Mestrado em Direito e Políticas Públicas

Um dos maiores problemas atuais do Direito é a interpretação das constituições. O instituto da inelegibilidade reflexa (art. 14, § 7º, da CF) impõe restrição à capacidade eleitoral passiva dos cidadãos e, no Brasil, está situado na Constituição Federal. Defende-se o rompimento do paradigma positivista na atividade interpretativa, porque, sobretudo, a sua aplicação pela tradição doutrinária brasileira parece permitir o decisionismo. Assim, é necessária uma teoria crítica da argumentação, para manter a coerência dos julgamentos e evitar a discricionariedade judicial. Argumenta-se que as bases da teoria construtivista, sobretudo, o direito como integridade, de Dworkin, podem ser aplicadas às instituições jurídicas brasileiras, a fim de tornar mais fácil o exercício da justiça com equidade. Os precedentes do Supremo Tribunal Federal sobre a interpretação da Constituição de 1988, especificamente no que tange às inelegibilidades do artigo 14, §§ 5º e 7º, analisados criticamente, aparentemente, demonstram como a falta de uma teoria da argumentação colabora para o déficit de coerência e controle das decisões judiciais e como o arbítrio pode estar ligado ao desrespeito aos arranjos institucionais acordados historicamente pela comunidade. Questiona-se a legitimidade dos juízes em decidir com base em argumentos de política e não de princípio. Fundamenta-se que a competência dos juízes para a ponderação é limitada aos princípios individuais e não à definição de políticas. Alega-se que parte do prescritivismo universal de Hare, aliado à teoria de Dworkin, pode colaborar para a adoção de uma metodologia de análise de decisões judiciais e possibilitar a sua crítica, com a intenção de garantir-lhes coerência, transparência e possibilidade de controle pela comunidade. O objetivo é despertar a consciência de que a discricionariedade judicial impossibilita o controle das decisões judiciais e leva ao arbítrio pelos juízes nos termos do que defende Dworkin. Ressalta-se que a participação no grupo de pesquisa *Hermenêutica e Direito – Paul Ricoeur* tem sido decisiva no aprofundamento do marco teórico adotado, tendo em vista o estudo do texto "A virtude soberana", de Ronald Dworkin, e a análise crítica de casos judiciais decididos, principalmente, pelo Superior Tribunal de Justiça e pelo Supremo Tribunal Federal com enfoque aproximado às hipóteses da dissertação em desenvolvimento.

Palavras-chave: discricionariedade judicial; crítica e controle de decisões judiciais; integridade do direito.

DANO MORAL AMBIENTAL À LUZ DA DOUTRINA E DA JURISPRUDÊNCIA

Paulo Campanha Santana
Centro Universitário de Brasília
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
E-mail: pcampanha@uol.com.br

O dano moral foi um tema bastante controvertido ao longo dos tempos, tendo a pacificação do entendimento de que é cabível, em termos de responsabilidade civil, apenas com a promulgação da Constituição Federal de 1988. Cumpre ressaltar, que, inclusive, esta foi a primeira Carta a destinar um capítulo ao meio ambiente, em que está expressa a responsabilidade dos infratores que tiverem condutas lesivas ao meio ambiente, surgindo, contemporaneamente, na última década, a possibilidade da configuração do dano moral pelos citados atos lesivos. Entretanto, diante da escassez doutrinária a respeito do tema e da divergência jurisprudencial sobre sua ocorrência, a pesquisa desenvolverá uma discussão conceitual fundamentada sobre a possibilidade da configuração do dano moral ambiental, por danos causados ao meio ambiente e analisará decisões judiciais sobre o tema. Portanto, o estudo buscará, de forma sistemática, tabular e examinar as decisões proferidas pelos órgãos supracitados e considerar as posições doutrinárias existentes. Em síntese, este trabalho discutirá, com profundidade, a possibilidade da configuração do dano moral individual e coletivo, decorrentes de prejuízos causados ao meio ambiente, levando em consideração a fundamentação jurídica das decisões judiciais, particularmente, a do Supremo Tribunal Federal, a do Superior Tribunal de Justiça e a dos Tribunais Regionais Federais, e analisará a doutrina e a legislação pertinente.

Palavras-chave: responsabilidade civil; danos ao meio ambiente; dano moral ambiental.

A CHANTAGEM COMO MODALIDADE DO CRIME DE EXTORSÃO: ASPECTOS JURÍDICOS, ÉTICOS E SOCIAIS

Paulo Emílio Catta Preta de Godoy
Mestrado – UniCEUB
pauloemilio@cpvc.com.br

O estudo terá por objeto analisar os contornos jurídicos e os fundamentos sobre a definição típica da conduta de chantagem – assim compreendida como a exigência de valores sob a condição de silenciar sobre a materialidade ou a autoria de crime praticado ou sob a condição de não divulgar o fato ofensivo à sua reputação – sob a previsão típica abstrata da extorsão. Em primeira observação, parece perceptível que a conduta usualmente conhecida como chantagem se inscreve sem maiores dificuldades, no tipo penal do artigo 158 do Código Penal, visto corroborar o constrangimento sob meio executório de grave ameaça, a fim de obter vantagem econômica indevida. Entretanto, em que pese habitar a morada legal e povoar o senso comum, identifica-se certo hiato doutrinário sobre aspectos jurídicos, sociais, morais e políticos que têm larga abordagem na pesquisa científica, sobremodo em países do sistema anglo-saxônico, na Itália, na Espanha e na Alemanha. Isso poderia sugerir, de início, como hipótese explicativa, o ingresso tardio do Brasil no sistema econômico capitalista, portanto a liberdade econômica tardia não inspirava ambiência à prática rotineira da chantagem, ao menos em tais níveis em que as vítimas procurassem o amparo estatal. O estudo tem por finalidade o alcance dos objetivos: analisar os aspectos conceituais do crime de extorsão na modalidade de chantagem, identificando os limites da conceituação legal e a forma de diálogo possível entre o conceito da prática desenhada na literatura e a sua aplicação conceitual no campo do Direito Penal enfocar os elementos sociais, éticos e jurídicos que habilitem a manutenção da referida conduta no programa punitivo e a necessidade de tipificação específica da conduta como circunstância privilegiada da extorsão ou em norma penal incriminadora autônoma avaliar a racionalidade e a legitimidade de punição a tais crimes sob a lente do sistema garantista e em cotejo com os valores constitucionais e os bens jurídicos decorrentes da modelagem política do Brasil examinar as teorias criminológicas existentes que revelem as razões e as dinâmicas próprias de tal modalidade de crime, de modo a identificar a necessidade de políticas públicas destinadas a refrear a tendência de aumento desses crimes e as ações de prevenção específica e apoio às vítimas sob a perspectiva da concretização do direito fundamental de privacidade da vida íntima e privada. Nesse panorama, acredita-se ser de grande utilidade refletir sobre questões pontuais discutidas em países cuja tradição jurídica se acostumou a enfrentar a indicada modalidade extorsiva, em exame dos temas que possam interessar ao conhecimento, a ser empreendidas em desenvolvimento específico congruente com a linha de pesquisa *Estado, políticas públicas e domínio econômico-social* do curso de Mestrado do Centro Universitário de Brasília.

Palavras-chave: chantagem; extorsão; aspectos.

A CHANTAGEM COMO MODALIDADE DO CRIME DE EXTORSÃO: ASPECTOS JURÍDICOS, ÉTICOS E SOCIAIS

Paulo Emílio Catta Preta de Godoy
Mestrado – UniCEUB
pauloemilio@cpvc.com.br

O estudo terá por objeto analisar os contornos jurídicos e os fundamentos sobre a definição típica da conduta de chantagem – assim compreendida como a exigência de valores sob a condição de silenciar sobre a materialidade ou a autoria de crime praticado ou sob a condição de não divulgar o fato ofensivo à sua reputação – sob a previsão típica abstrata da extorsão. Em primeira observação, parece perceptível que a conduta usualmente conhecida como chantagem se inscreve sem maiores dificuldades, no tipo penal do artigo 158 do Código Penal, visto corroborar o constrangimento sob meio executório de grave ameaça, a fim de obter vantagem econômica indevida. Entretanto, em que pese habitar a morada legal e povoar o senso comum, identifica-se certo hiato doutrinário sobre aspectos jurídicos, sociais, morais e políticos que têm larga abordagem na pesquisa científica, sobremodo em países do sistema anglo-saxônico, na Itália, na Espanha e na Alemanha. Isso poderia sugerir, de início, como hipótese explicativa, o ingresso tardio do Brasil no sistema econômico capitalista, portanto a liberdade econômica tardia não inspirava ambiência à prática rotineira da chantagem, ao menos em tais níveis em que as vítimas procurassem o amparo estatal. O estudo tem por finalidade o alcance dos objetivos: analisar os aspectos conceituais do crime de extorsão na modalidade de chantagem, identificando os limites da conceituação legal e a forma de diálogo possível entre o conceito da prática desenhada na literatura e a sua aplicação conceitual no campo do Direito Penal enfocar os elementos sociais, éticos e jurídicos que habilitem a manutenção da referida conduta no programa punitivo e a necessidade de tipificação específica da conduta como circunstância privilegiada da extorsão ou em norma penal incriminadora autônoma avaliar a racionalidade e a legitimidade de punição a tais crimes sob a lente do sistema garantista e em cotejo com os valores constitucionais e os bens jurídicos decorrentes da modelagem política do Brasil examinar as teorias criminológicas existentes que revelem as razões e as dinâmicas próprias de tal modalidade de crime, de modo a identificar a necessidade de políticas públicas destinadas a refrear a tendência de aumento desses crimes e as ações de prevenção específica e apoio às vítimas sob a perspectiva da concretização do direito fundamental de privacidade da vida íntima e privada. Nesse panorama, acredita-se ser de grande utilidade refletir sobre questões pontuais discutidas em países cuja tradição jurídica se acostumou a enfrentar a indicada modalidade extorsiva, em exame dos temas que possam interessar ao conhecimento, a ser empreendidas em desenvolvimento específico congruente com a linha de pesquisa *Estado, políticas públicas e domínio econômico-social* do curso de Mestrado do Centro Universitário de Brasília.

Palavras-chave: chantagem; extorsão; aspectos.

OS LIMITES CONSTITUCIONAIS DA PROPRIEDADE INTELECTUAL E A DEFESA DA CONCORRÊNCIA: O REGISTRO DE DESENHO INDUSTRIAL DAS PEÇAS DE REPOSIÇÃO AUTOMOTIVAS E A LIMITAÇÃO À CONCORRÊNCIA

Paulo Henrique Franco Palhares
UniCEUB – Centro Universitário de Brasília
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
E-mail: paulo.palhares@gmail.com

A pesquisa trata dos limites constitucionais à propriedade intelectual diante da necessidade de garantir um ambiente competitivo no mercado de peças de reposição. Está estruturada na construção de base teórica no sentido de analisar a consistência das regras de mercado, em razão da concessão de registro sobre desenhos industriais para peças automotivas. São analisadas as justificativas teóricas econômicas e jurídicas da propriedade intelectual e os princípios norteadores da concorrência e da proteção ao consumidor. O estudo abrange a legislação sobre o tema da propriedade intelectual da ordem econômica, com foco no acordo TRIPS e na Constituição. Há a análise sobre os fundamentos do processo de número 08012.002673/2007-51, em trâmite no CADE, e da ação 2010.51.01.809326-0, em trâmite na 25ª Vara Federal do Rio de Janeiro. Mediante o cotejo entre os fundamentos para concessão de propriedade intelectual e as regras de mercado, procura-se argumentar no sentindo de que a concessão de registro de desenho industrial para peças isoladamente consideradas implica monopólio de mercado relevante. Desenvolve-se a hipótese de que, no caso das peças de reposição, o mercado seria monopolizado pela montadora na concessão do registro do desenho da peça. Afirma-se que não há justificativa do ponto de vista nem jurídico, nem econômico para a concessão do registro das peças de reposição, por que o registro do desenho industrial do veículo não implica monopólio, pois, no mercado primário, há substituição entre os bens concorrentes. Pressupõe-se que é na venda de carros novos que as montadoras devem buscar a remuneração dos gastos pelo desenvolvimento do produto. Por outro lado, a concessão de registro para o desenho industrial sobre as peças automotivas gera um monopólio de mercado de maneira injustificada, configurando abuso de direito de propriedade intelectual.

Palavras-chave: propriedade intelectual; concorrência; limites constitucionais.

UMA EUROPA MAIS PRÓXIMA DOS CIDADÃOS: O PARLAMENTO EUROPEU E O DÉFICIT DEMOCRÁTICO NA UNIÃO EUROPEIA

Rafael Ramia Muneratti
Mestrado em Direito das Relações Internacionais do UniCEUB – Brasília/DF
rafaelmuneratti@ymail.com

A União Europeia representa, até o momento, o melhor exemplo de integração regional entre Estados soberanos tanto no âmbito econômico como no político e serve de modelo para outros projetos de integração, como o MERCOSUL. Sua criação e evolução ocorreram por meio da adoção de sucessivos tratados internacionais que, além de modelar sua estrutura, transferiram-lhe certa parcela das soberanias de seus Estados-membros. A União Europeia, portanto, é formada por instituições com característica supranacionais, cujas decisões influenciam, diretamente, os países membros e seus respectivos povos. O exercício desses poderes soberanos, porém, não conta com efetiva participação dos cidadãos dos Estados-membros que, praticamente em nada, influenciam as decisões tomadas em nível europeu. O resultado desse processo é a antiga, mas muito atual e presente discussão a respeito da existência de um déficit democrático no processo decisório da União Europeia. As decisões no âmbito do bloco são tomadas por uma elite política distante dos cidadãos dos Estados-membros que, além de não sofrer efetivo controle político (*political accountability*), mantém a população afastada do processo decisório. Ademais, o sistema de tomada de decisões previsto nos Tratados Constitutivos da União Europeia, composto por vários órgãos, é complexo e de difícil compreensão pelos cidadãos, além de delegar pouca importância e força ao Parlamento Europeu, único órgão eleito diretamente pelo povo. Em consequência, as ações da União Europeia não refletem os anseios dos seus cidadãos, que se sentem distantes do bloco, mesmo sendo por elas afetados diretamente. Assim, as decisões acabam por sofrer críticas de falta de respaldo, legitimidade popular e de crise de confiança. Nesse contexto, o fortalecimento das funções do Parlamento Europeu pode reduzir a eventual deficiência de legitimidade e de respaldo popular nas decisões da União Europeia, ao conceder maior transparência ao modelo decisório, simplificando-o e tornando-o mais próximo do cidadão, além de fomentar a participação e atribuir maior valor à vontade do povo europeu. Dessa forma, o incremento da participação popular, por meio do Parlamento Europeu, legitima, fortalece e desenvolve a União Europeia. O presente estudo, portanto, pretende analisar a formação e a evolução do sistema decisório da União Europeia até o momento atual e se o modelo adotado atende aos princípios mínimos da democracia para a comprovação da existência de déficit democrático. Pretende-se, também, apontar os possíveis incrementos ao Parlamento Europeu, instituição representante dos cidadãos, que colaborariam para a redução do referido déficit democrático, além de outros mecanismos para tornar a União Europeia mais democrática.

Palavras-chave: integração regional; União Europeia; Parlamento Europeu; déficit democrático.

A PREVALÊNCIA DO PODER EXECUTIVO NA REALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: A SUSPENSÃO DE DECISÕES LIMINARES CONTRA O ESTADO COM BASE EM ARGUMENTOS DE EMERGÊNCIA ECONÔMICA

Rafael Figueiredo Fulgêncio
Mestrado em Direito: Políticas Públicas – UniCEUB
rafaelfulgencio@yahoo.com.br

A realização das políticas públicas, como qualquer outra atividade estatal desenvolvida no paradigma do Estado Democrático de Direito, deve-se conformar aos parâmetros da legalidade, cabendo ao Poder Executivo atuar segundo as diretrizes impostas pelo Poder Legislativo. Nada obstante, o ordenamento jurídico brasileiro prevê uma série de mecanismos voltados a excepcionar a aplicação das leis e da Constituição, franqueando ao Poder Público, em hipóteses determinadas, atuar em regime de exceção. Pretende-se, por meio do presente projeto de pesquisa, investigar se a utilização da suspensão de segurança e das correlatas hipóteses legais de suspensão de decisões liminares exaradas em desfavor das pessoas jurídicas de direito público tem o condão de conceder prevalência ao Poder Executivo na realização das políticas públicas, desequilibrando a relação entre as funções de governo em prejuízo da representação popular que repousa sobre o Poder Legislativo. Note-se que não se trata da suspensão de segurança de remédio judicial destinado a corrigir erros *in procedendo* ou *in judicando*, tendo por objeto as prováveis consequências materiais da decisão judicial contrastada. Cuida-se, assim, de via judicial aberta a argumentos puramente consequenciais, cingindo-se o debate, exclusivamente, à necessidade de suspensão, naquela hipótese e naquele tempo, da vigência de determinada decisão judicial, portanto, do direito que a embasara, a fim de evitar grave dano aos interesses da coletividade. Objetiva-se, sobretudo, analisar a proximidade da suspensão de segurança com o estado de exceção, que, surgido em íntima relação com a guerra, emancipou-se, progressivamente, da emergência militar, para aproximar-se da emergência econômica.

Palavras-chave: separação de poderes; suspensão de segurança; estado de exceção.

JUSTIÇA RESTAURATIVA E EMERGÊNCIA DA CIDADANIA NA DICÇÃO DO DIREITO: A CONSTRUÇÃO DE NOVO PARADIGMA DE JUSTIÇA CRIMINAL INTERNACIONAL

Raquel Tiveron
UniCEUB - Doutorado em Direito das Relações Internacionais
quel28bsb@yahoo.com.br

O objetivo da pesquisa é avaliar se a Justiça Restaurativa é de aplicação possível e desejável ao sistema de justiça criminal brasileiro. A Justiça Restaurativa constitui novo modelo de abordagem do crime, do ofensor e das vítimas. Promove o envolvimento de todos os afetados por um crime na busca de reparação dos danos causados por uma ofensa e contribui para o incremento da cidadania e da democracia no sistema de justiça e para o empoderamento das partes para solução de conflitos futuros. Com base na experiência estrangeira em Justiça Restaurativa, a pesquisa pretende verificar os aspectos jurídicos e sociais necessários para a implementação da Justiça Restaurativa no sistema jurídico brasileiro e os empecilhos que dificultaram a sua ocorrência até então, a despeito dos projetos-pilotos já existentes no país. Trata-se de uma pesquisa sociojurídica, em que se pretende avaliar dados empíricos, práticas jurídicas e sociais, confrontando-os com o direito nacional institucionalizado, teorias, leis, jurisprudência, a fim de identificar elementos sociais novos que permitam repensar as bases do sistema de justiça brasileiro em termos teóricos e práticos. Os métodos empregados são o histórico, o comparativo e o experimental. A pesquisa é não só descritiva, mas também prescritiva, a fim de avaliar, com profundidade, o fenômeno e promover uma análise rigorosa do objeto, apontando críticas e proposições concretas, inovadoras e viáveis que possam, efetivamente, contribuir para a solução do problema de acesso à justiça no Brasil. Até o momento, foram consolidados os fundamentos teóricos da pesquisa por meio do cumprimento das disciplinas e da realização de revisão bibliográfica. Já foram produzidos artigos para revistas e conferência nacional.

Palavras-chave: justiça restaurativa; crime; cidadania.

OS PACTOS REPUBLICANOS E A ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA ESTATAL: A PROMOÇÃO DE UMA POLÍTICA PÚBLICA JUDICIÁRIA

Ricardo José Klaym Nonato
Centro Universitário de Brasília – UniCEUB
Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento – ICPD
Mestrado em Direito e Políticas Públicas
ricardo.klaym@gmail.com

A Fundação Getúlio Vargas, ao final do I Relatório Supremo em Números, conclui que as mudanças da Emenda Constitucional nº 45/2004 são insuficientes apesar da redução quantitativa nos processos. O ministro Cezar Peluso lembra que as sucessivas medidas tomadas para agilizar a Justiça, apesar de bem-intencionadas, não resolvem o problema anacrônico do Judiciário, porque não atacam, diretamente, as causas. A pesquisa faz não só uma reflexão sobre o tema, como também investiga as ações do Estado voltadas para este objeto, em particular quanto à possibilidade da articulação de suas funções em torno de uma questão comum, como tem sido feito por meio dos Pactos Republicanos, verificando se tais ações são autêntico programa de ação governamental, a ponto de poder-se reconhecê-las como promotoras de políticas públicas. Assim, questiona-se a ação governamental que, em última análise, consiste na validação de sua prática cotidiana do planejamento, da implementação e do controle dessa ação. A pesquisa busca a conformidade entre as propostas formuladas pelos Pactos Republicanos e as ações resultantes, visando identificar se as causas do anacronismo judiciário são atacadas pelos mecanismos criados pelos Pactos. Para isso, o estudo emprega como base de avaliação, os relatórios produzidos pela Fundação Getúlio Vargas, além de índices de avaliação elaborados pelo Supremo Tribunal Federal. O objetivo geral consiste, da mesma forma, em demonstrar que os nomeados pactos republicanos celebrados entre os chefes dos três Poderes da União constituem-se em concretas políticas públicas, reconhecimento que é feito mediante o estudo de bibliografia. É objetivo da pesquisa, também, a proposição de uma avaliação desta política pública, usando o recurso comum para este tipo de procedimento de análise da ação governamental. Os dados da pesquisa levam em conta séries históricas que remontam a 2003, estendendo-se até 2012, projetos de lei em tramitação no Congresso Nacional e análise do Plano Plurianual 2008-2011. No plano da interpretação a cargo dos tribunais, o problema é investigado mediante o exame de decisões judiciais, com a utilização da Metodologia de Análise de Decisões, uma vez que tal recurso permite ao pesquisador valer-se de uma organicidade de estudo que contemple os recortes mais relevantes ao problema.

Palavras-chave: pactos republicanos para efetividade da Justiça; política pública; avaliação.

AS FACES DE JANO: DIMENSÕES PARADOXAIS DO TRANSJUDICIALISMO

Ruitemberg Nunes Pereira
Doutorado em Direito das Relações Internacionais – UniCEUB
ruitemberg.pereira@gmail.com

As interações entre cortes nacionais e internacionais expandem-se *pari passu*, com a ampliação dos poderes do Judiciário ao longo do sistema mundial e a proliferação do número de cortes internacionais e supranacionais. Reconhecendo que as interações transjudiciais configuram um fenômeno sociológico complexo, a pesquisa pretende estudar as interações transjudiciais no contexto das transformações experimentadas pelo direito internacional público, mediante as mudanças na percepção do direito, em relação à ética global, à economia globalizada e à política internacional. Objetiva-se estudar se e como as interações entre juízes e cortes no plano doméstico e internacional refletem essas mudanças do direito internacional, demonstrando os seus aspectos obscuros e iluminados.

Palavras-chave: direito internacional; transformações; transjudicialismo.

SISTEMAS REGIONAIS DE INTEGRAÇÃO FRENTE AO SISTEMA MULTILATERAL DE COMÉRCIO: UMA AMEAÇA OU UMA PROPOSTA DE COMPLEMENTARIEDADE AO SISTEMA DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

Ruth Maria Pereira dos Santos
Centro Universitário de Brasília
ruthmpsantos@gmail.com

A proposta de trabalho baseia-se na ideia de apresentar o contexto atual do comércio internacional mediante o movimento dos sistemas regionais de integração que passaram ter maior incidência neste meio, após os anos 80. Igualmente, a Organização Mundial de Comércio começou a ser negociada em 1986, com a Rodada Uruguai, sendo a estrutura central do sistema multilateral que busca o comércio internacional mais igualitário, liberal, com mais eficácia e efetividade nas resoluções dos litígios, formado pelo Órgão de Solução de Controvérsias. Diante da inegável participação do sistema regional e das benesses que podem ser trazidas pelo sistema, tais como, maior participação dos países em menor desenvolvimento no comércio internacional e maior possibilidade de negociações com países desenvolvidos, contribuindo para o desenvolvimento do comércio de ambos, a problemática que se forma da inter-relação dos sistemas é a multiplicidade dos mecanismos de soluções de conflitos, ou seja, vários tribunais tornam-se competentes, para julgar o mesmo litígio e, em algum momento, irão sobrepor-se e, eventualmente, entrar em conflito. Assim, buscam-se as formas de solucionar os conflitos de sobreposição que possam existir entre os órgãos compostos pelos acordos regionais e entre os acordos regionais e o Órgão de Solução de Controvérsias da OMC, assim, permitindo que os dois sistemas possam coexistir no comércio internacional, de maneira complementar.

Palavras-chave: regionalismo; multilateralismo; Organização Mundial do Comércio; Sistema de Solução de Controvérsias.

ESTADO PROVIDÊNCIA: REFLEXOLOGIA SOBRE O DIREITO CIVIL-CONSTITUCIONAL

Sandra Cristina Candeira de Lira
ICPD - Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento
Programa de Mestrado em Direito e Políticas Públicas
sandra.lira@tjdf.gov.br

O objeto de estudo desta monografia é analisar a origem do Estado provedor, seus princípios estruturais e a evolução de seu conceito de acordo com a ideologia política, delineando os contornos legislativos de sua adoção na conjuntura brasileira e o reflexo sobre o desenvolvimento nacional quanto aos aspectos sociais e estruturais. A questão da pesquisa está centrada na demonstração dos reflexos negativos sobre a vida dos cidadãos da exacerbada providência estatal e, particularmente, os desajustes causados na proficiência dos negócios jurídicos cotidianos, em fatores que condicionam os conceitos de sociedade livre, justa e solidária. O objetivo geral pautou-se na necessidade de investigar como a política pública de assistencialismo se atrela ao modelo institucional que enfatiza a estreita relação entre políticas públicas e instituições governamentais. Os objetivos específicos estão sobre o Estado democrático social, que, dialeticamente, pretende ver-se aprimorado com a incorporação e a superação do modelo liberal, não obstante tenha por fundamento basilar os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa. A busca do Estado em garantir o desenvolvimento nacional, a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades sociais e regionais, com ênfase na providência estatal, permite estabelecer o paradoxo entre a política assistencialista e a autonomia da vontade na medida em que as normas civilistas exigem atitude de dever e cumprimento pelo cidadão, no âmbito contratual, das obrigações familiar e social. As hipóteses guardam a análise de que o Direito Civil Constitucional trata de tutelar as vertentes da vida humana nos seus caracteres existenciais, patrimoniais e sucessórios, estabelecendo regras de comportamento social e respectivas sanções. A Carta Magna contém dispositivos autoaplicáveis que, acaso priorizados, já possibilitariam de *per si*, a realização dos objetivos estatais protagonizados sem a necessidade da exuberância de leis que poluem o âmbito principiológico jurídico, invertendo valores e obrigações dos cidadãos. O benefício pela sistematização de cotas, bolsas família, auxílio vulnerabilidade a catadores de lixo, bolsa atleta, PEC da Felicidade, extrapola o âmbito de eficiência de política pública, para desembocar no assistencialismo individualizado que invoca o comodismo e a fragilidade das normas civis instituidoras do dever-ser pela solidariedade social e pela responsabilidade individual. A metodologia faz-se no acompanhamento dos programas sociais e na captação de dados realísticos sociais que eclodem nos períodos pré-eleitorais, com enfoque na eficiência dos gastos públicos para o custeio dos programas que sustentam o Estado providência da atualidade. Debate-se sobre constituírem os programas fonte de propagação duvidosa da eficiência estatal posto que desconexos com os deveres constitucionais previstos, como saúde, infraestrutura básica, ampliação de divisas econômicas e fomentação de emprego, em dados que permitem, também, concluir ser fator de desmotivação ao empreendedorismo. O raciocínio conclusivo está em frisar que é a compreensão exata da profundidade e do alcance das normas civis constitucionais que permitirá ver-se a ineficiência do Estado providência como fortalecedor do sistema civilista.

Palavras-chave: assistencialismo; autonomia da vontade; desenvolvimento social e estrutural.

CORTE INTERAMERICANA E CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS: O CRIME DE DESAPARECIMENTO FORÇADO PERANTE OS MECANISMOS PROTETIVOS DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS E DO CONSELHO DA EUROPA

Sérgio Ramos de Matos Brito
Professora Orientadora: Maria Edelvacy Marinho
UniCEUB – Centro Universitário de Brasília
Mestrado em Direito das Relações Internacionais
sergiobrito10@gmail.com

A pesquisa tem como objeto o estudo comparativo entre a Corte Interamericana de Direitos Humanos, órgão judicial autônomo do sistema da Organização dos Estados Americanos, e a Corte Europeia de Direitos Humanos, instituída no âmbito do Conselho da Europa. Desde sua criação, o Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos utilizou-se do congênere europeu como fonte de inspiração. Mais do que isso, a estrutura e o procedimento previstos pela Convenção Americana sobre Direitos Humanos são, ainda que com leves ajustes, reproduções fiéis dos arquétipos da Convenção Europeia antes das radicais alterações implementadas pelo Conselho da Europa em 1998. Ocorre que uma das maiores razões para a coexistência de sistemas regionais de proteção num regime de "governança multicamadas" é a possibilidade de valorização das características e das especificidades locais para a aplicação dos tratados e das convenções com maior eficácia. A simples assimilação do modelo europeu, ainda que sob argumentos de que já estava adaptado ao regime de direitos humanos vigente ou que o mecanismo era de efetividade comprovada, pode ter sido equivocada. Enquanto o sistema interamericano permanece vinculado ao tradicional modelo de Comissão e Corte, originado para uma realidade que não era a sua, o sistema europeu, após permitir o acesso direto do indivíduo e extinguindo a Comissão Europeia de Direitos Humanos, já passa por nova reforma procedimental. Resta averiguar, com o aprofundamento da pesquisa, se o padrão europeu de proteção dos direitos humanos seria factível à realidade americana. Caso contrário, estar-se-á diante de mudanças que, ao invés de revolucionar o Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos, podem torná-lo inviável. Outra problemática que merecerá reflexão é a análise da "interação horizontal" efetuada entre as duas Cortes. Buscar-se-á verificar, por meio de estudo do *case-law* sobre o tema de desaparecimento forçado, a troca de informações efetuadas entre as Cortes Europeia e Interamericana de Direitos Humanos, já que, por não serem hierarquicamente submetidas uma à outra, os Tribunais Regionais efetuam câmbio de jurisprudência. O intuito é constatar se há prevalência do posicionamento de um dos tribunais em relação ao outro, se uma das Cortes exerce maior influência sobre a outra, seja em prestígio, na consolidação de precedentes, seja na construção do pensamento dos direitos humanos.

Palavras-chave: Corte Interamericana de Direitos Humanos; Corte Europeia de Direitos Humanos; tribunais internacionais; internacionalização do Direito.

POLÍTICAS PÚBLICAS, DIREITOS FUNDAMENTAIS E ABORTO: UMA CONTRIBUIÇÃO AO ESTUDO DA OBJEÇÃO DE CONSCIÊNCIA NO CONTEXTO DA CONDIÇÃO FEMININA

Teresinha Inês Teles Pires
ICPD- Doutorado em Direito
tes_pires@hotmail.com

Pretende-se, com essa pesquisa, investigar o contexto atual da regulamentação do aborto no Brasil, do ponto de vista dos direitos fundamentais constitucionais. Propõe-se centrar o estudo no conceito jurídico de objeção de consciência, especialmente no que diz respeito às escolhas da mulher em matéria de planejamento reprodutivo. Intenciona-se pontuar os avanços obtidos no tratamento dos direitos sexuais e reprodutivos no âmbito internacional, com a abordagem dos acordos firmados pelo Brasil, em relação ao compromisso de eliminar as causas de discriminação social e econômica da mulher. Por meio da análise de casos concretos e das medidas já implantadas pelo Ministério da Saúde, apresenta-se a necessidade do aperfeiçoamento da participação do Poder Judiciário e do Poder Executivo na formulação e na execução de políticas públicas atinentes ao assunto. Por conseguinte, aprofunda-se o estudo dos mecanismos institucionais brasileiros à disposição da população feminina para a ampliação do reconhecimento das suas decisões reprodutivas. Entende-se que o princípio da autonomia reprodutiva e o direito constitucional à saúde não são suficientes para assegurar às mulheres o acesso aos serviços médicos direcionados à proteção da maternidade segura. Nesse sentido, considera-se que o princípio da liberdade de consciência precisa ser densificado com vistas à sua aplicabilidade às decisões femininas, na esfera ora tematizada, sob a perspectiva teórica de uma fundamentação ética para a permissibilidade da prática abortiva. Com base nesse argumento, sustenta-se que o direito de livre escolha deve ser oferecido às mulheres em procedimentos administrativos ou judiciais, nos quais elas possam apresentar justificativa e requerer autorização para realizar o aborto. Parte-se da premissa afirmada pela tese da redução de danos, segundo a qual as políticas públicas no setor reprodutivo devem visar à diminuição dos índices de morbidade e mortalidade maternas à luz do paradigma da priorização do atendimento à saúde integral da mulher. Mediante o levantamento de dados fornecidos pelos institutos de pesquisa, referentes ao impacto da proibição do aborto na saúde das mulheres, formula-se uma ponderação principiológica favorável à revisão dos dispositivos do Código Penal que criminalizam a conduta. Como marco teórico, adota-se, preponderantemente, a proposição de Dworkin, do direito como uma integridade de princípios, cuja leitura será direcionada à postulação da liberalização do aborto, uma vez respeitados os limites éticos relativos à vida intrauterina. A necessidade da elucidação de um método interpretativo que tenha por fundamento a vinculação entre a ética, a política e o direito é a diretriz argumentativa que norteia a pesquisa. No campo da aplicação, busca-se a construção de um modelo hermenêutico, voltado para a ponderação de princípios abstratamente antagônicos, que, em seu processo de concretização, adquirem uma moldura adequada ao sistema de justiça.

Palavras-chaves: direitos fundamentais; objeção de consciência; aborto.

O DISCURSO JUDICANTE DO STF: SE O DIREITO À SAÚDE FALASSE

Thalita Moraes Lima
Mestrado de Direito e Políticas Públicas do UniCEUB
thalitaml@gmail.com

O presente trabalho tem como objeto as decisões do Supremo Tribunal Federal. Para isso, escolheu-se um conjunto de decisões sobre direito à saúde, que pudesse, de forma representativa, revelar como a Corte entende e aplica o artigo 196 da Constituição Federal. A hipótese é que há recorrente incoerência e inconsistência nos argumentos que tratam da rede conceitual do direito à saúde, o que implica simplificação teórica no que se refere às relações entre norma e políticas públicas de saúde. Assim, o objetivo é refletir sobre os significados do direito em questão e, depois, estabilizar seu vocabulário e questões de base. Para isso, a pesquisa realiza aproximações aos conteúdos históricos do direito à saúde e aos seus sentidos ético-políticos de modo a averiguar a fundamentação das decisões da Corte em nível lógico-formal. O pressuposto é que é possível haver critérios para o controle crítico das decisões e que o mínimo de estabilidade semântica é condição necessária à previsibilidade e ao cálculo jurídicos. Nesse sentido, as palavras avaliatórias, fartamente utilizadas pelos decisores, devem ser objeto de controles críticos e reflexivos. Conceitos, como *integralidade*, *universalidade* e *políticas públicas*, demandam a escolha de significados e de opções morais de justiça distributiva e não podem ser aplicados sem mediação e estabilização lógico-semântica prévia, sob pena de arbitrariedades em sua utilização. Assim, para avaliação do discurso judicante, a pesquisa emprega a Metodologia de Análise das Decisões (MAD), instrumentalizada, por sua vez, pela teoria de Richard Hare como forma de compreender analiticamente se a maneira como o conceito de direito à saúde utilizado pelo Supremo Tribunal pode ser universalizado, isto é, se pode ser replicado, não contraditoriamente, em casos idênticos.

Palavras-chave: direito à saúde; coerência conceitual; filosofia política.

O PODER E A QUESTÃO DO ACESSO À JUSTIÇA: UMA ANÁLISE DA CONSTITUCIONALIDADE DAS CÂMARAS DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA

Vinicius de Moura Xavier
Aluno do programa de pós-graduação stricto sensu do Mestrado em Direito e Políticas Públicas do Centro Universitário de Brasília.
E-mail: vmxavier@gmail.com

O presente trabalho examina a relação entre a abertura do acesso à Justiça, sobretudo, com a entrada em vigor da Constituição Federal de 1988, e a relação do monopólio da jurisdição pelo Poder Judiciário em contraposição às formas alternativas de resolução de controvérsias. Busca delimitar o panorama da análise à questão do poder e verificar as propostas de soluções engendradas, para reduzir o número de processos em curso, perante os órgãos judicantes, de viés processual, sob a ótica do monopólio material da resolução de controvérsias como forma de manutenção do poder. Tem como marco teórico a questão do poder na forma tratada por Bobbio, Lühmann, Bourdieu e Zagrebelsky. Inicia o tema com breves apontamentos históricos sobre o panorama do poder e das fórmulas alternativas de solução de litígios. Parte-se para um estudo de direito comparado com o sistema alemão e as soluções adotadas na esfera extrajudicial, analisando a viabilidade de importação de alguns pontos para o ordenamento pátrio. Em seguida, delimita a questão ao debate acerca da constitucionalidade das Câmaras de Conciliação Prévia, tais como previstas na Consolidação das Leis do Trabalho, examinando o acórdão do Supremo Tribunal Federal nas Ações Diretas de Inconstitucionalidade n° 2139 e n° 2160, que concluiu, liminarmente, pela inconstitucionalidade do artigo 645-D da Consolidação das Leis do Trabalho, que condicionava o ajuizamento de demanda judicial à prévia submissão às Câmaras extrajudiciais de conciliação. Por fim, realiza um cotejo analítico com base na dicotomia da relação do poder com o problema do excesso de processos em curso, perante o Poder Judiciário, verificando a denominada *cultura da litigância,* apontando conclusões e sugestões para o aprimoramento da discussão na esfera acadêmica.

Palavras-chave: acesso à justiça; poder; Câmaras de Conciliação Prévia.

O SUPERENDIVIDAMENTO E OS CONTRATOS BANCÁRIOS DE MÚTUOS ONEROSOS: MECANISMOS PARA SOLUÇÃO

Zilmar Wolney Aires Filho
Professor orientador: Hector Valverde Santana
UniCEUB E UNIEVANGÉLICA (MINTER)

Estabelecida a nova ordem mundial, alinhada ao regime econômico neoliberal, instituído foi o fenômeno da globalização. Com as regras de um mercado mundial e moderno, por meio de seus produtos, estruturou-se a sociedade de consumo, impulsionada, amiúde, pela internet. Por meio de hábil e intenso *marketing*, facilitação do crédito, financiamento de compras e empréstimo consignado sem maiores critérios, os consumidores foram impelidos às compras, realizando-as de forma indiscriminada, não se acautelando, sequer, aos limites do orçamento familiar. Para tanto, foram conformados na perspectiva de elevação do *status* social e de realização pessoal pela aquisição de produtos, que, não raras vezes, jamais foram utilizados. Nessa panaceia consumista, tornaram-se compulsivos e receberam como herança consequencial o superendividamento, filho do consumo excessivo e, principalmente, de cláusulas e condições potestativas dos contratos de mútuo oneroso bancário. Nos aludidos pactos de adesão, os consumidores aderiram às cláusulas, sem conhecê-las ou discuti-las. Por consequência, entabularam taxas e alíquotas de juros, cláusula penal, correção monetária em patamares exorbitantes. Após inúmeras renegociações, viram ser edificado o fenômeno da bola de neve de juros. Hoje, ante a omissão de normas para dirimir a situação, buscam soluções e amparo do Estado numa questão de ordem social, no mesmo silogismo em que as pessoas jurídicas são protegidas na recuperação de empresas. Com arrimo na teoria social, propugnam pelo intervencionismo estatal nos pactos, por meio de políticas públicas, objetivando a paridade contratual. De outro lado, ancorados na lógica perelmaniana, sem embargo dos arremedos produzidos pelo Tratado de Salvador, pela Teoria da Imprevisão e pelo princípio da dignidade da pessoa humana, esperam a atuação do magistrado mediante sentenças revisionais que possam atenuar o desequilíbrio contratual do consumidor hipossuficiente.

Palavras-chave: sociedade de consumo; mútuo oneroso; superendividamento.